

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO SPEGGIORIN DEVINCENZI

**A crista do *Chantecler*: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das  
mediações políticas brasileiras (1889-1915)**

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DIEGO SPEGGIORIN DEVINCENZI

**A crista do *Chantecler*: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das  
mediações políticas brasileiras (1889-1915)**

Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História. Linha de pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Diego Speggiorin Devincenzi

**A crista do *Chantecler*: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das  
mediações políticas brasileiras (1889-1915)**

Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutor em História. Linha de pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Banca examinadora

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (Orientador)

Prof. Dra. Carina Martiny (Rede Municipal de Ensino – Portão/RS)

Prof. Dra. Carla Brandalise (UFRGS)

Prof. Dra. Claudia Wasserman (UFRGS)

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu (PUCRS)

## AGRADECIMENTOS

Após alguns anos, esta tese chega ao fim. São tantos os eventos ocorridos em minha vida durante esse período, com tantas discontinuidades, que se torna difícil tentar organizar o caminho que me levou a este momento. Porém, ao promover este exercício do agradecimento, esse tempo inexato vai cristalizando-se em boas lembranças, com destaque nas pessoas que me auxiliaram, seja diretamente na resolução de dilemas durante a pesquisa, seja tornando o caminho mais leve e alegre. Agradecê-los é uma forma de mostrar o quanto o empreendimento do doutorado é, também, resultado de um esforço coletivo.

Aos professores do Departamento de História da UFRGS e do seu Programa de Pós-Graduação, que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação acadêmica desde os tempos da graduação e para a composição do presente trabalho.

Aos funcionários dos arquivos, institutos e centros de documentação nos quais efetuei pesquisas, pela atenção dedicada à disponibilização de fontes.

Ao meu orientador, Luiz Alberto Grijó, que me acompanha desde o período da graduação, passando pelo mestrado e chegando ao doutorado. Um professor dedicado, competente e paciente com as minhas angústias e que, entre idas e vindas de versões do trabalho, sempre anotava, à mão, informações e questionamentos relevantes no texto em papel. E apesar de seus apontamentos terem uma grafia um pouco “peculiar”, atesto que isso sempre será melhor do que cansar os olhos lendo observações e sugestões em frente a uma tela de computador. Durante essa caminhada o professor Grijó foi absolutamente fundamental para que esta tese tivesse um rumo e um fecho, os quais eu espero ter construído de forma coerente.

Aos colegas do Setor do Patrimônio Histórico da UFRGS (SPH), verdadeiros amigos nesse percurso que correu quase em paralelo ao meu ingresso como servidor na Universidade em 2013. Além do convívio fraternal, agradeço pelos novos aprendizados em áreas como arquitetura e comunicação e também pelas atividades voltadas à preservação do patrimônio cultural, realizadas sempre com muita competência e dedicação. E igualmente sou grato aos meus atuais colegas do Museu da UFRGS, que me acolheram de braços abertos. Lá é promovido um trabalho voltado à diversidade cultural, à memória e à identidade o qual, assim como o efetuado pelo SPH, são fundamentais para o desenvolvimento contínuo da Universidade. Tive a oportunidade

de transitar por dois espaços nessa instituição onde a minha formação como historiador é valorizada, o que me deixa extremamente feliz.

A dois grandes historiadores, Rafael e Marcello, com os quais passei pela graduação, pela batalha de estudos para ingressar no mestrado e mesmo agora, com nossos caminhos cruzando-se cada vez menos (tudo parece mais difícil), ainda fazem parte do meu convívio. E como ótimos professores que são, contribuem imensamente para que a História permaneça ainda viva, pulsante, nas salas de aula.

Ao Christian, amigo de longa data, pelas discussões políticas e pelos bons churrascos dedicados a assistir ao Imortal Tricolor em sua casa, por tantos anos um verdadeiro exército vagante e esfarrapado, mas que nos últimos tempos ressurgiu, robusto, para alcançar merecidas glórias. Continuemos assim.

A minha namorada e companheira Eveline, que mostra o meu percurso indissociável ao da Universidade até nas relações mais íntimas. Uma mulher que eu admiro por amar a natureza em seu fazer profissional e que me apoia em todas as horas, em especial nos momentos nos quais simplesmente me cansei da tese. Alguém que faz eu querer me sentir vivo para compartilhar as coisas boas da vida no presente e também arquitetar sonhos para o futuro. E com quem, nas palavras prosaicas, mas bonitas de Steven Tyler, *“I don't wanna miss a thing”*.

A minha família, Ernesto, Vera, Bruna e Isabel, por sermos exatamente isso, uma família, que se apoia, se ajuda, que torce um pelo outro e na qual eu me sinto acarinhado e protegido. Sem o suporte afetivo que eles me proporcionaram eu jamais teria chegado até aqui. Espero pode estar sempre ao lado deles para dividirmos novas alegrias na minha trajetória pessoal e profissional, assim como também compartilhar as realizações das minhas irmãs queridas. Sim, apenas as alegrias. Pois, o mundo já é complicado por si só, não é mesmo?

## RESUMO

O presente trabalho trata de que forma constituiu-se o papel do senador José Gomes Pinheiro Machado como um mediador na política nacional durante a Primeira República. O conceito de mediador, em termos gerais, caracteriza os indivíduos que comandam trocas envolvendo códigos sócio-políticos e culturais entre níveis diferentes, notadamente o local, o regional e o nacional. Assim, por meio da pesquisa em um amplo conjunto de fontes, como correspondências, textos jornalísticos, discursos parlamentares, documentos da administração pública, estudos biográficos e memorialísticos, entre outras, buscou-se avaliar e mostrar a partir de quais ações e sob que condições o senador conseguiu atingir posições destacadas, efetuando suas funções de mediação. Tal problemática mostra-se relevante, pois, quando se analisa os recursos e as estratégias que o parlamentar utilizou em sua área de atuação, constituem-se elementos para se entender um tema essencial: o arcabouço político-social rio-grandense e brasileiro durante a Primeira República, bem como as ações e visões de mundo daqueles que pleiteavam posições na arena política nacional. Compreendeu-se que o congressista exerceu funções de mediação entre o nível paroquial e o regional, promovendo a resolução de interesses de suas bases eleitorais e familiares em relação ao governo do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no estado sulino. Além disso, igualmente, Pinheiro tornou-se um mediador entre o Rio Grande do Sul e a União, especialmente no tocante a pautas que integrantes do governo estadual, comandado pela agremiação supracitada, buscavam demandar aos membros do governo federal. Nesse processo também se concluiu que os recursos utilizados por Pinheiro Machado iam para além da ação em torno de princípios e mecanismos formais do sistema normativo-político, abarcando assim a prática do clientelismo e relações de reciprocidade, além de outras estratégias que foram analisadas ao longo da pesquisa, em um panorama que permitia a combinação de todos esses elementos. Esse cenário marca a atividade política como uma esfera de atuação sujeita a diversas interferências e forças sociais, as quais acabam por constituí-la no período em estudo.

Palavras-Chave: política; Pinheiro Machado; mediação.

## **ABSTRACT**

This paper deals with how was constituted the Senator José Gomes Pinheiro Machado's role as a mediator in national politics during the First Republic. The concept of mediator, in general terms, characterizes the individuals who command exchanges involving socio-political and cultural codes between different levels, notably the local, the regional and the national. Thus, through research in a wide range of sources, such as letters, journalistic texts, parliamentary speeches, public administration documents, biographical and memorialistic studies, among others, we sought to evaluate and show from which actions and under what conditions the senator was able to achieve prominent positions, performing his mediation functions. This problem is relevant because when analyzing the resources and strategies that the parliamentarian used in his area of activity, they constitute elements to understand an essential theme: the Rio-Grandense and Brazilian political-social framework during the First Republic, as well as the actions and worldviews of those who claimed positions in the national political arena. It was understood that the congressman exercised mediation functions between the parochial and regional levels, promoting the resolution of interests of his electoral and family bases in relation to the government of the Rio Grande Republican Party (PRR) in the southern state. In addition, Pinheiro also became a mediator between Rio Grande do Sul and the Union, especially with regard to guidelines that members of the state government, commanded by the aforementioned group, sought to demand from members of the federal government. In this process it was also concluded that the resources used by Pinheiro Machado went beyond the action around formal principles and mechanisms of the normative-political system, thus encompassing the practice of clientelism and reciprocity relations, in addition to other strategies that were analyzed along the research, in a panorama that allowed the combination of all these elements. This scenario marks political activity as a sphere of action subject to various interferences and social forces, which end up constituting it in the period under study.

**Keywords:** politics; Pinheiro Machado; mediation.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 08
CAPÍTULO I – Um Mediador na Política Republicana.....	p. 37
1.1 – Os Recursos do Jovem Patrão, Guerreiro e Bacharel.....	p. 38
1.2 - O Movimento Republicano, o Surgimento do PRR e o Governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891).....	p. 52
1.3 - O Governo de Floriano Peixoto (1891-1894).....	p. 62
1.4 - O Governo de Prudente de Moraes (1894-1898).....	p. 69
CAPÍTULO II – O Crescimento da Influência de um Senador junto aos Presidentes e ao Congresso Nacional.....	p. 90
2.1 - O Governo de Campos Sales (1898-1902).....	p. 91
2.2 - O Governo de Rodrigues Alves (1902-1906).....	p. 112
CAPÍTULO III - Momentos de Apogeu e Declínio de uma Liderança no Jogo Político.....	p. 127
3.1 - O Governo de Afonso Pena (1906-1909).....	p. 128
3.2 - O Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914).....	p. 147
3.3- O Governo de Venceslau Brás (1914-1918).....	p. 173
CONCLUSÃO.....	p. 195
FONTES.....	p. 206
BIBLIOGRAFIA.....	p. 216



## INTRODUÇÃO

Em 1889, na passagem do Império para a República, implantaram-se diversas modificações no sistema político brasileiro. A primeira carta constitucional do novo regime, promulgada em fevereiro de 1891, entre outras inovações inaugurou o presidencialismo como forma de governo; a divisão dos poderes em três (Judiciário, Legislativo e Executivo); a separação entre Igreja e Estado; a fixação de um novo sistema do voto (destinado aos homens alfabetizados acima de 21 anos, suprimindo a regra do censo econômico) e o que talvez fosse um dos maiores anseios dos grupos políticos dominantes das principais províncias do país (rebatizadas a partir daquele momento de estados), a criação da República Federativa, a qual, em tese, asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades políticas regionais. Dessa forma, tais núcleos políticos, articulados majoritariamente por meio de partidos republicanos, desejavam uma organização governamental que facilitasse o estabelecimento de seus interesses.<sup>1</sup>

Mas quais eram os seus objetivos? O que significava falar “em nome” do Rio Grande do Sul, citando uma região que, segundo estudos, configurou-se como uma das mais importantes política e economicamente do Brasil durante a Primeira República?<sup>2</sup>

Nesse estado, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) impôs-se, governando-o por praticamente todo esse período. A agremiação fora fundada em 23 de fevereiro de 1882, durante uma convenção realizada em Porto Alegre. Seu programa era divulgado pelo jornal “A Federação”, diário oficial do partido criado em janeiro de 1884. Entre as propostas de seus integrantes, estavam o governo republicano, federativo, presidencial e com mandato de período definido; a eleição direta dos chefes do executivo federal, estadual e municipal; o voto livre e público, proferido nas urnas pelo eleitorado; a liberdade de pensamento, expressão, reunião e associação; o ensino primário, leigo e gratuito e a autonomia dos estados, que deveriam ser regidos por constituições e leis próprias, além de estarem a salvo da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse “ameaçado”. Além disso, com a preocupação em arbitrar os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão,

---

<sup>1</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 91-99. v. 3. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 525-548. v. 8.

<sup>2</sup> Ver, como exemplo: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

estavam entre os objetivos da sigla proteger a agropecuária e as atividades a ela relacionadas.<sup>3</sup>

Um encontro sobre a organização do PRR em março de 1889 na Fazenda Reserva, de propriedade de Júlio Prates de Castilhos, reunindo diversos correligionários, foi emblemática para os rumos da agremiação, pois nessa ocasião o anfitrião teria consolidado sua posição como o principal líder do partido. E se Castilhos tornaria-se o coordenador das ações do grupo em nível regional, o grande mediador desses republicanos com a União seria outro personagem: o bacharel em direito conhecido entre seus companheiros como “Pinheiro”.<sup>4</sup>

José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta, no ano de 1851. Ingressou na Escola Militar e aos quinze anos abandonou os estudos para lutar, como voluntário, na Guerra do Paraguai. Deixou o exército em 1868 e, em seguida, viajou para São Paulo, para estudar na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, formando-se em 1878. Lá, junto de outros rio-grandenses, que também se tornariam políticos no futuro, como Venâncio Aires, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos, Joaquim Assis Brasil e Júlio de Castilhos, lançou-se à propaganda republicana. O grupo, entre suas ações, fundou o Clube Republicano Acadêmico e o jornal “A República”. Após a sua formatura, Pinheiro casou-se na capital paulista e em seguida voltou para o Rio Grande do Sul, onde passou a exercer a advocacia na cidade de São Luís das Missões, localizada em uma região predominantemente de criação de gado. Assim como seu pai, igualmente tornou-se fazendeiro.<sup>5</sup>

Voltando novamente às definições do grupo republicano em março de 1889, estabeleceu-se entre os presentes que Pinheiro concorreria ao Senado Federal. Eleito no ano seguinte, rumou para o Rio de Janeiro, onde passou a residir.

O PRR começou a obter mais espaço no cenário político nacional ao passo que Pinheiro tornou-se um parlamentar de maior destaque. Paralelamente, ele tornou-se vice-presidente do Senado brasileiro, a mais elevada “honra” que seus pares poderiam conceder-lhe (a função de presidente dessa instituição pertencia exclusivamente ao vice-

---

<sup>3</sup> Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul. In: CARNEIRO, Paulo (Org.). *Ideias políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1982. p. 469-480.

<sup>4</sup> Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 31-32; p. 40; p. 147.

<sup>5</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. *O senador de ferro*. Porto Alegre: Sulina, 1969. p. 21-35. ALVIM, Newton. *Pinheiro Machado*. Porto Alegre: IEL, 1996. p. 11.

presidente do Brasil).<sup>6</sup> Já em 1910, o parlamentar era, entre seus colegas de bancada dos estados brasileiros considerados de grande expressão política do Brasil, quais fossem, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e São Paulo, o político com mais tempo no cargo. A partir desse ano, foi reconhecido como um dos principais articuladores políticos do governo do Marechal Hermes da Fonseca, recém-eleito presidente da Nação. Nesse mandato, o “poder” de Pinheiro Machado teria atingido o seu ápice. Uma anedota publicada pela revista “O Gato”, em 1913, resumia a força política adquirida pelo rio-grandense. Segundo o conteúdo do chiste, no dia em que deixava o Palácio do Catete, Hermes da Fonseca teria dito a Venceslau Brás, seu sucessor na presidência: “Olha Venceslau, o Pinheiro é tão bom amigo que chega a governar pela gente”.<sup>7</sup> Seu nome inclusive foi aventado em vários momentos como candidato em eleições presidenciais, devido ao prestígio que construiu, embora também tenha colecionado um sem-número de desafetos, em especial no meio político e entre membros da imprensa.

Em janeiro de 1915, Pinheiro enfrentou o “clamor” nas ruas da Capital Federal quando foi apupado por partidários de Nilo Peçanha, cuja eleição para a presidência do estado fluminense quase fora impedida pela vontade do senador. Milhares deles pediam seu afastamento da política e, os mais exaltados, até mesmo seu assassinato, considerando-o um “tirano” que deveria ser “eliminado” pela preservação da República. Em setembro do mesmo ano, tais anseios tornaram-se reais: Pinheiro Machado foi assassinado, vitimado por punhaladas, desferidas no saguão do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro.<sup>8</sup>

O crime gerou comoção na cena política. Segundo estudos que discorrem em maior ou menor grau sobre sua trajetória, Pinheiro encarnava em grande medida o poder republicano, atuando decisivamente nas decisões do governo central, além de ser considerado um dos principais responsáveis por projetar o PRR nacionalmente.<sup>9</sup> Por outro lado, também foi apontado como um indivíduo odiado e desprezado por alguns de

---

<sup>6</sup> Ver: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Art. 32. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op. cit., 2002, p. 530. v. 8.

<sup>7</sup> LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 273. v. 1.

<sup>8</sup> SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: UnB, 1982. p. 114.

<sup>9</sup> Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 145-175. BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFF. Niterói, 2005. p. 114-127.

seus contemporâneos, devido as suas ações na política consideradas arbitrárias e corruptas por eles.<sup>10</sup>

Acredito que prestar atenção a Pinheiro Machado é importante porque quando se analisa os recursos e as estratégias que o senador utilizou em sua área de atuação, estabelecem-se elementos para compreender um tema fundamental: os mecanismos e estruturas políticas e sociais do Rio Grande do Sul e, de forma mais ampla, do Brasil durante a Primeira República, bem como os recursos, ações e visões de mundo daqueles que disputavam posições no cenário político regional e nacional. É a partir dessas considerações que foi formulado o problema de pesquisa desta tese: *de que forma constituiu-se o papel de José Gomes Pinheiro Machado como um mediador na política nacional, entre 1889 e 1915?*<sup>11</sup>

A pesquisa aqui proposta nasceu por questionamentos a respeito desse percurso do senador durante o período citado que não são contemplados pela historiografia, já calcada em certas definições consolidadas. Nesse sentido, a partir daí também se delimita o marco temporal desse estudo: 1889 é ano do advento da República e 1915 a data de assassinato do senador, o que implicou não só em uma nova composição de nomes do grupo político rio-grandense em nível nacional, mas em novas ações e expedientes de tal núcleo devido à perda dessa liderança política, descolando-se assim das reflexões para as quais foi pensado este trabalho. Pinheiro morre em meio ao seu quarto mandato parlamentar, que encerraria naquele ano.

Para tal, é necessário apresentar o conceito de mediador, que são os “controladores dos canais de relação entre o sistema formal e os demandantes, entre o nível local e o nacional”.<sup>12</sup> Segundo Eric Wolf, ao se estudar as conexões entre comunidades e nação ao longo da trajetória histórica do México, encontra-se, de um polo, “grupos orientados para a comunidade” e de outro, “grupos orientados para a nação”.<sup>13</sup> Nesse caso, no qual a administração colonial e os agentes do reino da Espanha “garantiam e incentivavam as organizações comunitárias indígenas” foi edificando-se uma relação entre o nível da aldeia e o nível do aparelho administrativo mais vasto,

---

<sup>10</sup> Ver: SILVA, Ciro. Op. cit., p. 109-110. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 181-184. COSTA-PORTO, João. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 172-188.

<sup>11</sup> Palavras em itálico ao longo do texto, inclusive em citações, são destaques e complementos meus ou referem-se a palavras de origem estrangeira.

<sup>12</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações*. Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017. p. 17.

<sup>13</sup> WOLF, Eric R. Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico. *American Anthropologist*, New Series, v. 58, n. 6, p. 1067, 1956. Disponível em: [www.jstor.org/stable/666294](http://www.jstor.org/stable/666294). Acesso em: 10/05/2018.

quais fossem, o vice-reinado no período colonial e a República mexicana após seu processo de independência. Segundo Grijó,

Wolf identifica duas estruturas de grupos de tipo corporado, a comunidade e a nação, cuja relação entre si se dá pelos papéis de intermediários que alguns agentes ou grupos de agentes passam a exercer na medida em que se tornam capazes de operar tanto em termos das expectativas orientadas para a comunidade quanto em termos das expectativas orientadas para a nação.<sup>14</sup>

Assim, esses indivíduos “por essa mobilidade se tornam os *brokers* econômico-políticos nas relações nação-comunidade, uma função que trás suas próprias recompensas”.<sup>15</sup>

José María Imízcoz mostrou que entre as estratégias da elite do Reino de Navarra, no século XVIII, para se aproximar do centro de poder da monarquia, estava a ocupação de cargos na alta administração por indivíduos que beneficiavam a sua família e aqueles com os quais se conectavam, como amigos próximos e empregados. Entre os trunfos que os mediadores possuíam para se destacarem em relação ao resto da comunidade estavam a educação, os saberes técnicos de um posto militar, a prática burocrática e os títulos honoríficos, “que lhes davam acesso a informações privilegiadas e âmbitos de decisões que de outra forma nunca teriam acessado”.<sup>16</sup>

Para Sydel Silverman, que estudou comunidades na Itália central no período entre 1860 e 1945, o mediador é um indivíduo que age como uma ligação entre sistemas locais e nacionais. Além disso, seria aquele que, além de transitar em diversos setores e exercer influência, é de confiança do “poder central”, recebendo privilégios de um Estado que ainda se constituía e dependia desses mediadores para defender seus interesses, ao passo que esses também zelavam pelas demandas de seus “clientes”.<sup>17</sup> Além disso, a autora faz uma distinção importante entre os intermediários e mediadores, sendo o segundo um “tipo especial” do primeiro. Entre essas diferenças, as funções exercidas pelos mediadores necessitam ser essenciais, “críticas”, de grande importância

---

<sup>14</sup> WOLF Eric R. Apud GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 17.

<sup>15</sup> WOLF, Eric R. Op. cit., p. 1072. “Broker”, em uma tradução livre, significa “intermediário”.

<sup>16</sup> IMÍZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: IMÍZCOZ, José María (Org.). *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001. p. 235-237. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1708957>. Acesso em: 11/05/2018.

<sup>17</sup> SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. *Ethnology* v. 4, n. 2, p. 172-189, 1965. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3772728](http://www.jstor.org/stable/3772728). Acesso em: 07/08/2018.

para as estruturas básicas de cada um ou ambos ou sistemas. Nesse sentido, Sylverman dá o exemplo que um portador de informações e conhecimentos de novas tendências na moda (*fashion*) que estão circulando em nível nacional para o nível local não pode ser considerado um mediador, embora seja um “intermediário comunicacional”. A segunda premissa: “os mediadores protegem” suas “funções” isto é “têm quase exclusividade em performá-las”, com a exclusividade expressando que a ligação entre os dois sistemas “deve ser feita através dos mediadores.”<sup>18</sup> E esses “podem tomar suas funções por causa da posse prévia de uma alta posição, ou podem atingir uma alta posição como resultado de assumir o papel de mediador.” Por fim, os mediadores tornavam exclusivas as relações entre os sistemas local e nacional de forma que “cada patrão performava uma ampla gama de funções de mediação, o mesmo indivíduo frequentemente era para os seus clientes, ao mesmo tempo, a ligação econômica, política, social e ideológica com a sociedade mais ampla”.<sup>19</sup>

Portanto, o mediador tem a aptidão de se comportar de forma apropriada nos diferentes ambientes em que circula, agindo como uma espécie de dissipador de tensões, traduzindo demandas de um nível a outro, com base nas habilidades e recursos que dispõe, exercendo essa função de maneira pessoal e exclusiva. É como Pinheiro Machado agia. Ele exerceu funções de mediação entre o nível paroquial e o regional, promovendo a resolução de interesses de suas bases eleitorais e familiares em relação ao governo do PRR no estado sulino. Além disso, também se tornou um mediador entre o Rio Grande do Sul e a União, principalmente com base nas demandas que o governo do partido estabelecia em relação ao governo federal.

Ora, e quais interesses estabeleciam-se nesse canal de mediação que Pinheiro Machado promoveu? Os mais diversos. A obtenção de auxílios materiais e financeiros para indivíduos de uma comunidade, incluindo a indicação para determinado cargo ou emprego que dependesse da interlocução com agentes estatais, ou, em outro nível de atuação, a defesa de pautas econômicas do governo do PRR que necessitassem do auxílio do governo federal, bem como a formação de grupos para a disputa e vitória nas eleições presidenciais ao longo da Primeira República. E, em última instância, o mediador atua em favor da manutenção do próprio jogo político nas condições as quais ele possui uma posição de destaque. O senador transitava entre os espaços do poder, convergindo interesses diversos, em uma atuação que lhe rendeu cargos públicos,

---

<sup>18</sup> SILVERMAN, Sydel F. Op. cit., p. 173.

<sup>19</sup> SILVERMAN, Sydel F. Apud GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 18.

riqueza e notoriedade, sendo visto e compreendido por seus pares como uma figura-chave da política nacional durante o primeiro quartel do século XX.

Além disso, ao longo de sua trajetória, à medida que obteve maior prestígio, Pinheiro disputaria espaço com outros *players* políticos de certa estatura no âmbito nacional, em uma verdadeira competição de mediadores, sujeita sempre a mudanças no *status* do “jogador”, dependendo da estratégia que utilizasse.

É necessário destacar dois trabalhos que possuem convergência com a proposta aqui apresentada, pelo fato de promoverem uma história social da política, baseada nas práticas e visões de mundo dos indivíduos participantes desse processo e, nessa reflexão, valerem-se do conceito de mediador para a análise das estruturas políticas e sociais do Rio Grande do Sul.

Um deles é o livro “O Jogo das Mediações”, produto baseado na dissertação de mestrado do autor. Na obra, Grijó trata da trajetória da chamada “geração de 1907”, grupo de indivíduos vinculados ao PRR que iniciam sua vida política naquele ano, formando um bloco estudantil e político durante a campanha eleitoral de um membro do partido, Carlos Barbosa Gonçalves, ao governo do estado do Rio Grande do Sul.<sup>20</sup> Como aponta o autor, o objetivo do estudo

Foi o de analisar de que forma, contando com quais recursos e em quais condições estes agentes lograram atingir posições importantes em termos político-partidários nos planos municipal-regional, estadual, e, por fim, nacional.<sup>21</sup>

Assim, ele mostra que havia uma acirrada luta de posições dominantes no “jogo político” em termos de liderança e ocupação de cargos e prestígio, analisando igualmente as ações às quais se direcionavam estes indivíduos a fim de conquistarem essas posições, ao passo que buscou situar quais seriam as regras nessa disputa e os recursos que tais agentes utilizavam-se para obter destaque nesse cenário. Dentre a pesquisa, ênfase a análise do percurso de Getúlio Dornelles Vargas, que inicialmente “passa a exercer funções de mediação” entre o seu grupo familiar e o presidente do estado do Rio Grande do Sul e chefe do partido, Antônio Borges de Medeiros. Posteriormente, Getúlio galga novos postos político-partidários, tornando-se deputado federal pelo PRR e se constituindo como “um dos principais mediadores entre Borges e

---

<sup>20</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017.

<sup>21</sup> Ibid., p. 9.

o governo federal". Na sequência, alcança o Ministério da Fazenda durante o mandato do presidente da República Washington Luiz e, posteriormente, em 1928, é eleito presidente do estado sulino, conformando-se “como uma das principais lideranças dentro e fora do estado”, alcançando “trânsito e notoriedade nacionais”.<sup>22</sup> Getúlio, na década de 1920, credencia-se assim para a candidatura à presidência do Brasil, com o apoio de lideranças políticas de agremiações rio-grandenses e de outras regiões do país.

Jonas Vargas, em sua dissertação, estudou o que ele conceituou de “elite política do Rio Grande do Sul”, no final do período imperial, um grupo formado “pelos conselheiros e ministros de Estado, senadores e deputados gerais e provinciais”. O foco do autor voltou-se para as “relações sociais e políticas que estes homens, juntamente com suas famílias, mantinham dentro e fora do mundo da política”. Ele aponta que a “elite política imperial e os chefes paroquiais” estavam intensamente conectados em relações de auxílio mútuo e também de conflitos, num mundo “fronteiriço e belicoso”, no qual “a informação” era tão valiosa “quanto os bens materiais”. Sobre os políticos em estudo, o autor aponta que se tratavam de mediadores com “características diferenciadas dentro da sua “aldeia” e “responsáveis em ligar a sua comunidade com o mundo exterior, defendendo interesses diversos”. Assim, Vargas afirma que esses mediadores comumente instrumentalizavam os “códigos” de procedimentos (traços de conduta ligados a formação escolar, origens sociais, entre outros), dos sistemas que ligavam, quais fossem, comunidades locais (nível paroquial) com a capital da Província (nível regional) e esta com a Corte (governo central).<sup>23</sup>

Acerca da discussão de outras referências, interpretações acadêmicas sobre a atividade política no Rio Grande do Sul surgiram na primeira metade do século XX. Trata-se de nomes sob forte influência teórico-metodológica “positivista”, como José Luiz Silveira, Euclides Moura e Othelo Rosa. Eles investiram em temas como a chamada “democracia sulina”, destacando o suposto alto nível do debate político-institucional, a “firmeza doutrinária” dos partidos e seus correligionários. Todavia, paradoxalmente, também assinalaram a existência de conflitos armados para a resolução de certas contendas políticas, justificadas, no contexto, por uma “honra guerreira” que é concebida e valorizada pelos autores. O estado foi, desse modo, “invariavelmente

---

<sup>22</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 130-132.

<sup>23</sup> VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007. p. 2; p. 33-34.



apresentado como um ente à parte dentro do Brasil”. Assim, embora os rio-grandenses possuíssem “amor à Pátria”, assumindo a vanguarda na defesa das fronteiras nacionais, foram “descritos como a encarnação de uma cidadania superior”, a defesa de um “espírito público”, resultado de uma “politização mais sólida” que no resto do país, esse de forma preponderante “entregue à corrupção e à confusão de princípios, em detrimento do bem comum”.<sup>24</sup>

Tais análises prosseguiram nos períodos seguintes até surgirem durante a década de 1960 trabalhos de inspiração “patrimonialista” e “marxista-mecanicista”. Sobre a primeira, Raymundo Faoro “transcendeu” a mecânica sucessão de eventos políticos como objeto de análise e “introduziu o Estado como sujeito novo na historiografia”, em especial por meio de crítica das lógicas de formação da “estrutura burocrática brasileira”. Um de seus subsídios para a discussão acadêmica está na verificação que as práticas políticas, no Brasil, são permeadas por uma tradição “informal” de relações compostas pelo “patrimonialismo estamental”: não há no Estado distinção entre o público e o privado, o qual é composto por uma burocracia que domina política e economicamente os destinos da nação - e perpassado pelo coronelismo e pelas relações clientelísticas. Contudo, na análise de Faoro sobre o Rio Grande do Sul, segundo Axt, o primeiro “parece admitir” que esse mesmo estado teve graus inferiores de “coronelismo”, devido à menor ascendência dos “poderes locais sobre o governo regional”.<sup>25</sup>

Em linhas gerais, o conceito de coronelismo traduz-se em um sistema político baseado em apoio mútuo entre os representantes das três esferas governamentais (municipal, estadual e federal). O termo na historiografia também faz referência aos coronéis da antiga Guarda Nacional, milícia constituída entre 1831-1922, a serviço da ordem pública e formada em sua maioria por proprietários rurais que possuíam poder político local.<sup>26</sup> Contudo, essa sustentação entre os envolvidos também seria legitimada pela coerção, a violência e a corrupção, principalmente em momentos de disputas

---

<sup>24</sup> AXT, Gunter. Contribuições ao debate concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 41, jan.-jun. 2002.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 42-43.

<sup>26</sup> Para uma ampla discussão conceitual sobre o tema, ver entre outras obras: FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001. É importante ressaltar que nem todos esses mandatários eram ligados a tal organização paramilitar, generalizando-se a denominação de “coronel” para os grandes proprietários do campo que se constituíam em lideranças políticas nas suas localidades. *Ibid.*, p. 736-738. Atentar que as páginas assinaladas são de uma edição virtual, da digital source (<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>), e pode haver diferenças em relação àquelas da edição impressa.

eleitorais. O coronelismo teve traços diferentes vinculado aos cenários regionais, e o poder de mando do “coronel” constituía-se em maior ou menor grau, influenciado, certamente, pela ocorrência ou não de disputas com outras facções políticas que poderiam colocar em xeque a sua capacidade de mobilização eleitoral. Desse modo, não raro surgiam conflitos sangrentos entre famílias e grupos locais, em especial na época de eleições. Ainda, o coronel poderia entrar em desacordo acerca das decisões do partido ao qual estava atrelado e, por conseguinte, às das esferas governamentais associadas a essa mesma agremiação (e se fosse um partido rival a governar o estado, provavelmente o diálogo político se tornaria ainda mais difícil).<sup>27</sup>

De qualquer modo, como aponta José Murilo de Carvalho ao interpretar a tese de Victor Leal, o governo estadual garantiria, para “baixo”, legitimidade política de determinados indivíduos sobre seus “dependentes” e “rivais”. O coronel possuía assim um grande poder local, subordinando a si desde as investigações da justiça até o controle dos cargos públicos. Por sua vez, ele asseguraria seu apoio ao governo regional, sobretudo na forma de captação de votos de sua respectiva área. Para “cima”, os governadores dos estados dariam suporte ao presidente da República, em troca do reconhecimento deste do “domínio” deles nas unidades federativas.<sup>28</sup>

Sobre as relações clientelísticas (ou relações de patronagem), são conceituadas, em termos gerais, como um “tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.<sup>29</sup>

Quanto aos autores da vertente marxista-mecanicista de estudos políticos do Rio Grande do Sul, esses passaram a se preocupar em instituir elos entre a “disputa política e as instâncias sociais”, valorizando o “conceito de classes sociais para a análise historiográfica”, e a importância da ligação delas nessa luta pelo “poder” político rio-grandense. “A burocracia estatal deixava, pouco a pouco, de ser um ente autônomo para se converter em expressão da composição dos interesses da “classe” burguesa. Tais reflexões podem ser encontradas, por exemplo, nos trabalhos de Sérgio da Costa Franco

---

<sup>27</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 60-62.

<sup>28</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 00, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 15/09/2017. Esta indicação de páginas do artigo relaciona-se ao meio virtual.

<sup>29</sup> *Ibid.* A discussão do tema do clientelismo será retomada ao longo da tese e, dessa forma, não pretendi esgotar tal análise neste momento.

e Joseph Love, com o segundo alcançando projeção nacional a partir da sua tese de doutorado publicada sob o título traduzido de “O Regionalismo Gaúcho”.<sup>30</sup>

Segundo Axt, um dos grandes problemas dos estudos acima elencados, tanto aqueles ligados às correntes positivistas, a “patrimonialista” e a marxista-mecanicista, é a insistência na tese de que o Rio Grande do Sul não foi atingido (ou foi “menos” atingido) pelas práticas do sistema coronelista de poder que vigeu durante a Primeira República. Nesse sentido, prevaleceu a “tese da especificidade” do estado sulino em relação ao resto do Brasil, o que não seria verificável empiricamente.<sup>31</sup>

Assim, contrapondo-se a tais pesquisas, Loiva Félix aplicou também para o Rio Grande do Sul a reflexão que aponta o descompasso entre o discurso e a prática política na tradição brasileira, demonstrando que as “estruturas institucionais” achavam-se também aqui “permeadas por uma cultura sub-reptícia, que confundia as instâncias pública e privada”. A autora concluiu, a partir de uma ampla pesquisa documental, incluindo correspondências entre líderes do PRR (cartas, telegramas, bilhetes), arquivos eleitorais (legislações, atas de eleições) e relatórios das intendências municipais, a existência recorrente também no estado sulino de “uma rede de compromissos” de cunho coronelístico que dava suporte à conjuntura política, ao passo que dela se nutria.

Segundo Félix, o Rio Grande do Sul viveu as relações coronelísticas durante a Primeira República com determinadas especificidades, ligadas ao seu desenvolvimento histórico, como a proeminência (mas não exclusividade) do grupo pecuarista, ao contrário de outros casos que atestam tal ligação apenas a núcleos agrícolas. Outro fator foi o domínio político, primeiro de Júlio de Castilhos, depois de Antônio Borges de Medeiros (citando aqueles que foram presidentes do estado e presidentes do partido durante o período), que “ajustaram” de maneira eficaz os coronéis à estrutura partidária do PRR e ao governo estadual - através da intimidação, da violência ou da demissão de cargos públicos - não havendo assim repetidos focos de desavenças entre o poder local e o regional como teria ocorrido em outras regiões do país. Contudo, nessa discussão, tais elementos não configurariam os rio-grandenses como um caso estranho ao resto do Brasil.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> AXT, Gunter. Op. cit., p. 44. Sobre os trabalhos dos autores citados por Axt, ver, por exemplo: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988. LOVE, Joseph. Op. cit.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 45; 49. Citação referida a Gunter Axt.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 55-56. A questão do “descompasso” de ideias foi conceito aplicado pela autora a partir de Faoro, embora este, conforme Axt, relativizaria a questão para o caso sulino. Sobre a discussão no texto

De outro modo, é discutível a tese que o Rio Grande do Sul teria se “isolado” do cenário político nacional durante a Primeira República, pelo contrário: há trabalhos demonstrando que os membros do PRR buscaram defender seus interesses em tal panorama. Nesse sentido, é importante apresentar o trabalho de Cláudia Viscardi, que confronta a chamada denominação da “política do café-com-leite”. Essa ideia exprime a formação de uma aliança entre dois entes federados, os quais dominariam o ambiente político nacional no período. Assim, se asseguraria o revezamento, no governo federal, de representantes dos estados de São Paulo e Minas Gerais, os maiores produtores de café do país, artigo de destaque por décadas na economia brasileira.

A autora demonstra que as alianças entre as lideranças políticas desses estados foram marcadas por constantes alterações e permanente “instabilidade” e a inexistência de acordos duradouros entre elas não impediu que o regime republicano adquirisse “consistência”. Ao contrário, foi exatamente a ausência desse pacto tão sólido que garantiu espaço para outros grupos políticos regionais articularem-se em nível nacional e proporem suas reivindicações, evitando um modelo governamental desequilibrado, centrado apenas nos polos mineiro e paulista.<sup>33</sup> Sobre o Rio Grande do Sul, Viscardi aponta que o “poder de intervenção” desse estado durante da Primeira República “foi muito considerável”. E discute ao longo do texto como os seus representantes lograram força política durante a Primeira República para além de um suposto apoio militar, afirmação trazida, entre outros, por Love e Schwartzman.<sup>34</sup>

Mesmo com as críticas postas acerca do trabalho de Love, entendo que sua tese acadêmica é referência importante por dedicar atenção aos indivíduos pertencentes ao PRR e atuantes nessa busca de espaço no cenário político rio-grandense e brasileiro: Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, sendo esse considerado a principal liderança do partido em nível nacional.<sup>35</sup> Com uma ampla pesquisa baseada em fontes primárias que incluíram textos jornalísticos, dados estatísticos, econômicos e demográficos, conjuntos de leis e relatórios administrativos do governo estadual, o autor apresenta o papel do estado sulino na política nacional durante a Primeira República. Segundo Love, tratou-se de um período em que o sistema federativo amplo e a ausência

---

principal, ver: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 9-20.

<sup>33</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café-com-leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 33. Ver, como aponta Viscardi: LOVE, Joseph. *Op. cit.*, p.115-116. SCHWARTZMAN, Simon. Um enfoque teórico do regionalismo político. In: BALÁN, Jorge. (Org.) *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1974. p. 80-107.

<sup>35</sup> LOVE, Joseph. *Op. cit.*

de partidos políticos nacionais tornaram os estados excepcionalmente importantes.

Desse modo, ele apresenta a emergência gradual do Rio Grande do Sul como força política nacional, sob liderança de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, a partir de 1904. Love afirma que após a morte de Castilhos no ano anterior, os partidários do PRR começaram a demonstrar mais interesse pelos assuntos nacionais (previamente eles estariam preocupados principalmente em fortalecer e consolidar o poder do partido regionalmente, uma agremiação ainda incipiente), assim como a promover uma maior integração econômica com outros estados.

Nessa conjuntura foi fundamental a ligação dos rio-grandenses a uma organização militar revitalizada (a qual impunha respeito para intimidar opositores) além de um grupo de congressistas “disciplinados” para seguir as orientações de Borges e de Pinheiro.<sup>36</sup> Nesse sentido, é importante ressaltar que apesar de existir oposição no Rio Grande do Sul durante o período em estudo, concentrada no Partido Federalista (PF), tal grupo não possuía grande espaço de atuação. Na sequência da guerra civil de 1893<sup>37</sup>, Castilhos praticamente excluiu os federalistas dos cargos públicos, do legislativo estadual e do Congresso Nacional (através da intimidação, da violência, da corrupção ou simplesmente porque o PF se recusava a participar de pleitos no caso dos cargos eletivos). Posteriormente, com a morte dele, Borges propôs-se a fazer “concessões”, ainda que pequenas, à “oposição”, e esses começaram a fazer parte dos grupos parlamentares regionais e nacionais.<sup>38</sup>

Por fim, foi fator importante a influência e poder pessoais do principal representante do estado sulino no Rio de Janeiro, o próprio Pinheiro Machado. O autor define-o como um “hábil político”, que através de suas estratégias, entre os anos 1905-

---

<sup>36</sup> Em relação ao grupo armado, trata-se da Brigada Militar, força de segurança pública estadual criada por Castilhos e formada por milhares de homens bem equipados para enfrentamentos. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 44; p. 53, 57; 122. Alguns dos parlamentares citados por Love ao longo de sua obra são os senadores Júlio Anacleto Falcão Frota, Cassiano do Nascimento, Vitorino Carneiro Monteiro e os deputados federais Diogo Alvares Fortuna e Domingos Figueiredo Mascarenhas, os quais exerceram mandatos durante o período da atuação política de Pinheiro. Por outro lado, o autor não apresenta maiores informações sobre eles. Ibid.

<sup>37</sup> Tal conflito armado, conhecido como Revolução Federalista, será tratado ao longo da tese.

<sup>38</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 93. Ao voltar ao governo em 1913, Borges de Medeiros iria propor uma “nova lei eleitoral”, adotando outro esquema de alistamento e assegurando um “sistema de representação proporcional para as minorias”. O princípio básico da lei nº 153, de 14/07/1913, era enunciado no artigo 81, o qual pregava: “todas as opiniões políticas terão direito à representação proporcional de suas forças eleitorais”. Ver: ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. *Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito*: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924). Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2012. p. 20; p. 72-74. PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo*: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 62.

1915, teria consolidado sua posição de importante figura pública, “o homem mais poderoso do Senado”, o qual alçou o Rio Grande do Sul como o terceiro grupo mais significativo da política brasileira, tomando o lugar da Bahia.<sup>39</sup> Segundo Love, o domínio de Pinheiro originava-se não só de sua “influência singular sobre presidentes, em especial Hermes da Fonseca”, mas da “autoridade” que exercia entre a elite dirigente nacional. Seu poder no Congresso derivaria do controle das comissões apuradoras de votos do Senado e da Câmara Federal. Através desses órgãos, o senador, por exemplo, poderia negar uma “cadeira” parlamentar a um adversário, fazendo com que a comissão verificadora considerasse fraudulento um número de votos suficientes para dar a vitória a outro candidato. Assim, tais mecanismos afetavam diretamente os resultados eleitorais e, conseqüentemente, a formação dos cenários políticos.

Na questão da integração política regional-nacional, entre algumas bandeiras econômicas defendidas pelo grupo dirigente do PRR estavam o combate rigoroso ao contrabando de carnes e o couro platinos (bem como uma maior taxaçoão deles), cuja concorrência prejudicava os produtores locais; melhorias na infra-estrutura portuária, em especial do Porto de Rio Grande, principal responsável pelo transporte de mercadorias para o mercado interno; implementação de redes ferroviárias.<sup>40</sup> Assim, diante dos objetivos de crescimento em seus mais diversos campos, que dependiam de resoluções do governo federal, bem como da associação com políticos de outras unidades federativas para a defesa de interesses conjuntos (principalmente na questão de uma rede de transportes mais efetiva em todo o território brasileiro, através de portos e ferrovias), é impensável vislumbrar o grupo dirigente do Rio Grande Sul, a qualquer tempo, refratário e isolado nesse diálogo entre o regional e o nacional. Nesse sentido, dirigentes partidários e detentores de cargos eletivos (entre deputados, senadores e chefes do poder executivo) valiam-se das ações de mediação de José Pinheiro Machado para se conectarem com outros agentes do mundo da política, muitos deles de projeção nacional.

Mesmo levando em conta a pesquisa de Love, na qual ele aponta questões indicativas da ação de certos políticos e, de forma mais ampla, de objetivos dos membros do governo do Rio Grande do Sul ao longo do período, tratam-se de elementos assinalados, mas não analisados profundamente. O autor não complexifica,

---

<sup>39</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 146-147.

<sup>40</sup> Ver, por exemplo: Ibid., p. 50; 115-144; 163; 166. Essas “metas” do PRR somam-se àquelas relacionadas a sistemas de organização política, com foco no federalismo, já citadas na introdução desta tese.

no caso do senador, as estratégias utilizadas por ele nesse contexto, não detalhando, por exemplo, como ele manteve a cooptação e influência sobre aliados, alguns deles ocupando os mais altos postos públicos, como o presidente da República. Que tipos de vínculos Pinheiro possuía? Como ele construiu esse hipotético prestígio? Além disso, qual o seu papel nas articulações, negociações e processos decisórios que envolviam o Rio Grande do Sul em relação a outras unidades federativas e ao governo federal para contemplar objetivos propostos por lideranças do PRR? E em que medida essas metas foram obtidas? Como afirma Bulst, as problemáticas as quais permeiam a pesquisa histórica podem (e devem) ser analisadas a partir do “conhecimento prévio das pessoas” que participaram de tais processos.<sup>41</sup> Isso implica em compreender a visão de mundo e as ações de Pinheiro Machado ao longo de sua trajetória na esfera política, assim como os diversos desfechos que tal percurso acarretava.

Há discussões inscritas num movimento maior da historiografia baseado em uma série de retornos nos últimos decênios, tais como: a “revitalização da história política” como campo de pesquisa; o entendimento desse político como um “espaço de articulação do social”; a “valorização do sujeito, do acontecido e da narrativa na história”.<sup>42</sup> Segundo Philippe Levillain, nesse cenário de constituição de um novo tipo de história política, a qual valoriza os atores sociais e suas ações, é possível entender o crescimento na atualidade do estudo *biográfico*<sup>43</sup> (ou estudo de *trajetória*, aqui o termo é usado indiferentemente) como forma de saber historiográfico.

Contudo, como defende Sabina Loriga, trata-se de outra produção biográfica:

O indivíduo não tem como missão revelar a essência da humanidade; ao contrário, ele deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, por meio de diferentes movimentos individuais, é que se pode romper as homogeneidades aparentes (por exemplo, a instituição, a comunidade ou o grupo social) e revelar os conflitos que presidiram à formação e à edificação das práticas culturais: penso nas inércias e nas ineficácias normativas, mas também nas incoerências que existem entre as diferentes normas, e na maneira pela qual os indivíduos, “façam” eles ou não a história, moldam e modificam as relações de poder.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: história e sociedade*. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 58, 2005.

<sup>42</sup> CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz da. História e Biografia: limites e possibilidades teóricas. *Revista Cantareira*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 2, jul.-dez. 2011.

<sup>43</sup> LEVILLAIN, Philippe. Apud CONCEIÇÃO, Lívia Beatriz da. *Ibid.*, p. 2.

<sup>44</sup> LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 249.

Dessa forma, trata-se de compreender os atores sociais em diferentes contextos, vislumbrando seus múltiplos estratagemas de ação, em variáveis caminhos que foram (ou poderiam) ser percorridos.

Ao problematizar a profusão das biografias, Benito Schmidt ressalta que a função do historiador nesse cenário não é adotar um dos pólos, “indivíduo ou sociedade”, mas sim problematizar “estratégias narrativas que estabeleçam uma permanente *tensão* entre o personagem e os constrangimentos/possibilidades de sua época”.<sup>45</sup> Em seu trabalho publicado sobre Gilda Marinho - jornalista de Pelotas (RS) a qual escreveu, entre vários trabalhos, textos e reportagens para a “Revista do Globo” durante a década de 1940 - o autor nos leva a compreender que os seus apregoados atributos, como “inteligência”, “beleza” e “personalidade comunicativa” não são dados *a priori*, pois só lograram “evidência” e legitimação por ela estar presente em grupos nos quais tais predicados eram apreciados e “estimulados”, a partir do seu trânsito na vida boêmia e “cultural” da cidade pelotense e pelos relatos da sua inserção nesse universo “mundano” pela imprensa relacionada.<sup>46</sup> Além disso, ela foi descrita em outro momento como alguém “que se impõe profissionalmente por suas qualidades intelectuais e sua capacidade de trabalho”. Ou seja “ela se construiu e foi construída de formas diversas ao longo da vida”, de acordo com as possibilidades apresentadas para Gilda e como a própria agia nessas conjunturas.<sup>47</sup> Essa reflexão também é essencial no intuito de desmistificar a consolidação da figura de grandes “heróis” dotados de qualidades sobre-humanas, únicas, que se sobressairiam de forma “inexplicável” acima dos outros homens, em um contexto social aparentemente irrelevante.

Outro dos problemas fundamentais em relação ao uso da biografia é trazido por Pierre Bourdieu

Falar de história de vida é pelo menos pressupor - e isso não é pouco - que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, “Uma Vida”, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história, e o relato dessa história.<sup>48</sup>

---

<sup>45</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 137, jul.-dez. 2004.

<sup>46</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 160.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p.162.

<sup>48</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183.



Portanto, segundo o autor, “contar uma história de vida”, tal qual é tradicionalmente concebida, implicaria em entender a existência individual passível de ser organizada cronológica e logicamente. Como se constituísse um trajeto do indivíduo que possui um início, algumas etapas e um final, e pudesse ser contado sem maiores perturbações. Esse percurso conteria, ainda, um início e um “fim” de “duplo sentido”. Pois o início é o “ponto de partida”, mas também tem o sentido de “princípio”. E o término, além de ser o ponto final, igualmente é o “objetivo” alcançado.<sup>49</sup> Ou seja, a narrativa constrói-se de forma que desde um princípio determinado o indivíduo já mirava ao objetivo final – o menino o qual *discursava* entre seus amigos de infância e portanto *já carregava* o dom da oratória e assim *inexoravelmente* seria um político *como acabou o sendo*. Tal lógica é vista de forma comum nos relatos biográficos que exaltam determinados indivíduos, ou mesmo os degradam, mas a lógica é a mesma. Segundo Luiz Alberto Grijó, em ambos os casos os “caracteres atribuídos ao sujeito continuam sendo apresentados como essências a ele fixadas desde a origem e para sempre, ou seja, como um *arché* relacionado a um *telos*.”<sup>50</sup>

Tal concepção seria recheada de problemas, pois como aponta novamente Bourdieu:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um sujeito cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.<sup>51</sup>

O estudo de uma trajetória, portanto, não pode existir de forma isolada, através de uma “linha” da vida pré-programada, progressiva, como se já contivesse em si própria o seu início e o destino final. Tratam-se de “concepções essencialistas, mesmo metafísicas”,<sup>52</sup> não verificáveis na realidade social, pois não dão conta das possibilidades, das descontinuidades e dos múltiplos caminhos e destinos possíveis que estavam em aberto para aquele indivíduo ao longo de seu percurso. Assim, deve-se buscar um gênero biográfico diferente, o qual tem por objetivo analisar o homem em

---

<sup>49</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 184.

<sup>50</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 86.

<sup>51</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 189-190.

<sup>52</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2008, p. 86.

sua multiplicidade, incoerente e permeado de conflitos. Ou, do contrário, se cairá em uma verdadeira “ilusão biográfica”, retomando as palavras de Bourdieu.<sup>53</sup>

Portanto o pesquisador deve trabalhar com as biografias, mas vislumbrá-las sob outra ótica: para produzir conhecimento na área do saber. Em especial, partindo dessa escala micro de análise (biográfica) é possível perceber elementos que abrem portas para a compreensão (e resolução) de problemáticas mais amplas da pesquisa histórica.

O trabalho de Mario Grynszpan, por exemplo, tem um objetivo mais complexo do que simplesmente “contar” a vida de um biografado. No caso, trata-se de Tenório Cavalcanti, político de projeção nacional, entre as décadas de 1930-1960. Segundo o autor, a intenção não foi conceber “mais uma biografia de Tenório” (no sentido tradicional do termo), mas “produzir *dados*” a partir do estudo da trajetória dele para perceber como funcionavam as relações e os “idiomas” da patronagem no Brasil daquele período. Conforme Grynszpan:

O exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos.<sup>54</sup>

No caso de Cavalcanti, “se a combinação aparentemente contraditória da violência com o direito, a política e o jornalismo fizeram dele uma figura singular, esta sua mesma excepcionalidade, associada a seu caráter pessoal teatral”, também abriu portas para a percepção de “aspectos básicos” da patronagem política, como Grynszpan pretendeu afirmar.<sup>55</sup>

Com base nessas premissas, ao se propor um estudo da trajetória de Pinheiro Machado, pude perceber melhor suas ideias, suas ações, seus movimentos, a maneira como ele acumulou notoriedade e força política. Portanto, acredito que uma pesquisa mais detida sobre os deslocamentos dele permitem fazer análises gerais as quais excedem o caso em questão e apontam, com maior riqueza de detalhes, para sua visão de mundo e suas estratégias, que lhe permitiram a entrada e o trânsito na área política,

---

<sup>53</sup> Esse é o título do artigo de Pierre Bourdieu, já aqui referido.

<sup>54</sup> GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 14, p. 74-75, out. 1990.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 73-90.

revelando assim os próprios elementos de funcionamento da mesma. Dessa forma, procurei reconstituir o espaço social no qual se movia esse político, a fim de entender as posições por ele ocupadas e como, em tal contexto, operava suas escolhas.

Ao longo desta tese me preocupei, igualmente, em verificar a existência de estudos biográficos sobre Pinheiro Machado, o que ocasionou resultados afirmativos. Tais materiais foram utilizados como fontes para a pesquisa e preferi apresentá-los neste momento, associada a essa reflexão do tema da biografia em termos teórico-metodológicos, buscando uma conexão mais coerente e inteligível no meu texto. Nessa categoria inserem-se cinco trabalhos razoavelmente conhecidos: “Pinheiro Machado”, de Newton Alvim, “Pinheiro Machado”, de Ciro Silva, “Pinheiro Machado” de Hermes da Fonseca Filho, “Pinheiro Machado e seu Tempo”, de Costa-Porto, e “O Senador de Ferro”, de Cid Pinheiro Cabral.<sup>56</sup> O que mais se destaca é o trabalho de Silva, que traz um maior volume de informações a respeito do senador, resgatando alguns de seus discursos parlamentares e mencionando matérias jornalísticas elogiosas que o citavam como personalidade política importante durante o período republicano.

Embora tais produtos possuam um caráter que não norteia a presente pesquisa, o de enaltecer ou desprestigiar o biografado, são importantes, pois como aponta Luiz Alberto Grijó, além de se constituírem como fonte valiosa de informações a respeito de eventos e datas, através deles pode-se ter acesso a

representações, posições, predisposições, recursos utilizados e ações dos indivíduos considerados, bem como para o desvelamento dos respectivos princípios subjacentes e que só serão encontrados por detrás do sentido manifesto destas e nestas mitografias.<sup>57</sup>

Ou seja, assim é possível compreender certas “ações” e “percepções”, “relações” e “motivações” dos biografados, que no cruzamento dessas informações com outros materiais, são extremamente importantes para a pesquisa.<sup>58</sup> Dessa forma, o reconhecimento da força política de Pinheiro Machado; o seu trânsito entre a esfera política regional e nacional; a sua capacidade de resolver questões políticas; o seu papel no fortalecimento do governo do PRR são temas presentes nesses textos e que foram analisados. De outro modo, é possível afirmar o “silêncio” sobre os mecanismos constitutivos desse suposto poder político do senador: há uma certeza antecipada dos

---

<sup>56</sup> ALVIM, Newton. Op. cit. SILVA, Ciro. Op. cit. FONSECA FILHO, Hermes da. *Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, [19?]. COSTA-PORTO, João. Op. cit. CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit.

<sup>57</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2008, p. 87.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 87.

autores a respeito de tais pautas, ocasionando como secundária a tarefa de pesquisa das estruturas desse mesmo “poder”. Dessa forma, reforço a consciência de que é no entrelaçamento de dados entre essas fontes e de outros tipos ser possível chegar a conclusões mais rigorosas.

Grijó, ao longo de sua tese de doutorado, em determinado momento discorre sobre a trajetória de determinados políticos rio-grandenses durante a Primeira República, com a intenção de analisar quais ações foram articuladas por eles para se tornarem figuras de expressão nesse meio. Um desses indivíduos é Pinheiro Machado. Assim, ele aponta que recursos foram utilizados pelo senador para se tornar referência política não só no plano regional, mas também nacional. Segundo o autor, o primeiro desses elementos foi o papel da escolarização dele. O diploma em cursos de ensino superior teria passado paulatinamente a ser um trunfo importante para o alcance de posições político-partidárias, processo que se acentuou no Brasil no final do século XIX. “Cada vez mais as elites locais passaram a valorizar os recursos propriamente culturais na luta política” e assim a “educação formal de seus líderes” gradualmente foi vista como algo a ser cultivado. Dessa forma, o sucesso de um “pleiteante à liderança político-partidária” não se devia mais unicamente as suas “habilidades” como um “chefe guerreiro”. Não que mecanismos como “ser o centro de uma rede clientelística e contar com extensas relações de parentesco e amizade” deixassem de ser importantes e até essenciais. Mas essas práticas do “mundo da estância” não garantiriam mais, isoladamente, a ascensão “às posições mais elevadas”. Desse modo, o título escolar e os recursos culturais progressivamente foram vislumbrados como importantes em uma nova configuração de homem político.<sup>59</sup>

Nesse caso, inserem-se em especial as faculdades de direito do país (lembrando que Pinheiro formou-se em uma delas, em São Paulo, no ano de 1878). Pois, além da capacitação “técnica” a qual o curso jurídico poderia prover ao indivíduo, o mais importante era o seu papel na consolidação de um *ethos* que incluía certa “cultura jurídica:” “roupas adequadas”, a frequência em clubes elegantes e outros espaços de sociabilidade e lazer, referências intelectuais e a “sede de notoriedade”, a qual incluía a participação apaixonada e incessante nos debates políticos, sociais e culturais, em visões amplas sobre o “mundo” e como “agir” nele. Assim, tais instituições serviriam como um espaço que viabilizava o desejo dos jovens de famílias abastadas de intervir em

---

<sup>59</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 111-112.

"tudo". Ou seja, a confirmação da posição deles como indivíduos “privilegiados” e “esclarecidos” que deveriam conduzir o “destino” da sociedade. Era “a ratificação de posições” sociais desses jovens “oriundos dos grupos familiares mais bem situados econômica e socialmente” desde períodos anteriores e que antes eram garantidas através da força de seus grupos armados.<sup>60</sup>

Em segundo lugar, Pinheiro Machado podia contar com um leque de conexões sociais “qualitativamente mais importante” do que boa parte de seus colegas correligionários do PRR. Ele descendia de “família paulista” e teria cultivado tais relações de parentesco, as quais incluíam nomes políticos de lá. Além disso, sua “convivência com colegas nos seus períodos de estudos e mesmo na época da Guerra do Paraguai” (que compreenderiam políticos e militares, quando eles não se confundiam) configuraria um conjunto de contatos herdado e “estendido pelo grupo familiar e por ele próprio que extrapolavam em muito o nível regional”. Por fim, sua “educação formal” e “nível cultural” eram “adequados” ao “trânsito no Rio de Janeiro, além deste espaço já ser dele conhecido desde o tempo de estudante e no qual poderia ser reconhecido”. Pinheiro circularia com sucesso tanto entre as redes sociais e os grupos familiares mais próximos dos líderes locais – uma vez que mantinha e “reforçava” suas “bases” políticas paroquiais no estado sulino, ao qual empreendia “viagens constantes” – quanto entre os agrupamentos políticos ligados aos líderes nacionais. Assim, acabaria por ocupar a posição de “grande mediador” entre os governantes do estado do Rio Grande do Sul e membros do executivo federal.<sup>61</sup>

O que me diferencia em relação ao trabalho de Grijó é o foco de sua pesquisa e a amplitude de sua análise. O autor, em sua tese, possuía como problemática principal o “papel” que foi “atribuído” a Faculdade de Direito de Porto Alegre de “socializar e formar escolar e culturalmente boa parte da elite político-partidária” e da “área jurídica” do Estado.<sup>62</sup> Assim, o trabalho não contempla uma maior complexidade da trajetória política do senador. O percurso dele no Rio Grande do Sul, na Capital Federal e em São Paulo (cujas referências são apontadas por Grijó, mas não desenvolvidas), incluindo a formação de seus contatos e aliados políticos, o seu papel como um possível “patrão” que possuía uma rede de clientela nesses locais (e como ela seria acionada e com quais propósitos), além de sua atuação propriamente parlamentar ao longo de cerca de 25 anos

---

<sup>60</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 211-216.

<sup>61</sup> Ibid., p. 117-127.

<sup>62</sup> Ibid., p. 12.

(que ideias ele defendia, qual o teor dos discursos e das discussões nas quais se envolvia) não é apreciada. Há, portanto, uma lacuna acerca de um amplo estudo de trajetória sobre o senador, bem como para compreender seus movimentos como mediador no cenário político nacional.

Outro trabalho que leva em conta a trajetória de Pinheiro Machado é o de Vera Lúcia Bogéa Borges, intitulado “Morte na República”, onde ela pretende analisar a importância da ação política do senador, conectada, segundo ela, à “presença” potente do legislativo brasileiro nesse contexto. Apesar de haver correlação entre nossos trabalhos, em especial na tentativa de mostrar os deslocamentos de Pinheiro no meio político e como ele adquiriu poder nesse meio, possuímos diferenças. Entre as principais, a primeira é o marco temporal: a autora foca exclusivamente no ápice da força política do parlamentar, entre 1909 e 1915, enquanto eu tive a pretensão de problematizar suas ações em gestões presidenciais anteriores, bem como no percurso dele antes de sua entrada no meio político. Sobre a utilização de fontes, ela promove maior ênfase na pesquisa em anais parlamentares e em jornais - sendo essa segunda documentação alvo de problematização específica em um de seus capítulos - enquanto eu abri mais espaço do que a autora para a crítica de fontes privadas de arquivos, como correspondências, as quais por vezes trazem questões que fogem ao tratado na fala pública dos envolvidos, diversificando esse mesmo conteúdo. Além disso, me valho do conceito de mediador, que estabelece essa caracterização de Pinheiro como um elo entre a esfera política regional e a nacional.<sup>63</sup>

Por fim, esta tese leva em conta os estudos de Badie e Hermet a respeito da lógica estrutural de sistemas políticos. A formação do Estado em um contexto como o da América Latina deu-se a partir da incorporação de um "modelo estatal" europeu que se vinha se formando no Hemisfério Ocidental e "se desloca da história de que provém para outras histórias" e nessas "não encontra (...) elementos que o definam".<sup>64</sup> Forma-se, assim, "os contornos de um Estado híbrido" em relação ao qual se conectam mecânicas variadas. No caso em questão, a “hibridização” relaciona-se a convivência e, em diversas ocasiões, “do confronto de diferentes lógicas ou racionalidades face à importação, geralmente parcial, de certos bens pelas elites” de outras sociedades, no

---

<sup>63</sup> O livro é fruto da dissertação de mestrado da autora. Suas fontes não se reduzem ao que foi mencionado, apenas citei o seu foco na análise. Sobre as datas mencionadas do seu trabalho, a primeira é o momento da construção da candidatura de Hermes da Fonseca, na qual o parlamentar esteve envolvido, e a segunda é o ano da morte de Pinheiro, como já comentado. Ver: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit.

<sup>64</sup> BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura, 1990. p. 180-181.

caso as latino-americanas, “os quais foram produzidos em condições sociais distintas daquelas apresentadas nos universos importadores”. Assim, os “aparelhos administrativos estatal (sic) nesses países são um produto da entrada de modelos e concepções de Estado” os quais expressam os efeitos desse cenário “ora nos conflitos, ora nas complementaridades” postas entre o “legalismo” e a “impessoalidade” com as “formas de apropriação privadas do bem público no seio das referidas burocracias”.<sup>65</sup>

Nesse panorama, é importante reforçar, nas palavras de Grijó:

Tal relação entre estas lógicas diferentes não configura, entretanto, duas realidades em si mesmas, mas um tipo de amálgama que passa a marcar decisivamente as estruturas políticas, econômicas e culturais em geral e escolares em particular. A questão é explicitar como os agentes envolvidos dão conta da apropriação do modelo estatal que eles próprios importam, ou que a ele resistem, e o instrumentalizam como recurso na luta política e, a partir disso, que concepções de política, economia, cultura e escola resultam, bem como os tipos de instituições e agentes correspondentes. Por um lado, os agentes da estruturação estatal (...) claramente se colocam como artífices desta ordem que se busca implementar por sobre estruturas sociais e práticas políticas ancestrais que não se podem adaptar facilmente à nova ordem, qual seja, aquela de um Estado nacional moderno (...).<sup>66</sup>

Assim, no cenário brasileiro abre-se uma conexão entre os elementos da lógica política específica, que efetivamente existiam - eleições, partidos, um sistema de governo definido (republica federativa e presidencialista) a divisão entre os poderes, uma constituição que rege os destinos da Nação - e outros itens estranhos a ela, mas que aqui se fazem presentes, quais sejam, as relações de reciprocidade e clientelísticas, a violência como recurso para derrotar (ou afastar) opositores, a corrupção eleitoral, as deliberações produzidas nos círculos familiares e de amigos e não em discussões no Parlamento. Mesmo que, nos discursos desses homens da política, discorresse-se sobre uma lógica intrínseca a ela a qual conteria os ideais das mais “puras” democracias.

Desse modo visualiza-se a atuação de Pinheiro Machado nesse contexto: ele utilizava-se de instrumentos formais e institucionais, atuando no Congresso como senador, onde procurou impor determinadas demandas no debate político regional e nacional. Porém, também manejava redes clientelísticas e trocas de “favores” com os atores da política (entre outras estratégias que foram analisadas ao longo da pesquisa)

---

<sup>65</sup> BENITES, Luiz Felipe Rocha. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 12, p. 286, jul.-dez. 2004.

<sup>66</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 49.

inclusive para a realização dessas mesmas demandas, em um cenário que permitia a combinação de tais elementos. Trata-se, então, de compreender de que forma Pinheiro Machado, promovendo ações de mediação, posicionava-se nesse ambiente político.

Esta tese foi dividida em três capítulos, levando em conta o progressivo aumento do poder de Pinheiro Machado até a sua morte em 1915, em um momento no qual o parlamentar enfrentava desgaste político, o que promove, em paralelo, um período de instabilidade nas ações de mediação entre o Rio Grande do Sul e a União devido à perda dessa liderança, até o estabelecimento de novos agentes que promovem essa conexão entre o regional e o nacional, especialmente a partir da década de 1920.<sup>67</sup>

No primeiro capítulo, foi mostrado o início da trajetória de Pinheiro Machado na esfera política, durante as gestões presidenciais de Manuel Deodoro da Fonseca, Floriano Vieira Peixoto, militares, além de Prudente José Moraes de Barros, o primeiro presidente civil do Brasil. Inicialmente, mostraram-se os “trunfos” que garantiram o ingresso de Pinheiro de Machado nessa área de atuação, quais fossem, a utilização de recursos educacionais, econômicos, familiares, sociais, honoríficos e advindos da patronagem.

Igualmente foi buscada uma compreensão mais ampla de eventos políticos já trazidos pela historiografia. Assim, mostra-se que lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense, a saber, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, para além de almejarem reforçar o poder político do PRR no estado e assim cuidarem de seus “assuntos internos” como colocam alguns autores, desejavam estabelecer conexões políticas com o governo da União, visando à deliberação de demandas por eles pensadas.<sup>68</sup> Para tal diálogo político, contaram com a mediação de Pinheiro Machado, incluindo um tema que será corrente nesta análise – o alcance ao poder central e/ou a participação nas eleições presidenciais, embora, nesse quesito específico, ainda não conseguissem exercer influência majoritária.

No segundo capítulo, foi apontado que os membros do governo do PRR não se contentariam em continuar sendo “coadjuvantes” no cenário político nacional e

---

<sup>67</sup> Há uma disputa constante de mediadores no jogo político e na década de 1920 correligionários do PRR, pertencentes à chamada “geração de 1907”, já aqui referida, conseguem exercer funções de mediação que os levam a se destacar no cenário político regional e nacional. Ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 113-170.

<sup>68</sup> Apesar de existir também no Rio Grande do Sul o Partido Federalista como força republicana do período em estudo, ao aparecer no texto termos tais quais “republicanos rio-grandenses” ou “republicanos sulinos” estará se tratando dos partidários do PRR, salvo outra especificação descrita na ocasião. Esses termos são usados como simples variação narrativa ao longo da escrita, para evitar a repetição das expressões “membros do PRR” ou “correligionários do PRR”.



iniciaram uma movimentação em busca de maior expressão nele. Ainda que os partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo configurassem-se como as agremiações de maior influência nesse meio, a organização política rio-grandense igualmente começa a ocupar um espaço mais importante no panorama político do Brasil.

Desse modo, foi apresentado como se estabeleceu a relação dos correligionários do PRR com dois presidentes, Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco de Paula Rodrigues Alves, ambos lançados pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Compreendeu-se que os políticos republicanos rio-grandenses objetivaram manobrar o processo eleitoral, sugerindo nomes como candidatos à presidência, e, mesmo não obtendo aceitação nessas indicações, após as eleições buscaram aproximar-se dos candidatos vencedores, visando à resolução de questões as quais julgavam importantes para o domínio do PRR no estado sulino.

Nesse percurso, Pinheiro Machado estabeleceu a mediação entre membros do partido e Campos Sales, na qual uma sólida relação pessoal cultivada entre o senador e o presidente foi essencial. Assim, liderando seus colegas da bancada do PRR no Congresso, apoiou as medidas de Sales e protegeu-o em momentos de ataques a sua “governança”, estabelecendo um grau de proximidade entre os integrantes do partido rio-grandense e um chefe da República não observado até então.

Devido a essa “lealdade” ao presidente o senador rio-grandense obteve maior projeção política, e, além de ratificar a sua posição de líder do partido sulino em tratativas com os membros do governo da União, conseguindo assim a implementação de metas estabelecidas pelos integrantes da sua agremiação, criou e/ou reforçou laços políticos junto aos seus pares no Congresso Nacional.

Durante o governo de Rodrigues Alves, apesar de certo distanciamento entre os membros do PRR e o presidente, uma vez que ele próprio desejou certo afastamento do senador rio-grandense, houve a manutenção de benefícios almejados por Borges de Medeiros (o qual encabeçou a chefia do PRR e do governo do estado após a morte de Júlio de Castilhos) que dependiam do apoio do governo federal.

Assim, nesse percurso que uniu os correligionários do PRR e os membros dessas duas gestões governamentais, foi visto que a variedade e a “qualidade” de conexões do mundo da política detidas por Pinheiro Machado - que cresceu consideravelmente em relação a períodos anteriores - e a promoção de apoios recíprocos entre esses “agentes” políticos no âmbito nacional foi essencial para que as demandas arquitetadas pelos

partidários da agremiação republicana rio-grandense fossem atendidas da forma que julgassem adequada.

No terceiro capítulo, mostra-se o “auge” do senador rio-grandense como mediador, e o momento de instabilidade desse papel por ele encarnado, encerrado com o seu assassinato em 1915.

Primeiro, o parlamentar lidera, junto com outras forças políticas, um bloco de apoio à eleição de Afonso Pena. Já no governo seguinte, o senador torna-se um grande protagonista da política nacional, pela representatividade que adquire não só pelo suporte o qual congrega em torno do militar Hermes da Fonseca durante a “corrida presidencial”, mas pela grande ingerência posterior que possui no mandato do Marechal. Em paralelo, membros do PRR também adquirem grande visibilidade no cenário político brasileiro.

Porém, ao passo que Pinheiro Machado constrói seu prestígio, tornam-se cada vez mais incisivos os ataques dos seus opositores, advindos do meio político e de outros setores, como a imprensa. Em meio a esse intenso desgaste, ocorre o seu assassinato, durante a gestão presidencial de Venceslau Brás – o que provoca um momento de desequilíbrio entre as ações de mediação entre o Rio Grande do Sul e a União durante certo período, como já comentado e encerrando a trajetória de um dos mais influentes mediadores das primeiras décadas do período republicano.

Acerca da metodologia empregada na análise da documentação analisada, ressalta-se inicialmente que essa não foi tratada de modo seriado, ou seja, centrou-se em pesquisar correspondências, anais de sessões legislativas, textos jornalísticos, entre outros, os quais previamente vislumbrava-se possibilidade de auxiliar na resolução da problemática proposta. Nesse conjunto, foram trazidas também aquelas não apresentadas em trabalhos historiográficos até o momento, buscando complexificar questões acerca da esfera política republicana já discutidas por essas mesmas obras.

Além disso, tratam-se, majoritariamente, de escritos dos próprios atores da época. Sendo assim, como aponta Marc Bloch desde a década de 1940 em seu texto hoje canônico, “Apologia da História”, é necessário considerar que tal característica não traduz nenhum estatuto de verdade incontroverso em relação ao seu conteúdo: o documento sempre é portador de um discurso, arbitrário, e não pode ser visto como algo que reproduz a realidade e sim tal qual uma construção acerca do passado.<sup>69</sup> Por isso,

---

<sup>69</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69-124.

como já comentado em relação aos produtos biográficos, teve-se o cuidado de confrontar esses relatos com fontes diversas, em um exercício crítico, para se chegar a conclusões mais precisas.

Desse modo, em especial sobre as correspondências pessoais, percebeu-se de forma corriqueira que tais fontes, do âmbito privado, em especial poderiam apresentar falas diferentes ou até mesmo contraditórias em relação aos discursos públicos de seus autores sobre o mesmo tema, como no Parlamento ou em entrevistas para jornais, demonstrando-se assim que de acordo com o indivíduo ou grupo que procuravam atingir, tais personagens políticos possuíam intenções diferentes. Essa assertiva foi melhor desenvolvida na análise de situações específicas ao longo do trabalho.

Acerca das cartas e telegramas enviados por Pinheiro ou recebidos por ele, tais documentos foram pesquisados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/RJ), no Arquivo Nacional (AN/RJ) e no Fundo Borges de Medeiros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (FBM/IHGRS). Minha pretensão foi compreender os posicionamentos do senador em questões importantes da política nacional que foram vislumbradas de forma mais ampla a partir da análise dessa documentação de “bastidores”.

Também foram pesquisados os Anais das Sessões do Senado Federal, em legislaturas diversas, e a compilação dos discursos de Pinheiro Machado nessas mesmas ocasiões, para vislumbrar de que forma, no debate público e institucional, determinadas pautas políticas eram tratadas. Nesse conjunto de documentos também se incluem as constituições federal (Brasil) e estadual (Rio Grande do Sul), leis, decretos e mensagens dos presidentes do Rio Grande do Sul e da República aos seus respectivos legislativos (Assembléia de Representantes do Estado e Congresso Nacional). Tal conjunto documental foi pesquisado via sítios oficiais dos poderes citados e catálogos digitais internacionais. As “falas” do senador no Parlamento igualmente foram encontradas em material bibliográfico específico.<sup>70</sup>

Sobre a pesquisa em jornais, como lembra Maria Capelato,

a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento

---

<sup>70</sup> Ver: SIMON, Pedro (Org.). *Discursos do senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2004. Trata-se de uma compilação de seus discursos contidos nas atas originais das sessões do Senado. Acerca de possíveis modificações em relação ao texto primário, houve apenas a atualização da ortografia por parte dos editores.

vivo de ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais.<sup>71</sup>

Essas considerações implicam em dizer que os operadores do texto jornalístico selecionam, omitem, destacam, ocultam e interpretam eventos conforme seus interesses ou de um grupo específico, embora se expressem – e talvez aqui resida uma das especificidades de sua “potência” discursiva - como porta-vozes de uma sociedade, fatores levados em conta neste exercício metodológico.

Sobre a escolha dos jornais utilizados neste estudo, basicamente três fatores foram levados em conta: facilidade de acesso ao pesquisador, com coleções razoavelmente íntegras para o período destacado; sua “popularidade” regional ou nacional para o público leitor, ligado ao fato de se constituírem como certa “referência jornalística” naquele contexto; a apresentação de eventos nos quais Pinheiro Machado era destacado, com ênfase para textos com uma visão “opinativa”, no intuito de demonstrar que também os membros da imprensa queriam penetrar de forma ativa no debate político. Seguindo tais termos, pesquisei “A Federação”, publicado entre 1884 e 1937 e criado para propagar as ideias do PRR. Assim, o jornal apoiava continuamente as ações do partido e de seus representantes. Já o periódico “O País”, que existiu entre 1884 e 1930, com sede na Capital Federal, pertencia à rica e aristocrática família Lage. Esta fazia parte do círculo de amigos de Pinheiro e nas análises políticas desse veículo o senador rio-grandense era exaltado por seus “feitos”. Também foi incluído o “Correio da Manhã”, igualmente sediado Rio de Janeiro, criado em 1901 e produzido pelo advogado e jornalista Edmundo Bittencourt. A partir do ano seguinte, no qual Campos Sales governava o país, o jornal passou a promover franca oposição a ele e a Pinheiro Machado (que era aliado do presidente e já possuía certa proeminência política) além de membros do PRR, qualificando-os usualmente de forma desabonadora.

Assim, tais fontes foram utilizadas para a obtenção de dados acerca de determinados episódios, com foco na participação do senador rio-grandense neles, querendo demonstrar que membros da imprensa também participavam dessa disputa política, procurando influenciar o seu público leitor. O acesso a esses materiais foi realizado na Hemeroteca Digital Brasileira, portal de periódicos nacionais que proporciona, via *internet*, consulta ao seu acervo. Através desse sítio, é possível a pesquisa sobre determinados temas utilizando-se de palavras-chave. Dessa forma, textos

---

<sup>71</sup> CAPELATO, Maria. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 21.

de outros jornais os quais não foram aqui citados aparecem eventualmente transcritos ao longo do trabalho, tendo como critério exclusivo o fato de certo conteúdo aparecer nesses periódicos específicos e não em outros, sem uma análise mais detalhada de sua linha discursiva.

Por fim, optou-se ao longo da tese por uma escrita na forma narrativa, com a apresentação de determinados eventos cronologicamente, em conjunto com a análise das fontes, pertinente para o desenvolvimento da proposta aqui apresentada.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> Acerca dos relatos biográficos do senador, como já se dialogou sobre tais fontes ligadas ao tema da biografia em um momento anterior, não foram apresentadas novas considerações relacionadas a esses materiais neste tópico vinculado à documentação utilizada na tese.

# CAPÍTULO I

## Um Mediador na Política Republicana

Senhor *Des Grioux* – interrompi eu – como é que desempenha o papel de mediador neste caso? Não passo, em verdade, de um simples *utchitel* e jamais pretendi a honra de ser contactado entre os amigos ou de manter relações íntimas com aquela família; há também circunstâncias que desconheço (...) pois o senhor mete tanto o bedelho em tudo que lhe concerne e, ainda, agora é escolhido para árbitro...

Doistoiévski, *o Jogador*

Este capítulo apresenta o começo da trajetória de Pinheiro Machado no mundo da política, conjugado aos movimentos dos membros do PRR durante os mandatos presidenciais de Manuel Deodoro da Fonseca, Floriano Vieira Peixoto e Prudente José Moraes de Barros. Inicialmente, visualizaram-se as condições que alçaram Pinheiro à vida política, envolvendo a utilização de recursos econômicos, familiares, educacionais e sociais, além da presença das relações clientelísticas, elemento que permeava a política brasileira nesse momento de forma significativa.

Na sequência, compreendem-se eventos já conhecidos na historiografia tradicional de forma mais ampla. Assim, apresenta-se a atuação dos membros do PRR e em especial do senador rio-grandense ao longo dessas gestões governamentais mostrando que, longe de desejarem “isolamento” em relação ao poder central – em virtude de supostamente ambicionarem apenas reforçar a autoridade do partido em nível regional, ainda em disputa com outras forças políticas – os correligionários da agremiação liderada por Castilhos almejavam criar e fortalecer laços com o executivo federal, visando à resolução de demandas do governo do PRR e o envolvimento em assuntos políticos nacionais, como as eleições presidenciais.

Nesse cenário, a barganha e a troca de favores baseados em relações pessoais foram, igualmente, recursos utilizados pelos membros da esfera política, em conjunto com os mecanismos formais do aparelho administrativo estatal, mostrando os contornos do “estado híbrido” mencionado por Badie e Hermet.

## 1.1 Os Recursos do Jovem Patrão, Guerreiro e Bacharel

Ao se analisar a vida pregressa do senador antes de adentrar no mundo político entende-se que Pinheiro incorporava elementos, combinados, os quais abriram as portas para o seu ingresso nele. Além disso, tais predicados eram partilhados pelos membros do seu núcleo familiar, que se valendo em maior ou menor grau desses mesmos recursos, também passaram a atingir posições importantes nessa esfera de atuação, dividindo tarefas e fazendo da política um verdadeiro empreendimento em grupo.

Grijó, ao estudar a trajetória de políticos do PRR no início do século XX, aponta quais são os fatores importantes para a possibilidade de sucesso nessa área:

a presença das relações de reciprocidade, a importância dos grupos familiares, da tradição militar, o peso do diploma de bacharel em Direito, as relações de patronagem e clientela; tais pesos, além ou aquém de instâncias ou instituições formais que os ratifiquem como o Estado e as burocracias públicas, os partidos políticos, ou associações outras.<sup>73</sup>

Desse modo, é importante analisar o núcleo de relações familiares no qual o senador estava inserido. Seu pai, Antônio Gomes Pinheiro Machado, pertencia a uma abastada família de fazendeiros paulistas. Sendo proprietário rural e tropeiro, ao longo de sua vida Antônio multiplicou seu patrimônio, com o estabelecimento de fazendas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Era criador de muares, cavalos nobres e bovinos, sendo os últimos inclusive fornecidos para alimentação de escravos em diversas regiões do Brasil. Um momento significativo dessas transações eram as feiras de animais, como a de Sorocaba (SP), realizada anualmente no século XIX.<sup>74</sup>

Em 1849, consta um processo judicial no qual estava em disputa uma herança envolvendo bens e escravos, com a tentativa de nulidade de um dos herdeiros em virtude dele ter contraído uma dívida não paga. Isso reforça que na família de Antônio havia um patrimônio a ser pleiteado.<sup>75</sup>

Antônio viria a se casar com Maria Manuela de Oliveira Aires, irmã de Venâncio de Oliveira Aires e filha do tenente-coronel Salvador de Oliveira Aires, que era fazendeiro e também possuía lotes de terra no Rio Grande do Sul. Em 1840,

---

<sup>73</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 22-23.

<sup>74</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 28.

<sup>75</sup> ARQUIVO NACIONAL (AN). Acervo Judiciário. Fundo/Coleção Supremo Tribunal de Justiça – BU. Série Revista cível – RCI. Caixa 165. C. Referência BU.0.RCI.0381. Nº 2.798. Microfilme AN 304-2011-Aditamento AN 314-2011.

Antônio graduou-se como bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Posteriormente, também se tornou promotor público em Sorocaba. Tal atuação teria lhe valido uma série de inimizades entre os “notáveis” da cidade. Supostamente perseguido, Salvador teria conseguido, através de contatos rio-grandenses, a nomeação de seu genro como juiz municipal na cidade de Cruz Alta, para a qual a família mudou-se em 1846. A localidade já era um importante centro pastoril da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lá, inclusive, Antônio teria passado a administrar parte das terras de seu sogro. Com centenas de cabeças de gado, fixou-se com seus parentes nas proximidades do núcleo citadino.<sup>76</sup> Após deixar o cargo de juiz em 1850, ele montou uma banca advocatícia, possivelmente atendendo a clientes do seu município e de regiões próximas.<sup>77</sup> E na sequência, mudou a residência de Cruz Alta para São Luiz Gonzaga ao redor de 1855, levando “muitas cabeças de gado e também escravos, eis que pretendia dinamizar a enorme fazenda” adquirida na nova cidade, cuja extensão “alcançava mais de nove léguas e se situava entre os rios Arari e Piraju”.<sup>78</sup>

Antônio Gomes também passou a se envolver em política. Em 1857, ocupou uma cadeira como representante na Câmara Municipal de Cruz Alta, exercendo mandato como deputado provincial entre 1858 e 1863. Foi também deputado geral entre 1864 e 1866.<sup>79</sup> Durante a Guerra do Paraguai, desempenhou as funções de Auditor de Guerra e membro da Junta Militar de Justiça (1867). Pelos cargos assumidos, constituiu-se como “expressiva liderança” local.<sup>80</sup>

José Gomes Pinheiro Machado nasceu em 1851 e progressivamente foi assumindo os negócios de seu pai. Durante a adolescência, fazia às vezes de tropeiro: percorria a região serrana e a campanha fronteiriça, adquirindo tropas de mulas as quais eram levadas para São Paulo. Em algumas ocasiões ele era o encarregado de levar os animais, em outras entregava a tarefa para empregados de confiança. Em 1872, por exemplo, chegou a São Paulo trazendo contingente de muares para venda, ocasião em que possivelmente encontrava seus parentes paulistas da família Aires.<sup>81</sup>

---

<sup>76</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 11-13.

<sup>77</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 12.

<sup>78</sup> MONTEIRO, Hiram Ayres. *Venâncio Ayres: o cavaleiro do ideal*. Taquarituba: Gril, 1997. p. 57.

<sup>79</sup> AITA, Carmen; ARAUJO, Vladimir; AXT, Gunter. (Orgs.). *Parlamentares gaúchos: das Cortes de Lisboa aos nossos dias. (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. p. 22; 41.

<sup>80</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. (Org). *Dicionário político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010. p. 127.

<sup>81</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 25.



Após a morte de seu pai em 1871, José continuou exercendo atividade pastoril, assim como seu irmão, Salvador Aires Pinheiro Machado (nascido em 1859).<sup>82</sup> Além disso, como aponta Alvim, mesmo depois de José ter se tornado senador da República, “continuou a dedicar-se ao transporte de mulas. Era daí que saíam os recursos para sustentar-se na política”.<sup>83</sup>

Há registros que indicam esse intenso negócio pecuário. Em 1902, há uma carta de Pinheiro Machado endereçada possivelmente para o membro do PRR e comandante de tropas regionais João Francisco de Souza, na qual o primeiro diz que recebeu “5 cavalos tordilhos”, requisitando mais animais e dizendo ter plena confiança em seu interlocutor e nas transações comerciais por eles efetuadas.<sup>84</sup> No ano seguinte, há um trato comercial envolvendo uma tropa de cerca de 340 mulas, onde além de João há outro conhecido do senador envolvido.<sup>85</sup>

Sonia Pereira, trazendo em sua tese apontamentos sobre “políticas de povoamento” em São Luiz Gonzaga, ao analisar fontes cartoriais locais aponta que a família Pinheiro Machado era no início do século XX possuidora de grande parte das terras do município, fosse por heranças ou por compras efetuadas de outros proprietários. Além disso, essas propriedades, entre fazendas e áreas de mata, foram adquiridas pelos “maiores valores registrados” entre 1903 e 1906, período no qual ela possui documentação para análise.<sup>86</sup>

Além disso, segundo atesta a autora,

Uma das aquisições de propriedade que mais impressiona (...) pela extensão de terras compradas (...) é a realizada pelo sen. José Gomes Pinheiro Machado que, apesar de constar como residente no Rio de Janeiro, Capital Federal, adquiriu terras do ten. cel. Frutuoso Gomes

---

<sup>82</sup> Para informações sobre o patrimônio de Salvador Pinheiro Machado, ver: VIEIRA, Sonia Bressan. *Sobre as ruínas do templo (porque templo já não é)*. História Municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). Tese (Doutorado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2010. p. 273-274.

<sup>83</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 13.

<sup>84</sup> CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c 1902.02.00/1. Data: 02/1902. João Francisco Pereira de Souza, conhecido como a “Hiena do Cati”, foi membro do PRR e ocupou diversos postos militares criados pela administração estadual rio-grandense. Ver: CAGGIANI, Ivo. *João Francisco. A Hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988. Em 1903, o senador remete outra carta a João sobre negócios de mulas, com o primeiro dizendo que no Rio de Janeiro haveria procura por esse tipo de animal, mas aqueles “altos e fortes”. Ver: CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c 1903.07.25. Data: 25/07/1903.

<sup>85</sup> O nome do outro personagem parece ser “Carneiro”, mas falta clareza na grafia. Ver: CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c 1904.05.10. Data: 10/05/1904. A relação entre Pinheiro e João parece ter continuado sólida ao longo dos anos. Em 1909, o senador envia um telegrama a ele retribuindo suas felicitações pela proclamação da República e dizendo que seu interlocutor é um “íntegro e esforçado” defensor dessa causa. Ver: CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c 1909.11.15. Data: 15/11/1909.

<sup>86</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 275.

Pinheiro Machado e sua mulher, dona Eulália Ribas Pinheiro, residentes na cidade de São Luiz Gonzaga.<sup>87</sup>

Ou seja, além da família deter essa riqueza material, Pinheiro, já como senador, compra terras de seu próprio irmão, na época tenente-coronel do exército, prática que continuou em relação àquelas de demais cidadãos do município, incrementando seu patrimônio pessoal. Não é possível saber se todos os filhos de Antônio (em número de 12) participavam das transações envolvendo compra e venda de animais que ocorriam inclusive em outras regiões do Brasil, além dos negócios com propriedades regionais.<sup>88</sup> De qualquer modo, isso reforça que a família expandia seu conjunto de bens, e assim, somando-se a outros aspectos os quais serão explicados na sequência, acaba por dominar social, econômico e politicamente a região.

A partir das informações acerca das negociações citadas, há indícios para crer que José Pinheiro Machado, em torno dos 40 anos, era um estancieiro com recursos financeiros e propriedades. Conjugando suas atividades, “enriqueceu”.<sup>89</sup> E ele continuou efetuando seus negócios agropastoris inclusive depois de ter assumido o mandato de senador no Rio de Janeiro. Posteriormente a questão do acúmulo de riquezas por parte dele seria seguidamente comentada na imprensa, em especial por seus detratores.<sup>90</sup>

Sobre o ingresso de José na política, são importantes os seguintes dados: como já mencionado, ele e seu irmão Salvador eram sobrinhos de Venâncio de Oliveira Aires<sup>91</sup>, advogado e jornalista da “causa” republicana que veio ao Rio Grande do Sul na década de 1870 para administrar terras as quais possuía no estado: seu pai tinha problemas de saúde e as propriedades sulinas seriam sua herança em momento próximo. Venâncio já havia transitado por São Paulo e Recife, além de obter cargos político-partidários nessas localidades. Em terras paulistas foi eleito deputado provincial em 1869, pelo Partido Conservador, para o biênio 1870-1871. Além disso, Aires tornou-se cunhado dos rapazes, uma vez que desposou a irmã deles, Ana Florisbela Gomes Pinheiro Machado, em um segundo matrimônio, no ano de 1874.<sup>92</sup>

Alguns anos depois, Aires seria um dos fundadores do PRR, junto com os irmãos Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos, mantendo com eles boa relação pessoal.

---

<sup>87</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 271.

<sup>88</sup> Ibid., p. 272-275.

<sup>89</sup> Outro afazer que lhe rendeu dividendos foi sua banca advocatícia, ao retornar ao sul depois de formado. Ver: SILVA, Ciro. Op. cit., p. 35. O tema dos estudos de Pinheiro será retomado posteriormente.

<sup>90</sup> Tal assunto será tratado ao longo da tese.

<sup>91</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 26.

<sup>92</sup> MONTEIRO, Hiram Ayres. Op. cit., p.142; 293.

Há vários elementos que reforçam essa assertiva: durante os estudos de Castilhos na Faculdade de Direito em São Paulo, a partir de 1879, ele e Aires trocaram correspondências sobre o “progresso” do movimento republicano rio-grandense. Os dois foram posteriormente colegas de redação em “A Federação”.<sup>93</sup> Além disso, em um relatório de atividades apresentado por Castilhos no congresso do partido em 1884, presidido por Aires, ele apontou que a fundação de diversos clubes republicanos teria sido em parte fruto do “incessante e produtivo trabalho” de Venâncio Aires e de seu “sobrinho” José Gomes Pinheiro Machado.<sup>94</sup>

Aires atua, portanto, como uma espécie de “preceptor” dos jovens republicanos sulinos. Em uma carta data de 10 de março de 1882, enviada de Santo Ângelo para um amigo em Itapetininga, ele afirma: “não pretendo e não aspiro representar a Província. Não sou filho do Rio Grande e não quero que se diga que vim aqui fazer carreira política. Há aqui moços distintos e ilustres por quem trabalho”.<sup>95</sup>

Como aponta Carina Martiny, um exame que dê conta do “individual” “demonstra os inúmeros laços que ligavam um indivíduo ao outro. Eram laços de parentesco ou de amizade, que solidificaram as teias que faziam do PRR um partido político”.<sup>96</sup> As famílias Oliveira Aires e Pinheiro Machado, como visto, estavam intimamente conectadas, bem existia como uma forte relação pessoal entre Venâncio Aires e Júlio de Castilhos. Além disso,

O compadrio foi outro importante recurso. (...) Em 1891, Castilhos convidou José Gomes Pinheiro Machado e sua esposa para apadrinhar a filha Otilia. (...) Nas últimas declarações feitas por Carolina Prates, mãe de Júlio de Castilhos, após a avaliação dos bens da família, em 1871, ela declarava ter “recebido do doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado (*pai de José, o futuro senador*), a “quantia de dois contos de réis” e que teria aplicado “essa quantia em pagamentos dos mestres e mais oficiais de carpinteiro [...], peões, contas que depois juntará, e despesa”.<sup>97</sup>

Segundo a autora, a existência dessa “teia” de laços pessoais pode ter sido “fundamental para que Castilhos adquirisse maior proeminência no interior do

---

<sup>93</sup> MONTEIRO, Hiram Ayres. Op.cit., p. 355.

<sup>94</sup> Ibid., p. 336-337.

<sup>95</sup> Ibid., p. 349.

<sup>96</sup> MARTINY, Carina. “*O chefe político dos mais avançados republicanos*”. Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2018. p. 125.

<sup>97</sup> Ibid., p. 129; p. 76.

partido”.<sup>98</sup> Partindo de tal assertiva, creio ser razoável pensar de forma semelhante em relação a José Pinheiro Machado. Sua proximidade familiar e de amizade com Castilhos e Venâncio Aires, também fundadores do PRR, deve ter contribuído para que ele fosse lançado como senador pela agremiação, além de, progressivamente, ter obtido uma posição de destaque nela.<sup>99</sup>

Ademais, outro ponto o qual deve ser analisado é o papel de Pinheiro Machado e outros membros da família como “líderes guerreiros”: José Pinheiro Machado participou, com 14 anos, da Guerra do Paraguai, ao abandonar a Escola Militar e se alista em batalhões de voluntários que eram enviados para o palco do conflito. Após o fim do confronto, recebeu uma estrela de 1º Cadete do 4º Corpo de Cavalaria, junto com seu irmão Paulino, também participante do evento. Este, seguindo a carreira das armas, acabou obtendo o título de major.<sup>100</sup> José, embora não tenha seguido uma trajetória militar, continuou envolvendo-se em “escaramuças” armadas. Já atuando como senador, em 1893, licenciou-se de seu cargo para tomar parte na guerra civil iniciada no Rio Grande do Sul conhecida como Revolução Federalista. Após participar da contenda, na qual foi um dos comandantes da chamada “Divisão Norte”, obteve o título de general honorário do exército e reassumiu seu mandato. Em decreto de 09 de maio de 1894, José acabou por ser agraciado com o título de “General de Brigada”, segundo consta no Jornal “O País”, por seus “relevantes serviços prestados” durante o conflito.<sup>101</sup> Salvador também participou da luta, integrando o grupo do seu irmão e, no posto de coronel, comandava uma brigada. Após o fim da guerra, entre 1895 e 1900, foi eleito intendente do município de São Luiz Gonzaga, pelo PRR. Foi o primeiro dirigente da cidade eleito por voto popular após a Constituição Estadual de 1891.<sup>102</sup> Em 1901, elegeu-se deputado

---

<sup>98</sup> A autora não tem a pretensão de afirmar que Castilhos “tenha acionado racionalmente esses laços para obter papel de destaque no PRR, mas é provável que a proximidade com os indivíduos que compunham a cúpula partidária” tenha sido “essencial” na sua “escalada”. MARTINY, Carina. Op. cit., 2018, p. 130.

<sup>99</sup> Já Céli Pinto, em sua dissertação, aponta nomes os quais fariam parte de um “grupo de elite” que exprimiu o pensamento do PRR em nível nacional durante a sua estruturação, entre 1882 e 1891. Acerca dos critérios para determinados indivíduos serem incluídos em tal agrupamento, está a participação na criação de clubes republicanos locais e também na representação da agremiação em disputas eleitorais, como é o caso de José Gomes Pinheiro Machado. Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 1979.

<sup>100</sup> Paulino, irmão mais velho de José e de Salvador, nasceu no ano de 1847 em Cruz Alta e faleceu em 1878. Desconheço se o título de major provém de uma carreira militar ou de uma honraria por participação em guerras. Ver: CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado. *Árvore genealógica da família Pinheiro Machado*. Botucatu: Santana, 2000. p. 39. CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 33-34.

<sup>101</sup> *O País*, p. 01, 10 mai. 1894. RJ.

<sup>102</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 2010, p. 128. Em 1880, pela lei nº 1238, São Luiz Gonzaga desmembra-se da cidade de Santo Ângelo, da qual era distrito. Ver: Biblioteca IBGE. Rio Grande do Sul.

estadual no Rio Grande do Sul e foi reeleito por mais três legislaturas, até 1912. Nesse ano, sagrou-se vice-presidente do referido estado, com Antônio Borges de Medeiros encabeçando a chapa vitoriosa no pleito.

Outro dos irmãos, Frutuoso, também se envolveu no conflito armado e galgou o posto de tenente-coronel. Foi igualmente intendente de São Luís Gonzaga, de 1912 a 1919 (sendo eleito em 1911 e depois em 1916) e foi ainda vice-intendente no quadriênio 1908-1912, além de ter sido membro do conselho municipal da localidade (espécie de vereador) em mais de uma legislatura.<sup>103</sup> Além disso, participou da construção de dois empreendimentos importantes para a cidade: um matadouro público, cujos recursos necessários foram obtidos via autorização do conselho, e um pavilhão anexo ao prédio da intendência para abrigar uma secretaria e um serviço de telefonia. Ressalto que o próprio José, antes de tornar-se senador, teve sua primeira experiência política como “vereador” no quadriênio 1887-1890.<sup>104</sup>

Voltando ao tema em destaque, entre seus pares e nos escritos da imprensa de nível regional e nacional, era comum intitular José como “General Pinheiro” e apresentar o seu perfil tal qual o de um homem acostumado à “dureza” das guerras, descrição apreciada por ele. Em 1913, em uma discussão no senado entre este e Rui Barbosa, o segundo reclamou dos “insistentes apartes” do rio-grandense que o impediriam de discursar. Pinheiro então respondeu: “eu me defenderei enquanto Vossa Excelência se manter na tribuna.” O baiano retrucou: “perdão, enquanto eu me mantiver é o que o nobre senador quer dizer”. Pinheiro treplicou:

Agradeço a lição de Vossa Excelência, que é um mestre consumado da língua portuguesa. Realmente, quase nada sei. Estudei pouco porque enquanto Vossa Excelência rostita (sic) os cotovelos debruçados sobre os livros, eu, com quatorze anos apenas, fugia para ir defender a pátria nos inóspitos campos do Paraguai!<sup>105</sup>

E por que é importante essa relação entre ações armadas e a política? Segundo Grijó, a imagem do estado sulino era a de um território povoado por “fazendeiros-guerreiros”, cristalizada na figura do “gaúcho”. Assim, como já comentado, a eficácia

---

São Luiz Gonzaga. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31468&view=detalhes>. Acesso em: 06/03/2017.

<sup>103</sup> Na tese de Sonia Vieira, há diversas passagens da autora que indicam as ações e cargos públicos de Frutuoso. Ver, entre outras: VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 211; 241-244; 251; 295-297.

<sup>104</sup> Não encontrei referências se o título de Frutuoso é honorário ou fruto de carreira militar. Ibid., p. 244; Sobre a participação de José Pinheiro Machado no Conselho: Ibid., p. 306.

<sup>105</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 92.

de um postulante à política desde o início do séc. XIX era conectada as suas habilidades como mobilizador de tropas e chefe de guerra. E, não raro, contendas políticas implicavam em sangrentas lutas armadas. Além disso, Félix aponta que a posição de mando dos estancieiros em questão “era reconhecida pelo grupo social e também pelo Estado” e, a partir desse reconhecimento, eles “dominariam” o “aparelho estatal”. Desse modo, o “estancieiro era o chefe no seu grupo social e o coronel que dominava a política do distrito e do município”.<sup>106</sup> Certamente a fama de José Pinheiro Machado como um homem acostumado a guerrear seria fator importante na mobilização de seus peões, agregados e “compadres” para as disputas políticas. Tal tese pode ser aplicada ao conjunto familiar: tanto o patriarca, Antônio, como seus filhos, Paulino, Salvador, Frutuoso e José envolveram-se em atividades bélicas e isso foi um recurso utilizado por todos, com exceção de Paulino, para se lançarem à atividade político-partidária.<sup>107</sup>

Porém, o uso da violência, ao passo que legitimava determinado chefe, trazia instabilidade ao cenário político e consequências imprevisíveis, como a possibilidade de sua própria derrota. Para exemplificar, há o caso da saída do irmão de José, Frutuoso, do cargo de intendente de São Luiz Gonzaga em 1919, após um conflito armado com o seu vice, coronel Irineu Afonso de Queiroz, que teria resultado na morte de um funcionário público.<sup>108</sup>

Além disso, é de se questionar o significado dessa “fama guerreira” cultivada por Pinheiro nos seus embates na capital da República, uma vez que seus antagonistas, fossem membros do Congresso ou da imprensa, utilizavam-se desse mesmo expediente para denominá-lo como um homem “ignorante” e “autoritário”.<sup>109</sup> Além disso, em 1892, o senador Ramiro Barcelos subiu à tribuna do Parlamento para defender a participação da bancada rio-grandense na guerra, pois eles estavam sofrendo críticas por se ausentarem do Senado, demonstrando que essa participação dos membros do PRR no conflito não era vista de forma unanimemente positiva pelos seus pares.<sup>110</sup> Assim,

---

<sup>106</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 110-113. FÉLIX, Loiva Otero. Op. cit., p. 28.

<sup>107</sup> Como exemplo, em 1901, o senador José, em correspondência a João Francisco, fala sobre a necessidade de vigilância sobre as “maquinações” dos “inimigos da República” que arquitetam uma “conspiração monárquica”, oferecendo ao seu amigo um revólver, sobre a qual explicou o manejo a um terceiro. Ver: CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c 1901.05.04. Data: 04/05/1901.

<sup>108</sup> Sobre a contenda, Vieira afirma que Frutuoso inclusive saiu do município após o ocorrido e o presidente do estado nomeou Aníbal Loureiro interinamente para substituí-lo, “até a eleição de Virgílio José Correa”. Ver: VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 211.

<sup>109</sup> Tais denominações estão presentes em especial nos textos jornalísticos que serão trazidos para análise ao longo deste trabalho.

<sup>110</sup> *O País*, p. 01, 11 nov. 1892. RJ.

percebe-se que o elemento bélico é mais forte nas disputas locais, enfraquecendo-se quando a luta política torna-se nacionalmente abrangente.

Como aponta Grijó,

Desde o plano mais paroquial até o plano nacional, o jogo político se desenrola como uma disputa entre mediadores. Quanto mais ao nível paroquial, maiores os graus de faccionismo no sentido de disputas que incluem alto grau de violência que se articulam como imperativos de parentesco e animosidades pessoais e, quanto mais ao nível nacional, maior a necessidade de se manejar com os formalismos institucionais do estado e dos partidos e com as sutilezas das referências e ideologias, doutrinas e/ou programas político-partidários, referências essas carregadas de linguagem jurídica que poucos dominavam.<sup>111</sup>

Essa imagem de chefe guerreiro reforçada pelo próprio Pinheiro possivelmente contribuiu para que ele mantivesse uma base política mobilizada, como se discute a seguir. Por outro lado, o senador acabou concluindo seus estudos de bacharel em direito, afastando-se, certamente, da grande massa de incultos e iletrados e se instrumentalizando, conjugado a outros elementos, para as interações políticas no Rio de Janeiro.<sup>112</sup> Ou seja, dependendo do nível de atuação, o mediador valia-se mais fortemente de determinados recursos para exercer suas ações.

Especificamente, como se davam os mecanismos que envolviam a relação dos estancieiros e os homens os quais pretendiam acionar, fosse para um conflito bélico, fosse para as eleições, quando os dois eventos não se misturavam?

As relações clientelísticas (ou relações de patronagem, relações patrão-cliente) são um tipo de conexão entre atores políticos em que o “patrão” (no caso específico aqui tratado, um estancieiro) concede benefícios a grupos a ele subordinados, os “clientes”, formados tanto por peões e agregados do meio rural (que também se tornavam, em boa parte, a sua força direta de trabalho) quanto pela população urbana. Tal apoio incluía a seus clientes e suas famílias, além da concessão de empregos, isenções fiscais, cuidados com alimentação, moradia, assistência médica e a resolução de problemas com a justiça. Em troca, o estancieiro recebia apoio político (sobretudo na forma de voto) mas, além disso, principalmente através de sua clientela mais próxima, a proteção armada de suas terras, além de, em épocas de crise, como eleições com disputa violenta, o suporte direto para o conflito armado - e nesse ponto também se reforçava o

---

<sup>111</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 23-24.

<sup>112</sup> A discussão sobre a trajetória acadêmica de José Pinheiro Machado será colocada posteriormente.

seu papel como um chefe guerreiro, capaz de mobilizar um contingente de homens para a defesa de todos que orbitavam nesse mundo da estância.<sup>113</sup>

A partir da discussão do uso da violência nas contendas políticas, é possível inferir que os irmãos Pinheiro Machado eram “patrões” que contavam com o seu bando armado para as disputas locais, composto tanto pelos empregados diretos do meio rural como pela camada urbana também dependente de “benesses” desses chefes políticos.<sup>114</sup>

Ressalto que no trabalho de Sonia Vieira são mostradas diversas nomeações de agentes públicos por parte dos irmãos Frutuoso e Salvador, para cargos como delegado de polícia, guarda municipal, fiscal (possivelmente para a gestão direta de locais como o cemitério e o matadouro), secretário, professor, porteiro, etc. Ainda segundo a autora, “chama a atenção o número de nomeações” (alto) promovidas por Frutuoso em 1913, para colônias e distritos que compunham o município.<sup>115</sup> Essas conexões, certamente, reforçavam tais relações clientelísticas.

Além disso, esses arranjos refletiam-se nas eleições, demanda essencial dos patrões junto a seus clientes: José Pinheiro Machado, mesmo já como parlamentar federal, fez parte, por exemplo, da gestão do conselho municipal, na qual estava seu irmão Frutuoso, que organizou as eleições de São Luiz em 1896, com a tarefa de “proceder à divisão do município em secção (sic) e eleger-se as comissões de alistamento e revisão de eleitores” cujo pleito fora ganho pelo irmão deles, Salvador.<sup>116</sup> A presença de Pinheiro na organização da disputa - um senador federal, o qual ocupava, portanto, um cargo de prestígio- também serviu, creio, para amealhar votos em favor de seu irmão, influenciando a população local.

Em adição, a sede da nova intendência, inaugurada em 1899, teve sua data marcada com festejos em dia no qual haveria uma recepção ao senador José Pinheiro Machado: Salvador, o intendente, alegou que realizar os dois eventos em uma mesma ocasião seria menos “dispendioso” e se aproveitaria ali a “presença do povo” reunido.<sup>117</sup> Contudo, reflito, por que a municipalidade, independente da inauguração de uma obra local, deveria gastar dinheiro em uma recepção a um político, no caso o senador? A lógica, que foge da necessária impessoalidade do agente público, se dá, certamente, pelo

---

<sup>113</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto Op. cit., 2005, p. 113.

<sup>114</sup> Ibid., p. 120-121.

<sup>115</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit, p. 299-301; 314.

<sup>116</sup> Ibid., p. 289. Não encontrei um documento que desse aval ao acúmulo de cargos de José Pinheiro Machado como membro do Conselho Municipal de São Luiz Gonzaga e senador federal ao mesmo tempo. Contudo, talvez não houvesse impedimentos formais para tal naquele momento.

<sup>117</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 300.



fato de Salvador ter uma relação muito próxima com o homenageado (seu irmão). Ademais, avalio que fato o dele querer juntar os dois festejos associava um ato de gestão (a construção do prédio) com os membros da família Pinheiro Machado, criando uma espécie de propaganda positiva acerca desse “clã”. Ressalto ainda que a dupla, ao longo do período em estudo, também apoiou a criação de veículos de imprensa em São Luís, o que possivelmente se traduziu na produção de notícias elogiosas acerca desse núcleo familiar.<sup>118</sup>

Ademais, mostra-se uma “divisão do trabalho político e dos cargos e funções”<sup>119</sup> e, por conseguinte, um compartilhamento familiar do trabalho de mediação. Salvador e Frutuoso, como intendentess municipais em São Luiz Gonzaga,<sup>120</sup> serviam para reforçar o apoio das bases locais ao “clã”, certamente em especial nos momentos de eleição, tanto municipais quanto nacionais, quando José estava concorrendo a algum cargo. Já este atuava em favor de seus irmãos no caso dos pleitos citadinos, mas também interligava o âmbito local ao regional, na resolução de demandas as quais deveriam contar com o apoio de agentes e estruturas que extrapolavam, portanto, essa esfera paroquial.

Reforçando-se essa última assertiva, percebe-se que São Luiz Gonzaga teria prosperado na época que José Pinheiro Machado obteve maior poder, até a metade da década de 1910. Segundo Vieira, em 1897, teria sido crucial a contribuição do parlamentar na construção da ponte sobre o rio Piratini, cujo projeto e orçamentos já estavam sendo preparados.<sup>121</sup> Em 1911 o município ganharia novos melhoramentos, como uma escola de ensino técnico profissional agrícola, ao que parece subvencionada pelo governo federal. Sobre esse empreendimento, ele doou um imóvel o qual lhe pertencia (uma de suas antigas residências na cidade) para nele ser instalado o núcleo educacional.<sup>122</sup> Na ocasião, ocorrida em setembro daquele ano, possivelmente tratou-se de um evento solene. O político disse na ocasião que

---

<sup>118</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 369-372.

<sup>119</sup> Grijó utilizou essa expressão ao discorrer sobre o grupo familiar dos Vargas durante as primeiras décadas do século XX em São Borja, na qual houve um compartilhamento de funções políticas entre os seus integrantes. Ver GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 126.

<sup>120</sup> Embora Salvador Pinheiro Machado, em um segundo momento, vá alcançar outros cargos pelo PRR, como será visto posteriormente.

<sup>121</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 229.

<sup>122</sup> Além disso, Salvador intermediou, por meio de um órgão, a vinda de recursos ao projeto do governo federal. E estava também em pauta a obtenção de aportes para a construção de um colégio na cidade. *Ibid.*, p. 215.

Resolvi dar minha casa para esse fim, como uma demonstração do muito que amo essa terra, cujos filhos tanto me secundaram na propaganda e nas grandes lutas em favor da República. É um pequeno serviço que presto a um município cujos filhos me têm acompanhado, com sacrifícios, em todos os lances de minha vida.<sup>123</sup>

Portanto, concretiza-se a ideia a qual “patrões” poderiam cumprir uma função de mediação entre núcleos da “população local” e outros níveis governamentais, como o estadual e o federal.<sup>124</sup> Assim, nota-se que o trabalho de mediação compartilhado pelo senador e seus irmãos garantiam os incrementos na localidade.

É importante ressaltar que para além dos benefícios advindos da patronagem, mediadores de poderio semelhante também interagiam visando vantagens mútuas. Nesse caso, há o exemplo da permuta de indicações políticas que unia os “compadres” Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos. Segundo Martiny, em trocas de correspondência entre os dois membros do PRR foram encontrados pedidos do senador ao líder do partido, nos quais ele apresentava indivíduos para que Castilhos “os colocasse sob sua proteção”. Porém, o inverso também ocorria, como na ocasião em que Castilhos solicitou a Pinheiro, com urgência, a manutenção de um funcionário naval, demanda para o senador encaminhar ao próprio presidente da República, Campos Sales.

Portanto, existia entre esses personagens uma interação “baseada em relações pessoais e na troca de favores que envolvia a nomeação para cargos públicos de recomendados seus.” Aqui, portanto, não se trata de atores em uma relação desigual, mas entre dois mediadores que dividiam espaços de atuação nos quais transitavam com maestria.<sup>125</sup> Pinheiro, figura central do PRR na relação regional-nacional, e Castilhos, chefe do partido e principal liderança política no estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, concorda-se com o fecho da autora, integrado com a reflexão sobre o “Estado híbrido” preconizado por Badie e Hermet. Têm-se assim dois processos ocorrendo em paralelo: por um lado, um aparelho estatal no período republicano o qual emerge com um discurso pautado nos princípios “da impessoalidade, igualdade e legalidade”; por outro, práticas como a patronagem, conectadas igualmente nessa trajetória.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> VIEIRA, Sonia Bressan. Op. cit., p. 202-203.

<sup>124</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 121.

<sup>125</sup> Como aponta Martiny, não há uma relação clientelística que envolva esses dois políticos. MARTINY, Carina. Op. cit., 2018, p. 200-201.

<sup>126</sup> *Ibid.*, p. 206.

Além disso, para cargos políticos de maior expressão, naquele momento passou a se valorizar também outro trunfo: o diploma de nível superior, cada vez mais buscado pelos indivíduos que pleiteavam acesso à esfera política a partir da segunda metade do século XIX, efervescido com a criação de novas escolas de nível superior no Rio Grande do Sul ao final desse período.<sup>127</sup>

Como aponta Alvim, em 1872 “Pinheiro decidiu viajar para São Paulo, conduzindo uma tropa de mulas, e não quis mais voltar. Vendeu os animais (...) e voltou a estudar, influenciado (...) por um tio, Venâncio Aires”. Seguindo essa premissa, dois anos depois, José ingressou junto com nove colegas advindos de várias regiões do Brasil na Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>128</sup> Após formar-se no final de 1878, ele regressa a São Luiz Gonzaga no ano seguinte e monta uma banca advocatícia. Além disso, seu interesse pela política permanece. Forma um clube republicano na cidade, participando como delegado local da agremiação nos congressos realizados na década de 1880 que deram origem ao PRR.<sup>129</sup>

Outro membro da família o qual se utilizou do recurso educacional é Ângelo Pinheiro Machado, irmão mais novo do senador. Nascido em 1861, ele ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1878, exatamente no ano que José diplomou-se na instituição. Ângelo participou da “propaganda republicana”, colaborando em jornais estudantis. Após sua formatura, em 1882, fixou residência em São Paulo e tornou-se deputado constituinte pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Após a promulgação da Carta Magna em 1891, assumiu, em junho daquele ano, seu posto na Câmara dos Deputados, encerrando seu mandato em 1893 e retornando no período 1894-1896. Alcançou a deputância federal pelo Rio Grande do Sul nas legislaturas 1900-1902 e 1903-1905, integrado ao PRR. Foi reeleito para o período 1909-1911, renunciando ao mandato em 1910.<sup>130</sup>

De acordo com Grijó, a concepção dos cursos de direito no país, explicitamente colocadas por seus fundadores, era a de formar homens que atuassem na justiça, tais

---

<sup>127</sup> Ver tal discussão, já comentada anteriormente, em: GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 106-127.

<sup>128</sup> ALVIM, Newton. Apud MONTEIRO, Hiram Ayres. Op. cit., p. 291. Compunham o grupo, além de José Pinheiro Machado: Júlio Benedicto Otoni, Pedri Mariani Junior, Alfredo Augusto da Rocha, Marçal Pereira de Escobar, Joaquim Leite Vidal Ribeiro Júnior, Adolpho da Silva Gordo, João Pereira Continentino, Carlos Ferreira França e João Baptista Sampaio Ferraz. Joaquim Leite Ribeiro Júnior “não completou o curso, por ter falecido no penúltimo ano”. Ver: CABRAL, Cid. Pinheiro. Op. cit., p. 29-32.

<sup>129</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 35-38.

<sup>130</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 2010, p. 127. FRANCISCO, Henrique Sugahara. Verbete MACHADO, Ângelo Gomes Pinheiro. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20%C3%82ngelo%20Gomes%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 07/08/2017.

quais magistrados e advogados, mas também como os “homens públicos” do país. No caso, fornecer quadros ao Estado. Além disso, para tais instituições, mais do que a capacitação “técnica” provida em tese pelo curso jurídico ao indivíduo para o alcance desses postos, o mais importante era o papel da instituição na consolidação de um “ethos” que incluía certa “cultura jurídica” (“baseada na verdade em uma *bricolage* de textos filosóficos, literários, técnico-jurídicos e políticos”, incluindo os “clássicos da Antiguidade” e os “modernos europeus”), “roupas adequadas”, a frequência em bares, cafés, casas de jogos, clubes elegantes e outros espaços de sociabilidade e lazer. Somase a isso as referências intelectuais (muitas vezes baseadas apenas em algum conhecimento em “poesia, história, literatura, política, filosofia”), e a “sede de notoriedade”, a qual incluía a participação apaixonada e incessante em debates políticos, sociais e culturais, em visões amplas sobre o “mundo” e como “agir” nele. Assim, as faculdades de Direito serviriam como um espaço próprio que reunia os jovens de famílias abastadas, advindos de várias partes do Brasil, em especial das regiões estancieiras, que viabilizavam o tal desejo de intervir em “tudo”. Ou seja, a confirmação da posição deles como indivíduos “privilegiados” e “esclarecidos” os quais deveriam conduzir o “destino” da sociedade. “Era a ratificação de posições herdadas destes jovens oriundos dos grupos familiares mais bem situados econômica e socialmente” desde períodos anteriores, até então garantidas através da força de seus grupos armados.<sup>131</sup>

Isso remete ao caso de Tenório Cavalcanti, analisado por Grynszpan: o político dominava com maestria tanto o “código da violência pura” quanto aquele “da boa sociedade carioca”.<sup>132</sup> Assim, valendo-se desses recursos obteve grande destaque político-social.

Além disso, Ângelo é mais um dentro da divisão de trabalho de mediações efetuado pela família Pinheiro Machado. Ao longo do texto apresentado, se verá que o deputado dialogou com seu irmão senador a respeito de negociações políticas, como em relação às campanhas presidenciais, além de promover apoio aos candidatos oriundos do PRR, agremiação na qual se inseriu posteriormente e também alcançou cargos político-partidários.

José Pinheiro Machado, portanto, seguiu o *script* do homem público que passou a vigorar mais fortemente a partir da 1ª metade do século XIX no Rio Grande do Sul. Tradição familiar na política, representada por pai e irmãos em cargos político-

---

<sup>131</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 140-152.

<sup>132</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2017, p. 21.

partidários, riqueza, diploma em um curso superior, “fama guerreira”, emprego da patronagem e trocas de favores baseadas em relações de reciprocidade são os recursos que o senador dispôs para ingressar no mundo político e promover as suas ações de mediação.

## **1.2 O Movimento Republicano, o Surgimento do PRR e o Governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891)**

O movimento republicano nas províncias surgiu com maior força a partir da década de 1870, sendo sua maior expressão o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. Os quadros do PRP eram formados majoritariamente por cafeicultores do estado. O ponto fundamental do programa partidário consistia na defesa do federalismo, assegurando ampla autonomia às províncias. Entre outros elementos, tal proposta significaria o mando por essas regiões da política bancária e de imigração, assim como a de descentralização das rendas.<sup>133</sup>

E nesse momento também fervilhava o debate em torno do republicanismo no ambiente acadêmico, ideal do qual Pinheiro se aproximou na Faculdade de Direito de São Paulo: em 1874, ele foi um dos fundadores do clube republicano da instituição e de seu veículo de divulgação, o periódico homônimo “O Republicano”. O jornal durou alguns anos, seguindo, em sua última etapa, à orientação de Júlio de Castilhos, que circulava na cidade. O clube funcionava no Café Europeu, um dos mais “luxuosos” de São Paulo. Pertencia ao italiano Médici, “republicano fervoroso”.<sup>134</sup>

No Rio Grande do Sul, em 1878, foi fundado um clube republicano em Porto Alegre, mas foi somente na década de 1880, por ocasião do retorno de um grupo de jovens profissionais ao Rio Grande do Sul, que tais ideais passaram a ser melhor discutidos e difundidos.

Em fevereiro de 1882, os “republicanos gaúchos realizaram sua primeira convenção”, organizando oficialmente o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Na reunião de “fundação”, os criadores do partido “solicitaram a todos os clubes republicanos locais que abraçassem os seus princípios”, cuja força motriz básica era a

---

<sup>133</sup> ZIMMERMANN, Maria Emília. *O PRP e os fazendeiros do café: um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano de São Paulo (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, Unicamp. Campinas, 1984. p. 13; 23-26; 31-43.

<sup>134</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 31.

defesa do federalismo. Algumas facções chegavam até a sugerir a “separação de sua província do resto do Brasil, caso não se introduzisse uma República Federativa”.<sup>135</sup>

Em outubro desse ano, pela primeira vez, os membros do PRR tentaram a sorte nas eleições, “oferecendo seis candidatos à Assembleia Provincial”. Nenhum deles se elegeu, mas as movimentações políticas da agremiação continuaram. “A questão de um jornal partidário, já levantada na época da fundação”, foi considerada com maior apreço. “O projeto foi aprovado num congresso do partido em 1883 e as primeiras cópias” de “A Federação” passaram a circular no ano seguinte, sendo Venâncio Aires o primeiro redator-chefe.

Durante a década de 1880 os propagandistas republicanos “percorreram o Rio Grande do Sul formando clubes políticos”, fomentando ideias e apresentando candidatos às eleições provinciais e nacionais. Eles “gradativamente” ficaram sob a tutela de Júlio de Castilhos, que, segundo Love, “possuía a qualidade especial de inspirar confiança em seus seguidores e ódio em seus adversários”. Assim, “a personalidade e a ideologia de Castilhos pesaram (...) nos acontecimentos subsequentes da história do Rio Grande do Sul”.<sup>136</sup>

Como episódio, a passagem do Império para a República ocorreu sem maiores conflitos. Contudo, os anos posteriores ao 15 de novembro de 1889 caracterizaram-se por grandes debates. Os “vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções” sobre a organização política do país.<sup>137</sup>

No mesmo dia 15, Deodoro, líder do Governo Provisório, nomeou José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas, para o governo do Rio Grande do Sul. O Visconde contou com o apoio de Júlio de Castilhos, que, por sua vez, tornou-se secretário da nova gestão. Contudo, Castilhos, na sequência, exonerou-se do cargo por divergências. Deodoro da Fonseca o convidou, então, para assumir o governo rio-grandense, mas ele recusou e indicou o general Júlio Anacleto Falcão da Frota, o qual tomaria posse no ano seguinte.<sup>138</sup>

Paralelamente a esses eventos, em nível nacional, com a deposição do Gabinete de Ouro Preto, Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui

---

<sup>135</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 29-30.

<sup>136</sup> Ibid., p. 31-35.

<sup>137</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 245. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999. p. 489.

<sup>138</sup> O Visconde substituiu o vice-presidente da Província, Justo de Azambuja Rangel, que ocupava provisoriamente o lugar de Gaspar Silveira Martins desde o início de novembro. Já Frota assumiu o governo estadual em 11 de fevereiro de 1890. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 1988, p. 60-66.

Barbosa e outros líderes do movimento republicano reuniram-se para acordar os elementos do Governo Provisório, enquanto na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, “José do Patrocínio, na condição de vereador mais moço, dava por oficialmente proclamada a República”. No dia 16, os membros do Governo Provisório prestaram juramento na Câmara. O primeiro decreto do novo chefe da Nação, Deodoro da Fonseca, publicado no Diário Oficial no mesmo dia, determinava a “adoção”, temporariamente, da “forma republicana federativa no país, enquanto não se organizasse uma assembleia constituinte; transformava as províncias em estados, com direito a constituição própria” e colocava sob a administração do governo central a cidade do Rio de Janeiro, a qual se tornou sede do poder federal.<sup>139</sup>

Já o Decreto nº 78 B, de 21 de dezembro de 1889, determinou que o pleito destinado à escolha dos constituintes deveria realizar-se no dia 15 de setembro de 1890 e que a Assembleia Nacional Constituinte deveria reunir-se e iniciar seus trabalhos em 15 de novembro do mesmo ano. A eleição dos deputados e senadores da Assembleia ocorreria por meio do sufrágio direto em cada um dos estados.<sup>140</sup> Após a elaboração da constituição, os congressistas tomariam acento para a 1ª legislatura republicana do país.

Decidiu-se ainda que o Senado Federal, a “Câmara Alta”, teria três representantes de cada estado, contemplando 63 senadores. A Câmara Federal, conhecida como “Câmara Baixa”, por sua vez, comportaria um total de 205 deputados.<sup>141</sup>

No dia 19 de agosto realizou-se uma reunião do PRR em Porto Alegre para a votação de escolha dos candidatos ao Senado e à Câmara pelo partido. Mais de 50 cidades, representadas por delegados locais, compareceram na ocasião. Para o Senado, foram escolhidos Júlio Frota, Ramiro Barcelos e José Gomes Pinheiro Machado. Para a Câmara, selecionou-se uma chapa de 16 deputados, entre eles estavam Borges de

---

<sup>139</sup> ABREU, Alzira Alves de. (Coord). O Governo Provisório. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. [Recurso Eletrônico]. FGV/CPDOC. 2015.

<sup>140</sup> BRASIL. Decreto n. 78-B, de 21 de dezembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-b-21-dezembro-1889-517756-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/06/2017.

<sup>141</sup> O número de deputados foi distribuído da seguinte forma: Minas Gerais teria 37 cadeiras; Bahia e São Paulo, 22; Pernambuco e Rio de Janeiro, 17; Rio Grande do Sul, 16; Ceará e Distrito Federal, 10; Pará e Maranhão, 7; Alagoas, 6; Paraíba, 5; Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraná e Santa Catarina, 4; Goiás, 3; Amazonas, Espírito Santo e Mato Grosso, 2. A diretriz foi estabelecida de forma proporcional à população dos estados, com uma vaga a cada 70 mil habitantes, respeitando o número mínimo de 04 parlamentares por estado. Ver: BRASIL. Decreto n. 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>. Art. 6º. Acesso em: 20/10/2017. BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Arts. 28 e 30. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op. cit., 2002, p. 529-530. v. 8.

Medeiros e Júlio de Castilhos, que se tornariam figuras emblemáticas do PRR.<sup>142</sup> Como já comentado, Ângelo Gomes Pinheiro Machado, irmão do futuro senador José, também foi eleito deputado constituinte, pelo PRP.<sup>143</sup>

No dia 16 de setembro, um dia após a eleição, anunciava-se no jornal “O País” resultados parciais da contagem de votos registrados no Rio Grande do Sul, mas se afirmava terem sido eleitos “todos os candidatos republicanos” e que “os opositoristas” não haviam comparecido ao pleito. Assim, a chapa do PRR para a Assembleia Nacional Constituinte foi integralmente a selecionada nas urnas.<sup>144</sup>

Na Assembleia Constituinte os trabalhos iniciaram no dia 15 de novembro. O Governo Provisório, com o auxílio de juristas, ministros e políticos já havia elaborado um pré-projeto constitucional que foi distribuído entre os parlamentares. Na sequência, procedeu-se à eleição de uma comissão especial de 21 membros da qual Júlio de Castilhos tornou-se integrante. O grupo deveria elaborar um parecer sobre o documento e apresentá-lo para a totalidade dos membros do colegiado. Com base nessa análise, a Carta Magna foi aprovada pelo conjunto de parlamentares.

A primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa. Os governos dos estados – designação dada às antigas províncias – ficaram autorizados a exercer atribuições diversas, como decretar impostos, celebrar convenções e organizar uma justiça própria. Ratificando decretos anteriores do governo provisório de Deodoro da Fonseca, a nova Carta Magna estabelecia a existência de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Legislativo era exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambos eleitos pelo povo.

A Constituição também inaugurou o sistema presidencialista de governo. O Poder Executivo, que no Império coubera ao Presidente do Conselho de Ministros (figura subordinada, por sua vez, ao Imperador, o qual exercia o Poder Moderador) seria exercido por um presidente da República, eleito por período de quatro anos (sem direito à reeleição). Assim como no período imperial, o Legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, mas os senadores deixaram de exercer o cargo de forma vitalícia. Já “os deputados seriam eleitos em cada estado, em número proporcional ao de seus

---

<sup>142</sup> *O País*, p. 02, 03 set. 1890. RJ.

<sup>143</sup> A chapa do PRP que concorreu à Câmara e ao Senado consta em: *O País*, p. 01, 07 ago. 1890. RJ.

<sup>144</sup> *O País*, p. 02, 16 set. 1890. RJ. No Senado, em uma apuração parcial, mas já com os resultados quase finalizados, Pinheiro Machado liderava os votos, com 5891, Ramiro Barcelos possuía 5888 e Júlio Frota havia alcançado 5573. *O País*, p. 02, 17 set. 1890. RJ.



habitantes, por um período de três anos”. A eleição dos senadores se daria para um mandato de nove anos, com renovação de um terço dos membros trienalmente.

Além disso, “fixou-se o sistema do voto direto e universal” (para executivo e legislativo), suprimindo-se o censo econômico proveniente do período anterior. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, os religiosos, “mendigos”, “praças militares” e analfabetos. “A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar”.<sup>145</sup>

De acordo com as “Disposições Transitórias” da Constituição, excepcionalmente os primeiros presidente e vice-presidente da República seriam eleitos pelo voto indireto da Assembleia Constituinte. Em 25 de fevereiro de 1891, os militares Manuel Deodoro da Fonseca e Floriano Vieira Peixoto foram eleitos e proclamados, respectivamente, presidente e vice-presidente do Brasil. Deodoro, que recebeu 129 votos na ocasião, teve como principal adversário Prudente José de Moraes Barros, então senador eleito pelo estado de São Paulo e presidente da Assembleia Nacional Constituinte, com 97 votos. Já Floriano teve 153 votos, contra 57 recebidos pelo Almirante Eduardo Wandenkolk. Vale lembrar que a eleição para os dois cargos foi feita separadamente, e de forma indireta (pelo colégio eleitoral da Assembleia).<sup>146</sup> A partir do próximo pleito a votação seria direta, pelo voto popular.

Em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, Pinheiro Machado tomou assento no Senado Federal “para cumprir mandato de seis anos enquanto Júlio Frota e Ramiro Barcelos teriam três e nove anos de mandato, respectivamente”. No dia 14 do mês seguinte, no Rio Grande do Sul, a Assembleia Constituinte Estadual consagrou o texto constitucional rio-grandense e elegeu Júlio de Castilhos presidente desse estado.<sup>147</sup>

No Rio Grande do Sul houve uma modificação no panorama político. Enfraquecia-se o conselheiro imperial Gaspar Silveira Martins enquanto se fortalecia

---

<sup>145</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 249-251. “O Senado brasileiro foi criado em 1824, com a Constituição outorgada por Dom Pedro I”. Era composto por 50 representantes das Províncias, escolhidos em número proporcional à população de cada uma delas. O cargo era vitalício e privativo de brasileiros natos, exigindo-se a idade mínima de 40 anos e rendimento anual mínimo de 800 mil réis. Ver: MENDONÇA, Beatriz; DALMORO, Jeferson. *180 anos do Senado brasileiro: um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo*. p. 14. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496486>. Acesso em: 21/05/2017.

<sup>146</sup> BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Op. cit., 2002, p. 546-547. v. 8. PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. p. 162-163.

<sup>147</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 46-47.

Júlio de Castilhos, assim como o Partido Liberal perdia espaço para o Partido Republicano Rio-Grandense.

Deodoro da Fonseca possuía ligações com o Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1885 havia assumido como comandante das armas da então província e “em seguida foi nomeado primeiro vice-presidente da região, passando a acumular os dois postos”. Tal nomeação derivou de indicação do Barão de Lucena, então presidente da província gaúcha, ao Barão de Cotegipe, na época presidente do Conselho de Ministros e chefe do Partido Conservador. “Deodoro e a esposa batizaram um filho de Lucena – eram, portanto, compadres”. Com a ida de Lucena à Corte, em maio de 1886, para ocupar um posto na Assembleia Geral, Deodoro “tornou-se presidente em exercício do Rio Grande do Sul”, acumulando esse cargo com aquele de “armas”.

Durante seu mandato no sul, Deodoro manifestou-se publicamente contra “padrões disciplinares e hierárquicos que presidiam as relações entre membros das forças armadas”, vinculadas ao episódio denominado “Questão Militar”. Ele passou a sofrer críticas do Partido Liberal rio-grandense, “em especial do então senador Gaspar Silveira Martins, o que valeu ao primeiro expressões de solidariedade por parte de oficiais da guarnição local”. Após “tensa troca de cartas com o Barão de Cotegipe”, Deodoro, no fim de 1886, “foi demitido dos cargos que ocupava”.<sup>148</sup>

Segundo Love, Castilhos e Assis Brasil, políticos rio-grandenses, não eram “estranhos” ao chefe de governo. Deodoro da Fonseca manteve frequentes “contatos” com o primeiro “durante dias críticos da Questão Militar”. No Rio Grande do Sul, os discursos de Deodoro foram apoiados pela “A Federação”, notadamente com o intuito de enfraquecer politicamente o Império, corroborando que militares teriam o direito de questionar normas disciplinares quando fossem aplicadas contra as suas “consciências”. Em setembro de 1889, dois meses anteriormente ao “golpe” militar, “Deodoro havia expressado sua admiração por Castilhos, Assis Brasil e Barcelos”, afirmando que se estivesse no estado sulino em agosto “teria votado nos três nas eleições para o Parlamento Imperial, mesmo sendo ele membro do Partido Conservador”.<sup>149</sup> A ligação do Marechal com os republicanos locais, portanto, já existia antes do grande evento de 15 de novembro.

---

<sup>148</sup> LEMOS, Renato. Verbete FONSECA, Deodoro da. In: *Dicionário da elite política republicana* (1889-1930). CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA.%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em: 21/09/2017.

<sup>149</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 41.

Uma das medidas de Deodoro, ainda durante o governo provisório, foi a proposta da criação do Porto de Torres e de uma estrada de ferro a qual ligaria a região até Porto Alegre. Trago detalhes sobre a questão: em carta a um de seus ministros, o general escreveu que a construção do Porto seria o "único abrigo marítimo entre Santa Catarina e Montevideú." Além disso, o militar avaliava a "abertura desse porto e sua ligação a Porto Alegre, por uma estrada de ferro, como assunto de alta monta e de (...) interesse nacional, tanto para o comércio" como igualmente em virtude "da exigência da defesa das nossas fronteiras", caso ocorresse uma agressão vinda do exterior. E acreditava na empreitada como um ato "necessário e indispensável para o "progresso" do Rio Grande do Sul e do Brasil.<sup>150</sup> Posteriormente, Júlio de Castilhos disse que a obra seria "um dos grandes melhoramentos que precisa o nosso Estado".<sup>151</sup>

Analisando esses excertos, compreendo que tal empreendimento constituía-se em uma demanda dos membros do governo do PRR. A construção do Porto de Torres e de uma ferrovia impulsionaria recursos econômicos para a localidade, em virtude do volume de negócios o qual surgiria dali. Eles também aquiesciam, ao que parece, em fixar um apoio militar no local, importante no caso da eclosão de guerras com países vizinhos, em concordância com Deodoro, ou mesmo na ocorrência de insurreições regionais.

Em 17 de janeiro de 1891 houve a última reunião do conjunto de ministros do Governo Provisório. Nela se tratou das negociações para as obras do Porto de Torres. O ponto principal de discordância era a garantia da concessão de juros por parte do governo federal à empresa responsável por executar a obra, medida com a qual não concordaram os presentes, como Francisco Glicério e Rui Barbosa. Assim, "se o capital empregado não rendesse os juros estipulados" o Estado "cobriria a diferença". O primeiro afirmou que a medida deveria ser autorizada pelo Congresso. Deodoro permaneceu impassível na busca do aceite do projeto, criando tensão com sua base de trabalho. A situação permaneceu conflituosa e quatro dias depois, em 21 de janeiro, ele aceitava a demissão coletiva do ministério, nomeando, para substituir os demissionários,

---

<sup>150</sup> *A Federação*, p. 01, 02 fev. 1891. RS.

<sup>151</sup> Embora Castilhos criticasse o modelo de concessão proposto por Deodoro, baseado na garantia de juros pelo Estado, questão que será posta a seguir: Ver: *A Federação*, p. 01, 10 mar. 1891. RS. Além disso, a presença de batalhões militares, conduzindo peças de artilharia, também passou a ser vista na região, o que indica a permanência da ideia de Deodoro da área do Porto ser um espaço de defesa bélica. Ver: *A Federação*, p. 01, 21 nov. 1891. RS.

o Barão de Lucena, seu amigo pessoal.<sup>152</sup> Deodoro “lamentou que servisse de pretexto à retirada do ministério a concessão aludida”.<sup>153</sup>

Percebe-se que o “custo” da obra de Torres não foi discutido apenas em termos monetários, mas também políticos. Certamente a crise no governo do Marechal já estava há tempos em curso. A insistência na proposta por parte de Deodoro, levando em conta todas as questões subjacentes da empreitada, foi mais um elemento a fomentar desentendimentos em seu mandato provisório. Contudo, mesmo após esses conflitos, a concessão é feita ao grupo desejado e o início das obras, com inauguração solene e presença de autoridades locais, é feita em outubro de 1891.<sup>154</sup>

Portanto, apesar de publicamente Castilhos apontar certa “prudência” em relação ao governo (provisório) de Deodoro, há indícios que os membros do partido buscaram estreitar os laços com o militar procurando obter melhoramentos para o estado sulino. E qual seria a contrapartida? Provavelmente, a promessa de votos para o Marechal na eleição indireta realizada pelos congressistas. No pleito de 25 de fevereiro de 1891, os integrantes da bancada rio-grandense votaram em sua maioria no Marechal, expressando que o PRR possivelmente desejava estabelecer novos “acertos” políticos com o chefe do executivo recém-eleito. Segundo seu jornal oficial, o PRR “bem avaliou quanto devia o novo regime” a Deodoro e “desde muito cedo lançou a candidatura daquele distinto brasileiro para presidente da nação”.<sup>155</sup>

Além disso, em outras questões visualiza-se a atuação direta de Pinheiro: a primeira delas é a da repressão ao contrabando no Rio Grande do Sul, cuja pauta ele apresentou um projeto no Senado em 24 de julho 1891: estipulava as penas de 4 a 12 anos para os infratores, além da perda da mercadoria, entre outras medidas.<sup>156</sup> Em outubro, parlamentares criticam o governo federal por “usurpar” a ideia de Pinheiro, uma vez que o governo federal teria expedido, naquele momento, um decreto o qual

---

<sup>152</sup> Trajano Viriato de Medeiros, o contemplado pela obra, segundo consta era amigo de Deodoro, o que também pode ter influenciado na recusa do Ministério em aceitar tal negociação. CARONE, Edgard. *A República Velha: II evolução política*. RJ/São Paulo: Difel, 1977. p. 46; 50.

<sup>153</sup> *A Federação*, p. 02, 23 jan. 1891. RS.

<sup>154</sup> *A Federação*, p. 01, 24 out. 1891. RS. Contudo, a empreitada não foi levada adiante, provavelmente devido à queda de Deodoro do governo em novembro de 1891.

<sup>155</sup> *A Federação*, p. 01, 26 fev. 1891. RS. Dos 19 congressistas gaúchos, 06 votaram em Prudente de Moraes, entre eles Assis Brasil. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 47. Já Alexandre Cassiano do Nascimento, deputado federal pelo PRR, em fala antes da eleição, defendeu a importância da participação de Deodoro na instauração da República, mostrando indícios dos laços políticos estabelecidos entre integrantes do seu partido e o chefe do governo. Ver: *A Federação*, p. 02, 30 jan. 1891. RS.

<sup>156</sup> *A Federação*, p. 01, 10 ago. 1891. RS.

seria praticamente uma cópia do projeto do político rio-grandense. Os oradores são efusivamente aplaudidos entre os presentes.<sup>157</sup>

Apesar desse possível “roubo de ideias” de Pinheiro Machado, entendo que o resultado foi positivo para ele: fortaleceu sua imagem perante seus colegas no Congresso Nacional, os quais enalteceram seu esforço, simbolizando o fortalecimento do Parlamento contra os supostos “ditames autoritários” do governo federal. Além disso, mesmo que através de um decreto presidencial, as medidas foram, de fato, postas em prática, atendendo aos interesses do Rio Grande do Sul no tocante à questão do contrabando.<sup>158</sup>

No plano nacional, contudo, o governo constitucional do Marechal Deodoro iniciou-se sob forte tensão política, agravada por uma crise econômica. Nesse contexto, em 03 de novembro, enfrentando séria oposição parlamentar, o presidente ordenou o fechamento do Congresso.

Júlio de Castilhos teria contado com a ação de Pinheiro Machado para tentar evitar o ato: afirmou que no dia 01 de novembro, data na qual recebeu a comunicação de membros do PRR acerca da intenção do Barão de Lucena em dissolver o Parlamento, além de alertá-los para tentar dissuadir o Marechal da ideia, disse especificamente sobre o senador rio-grandense:

Ainda no mesmo dia dirigi ao senador Pinheiro Machado, que então estava em São Paulo, o seguinte recado telegráfico (...). É “indispensável vosso regresso Rio para evitar descalabro. Ansioso vossa presença aqui, resigno-me demora”. Também através destas palavras, caracterizadas pelo expressivo laconismo telegráfico, vê-se perfeitamente que qualificando de *descalabro* a planejada dissolução do Congresso, eu pedi ao meu amigo Pinheiro Machado que voltasse ao Rio para impedir a realização do atentado. (...)<sup>159</sup>

Em 04 de dezembro de 1891, Pinheiro, em declaração no jornal, rebate a Assis Brasil e Ramiro Barcelos, os quais teriam lhe tecido críticas, por ele, em tese, ter aquiescido com o golpe em curso. O parlamentar responde de modo mais incisivo a Barcelos, a quem chama de “desleal amigo”, dizendo que enquanto este “silenciava” e “cuidava de arranjos”, ele “fazia a crítica do golpe de Estado, do próprio General

---

<sup>157</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 19 de outubro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. p. 30-35. v. 5.

<sup>158</sup> Para “A Federação”, a ação de Pinheiro Machado foi uma vitória, pois o “ilustre senador rio-grandense” havia apresentado um projeto “cujas prescrições vão ser postas em execução”. Ver: *A Federação*, p. 01, 21 out. 1891. RS.

<sup>159</sup> Grifos no original. *A Federação*, p. 01, 01 dez. 1891. RS.

Deodoro, de quem fui e sou amigo, por considerá-lo o fator principal da fundação da República”. Mas isso não o impediria de criticar com dureza “o ato e de agir aqui de acordo com os revolucionários contra o atentado à Constituição”.<sup>160</sup> Entende-se, portanto, que Castilhos esperava a força de Pinheiro Machado para evitar o golpe, dissipando as tensões entre agentes políticos e Deodoro da Fonseca, a quem o senador denominava como “amigo”.

Contudo, a partir desse momento, os opositores do PRR aproveitaram o clima de instabilidade política para condenar Castilhos e seus atos, os quais julgaram de pouca censura a Deodoro. Sublevações em guarnições militares e passeatas de grupos civis em Porto Alegre, contrários ao golpe federal, promoviam pesadas críticas ao chefe do partido, que era cada vez mais pressionado. No 12 de novembro, através de um grupo de oposição no qual se destacavam Assis Brasil e Barros Cassal, Castilhos é deposto do governo estadual.<sup>161</sup>

Nesse contexto, o líder do PRR voltou a escrever em “A Federação”, onde atacava ferozmente seus adversários políticos. Nos textos, prometia o seu regresso:

Em breve assistirei ao penoso desmoronamento dessa artificiosa junta governativa, que se formou ao acaso; em breve, verei esmagados sob o peso de uma tremenda responsabilidade aqueles que antepuseram o seu despeito e as suas ambições pessoais às indicações do patriotismo e ao dever de republicanos e de rio-grandenses; em breve, envidarei tudo para refazer e reconstruir o que houver desfeito e destruído os falsos apóstolos da liberdade.<sup>162</sup>

E enquanto ele deixava o poder no Rio Grande do Sul, o “golpe” de Deodoro despertava reações em todo o país. A ameaça da Marinha de bombardear a cidade do Rio de Janeiro levou o próprio militar a renunciar em 23 de novembro, apenas nove meses após ter assumido a presidência. Seu lugar foi ocupado pelo vice-presidente Marechal Floriano Peixoto.

---

<sup>160</sup> *A Federação*, p. 01, 04 dez. 1891. RS. Além disso, Assis Brasil e Barcelos romperiam politicamente com Borges de Medeiros, o novo chefe do PRR após a morte de Castilhos.

<sup>161</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 1988, p. 109-112.

<sup>162</sup> *A Federação*, p. 01, 15 nov. 1891. RS.

### 1.3 O Governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

A Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Em 31 de março de 1892, um grupo de 13 militares de alta graduação assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, no dia 10 de abril Peixoto declara o estado de sítio para o Distrito Federal e “suspende as garantias constitucionais por 72 horas”. Na sequência, reprimiu o movimento e ordenou a prisão e/ou desterro de seus líderes dois dias depois.<sup>163</sup>

Também em março, Pinheiro Machado reuniu-se junto com outros líderes rio-grandenses, além de núcleos militares, na província de *Corrientes*, Argentina, para decidir que atitude tomar em relação ao cenário político no Rio Grande do Sul, então governado por opositores do PRR. O grupo afirmou que se vivia a situação de um “governo anárquico, inconstitucional e criminoso, por ser atentatório aos brios de um povo que tem tradições a zelar”. Os presentes optaram então pela ação armada, com as forças bélicas formadas a partir de efetivos de diversas cidades gaúchas.

Contudo, os federalistas, reunidos em um congresso a 31 de março, na cidade de Bagé, aclamaram como chefe do partido Gaspar Silveira Martins, e para candidato a presidência do estado o general João Nunes Tavares, conhecido como “Joca” Tavares. Eles elaboraram também o programa do partido, cujos principais itens eram: uma nova constituição estadual, “republicana e representativa”, seguindo os princípios do “governo parlamentar”; “eleição do presidente do estado por quatro anos”, não podendo ele ser reeleito para o período subsequente; mandato para a Assembleia de quatro anos por meio de “distritos eleitorais” e “renovação do mandato bienalmente”; iniciativa do governo e da Assembleia na proposição das leis, “com exceção das que competem exclusivamente a esta”; nomeação de “juízes municipais ou distritais pelos governos municipais”, além de “juízes de direito” nomeados pelo governo do estado, conforme as diretrizes legais.<sup>164</sup>

Segundo João Neves da Fontoura, político rio-grandense que vivenciou esses eventos, era a

---

<sup>163</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p. 91-95. Em projeto do Congresso Nacional, em junho, é concedida anistia aos “cidadãos detidos e desterrados” pelo decreto de Floriano. Ibid., p. 96.

<sup>164</sup> Os coronéis Portugal e Ataliba Gomes forneceriam mil homens; Pinheiro Machado obteria de São Luís 300 homens; os chefes políticos Firmino, Aguiar e Horácio conseguiriam de Itaqui 300 combatentes, mesmo número que seria organizado em São Borja pelos coronéis Aparício e Vargas. Ver: SILVA, Ciro. Op. cit., p. 51-53. CARONE, Edgard. Op. cit., p. 99.

Época dos triunviratos efêmeros; a púrpura, repetida a história de Roma, andava em leilão entre os sargenteantes da mesnada. Campeava a anarquia nas ruas; as deliberações nasciam dos corrilhos de esquina; a insegurança era absolutamente notória; até o mais elevado tribunal rio-grandense fora dissolvido entre corrimaças e apupos (...).<sup>165</sup>

No dia 17 de junho de 1892, há o estopim do conflito. Castilhos, à frente dos seus apoiadores em armas é reconduzido ao governo do estado em Porto Alegre, sem encontrar resistência das fileiras adversárias. Apenas em São Gabriel e Livramento há choques entre republicanos e federalistas, sendo esses batidos. Na mesma data Castilhos renuncia e transmite o poder a Vitorino Monteiro, o qual “declara insubsistentes todos os decretos posteriores a 12 de novembro de 1891”, ocasião em que o primeiro saiu do governo estadual.

Nesse momento comandava o executivo José Antônio Correia da Câmara, o Visconde de Pelotas. Retirado do cargo, transmite-o ao general Joca Tavares, que se encontrava em Bagé, instalando aí uma nova sede de governo. Criava-se assim uma “dualidade” de poder. Tavares, nesse ínterim, preparava suas forças para enfrentar o agrupamento militar liderado pelos generais Isidoro Fernandes, Hipólito Ribeiro, Rodrigues de Lima e Alves Pereira, o coronel Aparício Mariense e Pinheiro Machado, naquele momento licenciado do cargo de senador.

Porém, sob a intervenção de Silveira Martins, em 04 de julho, Tavares dissipa, ao que parece, os grupos rebeldes, e as atenções voltam-se para o novo pleito estadual. De qualquer forma, a situação política do estado era tensa. Assassínatos e violências entre correligionários republicanos e federalistas geravam um ambiente de hostilidades em alto grau.

Sob esse “clima” ocorreu a eleição no Rio Grande do Sul em 20 de novembro de 1892, na qual seria eleito o presidente do estado e os membros da Assembleia dos Representantes. Castilhos concorreu sem adversários, elegendo-se para o cargo do executivo, com 26.377 votos e tomando posse em 25 de janeiro de 1893.<sup>166</sup>

Os federalistas não participaram da eleição alegando possíveis fraudes e a impossibilidade de participar, fosse com candidatos, fosse através de eleitores no pleito, devido à suposta “onda de terror” que a “máquina castilhista” operava. Não aceitando o

---

<sup>165</sup> AITA, Carmen; AXT, Gunter. (Orgs.). *João Neves da Fontoura: discursos parlamentares (1921-1928)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999. p. 263.

<sup>166</sup> Ver: SILVA, Ciro. Op. cit., p. 54. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 57. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 1988, p. 135-136.



resultado eleitoral, pegaram em armas, iniciando a guerra civil no Rio Grande do Sul, cujo conflito ficou comumente conhecido como Revolução Federalista. Entre seus chefes estavam Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, com um contingente de mais de 3 mil homens, muitos deles vindos do Uruguai e que estavam em alerta para o conflito. O grupo, em 15 de março, lançou um “Manifesto a Nação”, justificando suas pretensões políticas.<sup>167</sup>

Os membros do PRR solicitaram apoio bélico à União. Floriano enviou peças de artilharia e tropas para auxiliá-los e diversas batalhas sangrentas ocorreram.<sup>168</sup> Em seu livro “Da propaganda à presidência”, o futuro presidente Campos Sales confirmou que nesse momento o governo federal estava preparando e enviando armas e munições ao grupo do PRR.<sup>169</sup> O conflito ocorrido próximo ao Rio Inhanduí, “a primeira grande batalha da guerra, em 04 de maio daquele ano, com vitória dos “castilhistas” e cujo comando da operação, além de outros militares, contou com Pinheiro Machado, teria sido decisivo para a elevação da “moral” dos republicanos.<sup>170</sup>

O presidente da República, nesse momento, é celebrado pelo partido do senador, conforme corrobora o texto de “A Federação”

Os infelizes (*federalistas*) tentaram lançar a discórdia irreparável entre nós e o governo central, ajoelhando-se aos pés deste a cada momento, turiferando-o (*exaltando-o*) a propósito de qualquer medida. (...) Mas... afinal a luz foi feita sobre os sucessos políticos do Rio Grande, e veio a formar-se o natural consórcio entre o sumo representante da União, que é o símbolo das garantias da República, e o honesto partido que a defende aqui com a própria vida, desde o imortal 15 de novembro.<sup>171</sup>

Novamente, em 11 de março de 1893, “A Federação” mostra a sintonia entre o chefe do governo federal e os membros do PRR, afirmando que um movimento de união se espalharia pelo país em torno de Floriano Peixoto e do governo rio-grandense,

---

<sup>167</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 54-55.

<sup>168</sup> Floriano fez menção ao conflito que ocorria no Rio Grande do Sul: “o Governo Federal (...) tem prestado ao respectivo Presidente o auxílio que requisitou, sendo o seu constante desejo a pacificação daquele Estado, restabelecendo-se a concórdia entre seus habitantes”. BRASIL. *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 4-5. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/126#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1135%2C357%2C4332%2C3056>. Acesso em: 25/08/2017.

<sup>169</sup> CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB, [19?]. p. 75.

<sup>170</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 70. Ver também: SILVA, Ciro. Op. cit., p. 56.

<sup>171</sup> *A Federação*, p. 01, 10 jan. 1893. RS.

“empenhados ambos (...) em sustentar as instituições contra a invasão sinistra (...) de Silveira Martins. Nunca assistimos a espetáculo político tão belo e fecundo”!<sup>172</sup>

Enquanto no sul do país prosseguia a guerra civil, em setembro de 1893 um grupo de altos oficiais da Marinha exigiu novamente, na Capital Federal, a imediata convocação de eleições presidenciais, dando início a outro conflito bélico: a Revolta da Armada. O movimento, que também traduzia a insatisfação da Marinha com o seu suposto pequeno prestígio político em comparação ao de outras forças militares, recebeu pouco apoio popular e mesmo dos membros da política no Rio de Janeiro, onde diversas unidades encorajadas trocaram tiros com a artilharia dos fortes em poder do Exército. Contudo, houve inúmeros combates violentos, navais e terrestres, e, em desvantagem neles, os oficiais revoltosos dirigiram-se para o Sul, a fim de se unirem aos federalistas, que avançavam por Santa Catarina e Paraná. Na Capital Federal, após adquirir novos navios de guerra, Floriano Peixoto, contando com o apoio do Exército e em especial do suporte “moral” do Partido Republicano Paulista (PRP), conseguiu conter a Revolta da Marinha em março de 1894.<sup>173</sup>

Na luta armada, José Pinheiro Machado comandava, junto com seu irmão Salvador, batalhões da chamada “Divisão Norte” e os combates com os federalistas se deram em diversas regiões do estado como Passo Fundo, Mariano Pinto e Jaguari. Com a morte de Gumercindo Saraiva em Carovi no dia 10 de agosto de 1894, as forças rebeldes perderam uma importante referência e progressivamente foram enfraquecendo-se no conflito.<sup>174</sup> Com a insurreição praticamente concluída, uma vez que as tropas revoltosas migraram para o Uruguai, Pinheiro regressa para Porto Alegre, em setembro, onde é recebido com festejos, e em outubro embarca para a Capital Federal.<sup>175</sup>

Segundo Love, o fim da guerra federalista (que terminou apenas no mandato presidencial seguinte, frisa-se), teve como importante consequência o fomento de relações mais “sólidas” entre o PRR e “segmentos” do exército nacional.<sup>176</sup> Além disso, estreitaram-se os laços entre o presidente da República e os membros do partido. Certamente, o prestígio de Pinheiro Machado, um político que também fazia as vezes de

---

<sup>172</sup> *A Federação*, p. 02, 11 mar. 1893. RS.

<sup>173</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p. 118-125; 142-143. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 73-74.

<sup>174</sup> Sobre a morte de Saraiva, em notícia de “A Federação”, republicada em “O País”, relata-se o seguinte: “O embate foi à tardinha do dia 10 (...) Gumercindo Saraiva, por informações dos moradores da estrada, seguiu em carretilha, baleado no ventre e em uma perna! (...) No dia 13, o coronel Firmino de Paula (...) encontrou o cadáver de Gumercindo, que foi exibido perante toda a divisão Norte e depois enterrado novamente”. Ver: *O País*, p. 01, 27 ago. 1894. RJ.

<sup>175</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 57.

<sup>176</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 79.

“chefe guerreiro”, contribuiu para tal. Durante o curso da guerra, uma comunicação enviada para o Marechal por Júlio de Castilhos é uma “retransmissão” de um telegrama do próprio senador rio-grandense: “Vitória! (...) Viva a República! Inimigos foram encontrados e vencidos! (...) Revolução estrangulada (...)”.<sup>177</sup> Em junho de 1894, Pinheiro Machado dirige um telegrama a Floriano Peixoto dizendo que havia “destroçado” um “piquete das forças de Gumerindo Saraiva” em um “combate rápido”, deixando o inimigo “completamente esmagado”, congratulando-se assim com o dirigente e a Nação pelo “grande triunfo”.<sup>178</sup>

Durante o conflito armado, ao justificar a ausência do seu posto no Senado, Pinheiro manda um telegrama ao presidente da Casa, dizendo que está deixando de participar das sessões porque está “lutando” contra os “inimigos da República”, “solicitando licença a vós, ilustre e patriótico chefe e mestre”. Com as expressões elogiosas dirigidas ao presidente do Senado, cargo ocupado pelo vice-presidente da República, Pinheiro exprime termos extremamente elogiosos ao militar, mostrando mais uma vez a boa relação entre os dois.<sup>179</sup>

Na chegada ao Rio de Janeiro, no final de outubro, terminada a guerra, Pinheiro Machado foi recebido com grandes festividades, congregando políticos e militares: “À noite, o Dr. Cassiano do Nascimento acompanhou o ilustre general ao palácio Itamaraty, onde o (...) vice-presidente (...) recebeu cheio de satisfação ao seu velho camarada”.<sup>180</sup>

Além disso, foi durante o governo de Floriano Peixoto no qual Pinheiro recebeu o título de “general de brigada”. Em “A Federação” consta: “acaba, pois, o benemérito governo do Marechal Floriano de sagrar com as honras (...) a grande dedicação republicana que se chama José Gomes Pinheiro Machado!”<sup>181</sup>

Em 1895, Pinheiro Machado ratificou, junto com a maioria dos seus pares, uma proposição da Câmara a qual aprovava “os atos” do Marechal e de “seus agentes” durante o “estado de sítio” por ele decretado e justificado pelas revoltas ocorridas ao longo do seu mandato. Desse modo, prestava-se apoio político ao então ex-presidente e

---

<sup>177</sup> Trata-se do relato da batalha do Inhanduí, já aqui comentada. Ver: *O País*, p. 01, 07 mai. 1893. RJ.

<sup>178</sup> *O País*, p. 01, 06 jun. 1894. RJ.

<sup>179</sup> A licença, para perdurar enquanto durasse a guerra, foi concedida após votação na Casa em 10 de maio de 1893. Floriano Peixoto, apesar de praticamente não comparecer às sessões, ao que tudo indica era o presidente do Senado, pois, quando outro parlamentar presidiu as sessões naquele ano, o mesmo era indicado como “vice-presidente” da Câmara Alta. BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 30 de abril e 10 de maio de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 4; 25; 53-54. v. 1.

<sup>180</sup> *O País*, p. 01, 31 out. 1894. RJ.

<sup>181</sup> *A Federação*, p. 02, 11 mai. 1894. RS.

possivelmente evitava-se que ele sofresse alguma penalização.<sup>182</sup> Por fim, em um evento com estudantes, realizado anos depois, Pinheiro afirmou que por ocasião do conflito com os federalistas o “benemérito” Floriano pediu a sua “cooperação” em operações guerreiras na fronteira de Bagé.<sup>183</sup> Dessa forma, é nítida a grande aproximação do chefe do governo e o parlamentar destacado.

Love aponta que um ato de apoio de Floriano a Castilhos foi a nomeação de dois partidários do PRR, Fernando Abbott e Vitorino Monteiro, para serem embaixadores, respectivamente, na Argentina e no Uruguai, com o intuito de manterem os “rebeldes” federalistas na região do Rio da Prata sob “cerrada” observação, pois eles estavam “atuando” nesses dois países.<sup>184</sup> Lembra-se também que o deputado da bancada rio-grandense Alexandre Cassiano do Nascimento foi nomeado para Ministro das Relações Exteriores em outubro de 1893.

É possível pensar que essas nomeações para embaixadas, além de ratificarem a demanda estratégica de vigília aos inimigos federalistas, incrementavam a força dos membros do PRR, tendo dois de seus correligionários escolhidos para postos governamentais. No caso de Cassiano podemos pensar na mesma direção, em um degrau acima. Como Ministro das Relações Exteriores, ele possuía como função tratar de interesses do Brasil com outros países, inclusive tendo maior poder na discussão da questão dos rebeldes que se refugiavam nos países platinos, por exemplo. E para Castilhos, Pinheiro e seu grupo, possuir nos quadros governamentais um Ministro de Estado (naquele momento o único identificado com o partido deles), certamente seria motivo de comemoração devido ao maior prestígio político obtido pela agremiação em virtude de tal nomeação.

Além disso, ainda como reflexo da guerra, o decreto presidencial nº 1700 de 28 de abril de 1894 “atendendo a urgente necessidade de estender linhas telegráficas de caráter estratégico pelas fronteiras da União, de modo a ligá-la à rede telegráfica geral” e também objetivando criar um circuito a fim de “garantir a correspondência telegráfica da Capital Federal com o estado do Rio Grande do Sul, tanto no caso de defeitos

---

<sup>182</sup> *A Federação*, p. 02, 20 jun. 1895. RS. Além de decretar o estado de sítio no Distrito Federal em 1892, Peixoto tomou a mesma atitude em relação aos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outras localidades, durante certos momentos ao longo de 1893, tendo como justificativa as “perturbações” contra a ordem pública decorrentes das revoltas “Federalista” e “da Armada”. Ver, por exemplo: BRASIL. Decreto n. 1.549, de 25 de setembro de 1893. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1549-25-setembro-1893-523054-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/11/2017.

<sup>183</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 84.

<sup>184</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 70.

ordinários nas linhas ao lado da costa, como no de invasão”, ou em virtude de “perturbações internas”, resolve lançar “um crédito” destinado à construção de linhas telegráficas, as quais atenderiam ao estado sulino e se interligariam com outras regiões. Entendo a iniciativa como um melhoramento importante para a região rio-grandense, que nasce do fortalecimento dos laços do presidente com os republicanos do PRR e, em especial, a partir da atuação de Pinheiro Machado nesse contexto.<sup>185</sup>

Sobre a questão do suporte político a Floriano, portanto, a intenção de Castilhos e Pinheiro era a de reforçar os laços com o executivo federal, inclusive apoiando a continuidade do Marechal no poder em um próximo mandato presidencial, como será visto no próximo subcapítulo. O respeito pela sua figura por parte dos integrantes do PRR se fez presente até depois de sua morte, ocorrida em 29 de junho de 1895. No 03º aniversário do falecimento do Marechal, ocorreu uma missa com procissão até o túmulo do ex-presidente e os senadores Pinheiro Machado e Júlio Frota representaram o estado do Rio Grande do Sul, além de ter havido a presença de parlamentares de outras unidades da federação (embora não de todas, o que demonstra a espontaneidade da ação) e membros dos demais poderes. Destaque também para os integrantes do Clube Militar do Rio Grande do Sul, que encomendaram uma coroa de flores para a ocasião.<sup>186</sup>

A partir das tratativas realizadas entre o presidente da República e Pinheiro Machado, nota-se a troca de apoios políticos, que seria importante tanto para o mandatário da Nação como aos participantes do governo do PRR, traduzida nos desdobramentos supracitados.

É comum na historiografia afirmar-se a existência de uma boa relação entre os integrantes do governo comandado pela agremiação rio-grandense e Floriano Peixoto, em especial pelo suposto suporte “moral” e “material” por parte do presidente aos membros do PRR no combate aos federalistas.<sup>187</sup> Contudo, foram trazidos novos detalhes para a análise dessa questão, além de outras pautas que marcaram a interação dos membros do PRR com o chefe do executivo nacional.

Nesse sentido, entendo que a forte conexão pessoal estabelecida entre Pinheiro e o presidente da República, em especial durante o percurso e após o fim da guerra, foram

---

<sup>185</sup> BRASIL. Decreto n. 1700, de 28 de abril de 1894. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1700-28-abril-1894-510534-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/12/2017.

<sup>186</sup> *O País*, p. 01, 28 jun. 1898. RJ. *O País*, p. 01-02, 30 jun. 1898. RJ. Além disso, Pinheiro Machado organizou uma comissão responsável por arrecadar doações visando à construção de uma estátua em homenagem a Floriano Peixoto. Ver: *A Federação*, p. 02, 29 jul. 1895. RS.

<sup>187</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 60. CARONE, Edgard. Op. cit., p. 107-112. FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 256. FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., 1988, p. 142.

fundamentais para o estabelecimento de troca mútuas de favores, como apoio político a Floriano e incrementos de várias ordens ao Rio Grande do Sul (material bélico durante conflitos, nomeação de indivíduos do PRR a cargos públicos, abertura de créditos destinados a linhas telegráficas). Tais questões são fundamentais para se entender de forma mais ampla a relação entre os governos estadual e federal nesse momento.

E as preocupações e estratégias dos membros do PRR teriam novos desdobramentos no próximo grande evento da política brasileira, a primeira eleição presidencial a ser decidida pelo voto direto. Cada vez mais Pinheiro disputaria espaço com outros *players* políticos de certo peso no âmbito nacional, em um verdadeiro “jogo de mediações”.

#### **1.4 O Governo de Prudente de Moraes (1894-1898)**

Em 1894, Prudente José de Moraes Barros foi lançado como candidato por uma coalização parlamentar organizada pelo seu então aliado paulista Francisco Glicério Cerqueira Leite. Glicério, embora líder do Partido Republicano Paulista (PRP), havia fundado junto com outros políticos, em julho de 1893, o Partido Republicano Federal (PRF). A agremiação fora criada no Rio de Janeiro e seus partidários pregavam que fosse uma instituição de “âmbito nacional, “coesa” e disciplinada”, a qual impedisse a possível “ameaça” da implantação do parlamentarismo ou de retorno ao regime monárquico. Quanto as já conhecidas lideranças republicanas do país, planejava-se que agissem como “bastiões” de apoio à agremiação.

A convenção do PRF havia escolhido, em dezembro de 1893, Prudente de Moraes como candidato à presidência da República e Manoel Vitorino Pereira para ser vice-candidato. Prudente, quando ocupava o posto de senador por São Paulo, fora presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891, cargo que lhe conferira prestígio.

Os membros do partido republicano do Rio Grande do Sul não participaram da convenção de fundação do PRF, como aponta Martiny. E esses, segundo Love, somados aos políticos de Paraná e Santa Catarina, resolveram não tomar parte nas “costuras” políticas das eleições federais justificando o seu envolvimento na Revolução Federalista. Ou seja, tais estados não apoiaram a chapa vencedora da reunião do PRF,

colocando-se em condição de “neutralidade”, além de não realizarem efetivamente as votações nas suas unidades federativas.<sup>188</sup>

No pleito de 1º de março de 1894, Prudente de Moraes e Vitorino Pereira elegeram-se com votação maciça (276.583 votos para o primeiro e 249.638 para o segundo) pelo recém-fundado PRF, assumindo o governo em 15 de novembro daquele ano, em datas previstas pela constituição federal as quais seriam de praxe para os pleitos seguintes. Foi o primeiro civil a assumir o cargo na era republicana brasileira e também o primeiro a fazê-lo via eleições diretas. O principal adversário de Prudente foi Afonso Pena (que obteve 38.291 sufrágios), pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).<sup>189</sup>

O paulista não era o candidato da preferência dos membros do PRR, que preferiam o nome de Floriano Peixoto (o qual não se lançou na eleição, diga-se de passagem). Alguns grupos militares e civis “exaltados defensores” da continuidade dele no governo não julgavam proveitoso entregar o poder a um presidente civil “enquanto ainda se lutava no sul do Brasil”, por exemplo. A suposta conduta enérgica do militar, possivelmente, “garantiria a vitória sobre os revoltosos”.<sup>190</sup>

Contudo, é interessante notar o posicionamento da agremiação rio-grandense nessa disputa. Logo após a eleição, “A Federação” tece elogios a Prudente de Moraes, comentando ser ele “um homem de caráter e com a reputação de possuir tino administrativo. (...) eleito por grande maioria e de um modo perfeitamente ordeiro”, que auxiliaria ao “restabelecimento da concórdia”.<sup>191</sup> Portanto, mesmo não sendo Prudente o candidato desejado pelos correligionários do PRR, e sim Floriano Peixoto, a partir dos excertos do jornal – o qual entendo como uma espécie de “voz” majoritária da agremiação - Prudente não era um nome “detestável” para o partido, e, após ter sido eleito, seus membros esperavam ter uma boa relação com o novo chefe do executivo.

---

<sup>188</sup> Na mesma convenção de dezembro, foi realizada a votação para compor a comissão executiva provisória do PRF, composta então por Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Nina Ribeiro, Artur Rios e João Cordeiro. SETEMY, Adrianna. Verbete Partido Republicano Federal (PRF). In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20\(PRF\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf). Acesso em: 04/02/2017. MARTINY, Carina. Reorganização política na Primeira República: o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897). *Revista Latino-Americana de História – Unisinos*. São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 49-68, 2015. Love aponta ainda que republicanos de Minas Gerais e de mais 03 estados não apoiaram a indicação do nome de Prudente à presidência da República. Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 95.

<sup>189</sup> Ver: PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 165.

<sup>190</sup> KAREPOVS, Dainis (Coord.). *Prudente de Moraes: parlamentar da província de São Paulo*. (1868-1889). São Paulo: Alesp, 2004. p. 24.

<sup>191</sup> *A Federação*, p. 01, 01 jun. 1894. RS. Além disso, praticamente um ano antes da eleição, um artigo do diretor de redação do jornal, Pedro Moacyr, traz boas referências a Prudente de Moraes e outros republicanos de São Paulo. Ver: *A Federação*, p. 01, 10 mar. 1893. RS.

No pleito, é interessante notar três pontos: o primeiro, lembrar que a eleição para os cargos era feita separadamente (ou seja, um presidente poderia ter um vice-presidente eleito por outra chapa a qual não fosse a sua). Segundo, o mesmo candidato disputaria se quisesse os dois postos simultaneamente, para presidente e vice-presidente (era comum um deles receber votos para ambos os cargos). Terceiro, não havia registro prévio dos postulantes no processo eleitoral, não limitando assim o número daqueles autorizados a concorrer. Desse modo, nessa eleição, por exemplo, o baiano Rui Barbosa recebeu votos para a presidência (correspondendo a 1% dos sufrágios computados), embora não tivesse lançado oficialmente uma candidatura própria.

Apesar de já instaurado o voto direto e universal e do número de sufrágios nas disputas chegarem aos milhares, Nicolau aponta, com base na análise de censos eleitorais e populacionais disponíveis, que a participação dos brasileiros nas eleições durante a Primeira República foi pouco “expressiva”, variando entre 1% e 5% da população.<sup>192</sup> Ou seja, a política era um assunto restrito a poucos.

Dessa forma, além da falta de integração do povo ao processo eleitoral, certamente o binômio patrão-cliente se fazia presente no momento do pleito, com a formação de verdadeiros “currais eleitorais” - um público cativo para votar em seus padrões ou naqueles indicados por eles. Era corrente, portanto, essa não participação política da maior parte população, somada ao voto daqueles que estavam envolvidos nas relações clientelísticas durante tais disputas.

Contudo, como aponta Viscardi é “simplificadora” a ideia a qual o resultado das eleições era um fato consumado. Apesar da existência de fraudes, a autora aponta que se os candidatos se esforçavam tanto em levar os eleitores às urnas ou em usar a imprensa para a propaganda de seus nomes não é possível afirmar que o voto nada valia. Portanto, percebe-se a existência de uma “competição eleitoral”, embora os índices de “renovação” dos membros do Parlamento, por exemplo, fossem “baixos” ao longo da Primeira República.<sup>193</sup>

O governo de Prudente de Moraes passou por vários momentos de crise. Tais eventos já começaram na transição, visto que Floriano Peixoto dava mostras de ser contrário às eleições e desejar permanecer no cargo. Como símbolo dessa aversão do

---

<sup>192</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 47-48; 58-59. PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 162-174; 183-184.

<sup>193</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019. VISCARDI, Cláudia Ribeiro. O federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016.



militar ao pleito, na data de posse de Prudente o ex-presidente não apareceu e a transmissão foi feita em seu nome pelo ministro Cassiano do Nascimento.<sup>194</sup>

Segundo Love, Prudente almejava por fim às contendas políticas mais agudas no Rio Grande do Sul. Acreditava que o governo federal poderia ajudar a atingir essa paz mediante a remoção nesse estado de todos os oficiais do Exército os quais, “no curso do conflito”, haviam se tornado castilhistas irredutíveis e inimigos ferrenhos dos federalistas, além de pressionar o governo rio-grandense a “desmobilizar” suas forças bélicas.<sup>195</sup>

Esse pensamento traduziu-se no Senado em uma proposta a qual, parece, passou a ser discutida em 1895, a da anistia para todos os participantes da Revolução Federalista e da Revolta da Armada. A medida teria contado com o consentimento de Prudente de Moraes. “No entanto, Campos Sales, então presidente do estado de São Paulo, advertiu o presidente da República quanto à esperada reação dos “florianistas” a esse projeto”.<sup>196</sup> Prudente certamente sabia da preferência do nome do militar ao seu pelos membros do PRR, ratificada pela falta de apoio “oficial” do estado sulino a sua governança, em contraste com as dezenas de manifestações de apreço lançadas pela agremiação à figura de Floriano Peixoto.<sup>197</sup>

Voltando à pauta da anistia, nos debates desse tema na Câmara Alta, em junho, uma tese é colocada por Almeida Barreto, senador pela Paraíba, afirmando que Pinheiro havia comandado uma divisão de guerra no conflito. E, portanto, como esteve implicado diretamente na luta, no momento da votação do projeto o senador rio-grandense não deveria participar. Pinheiro responde: “nessa questão voto inteiramente desassombrado, somente tendo em vista a lei e a minha consciência”. Para resolver o impasse, o presidente do Senado pergunta se algum dos seus membros teria “interesse individual” na demanda tratada. Como todos os políticos respondem negativamente, passa-se à discussão da pauta propriamente dita.<sup>198</sup>

O senador gaúcho disse que tropas de federalistas ainda circulavam no Rio Grande do Sul e nas regiões platinas e desse modo seria impossível querer anistiá-los, pois eles não depunham suas armas. Além disso, mostrou uma carta publicada no jornal

---

<sup>194</sup> CARONE, Edgard. Op. cit., p. 147-148. COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017. p. 44.

<sup>195</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 95.

<sup>196</sup> KAREPOVS, Dainis (Coord.). Op. cit., p. 28.

<sup>197</sup> Como as manifestações públicas já observadas no subcapítulo anterior.

<sup>198</sup> SIMON, Pedro (Org.). Anistia para participantes da Revolução Federalista. Sessão parlamentar de 1º de junho de 1895. Op. cit., p. 31-32.

“A Notícia” na qual o general Tavares dizia perceber que o governo da União não poderia mais “sufocar” os revoltosos, e apenas por isso o Estado propunha uma solução pacífica. Porém, para ele, Tavares, a “revolução teria que se impor ou triunfar”. A anistia, segundo Pinheiro, pressupunha um “poder forte, vencedor, e uma facção humilhada, vencida”, desejosa de perdão por seus atos. Mas, pelo contrário, os revoltosos, como demonstraria o depoimento de Tavares, embora não mais tão “numerosos”, ainda estariam “em armas” e “felizes”, zombando do possível ato de “generosidade” do governo. Além disso, o senador alega não ser “uma verdade histórica” que o movimento no Rio Grande do Sul fosse uma agitação “distinta” daquela operada no Rio de Janeiro. Seria o “mesmo fato, e com caráter restaurador”, ou seja, a volta da Monarquia. E desse modo, ao se conceder a anistia, além de ser uma humilhação para a Nação, ferindo o “princípio da autoridade” e a “estabilidade das instituições”, fortaleceria-se os inimigos revolucionários para futuras ações, inclusive estimulando grupos em outras regiões do país os quais visariam o colapso da República.<sup>199</sup>

A medida de anistia para os participantes dos dois movimentos continua em discussão nas sessões seguintes, sem se chegar a um consenso<sup>200</sup>, o que pode ser traduzido como uma derrota do governo. Contudo, a questão ainda não havia terminado. Prudente nomeou o General Inocêncio Galvão de Queiroz “para o comando do Exército no Rio Grande do Sul, incumbindo-o de negociar com os revoltosos”. A morte do Almirante Saldanha da Gama, líder dos rebeldes da Armada, em combate, conjugada à derrota dos federalistas, teria facilitado as tratativas. Assim, Queiroz negociou a rendição com Joca Tavares, cujas exigências foram a “garantia dos direitos constitucionais” dos insurgentes, “uma indenização para o grupo dos federalistas” e a “revisão” da constituição do estado rio-grandense, a qual na visão desses era de “cunho positivista e altamente centralizadora”, de modo a “torná-la compatível com a Constituição Federal”, assim como seria o conjunto de leis dos demais estados.

Júlio de Castilhos teria reagido asperamente à proposta. “Comunicou ao presidente da República que a atitude de Galvão tornava-se cada vez mais imprudente e perigosa”. Nesse cenário, Prudente foi “dissuadido de interferir na questão

---

<sup>199</sup> SIMON, Pedro (Org.). Anistia para participantes da Revolução Federalista. Sessão parlamentar de 06 de junho de 1895. Op. cit., p. 38-55.

<sup>200</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 07 e 08 de junho de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p. 07-24. v. 2.

constitucional do Rio Grande do Sul, alegando-se que o “pacto federativo seria violado neste caso”.<sup>201</sup>

Vale ressaltar que “A Federação” registra uma “longa conferência” entre o presidente e Pinheiro Machado em maio de 1895. Possivelmente a pauta do acordo de paz e da anistia aos revoltosos tenha sido discutida entre os dois.<sup>202</sup> Em julho de 1895, o senador teve novo encontro com o presidente, no qual se tratou da “pacificação”.<sup>203</sup> Ou seja, Pinheiro é o interlocutor do PRR nessa questão, estabelecendo diálogo com o chefe do executivo nacional e também junto a seus pares no Senado.

Prudente de Moraes teria garantido a Castilhos que “não haveria qualquer intervenção para alterar a Constituição que lhe dava amplos poderes no estado, o presidente rio-grandense insistia na remoção de Galvão de Queiroz e na solução militar” ao impasse. Prudente não aceitava essa fórmula, pois “já vislumbrava o acordo” entre os federalistas e o “seu general no Sul”. As reivindicações dos rebeldes não foram aceitas, mas o presidente da República buscava o fim das hostilidades.

A “paz oficial” foi assinada em 23 de agosto de 1895, na cidade de Pelotas, para descontentamento do chefe de governo no Rio Grande do Sul. Já a anistia a todos os envolvidos no conflito foi decretada via Congresso e sancionada pelo presidente em 21 de outubro. Na sequência, possivelmente procurando reduzir o clima de hostilidade com Castilhos, Prudente retira Galvão do comando militar do estado sulino.<sup>204</sup> Contudo, para os republicanos rio-grandenses tal ação foi considerada “pequena” frente ao acordo de paz o qual consideravam irregular, e a tensão entre membros do governo federal e do estadual continuava. Em sessão no Congresso, em 29 de novembro de 1895, Pinheiro critica Galvão, acusando-o de “proceder” no Rio Grande do Sul de modo “violento e inconsiderado”, ameaçando funcionários do jornal “Diário Popular” de Pelotas (RS) por supostamente terem o injuriado. Especificamente, segundo o senador, Galvão “mandaria chibatear os redatores desta folha se ela o atacasse em sua família” (sic) e os periodistas temiam por suas “vidas”.<sup>205</sup>

---

<sup>201</sup> KAREPOVS, Dainis (Coord.). Op. cit., p. 28-29.

<sup>202</sup> *A Federação*, p. 02, 14 mai. 1895. RS.

<sup>203</sup> *A Federação*, p. 02, 25 jul. 1895. RS.

<sup>204</sup> KAREPOVS, Dainis (Coord.). Op. cit., p. 29. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 77; 95. Sobre o decreto da anistia: BRASIL. Decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-310-21-outubro-1895-540741-publicacaooriginal-41604-pl.html>. Acesso em: 08/10/2017.

<sup>205</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 29 de novembro de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 235. v. 7. Entende-se que Galvão continuava nesse momento exercendo função militar no Rio Grande do Sul em algum posto.

Sobre os eventos mostrados percebe-se que Pinheiro estabelece restrições em relação ao processo de paz com os revoltosos federalistas desejado pelo presidente da República, o qual causava também frustração ao líder do PRR. É comum na historiografia se apontar que o governo de Prudente foi hostil àquele dos integrantes do PRR e vice e versa, por conta desse episódio, da predileção dos membros do partido sulino pelo nome de Floriano Peixoto, além de outros eventos os quais serão analisados posteriormente.<sup>206</sup> Contudo, tal relação teve outras matizes.

Uma dessas nuances é o fato que na sequência de tais episódios de conflito, Pinheiro Machado consegue o apoio para a realização de projetos desejados em nível estadual. O primeiro deles foi a implantação de linhas telegráficas. Em discurso no Parlamento em 11 de dezembro, o senador afirmou que, embora soubesse ser de competência do poder executivo determinar a construção de tais linhas, não se devendo “perturbar o serviço com indicações”, no caso rio-grandense as linhas demarcariam a fronteira com a Argentina e desse modo tratava-se de uma “rede estratégica” e “urgente”, ambicionando-se assim possíveis ativos econômicos para o Brasil e também para a garantia da segurança nacional.

As linhas propostas seriam de Nonoai a Passo Fundo; de Cruz Alta à Colônia Militar do Alto Uruguai, passando por Palmeira; um entroncamento da linha de Cruz Alta, passando por Santo Ângelo e São Luiz, chegando a São Borja; um ramal de Cacequi a Livramento, passando pela Vila do Rosário. Além disso, o senador solicitava “estudos” da viabilidade de um ramal de Porto Alegre a Uruguaiana e de Alegrete à Vila Quaraí.<sup>207</sup> Em edição de “A Federação”, Pinheiro declarou à publicação terem sido apresentadas emendas ao orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas visando à criação de redes telegráficas e também de “ramais” de linhas férreas. Conclui o periódico que “são de relevante importância esses melhoramentos, devidos à iniciativa dos representantes rio-grandenses no Senado”.<sup>208</sup> Em dezembro, tais propostas são aprovadas sob forma de lei.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> Também houve conflitos por conta da aproximação de correligionários do PRR com Vitorino Monteiro, o qual se tornou presidente interino em função da doença do titular, a partir de novembro de 1896, além da própria tentativa de assassinato de Prudente. Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 95-100.

<sup>207</sup> SIMON, Pedro (Org.). Ferrovias e telégrafo no RS. Sessão parlamentar de 11 de dezembro de 1895. Op. cit., p. 62-63.

<sup>208</sup> *A Federação*, p. 02, 24 dez. 1895. RS.

<sup>209</sup> BRASIL. Lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-360-30-dezembro-1895-540865-publicacaooriginal-42275-pl.html>. Acesso em: 10/05/2018.

A segunda iniciativa do senador foi o plano da construção de uma alfândega em Santana do Livramento. A recepção de artigos europeus na cidade era assegurada pela proximidade do porto de Montevideu. Porém, segundo Thompson Flores, havia fortes operações ilegais na região. Nesse cenário, os comerciantes da fronteira eram taxados de contrabandistas por aqueles de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, cujo desentendimento possivelmente também estava ligado à intensa concorrência estabelecida entre esses polos comerciais.<sup>210</sup>

Para evitar conflitos, autoridades políticas e personalidades locais de Santana do Livramento apoiavam a construção de uma aduana, a qual, embora pudesse desagradar alguns negociantes dali, patrocinadores de ilegalidades, alavancaria a arrecadação pública.<sup>211</sup>

Após anos de apreciação junto ao Congresso (a pauta era de 1891), Pinheiro obtém o não arquivamento do projeto, contrariando a vontade da Comissão de Finanças do Senado em 1895. O parlamentar consegue, então, que a minuta fosse remetida à Comissão de Justiça e Legislação para futura apreciação. Ainda dialogando sobre o assunto, o senador afirmou que Santana do Livramento “é justamente o empório de todo o comércio oriental e brasileiro da fronteira, por onde se faz grande escala de importação e exportação dos produtos entre os dois Estados.” Pinheiro também apontou ser “lastimável” o fato de haver fraude nas alfândegas com funcionários “relapsos”, mas tomando o caso daquela instalada em Porto Alegre, com a demissão dos empregados “suspeitos” a renda alfandegária tornou-se substancial. Assim, a execução de tal empreendimento seria um “melhoramento indispensável”.<sup>212</sup>

O projeto tramita nas instâncias governamentais e em 14 de novembro de 1896, através do Decreto nº 417, a União autoriza a criação da Alfândega de Livramento, a qual, após execução das obras, foi inaugurada 04 anos depois.<sup>213</sup>

Ainda no final de 1895, Pinheiro Machado também obteve uma resolução acerca de outra pauta econômica importante para o seu estado, a redução de um tributo sobre o

---

<sup>210</sup> THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007. p. 17; 26; 66; 166.

<sup>211</sup> MOTA, Sara dos Santos. *Língua, sujeitos e sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Letras). PPG em Letras, UFSM. Santa Maria, 2010. p. 40.

<sup>212</sup> SIMON, Pedro (Org.). Alfândega em Santana do Livramento. Sessões parlamentares de 08 e 10 de junho de 1895. Op. cit., p. 56-59.

<sup>213</sup> BRASIL. Decreto n. 417, de 14 de novembro de 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-417-14-novembro-1896-540231-publicacaoriginal-40196-pl.html>. Acesso em: 21/07/2017. MOTA, Sara dos Santos. Op. cit., p. 40.

sal. O parlamentar apresentou uma emenda que foi aprovada relativa à arrecadação federal para o ano seguinte, reduzindo assim a taxa do insumo de “30 a 15 réis por litro”. Um artigo de “A Federação” celebrou a medida, pois o alto imposto prejudicaria a indústria do charque rio-grandense.<sup>214</sup> Ou seja, há um elogio a uma medida efetuada por Pinheiro Machado a qual foi considerada significativa, pois a produção charqueadora movimentava a economia sulina e certamente seus agentes gastariam menos para comprar um produto que era utilizado nesse comércio de carnes.

Assim, acredito que a aprovação da implantação de linhas telegráficas, a construção da alfândega em Santana do Livramento e a redução do imposto sobre o sal, aparentemente sem contrariedade do executivo, foram meios de minimizar esses atritos entre o governo estadual e o federal. Julgo inclusive que tais medidas podem ter significado uma espécie de favor concedido por Prudente a Pinheiro Machado, com este fortalecendo sua posição de mediador ao obter melhoramentos desejados pela gestão do PRR no sul.<sup>215</sup>

Houve trocas de amabilidades e gentilezas entre o parlamentar e o presidente, noticiadas pelos periódicos. Em agosto de 1896, o chefe do executivo recebeu telegramas de “congratulações” de alguns políticos, entre eles o senador rio-grandense.<sup>216</sup>

Em setembro, Protásio Alves, membro do PRR e então presidente da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, revela comunicações realizadas no ano anterior nas quais ele pediu que Pinheiro Machado intercedesse junto ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra para que o deputado estadual rio-grandense, capitão Joaquim Thomaz Santos e Silva Filho, não sofresse nenhuma arbitrariedade devido a um suposto crime de natureza militar, pois o inquérito não teria lhe atribuído culpa. Com o mandato dele em curso, a assembleia respectiva deveria julgar o caso preliminarmente.<sup>217</sup> Se Pinheiro Machado não tivesse uma boa relação com o

---

<sup>214</sup> *A Federação*, p. 01, 27 dez. 1895. RS. Ver também: BRASIL. Lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-359-30-dezembro-1895-540864-publicacaooriginal-42274-pl.html>. Acesso em: 23/10/2017.

<sup>215</sup> Em 10 de novembro de 1896 Vitorino Monteiro assume o governo e embora o decreto da Alfândega tenha sido por ele assinado, toda a tramitação da pauta foi feita durante a gestão de Prudente, reforçando a ideia que na relação dos membros do PRR com o segundo havia espaço para o diálogo institucional.

<sup>216</sup> Os outros políticos que enviaram telegramas, segundo “O País”, eram “de São Paulo, Goiás, o governador de Santa Catarina e o Dr. Herculano Freitas”. *O País*, p. 01, 06 ago. 1896. RJ.

<sup>217</sup> Posteriormente o próprio Protásio Alves entrou em contato direto com Prudente de Morais. Este afirmou que se o inquérito de fato não apontasse a Joaquim Santos “nenhuma culpa”, ele iria reassumir seu mandato livremente. *O País*, p. 03, 03 set. 1896. RJ.

presidente, avalio, Protásio Alves não pediria para o senador buscar a resolução desse episódio junto a Prudente de Moraes e seu ministro.

Assim, creio que no tocante à questão da paz junto aos revoltosos federalistas, ponto de atrito entre o governo do PRR e o governo central, Pinheiro, no discurso público, adotou uma postura “combativa” à proposta, em sintonia com os correligionários do seu partido; porém, nas manifestações do âmbito privado, nas conversas de gabinete, não deixou de negociar pautas com o presidente e manter uma relação cordial com ele. Isso mostra que o parlamentar buscava remodelar suas posturas de acordo com as situações apresentadas, para melhor atingir os objetivos os quais julgasse convenientes. E isso contribuiu sobremaneira para o sucesso das suas ações de mediação.

Contudo, houve uma nova configuração no governo federal no final de 1896. Em novembro desse ano, Prudente de Moraes afastou-se do cargo por motivos de saúde, e Manoel Vitorino Pereira, o vice-presidente, assumiu interinamente. Vitorino, é importante frisar, era próximo de Floriano Peixoto, que havia falecido em junho de 1895, e não nutria simpatia por Prudente. Ele passou inclusive a ser o novo “guia” dos antigos “florianistas”, entre eles membros do PRR, os quais julgavam o presidente licenciado inepto contra possíveis ameaças monarquistas, em um momento no qual a primeira presidência civil da República ainda lutava para expressar solidez ante conflitos de várias ordens.<sup>218</sup>

Nesse cenário, inclusive, o senador se sobressai, mantendo uma relação próxima com o presidente interino. Segundo notícia de “O País”, no dia 18 de novembro ele fez parte de uma pequena comitiva a qual se reuniu com novo chefe do executivo para a escolha dos indicados aos ministérios da Fazenda, Marinha e Viação.<sup>219</sup> No excerto, vê-se que o parlamentar rio-grandense foi convidado para discutir um assunto importante de gestão governamental, a escolha de ministros, denotando a sua influência nesse panorama.

Em tal conjuntura, eis que ocorre Canudos: em vilarejos no sertão da Bahia, o peregrino Antônio Maciel, mais conhecido por Antônio Conselheiro, desafiou o ordenamento republicano, criando uma comunidade a partir de um movimento sócio-religioso. Milhares de sertanejos rumaram para esse arraial acreditando em um “milagre” o qual pouparia os habitantes da região dos supostos “flagelos” do mundo

---

<sup>218</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 95-96. CARONE, Edgar. Op. cit., p. 165-167.

<sup>219</sup> *O País*, p. 01, 19 nov. 1896. RJ.

civilizado. Criaram-se rumores de que o grupo equipava-se para atacar cidades vizinhas, chegar a Salvador, destituir o governo estadual e reinstalar o regime monárquico. Não tardaram os primeiros conflitos armados entre autoridades locais e o povo de Canudos, liderado por Conselheiro, em outubro de 1896.

Em março de 1897, Vitorino solicitou que um dos “heróis” da guerra *versus* os federalistas no sul, o coronel Antônio Moreira César, comandasse uma expedição contra os sertanejos, cujo resultado foi calamitoso. As tropas federais foram derrotadas, e seu principal comandante, morto.

A morte de Moreira César foi recebida no Rio de Janeiro em 07 de março, apenas quatro dias após Prudente retomar ao cargo. Seguiu-se uma confusão na qual sedes de jornais considerados “monarquistas” foram destruídas e um importante jornalista defensor de tais ideias, Gentil de Castro, foi assassinado. O momento de convulsão social reforçava o desejo de Castilhos que Prudente não continuasse no poder, embora talvez estivessem embutidos aí antigos ressentimentos do rio-grandense em relação ao chefe do executivo federal.

Já em maio de 1897, com Prudente restabelecido no cargo, grupos republicanos contrários ao governo tomaram a Academia Militar do Rio de Janeiro. As tropas federais “facilmente dissolveram o motim e movimentaram-se rapidamente no sentido de desarmar os pretensos batalhões patrióticos”, milicianos contrários ao presidente os quais circulavam nas ruas.<sup>220</sup>

Sobre Canudos, as tropas federais continuaram atacando o arraial, mesmo após as forças estaduais do governador baiano terem falhado. O conflito mobilizou aproximadamente doze mil soldados oriundos de dezessete estados brasileiros, distribuídos em diversas expedições militares. Nesse cenário, Pinheiro Machado teria oferecido sua participação na campanha<sup>221</sup>, onde possivelmente comandaria algum agrupamento bélico, em prol da “defesa” da República. Creio que o senador articulou essa proposta porque saindo ele vitorioso o governo do PRR cresceria em visibilidade e a tendência seria de distensionamento na relação entre o chefe do executivo federal e Castilhos. Além disso, é plausível pensar em outro elemento: em caso de sucesso dos republicanos, certamente incrementaria também o prestígio pessoal do senador, principalmente entre o exército, com o qual já tinha boa aceitação, além da população em geral, aumentando a sua “fama” de grande chefe guerreiro. Ou seja, independente se

---

<sup>220</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 96-97. CARONE, Edgard. Op. cit., p. 167-169.

<sup>221</sup> SILVA, Ciro. Op. cit., p. 62.



ele de fato pensava que a sua proposta era vantajosa em termos político-institucionais (o suposto fortalecimento do governo do PRR no Rio Grande do Sul) tal empreendimento, percebo, lhe traria benefícios pessoais, crescendo a sua notoriedade.

Em outubro de 1897, na quarta incursão ao arraial, sob a coordenação do Ministro da Guerra, o marechal Carlos Machado de Bittencourt, os militares incendiaram o local e dizimaram grande parte da população. Estima-se que morreram ao todo por volta de 25 mil pessoas, culminando na destruição total da povoação.<sup>222</sup>

Com a derrota dos militares rebeldes no Rio de Janeiro e dos sertanejos na Bahia, a popularidade de Prudente voltou a crescer. E os seus triunfos tiveram outras consequências políticas importantes: o deputado federal baiano José Joaquim Seabra apresentou uma resolução na Câmara dos Deputados propondo que fosse enviada uma comissão ao presidente para congratulá-lo pela suposta “salvaguarda” da República. O líder do Partido Republicano Federal e deputado Francisco Glicério não concordou e conseguiu derrubar a proposta, com o apoio de outros parlamentares.

Apesar de serem do mesmo partido, Glicério estava em posição de franca animosidade em relação a Prudente, pois julgava que o presidente tinha despendido forças para afastar o PRF do jogo político nacional. Diante disso, houve um rompimento entre Prudente e Glicério, o presidente da Câmara, Artur César Rios, que mantinha bom trato com ambos, renunciou ao cargo e a estrutura do PRF sofreu um forte “abalo”.

Glicério “ambicionava presidir a Câmara dos Deputados, mas em 03 de junho de 1897 acabou sendo derrotado pelo próprio Artur Rios, que resolveu recandidatar-se ao posto ao qual havia renunciado dias antes”, já sob maior influência de Prudente de Moraes. Esse resultado aguçou a crise no PRF, o qual se fragmentou “irremediavelmente” e acabou extinguindo-se no ano seguinte, após as eleições presidenciais.<sup>223</sup> A derrota de Glicério foi “decorrência da mobilização do próprio presidente da República”, pois este vislumbrava com inquietação o poder que seu antigo aliado “poderia deter como presidente da Câmara”.

No pleito, o candidato do governo recebeu o apoio das “delegações” de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Bahia. Glicério foi sustentado por grupos políticos do Distrito Federal, do Amazonas, do Ceará e do Rio Grande do Sul, que não haviam amparado Prudente nas eleições presidenciais. Segundo Love, é um tanto “irônico” o

---

<sup>222</sup> Sobre informações do fim do conflito, ver, por exemplo: *O País*, p. 01, 07 out. 1897. RJ. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 97.

<sup>223</sup> Tal tema será tratado no segundo capítulo, quando se discorrer acerca da eleição de Campos Sales.

fato de que os rio-grandenses, os quais tinham sido inicialmente indiferentes ao PRF, lançarem suas forças em favor de um ou outro representante desse partido no momento de esfacelamento da agremiação.<sup>224</sup> Contudo, julgo tais alianças voláteis serem extremamente comuns, dependendo dos interesses dos indivíduos “em jogo” nos diferentes cenários políticos.

Nesse momento, a Pinheiro, em tese, não interessaria a fragmentação do partido, e ele esperava um encerramento da crise.<sup>225</sup> Sobre esses eventos, “O País” apontou ser o senador voz contrária a conflitos com Prudente de Moraes. Ele teria procurado alertar “que do governo de então, o Rio Grande tinha obtido tudo o que desejara”. Portanto, “o que está em jogo não é uma causa política, mas uma questão pessoal entre Glicério e Prudente”.<sup>226</sup>

Como visto, Pinheiro vislumbrava um “rompimento” com Prudente de Moraes algo totalmente improdutivo para as pretensões políticas do Rio Grande do Sul. Sobre a fala do parlamentar supracitada, entendo que houve demandas do governo do PRR, intermediadas por Pinheiro Machado, as quais acabaram sendo atendidas e ele queria manter essa boa relação com o poder central.

Nas eleições regionais, como candidato único ao pleito de 25 de novembro de 1897, Borges de Medeiros foi eleito presidente do estado do Rio Grande do Sul e tomou posse em 25 de janeiro de 1898. Segundo Franco, os adversários do PRR afirmaram ser Borges de Medeiros o “mais acessível e mais dócil à continuidade da liderança do Patriarca” Castilhos, o qual passou a ocupar exclusivamente o posto de chefe do partido.<sup>227</sup>

Voltando ao palco político nacional, a autoridade do chefe do executivo continuou predominante devido a mais um evento. Em novembro de 1897, Prudente e o Marechal Bittencourt foram ao Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, cumprimentar um grupo de soldados que retornara da campanha de Canudos. Em meio ao destacamento, um soldado “apontou uma pistola a Prudente”. A arma, todavia, “falhou”. Na confusão

---

<sup>224</sup> RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbetes GLICÉRIO, Francisco. In: *Dicionário da elite política republicana* (1889-1930). CPDOC. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLIC%C3%89RIO,%20Francisco.pdf>. Acesso em: 23/07/2017. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 97.

<sup>225</sup> Segundo um artigo de jornal, Pinheiro esperaria, inclusive, que Bernardino Campos, então ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, fosse o apaziguador do conflito entre o presidente da República e o deputado Glicério. *O País*, p. 01, 12 fev. 1902. RJ.

<sup>226</sup> *O País*, p. 01, 14 fev. 1902. RJ.

<sup>227</sup> FRANCO, Sergio da Costa. Op. cit., 1988, p. 173.

que se seguiu, o indivíduo sacou um punhal e matou o Marechal Bittencourt, enquanto seu “alvo original”, o presidente da República, era retirado sem ferimentos.

O “desastrado atentado” e a morte do Ministro da Guerra fortaleceram a opinião de grupos da imprensa e também de parlamentares a favor de Prudente. Ele obteve do Congresso uma declaração de “estado de emergência” e fechou o Clube Militar (o qual só reabriu em 1901), considerado um centro de agitação contra seu governo. Uma multidão “empastelou” o jornal “o Jacobino”, no Rio de Janeiro, de franca oposição ao chefe do executivo brasileiro.<sup>228</sup> Alguns jornais governistas passaram a afirmar que o assassino, o soldado Marcelino de Bispo Melo, agira inspirado pelos “jacobinos” – “um grupo oposicionista exaltado, idólatra da memória de Floriano” o qual julgava ser Prudente um governante incapaz de manter a ordem republicana.

O inquérito oficial implicou alguns desses considerados “jacobinos”, como os congressistas Pinheiro Machado, Barbosa Lima, antigo governador de Pernambuco, Alcindo Guanabara, jornalista crítico ao governo de Prudente de Moraes no periódico “A Tribuna” e o senador João Cordeiro, representante do Ceará. Francisco Glicério, temendo represálias, refugiou-se em São Paulo.<sup>229</sup>

Sobre o epíteto jacobinista, o senador rio-grandense afirmou o seguinte, alguns anos depois, em resposta ao colega parlamentar Barros:

Se conservadores existiam (...) conservadores na genuína acepção da palavra, dentro da República, eram esses taxados por sua excelência de jacobinos; são esses que tem amor às instituições atuais, que por elas estão prontos a fazer todos os sacrifícios, porque para eles a permanência das instituições está acima da própria vida. Esses são os verdadeiros conservadores; são eles que amam mais este solo da Pátria do que os interesses estranhos. E se isto é ser jacobino, eu o sou.<sup>230</sup>

Além disso, ressalto que Pinheiro Machado tinha boas relações com os membros do clube militar, do qual participava de reuniões, e isto também pode ter influenciado na avaliação feita pelas autoridades sobre a sua suposta autoria do atentado.<sup>231</sup>

O clima era, certamente, tenso. Em um texto no jornal, Pinheiro Machado, João Cordeiro e outros parlamentares aconselharam seus respectivos colegas de partido a

---

<sup>228</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 98.

<sup>229</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 58-59. O próprio vice-presidente da República, Manoel Vitorino, foi também investigado por autoridades policiais no Rio de Janeiro. SILVA, Ciro. Op. cit., p. 64.

<sup>230</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 59.

<sup>231</sup> Em 1897, por exemplo, há o registro do senador participando das reuniões. Ver: *O País*, p. 01, 30 set. 1897. RJ. Contudo, não é possível afirmar que ele fosse um membro efetivo do grupo, pois, como já comentado, ele não seguiu a carreira militar efetivamente.

continuarem comparecendo às sessões da Câmara dos Deputados. Talvez houvesse por parte de alguns políticos medo de serem implicados no caso e até de serem presos, ou eles poderiam estar faltando às sessões em protesto pela polícia ter apontado como suspeitos do ataque alguns membros do legislativo.<sup>232</sup>

Voltando ao evento no Arsenal de Guerra, Pinheiro, discursando no Senado em 12 de novembro de 1897, defendeu-se das acusações, recebendo o apoio dos senadores Severino Vieira, da Bahia, Almino Afonso, do Rio Grande do Norte e de João Cordeiro, do Ceará. Afirmou que poderia ser um homem “aborrecido ou execrado, mas nunca acusado” e ratificou: “não conheço, repudio e renego os processos vis de assassinato”. No dia 16, Pinheiro volta à tribuna parlamentar defendendo um colega, o senador do Ceará, o qual já havia sido detido dias antes devido a sua hipotética colaboração no crime. Pinheiro disse que Cordeiro negou sua participação no ato criminoso “com franqueza” e “a alma aberta”. E ele, Pinheiro, embora “em oposição” ao presidente da República, não desconhecia a “honra” de Prudente e assim seria necessário que este soubesse afastar-se de possíveis “intrigas”, além do poder público manter-se “sereno” nas relações partidárias, “para a salvação da República”.<sup>233</sup>

Porém, em dezembro, Pinheiro Machado acaba por ser detido, em sua residência, quando estava em companhia do senador de Pernambuco Francisco de Assis Rosa e Silva. Após a inquirição na repartição policial, foi enviado a bordo do encouraçado Riachuelo, onde permaneceu por 37 dias.

O senador foi libertado posteriormente por falta de provas. Sua detenção, segundo as autoridades policiais, foi ocasionada pela apreensão via telégrafo de um despacho para o Rio Grande do Sul por ele assinado, próximo à data do ataque, com a expressão “mande tropa”. Verificou-se, posteriormente, que se tratava de assuntos comerciais do político (tropa de muares) e não de um grupo armado.<sup>234</sup>

Pinheiro possivelmente julgou “tolas” tais justificativas para o seu aprisionamento, pois afirmou, em sessão parlamentar de 26 de outubro de 1898, já sob a presidência de Campos Sales, que o governo de Prudente não acreditara no seu ingresso

---

<sup>232</sup> *O País*, p. 03, 11 nov. 1897. RJ.

<sup>233</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 47-51. O resumo da sessão do dia 16 também consta em: *O País*, p. 02, 17 nov. 1897. RJ.

<sup>234</sup> CABRAL, Cid Pinheiro. Op. cit., p. 59-61. SILVA, Ciro. Op. cit., p. 64-66. Em artigo publicado no ano de 1898, o ex-vice-presidente Manoel Vitorino criticou Prudente sobre o modo supostamente “autoritário” com o qual ele teria conduzido o processo da sua tentativa de assassinato, inclusive no que tocaria à prisão “injustificada” de diversos senadores. Acerca de Pinheiro Machado, Monteiro corrobora com a versão de que as correspondências do parlamentar eram sobre comércio de gado. *O País*, p. 03, 28 fev. 1898. RJ.

na conspiração. Sua prisão, segundo raciocínio próprio, tivera outra intenção: a eclosão de agitações políticas e de violência no Rio Grande do Sul em sua defesa, que se desdobrariam em uma intervenção federal e/ou decretação do estado de sítio na região. Tal operação provocaria abalos na autoridade de Castilhos à frente do executivo estadual. Mas como ele, Pinheiro, afirmava ter previsto sua prisão, havia recomendado ao grupo republicano local que não reagisse com agressividade ao governo da União devido a sua detenção. Pois, não havendo brigas políticas, certa “calmaria” no cenário seria vislumbrada e sua libertação ocorreria.

Na ocasião, o senador Ramiro Barcelos, o qual também fazia parte da bancada do PRR, diz que pelo fato dos rio-grandenses não terem apoiado o nome de Prudente para a presidência durante a Assembleia Constituinte de 1891, o atual chefe do executivo devotava “ódio” a eles. O senador Moraes Barros, de São Paulo, questiona se os gaúchos foram os “únicos que votaram contra aquela candidatura”, sabendo, certamente, da negativa sobre a resposta. Pinheiro responde, “se não foram os únicos”, foram os quais declaradamente sentiram-se “derrotados”, não porque Prudente seria “menos digno” de ser presidente do Brasil, mas devido à ideia, naquele momento, que tal candidatura seria um “erro político”. O “ato patriótico” a ser feito era apoiar a chegada ao poder de um dos “fundadores” da República, o Marechal Deodoro da Fonseca.<sup>235</sup>

Ao se analisar o discurso de Pinheiro, ele não atacou publicamente o então presidente, visualiza-se, o qual inclusive possuiria “dignidade” para ocupar a cadeira presidencial naquele momento. Desse modo, o senador desejava também transmitir, creio, que mesmo tendo sido supostamente injustiçado, não teria “ressentimentos” ligados a sua prisão e estaria pronto para continuar seu mandato parlamentar sem propagar maior discórdia, incorporando, portanto, uma certa “nobreza de espírito”. Ele igualmente interpreta os eventos políticos no tocante a motivações as quais seriam por vezes escondidas - no caso, sua prisão teria constituído-se em uma espécie de “golpe” para desagregar politicamente o Rio Grande do Sul - pois todos teriam consciência, na realidade, que ele não havia participado do atentado. E dessa forma, ele parece querer imprimir um “ar de superioridade” no “jogo” político, no qual conseguiria enxergar a “verdadeira razão” dos eventos.

---

<sup>235</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 53-55. Em 1902, alguns anos depois do atentado, Pinheiro Machado, em correspondência ao jornal “O País”, continuou sustentando inocência, relatando também como foi a sua detenção na época. *O País*, p. 01, 23 mai. 1902. RJ.

De qualquer modo, com a neutralização dos revoltosos da Academia Militar do Rio de Janeiro, a vitória de Canudos e a sobrevivência a uma tentativa de assassinato, Prudente teve a sua autoridade renovada. Independente se acreditasse ou não que membros PRR, como Pinheiro, teriam tramado o seu atentado, ele aumentou a “pressão sobre o *establishment* rio-grandense” após esse evento. “Em fevereiro de 1898, o presidente fechou a Alfândega de Porto Alegre, que estava em funcionamento há 50 anos” e isto provocou grande desagrado nos integrantes do governo regional.<sup>236</sup>

Por fim, Prudente designou oficiais para as guarnições da fronteira em 1897 os quais foram considerados “antagonistas” pelos membros do PRR ao governo estadual vigente. Em especial, o descontentamento era em relação aos generais Carlos Maria da Silva Teles, comandante do agrupamento militar de Bagé, e Antônio Mena Barreto.

Sobre esse fato, no jornal “O País”, em matéria de outubro de 1898, há a transcrição de um telegrama de Borges de Medeiros para o presidente recém-eleito Campos Sales (que assumiria no mês seguinte, com o término do mandato de Prudente) no qual o rio-grandense demonstra contrariedade acerca das ações dos militares. O texto também traz uma fala de Pinheiro Machado no Senado seguindo essa linha de críticas, citando os nomes de Teles e Mena Barreto, acusando-os de tentar derrubar o governo do PRR. Na Câmara, o deputado Francisco Alencastro teria feito a defesa da governança sulina contra Teles, acrescentando que ele era “uma ameaça à autonomia do estado do Rio Grande do Sul e do regime federativo”. Segundo o periódico, a fala de Alencastro causou “boa impressão”.<sup>237</sup>

Pinheiro igualmente discursou no Senado sobre o assunto dia 06 de dezembro de 1898. O congressista foi à tribuna para se defender de supostas “injúrias” e “agressões” as quais teriam sido proferidas a seu respeito pelo “general Teles”. Ele expressou que, naquele momento, na fronteira rio-grandense, Carlos Teles exerceria “um despótico mando”, onde a lei “era letra morta”, havendo “perseguição” a oficiais apoiadores de uma carta sobre o “ensino livre”, um dos pilares da Constituição Estadual de 1891 defendida pelo PRR. O parlamentar disse que iria “chamar o caluniador a juízo, procurando castigá-lo com a lei”, afirmando ceder o mesmo direito ao general, pois abria mão de sua imunidade parlamentar. E tornava esses fatos públicos não como senador, mas como “cidadão”, para alertar que tal campanha difamatória era reflexo de “conflitos” criados em seu estado. Finalmente, declara que os seus colegas e amigos

---

<sup>236</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 98-99.

<sup>237</sup> Ver: *O País*, p. 01, 27 out. 1898. RJ.

poderiam continuar a apertar-lhe a mão, pois era um “homem honrado”. O discurso de Pinheiro é bem recebido, sendo apoiado por vários colegas, sem contrariedades.<sup>238</sup> O “caso Teles” encerra-se com a exoneração do militar do posto de comandante da guarnição de Bagé, ocorrida em fevereiro de 1899 (já sob a presidência da República de Campos Sales), constituindo-se em uma vitória para o senador.<sup>239</sup>

Nesta análise, portanto, compreendeu-se que a relação apresentada na bibliografia como antagônica entre o governo do Rio Grande do Sul e seus representantes no Parlamento com a gestão de Prudente de Moraes teve outras variáveis, perpassada por momentos de consenso. Nesse contexto, é fundamental perceber o papel dos indivíduos participantes desse processo. Pinheiro, envolvido na conjuntura de uma conexão política por vezes hostil constituída pelos membros da sua agremiação com a presidência, ao atuar como um mediador procurava “aparar arestas”, distensionar posições, costurar acordos, o que resultou em benefícios para si e os integrantes do governo do seu partido.

\*\*\*

Ao longo deste capítulo foi visto como os membros do PRR, a partir do início da República, construíram sua relação com os chefes do executivo nacional e o Congresso, apresentando-se o modo de atuação de uma de suas principais figuras, o senador Pinheiro Machado. Os representantes da agremiação organizaram-se e se posicionaram como a principal força política republicana rio-grandense. Em paralelo a esse processo, ao contrário de alguns autores os quais apontam uma ação dos integrantes do governo do Rio Grande do Sul em apenas tratar de demandas regionais, isolados no cenário político brasileiro,<sup>240</sup> os correligionários do PRR buscaram, sim, estabelecer pautas que dependiam de resoluções no âmbito federal. Em especial aquelas relacionadas a incrementos econômicos, infraestruturais e até mesmo de caráter bélico. Além disso, também se envolveram em temas políticos de abrangência nacional, como os processos de sucessão presidencial. Nesse cenário, o senador Pinheiro Machado, valendo-se do seu papel de mediador, dialogando principalmente com o executivo e o legislativo

---

<sup>238</sup> SIMON, Pedro (Org.). O caso do general Teles. Sessão parlamentar de 06 de dezembro de 1898. Op. cit., p. 68-70. O senador disse também que Teles havia cometido excessos quando comandou um batalhão em Minas Gerais, fato o qual seria “notório”. Sobre esse ponto específico, o parlamentar pelo estado mineiro, Afonso Pena, deu seu assentimento a essa afirmação de Pinheiro Machado. Ibid.

<sup>239</sup> Em edição de “O País” consta um resumo da questão. Ver: *O País*, p. 01, 08 fev. 1899. RJ.

<sup>240</sup> Ver, por exemplo: CARONE, Edgard. Op. cit., p. 230.

federais, atuou na resolução dessas demandas, obtendo relativo sucesso e assim adquirindo prestígio e notoriedade.

Tais assertivas são visualizadas inicialmente no governo de Deodoro da Fonseca. Ele havia sido nomeado anteriormente para postos militares no estado rio-grandense e conhecia a região e os políticos do PRR, com os quais possuía boa relação antes de assumir a chefia do governo provisório em 1889. A partir da subida de Deodoro ao poder, existia a expectativa da execução de melhoramentos considerados importantes para o Rio Grande do Sul, como a construção do Porto de Torres e de uma ferrovia que ligaria a região até a capital gaúcha, desejo da municipalidade local, do governo do PRR e do próprio Marechal.

Contudo, o assunto transformou-se no elemento agudo da crise política instalada no governo de Deodoro, custando a demissão do seu ministério.<sup>241</sup> No mês seguinte, com a eleição para a presidência da República via voto indireto dos membros da Assembleia Constituinte, os congressistas do PRR, fora algumas defecções, em sua maioria votaram no Marechal, que acabou eleito e foi aclamado por eles no discurso público como a melhor opção apresentada. Os membros do partido visavam, possivelmente, manter o diálogo com o presidente para a execução das obras em Torres, além de obter outros incrementos os quais julgassem importantes para o seu estado.

Porém, devido à continuidade da crise política nesse governo, tal demanda, ao que tudo indica, não teve condições de prosperar, culminando com a ordem do fechamento do Congresso por parte do Marechal. Nessa conjuntura, Castilhos teria solicitado a Pinheiro Machado que convencesse o presidente a não realizar esse ato. O senador, o qual inclusive afirmou ter uma boa relação com Deodoro, não obteve sucesso nessa empreitada. De qualquer modo, vislumbra-se que o chefe do PRR tinha expectativa na força política de Pinheiro para evitar tal manobra, buscando dissipar o tenso clima político no país. Além disso, o parlamentar afirmou que promoveu a crítica pública aos atos patrocinados pelo militar, mesmo sendo os dois amigos pessoais.

Ademais, houve a atuação direta do senador em outra questão de interesse da economia do estado rio-grandense, o combate ao contrabando, sobre o qual ele apresentou um projeto. Apesar de problemas na tramitação da pauta, que incluíram uma possível cópia dos escritos de Pinheiro por membros do governo federal, redatores de um decreto sobre o tema, compreendo o resultado como proveitoso ao parlamentar:

---

<sup>241</sup> Os ministros, como já mencionado, não concordavam com os moldes em que o empreendimento era proposto, no qual havia benefícios econômicos à empresa responsável pela obra.



engrandeceu a sua figura perante seus pares, os quais enaltecerao seu empenho na questao, ao passo que a discussao serviu como combustivel para fortalecer a imagem do Congresso contra possiveis “arroubos” de “autoritarismo” do executivo. Al€m disso, de qualquer modo, as medidas foram postas em execucao, ocasionando beneflcios práticos para o estado sulino em relacao ao tema.

Com o colapso do governo de Deodoro, a posterior renuncia do presidente e a subida ao poder de Floriano Peixoto, houve troca de apoio politico entre os membros do PRR e o novo chefe do executivo nacional. Uma das questoes postas “a mesa” foi o suporte belico desejado por eles para se enfrentar os federalistas no estado, o qual acaba por ser fornecido pela Uniao. Al€m disso, creio, o fortalecimento da conexao do presidente e o grupo politico em destaque ocorreu durante o decurso da guerra civil, na qual se destacou a atuacao direta de Pinheiro Machado em acoes vitoriosas dos partidarios da sua agremiacao, apontadas em comunicacoes trocadas entre o senador e o proprio presidente.<sup>242</sup> Os dois acabam por ser continuamente celebrados, por veiculos de imprensa variados. Al€m disso, apos o triunfo na guerra, eles constantemente trocam amabilidades e gentilezas em atos publicos. Nao por acaso, Floriano recebe suporte politico durante a sua gestao dos correligionarios do PRR, os quais desejavam a sua permanencia no poder, possivelmente atraves da proxima eleicao. Contudo, ha o enfraquecimento politico dele, que nao figurou entre os presidenciais na eleicao seguinte, e Prudente de Moraes vence o pleito de 1894.

No governo de Prudente, e comum mencionar-se um profundo antagonismo entre o presidente da Republica e os representantes do governo sulino, devido ao fato dos rio-grandenses almejam a permanencia de Floriano Peixoto, por conta da boa relacao estabelecida na gestao presidencial anterior, al€m de outros conflitos ja citados.<sup>243</sup>

Por€m, essa conexao foi marcada tambem por outras camadas. Apesar dos eventos apresentados, houve momentos em que Pinheiro foi o artifice da convergencia

---

<sup>242</sup> Recordar-se tambem que Floriano nomeou membros do PRR a cargos publicos e promoveu a abertura de creditos para a instalacao de sistemas telegraficos no Rio Grande do Sul, medidas no contexto do conflito contra os federalistas no qual o senador Pinheiro Machado, como visto, foi a figura do partido que se sobressaiu devido a sua atuacao politico-militar.

<sup>243</sup> Ver, por exemplo: FRANCO, Sergio da Costa. Op. cit., 1988, p. 163. CASTRO, Sertorio de. *A Republica que a revolucão destruiu*. Brasilia: Unb, 1982. p. 85-88. Sobre as desavenças, ja vistas no texto principal: a questao do pacto de paz firmado pelo governo federal com os revoltosos federalistas da guerra civil ocorrida no Rio Grande do Sul; a designacao de militares em comandos nesse estado que segundo Castilhos e Pinheiro Machado “conspiravam” contra o governo do PRR; o encarceramento do senador devido a sua suposta participacao em um atentado contra a vida do presidente.

política entre o governo federal e o estadual. Ele teve um papel importante na negociação no Congresso e também com o Governo da União para a implantação de linhas telegráficas no sul, a construção de uma alfândega em Santana do Livramento e a redução do imposto sobre o sal, benefícios desejados pelo grupo dirigente do seu estado.

Pinheiro também possuía certa interlocução com o presidente, e foi procurado por componentes do PRR para o atendimento de pedidos junto a ele, como Protásio Alves o fez, acerca da possibilidade de se cessar a detenção de um deputado da agremiação. Ou seja, novamente, havia a perspectiva que o senador resolvesse determinada questão. Há registro de encontros privados entre o parlamentar e Prudente, para o qual o primeiro empreendia gestos de cordialidade, por meio de correspondências elogiosas. E creio que aprovação das pautas supracitadas foram um modo de minimizar tensões entre os membros da agremiação e o presidente. Assim, Pinheiro Machado desenvolvia sua posição como mediador ao obter tais melhoramentos desejados pelos integrantes do seu partido.

E mesmo após a sua prisão devido a uma possível participação no atentado de Prudente, Pinheiro buscou “pacificar os ânimos” a respeito do caso. O senador provavelmente julgou que conflitar a conexão política com o chefe do executivo nacional poderia implicar em novas dificuldades para o governo do PRR, em especial no tocante à gestão de projetos que dependiam de alguma forma do auxílio federal.

Nos próximos governos da República os membros do PRR almejavam participar de forma mais efetiva no processo político brasileiro, desde a indicação e definição de candidatos na corrida eleitoral, até a busca de maior influência junto ao presidente vitorioso e também no Congresso Nacional. Para tal, liderados por Pinheiro Machado, lançariam mão de estratégias complexas e diversificadas na política.

## CAPÍTULO II

### O Crescimento da Influência de um Senador junto aos Presidentes e ao Congresso Nacional

A propósito de algumas litografias de *Sisson*, tive há dias uma visão do Senado de 1860. Visões valem o mesmo que a retina em que se operam. Um político, tornando a ver aquele corpo, acharia nele a mesma alma dos seus correligionários extintos, e um historiador colheria elementos para a História. Um simples curioso não descobre mais que o pitoresco do tempo e a expressão com aquele tom geral que dão as cousas mortas e enterradas.

Machado de Assis, *O Velho Senado*

Este capítulo mostra que os representantes do governo do PRR não se contentariam em ser coadjuvantes na política nacional e iniciariam um processo por busca de maior espaço nessa área. Apesar dos partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo ainda se constituírem como grandes máquinas partidárias que detinham o poder político em maior proporção, o partido rio-grandense começou a preencher um espaço mais significativo nessa esfera de atuação. Assim, apresenta-se como se desenvolveu a relação dos membros da agremiação com dois presidentes, Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco de Paula Rodrigues Alves. Visualizou-se que os políticos rio-grandenses tentaram influenciar o processo da eleição, pela primeira vez propondo, de fato, candidatos, e, mesmo não tendo sucesso nessas indicações, após as eleições nacionais buscaram aproximar-se dos vitoriosos, visando à resolução das demandas as quais haviam encabeçado para o estado do Rio Grande do Sul.

Nesse percurso, Pinheiro Machado, por meio de sua ação de mediação, conseguiu desenvolver uma relação próxima com Campos Sales, apoiando medidas da gestão governamental, e defendendo-a em momento de críticas políticas. Como uma espécie de “retribuição”, o senador, liderando o grupo dos membros do PRR no Parlamento, não só obteve solução para pautas que os integrantes do governo sulino exigiam, mas também passou a obter maior projeção, em um processo no qual igualmente foi importante a criação e/ou o reforço de relações pessoais que ele conseguiu sacramentar com os componentes do Congresso Nacional.

No governo de Rodrigues Alves, apesar de certo arrefecimento da relação direta de Pinheiro Machado com o presidente, há a continuidade da obtenção de melhoramentos para o estado rio-grandense que dependiam de auxílio federal, afastando assim, nesses dois mandatos, as dificuldades de diálogo vistas durante o governo de Prudente de Moraes. E em tal processo, foi visto que o leque de relações detido pelo senador, associado à troca de apoios mútuos a qual esse mesmo conjunto de conexões proporcionou, foi fundamental para que tais resoluções tivessem um fecho positivo para a agremiação republicana do Rio Grande do Sul.

## 2.1 O Governo de Campos Sales (1898-1902)

Em julho de 1897, havendo preparativos para as próximas eleições presidenciais, Pinheiro Machado “batalhou arduamente” pela candidatura de Júlio de Castilhos. O grupo de Francisco Glicério ligado ao PRF não concordava com a indicação, alegando que o rio-grandense era um “radical”. A convenção desse partido, em outubro, escolheu o nome de Lauro Nina Sodré. O candidato já havia sido presidente do estado do Pará e, nesse mesmo ano, eleito senador. Fora também oficial do exército e presidente honorário do Clube Militar, o que lhe conferia o “espírito florianista” desejado por alguns grupos políticos. Desse modo, Sodré seria, hipoteticamente, uma opção viável para o PRR, mas como os republicanos rio-grandenses já haviam lançado previamente Castilhos, o qual foi colocado à margem, decidiram recomendar a abstenção nessa disputa.

Contudo, houve um fato novo no pleito envolvendo o Partido Republicano Federal (PRF). Devido a uma forte divisão interna, seus partidários acabaram por lançar duas candidaturas, uma apoiada pelo então presidente Prudente de Moraes e formada por Manuel de Ferraz Campos Sales e Francisco Rosa e Silva (cujo grupo intitulava-se Partido Republicano, abandonando a palavra “federal” e coligando-se ao Partido Republicano Paulista-PRP) e outra encabeçada, como já comentado, por Lauro Sodré e Fernando Lobo Luís Pereira, representando oficialmente o PRF e unidos a Francisco Glicério.<sup>244</sup>

---

<sup>244</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 100. FREIRE, Américo Oscar Guichard. Campos Sales e a República carioca. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 15, 1996. LOBO, Helio. *Um verão da República*: Fernando Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 218.

No dia 1º de março de 1898 foram eleitos o republicano “histórico” Manuel Campos Sales como presidente da República (420.286 votos) e o pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva para a vice-presidência (412.074 votos).<sup>245</sup> Lauro Sodré e Fernando Lobo ficaram em segundo lugar em suas disputas (40.629 e 1859 votos, respectivamente). Após essa corrida eleitoral, o PRF definitivamente extinguiu-se. Sobre a cisão nesse grupo, segundo Guanabara, Campos Sales havia declarado no final do ano anterior ser o candidato pelo “partido republicano – não o que então se formara – mas o tradicional, o histórico, aquele a que sempre pertencera,”<sup>246</sup> valorizando, portanto, a sua ligação com a primeira agremiação, paulista. Campos Sales, assim, criticava o PRF, o qual Glicério ainda procurou sustentar politicamente, sem sucesso.

Interessante notar que Castilhos apareceu como o terceiro colocado nessa disputa à chefia do executivo nacional, embora com uma votação ínfima (621 votos).<sup>247</sup> Porém, ele não se lançou formalmente como candidato, ressaltou, e também recomendou o não comparecimento dos votantes na disputa eleitoral.

Contudo, essa orientação não foi seguida a risca. Assim, dos 3000 votos apurados no Rio Grande do Sul, quase todos foram direcionados a Campos Sales. Além disso, afirma Love, houve falas dúbias por parte de membros da agremiação, como consta em um texto de “A Federação”, no qual mesmo quando se conclamou os eleitores do PRR à abstenção, pelo fato de Campos Sales ser o “candidato do Catete”, assegurava que, fora isso, ele seria digno de apoio. Possivelmente um dos fatores o qual influenciou essa postura deu-se pelo candidato do PRP ser o favorito ao pleito, contando com o apoio formal da ampla maioria dos partidos republicanos regionais, excetuando os três estados da região sul (em tese neutros) e o Pará (estado natal de Sodré).<sup>248</sup> E assim, passada a eleição, o núcleo dirigente do PRR almejava estabelecer boas relações com o novo presidente da República, o que efetivamente ocorreu, segundo será trazido em discussões posteriores.

A tentativa de aproximação entre os republicanos rio-grandenses e o mandatário eleito foi recíproca. Por uma providência de caráter econômico, durante seu primeiro mês de governo (novembro 1898), Campos Sales reduziu de forma significativa os recursos destinados à vigilância do contrabando na fronteira brasileira com os países platinos. O governo do Rio Grande do Sul, informou Borges de Medeiros ao presidente

---

<sup>245</sup> PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 165-167.

<sup>246</sup> GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 30.

<sup>247</sup> PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 166.

<sup>248</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 100.

da República, cumpriria com satisfação esse encargo. Foi celebrado, então, em 02 de junho de 1899, um convênio entre a União e o governo do estado do Rio Grande do Sul, ratificando esse acerto.<sup>249</sup> Em agosto do mesmo ano, passado pouco tempo após o estado sulino “assumir a responsabilidade do patrulhamento da fronteira, o responsável pela Praça do Comércio de Porto Alegre elogiava a eficiência do novo sistema”.<sup>250</sup> Por outro lado, a questão do contrabando continuou sendo uma pauta de discussão ao longo do tempo na região.<sup>251</sup>

Outra medida a qual beneficiou o comércio rio-grandense foi a reabertura da Alfândega de Porto Alegre, cujo funcionamento Campos Sales concordou restabelecer em 1899. Participou dessa ação a bancada rio-grandense, sob comando de Pinheiro Machado. Em sessão no Senado no dia 24 de outubro daquele ano, o parlamentar alegou ser imprescindível a volta do estabelecimento, não só para atender às necessidades do comércio do estado sulino, mas também as do fisco, pois dados de prejuízo a essas duas áreas haviam sido mostradas pessoalmente ao então presidente da República. Sales teria concordado com a proposta e aconselhado o senador a apresentar o projeto ao Parlamento após o aval prévio do Ministro da Fazenda, cuja mecânica acabou ocorrendo. Pinheiro ressaltou que o executivo teria o poder de “veto” do projeto e como nisso não aconteceu, além da aprovação no próprio Congresso, o estabelecimento foi reaberto.<sup>252</sup>

Com a alfândega restaurada, a Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul mandou um telegrama de congratulação ao Senado Federal para ser lido por Pinheiro Machado, do qual foi considerado um “proeminente membro”.<sup>253</sup> O senador também felicitou seus pares pela concretização da pauta.<sup>254</sup> Por seu turno, Borges de Medeiros, então presidente do estado do Rio Grande do Sul, escreveu uma mensagem ao presidente da República, demonstrando contentamento com a comunicação de

---

<sup>249</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas de “A Federação”, 1899. p. 29-32. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?m=110&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1255%2C0%2C4493%2C3169>. Acesso em: 21/08/2017.

<sup>250</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 100-101.

<sup>251</sup> Em 1913, José da Silva Job, possivelmente um correligionário do PRR, escreve, de Bagé, solicitando a “valiosa intervenção” do senador junto ao Ministro da Fazenda para atuar em um cenário de contrabando de gado na região que envolveria funcionários públicos da área fiscal e agentes da lei. IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 00270. Data: 14/08/1913.

<sup>252</sup> SIMON, Pedro (Org.). *Alfândega em Porto Alegre*. Sessão parlamentar de 24 de outubro de 1899. Op. cit., p. 125-126.

<sup>253</sup> SIMON, Pedro (Org.). *Alfândega em Porto Alegre*. Sessão parlamentar de 07 de novembro de 1899. Op. cit., p. 130.

<sup>254</sup> *A Federação*, p. 02, 08 nov. 1899. RS.

Pinheiro Machado na qual constava que a lei de restabelecimento da Alfândega havia sido sancionada pelo Congresso Nacional.<sup>255</sup>

Em outro sinal de boa vontade do presidente com o governo do PRR, ele removeu os “inamistosos” militares que Prudente havia “instalado” no Rio Grande do Sul, pauta a qual, como já vista, contou com a participação ativa de Pinheiro Machado no Senado para se obter a retirada do general do seu posto de comando.<sup>256</sup>

Nesse cenário, Pinheiro coloca-se como um mediador, buscando a resolução de demandas postas como importantes pelo governo do seu partido. Em outro exemplo, a partir de um memorando datado de 30 de março de 1900, escrito por Castilhos ao parlamentar, reforça-se que o primeiro confia no senador para tratar de determinadas pautas, as quais dependeriam do contato direto com o presidente da República: a primeira, relacionada à obra da estrada de ferro “Porto Alegre-Uruguaiana”, na qual se observaria “a conduta escandalosa do sindicato belga, arrendatário da Estrada. Predispor o seu espírito (*Sales*) para a rescisão do contrato leonino (*abusivo*) invocando as infrações permanentes que determinam esse resultado jurídico”. E assim, obter, como primeira medida ao menos a demissão do “fiscal Lassance”. Além disso, arranjar com “brevidade as nomeações para Governo Municipal de Porto Alegre, conforme a lista enviada. Depois irão as nomeações relativas a outros”.<sup>257</sup>

Em relação ao conflito de Júlio de Castilhos com a empresa belga e o fiscal Lassance da Cunha, “A Federação”, em agosto daquele ano, também teceu críticas aos encarregados da obra: “preocupados apenas com a exploração mercantil dos proventos respectivos”, não teriam “o mínimo cuidado concernente à observância das condições estipuladas no contrato (...) queda de pontes e pontilhões, desmoronamento de aterros, interrupções do tráfego (...)”<sup>258</sup>

Analisando o memorando de Castilhos e a notícia do periódico, lançada alguns meses depois, o mandatário do PRR, parece claro, julgava que as obras da referida estrada estavam sendo executadas de maneira precária e irresponsável, visando-se apenas o lucro, pela empresa belga incumbida do projeto. E com a parcimônia do governo federal, em especial quando da firma do contrato durante a gestão de Prudente de Moraes. Além disso, um dos principais responsáveis por esse suposto fracasso seria o

---

<sup>255</sup> *O País*, p. 01, 03 nov. 1899. RJ.

<sup>256</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 101. Especialmente, trata-se do caso do general Carlos Maria da Silva Teles. Rever nota de rodapé n. 239 na página 86.

<sup>257</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 04184. Data: 30/03/1900.

<sup>258</sup> *A Federação*, p. 01, 30 ago. 1899. RS.

fiscal da obra, o engenheiro Lassance Cunha. Assim, Castilhos pede, como resolução inicial, que Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado intervenham junto a Campos Sales a fim de se obter a demissão do referido funcionário, o qual de fato deixa o cargo.<sup>259</sup> A conversa com o novo presidente, portanto, parece ter dado resultado. Novamente Pinheiro é requisitado para intermediar a resolução de determinado tema, e obtém sucesso.

Sobre o outro tópico do memorando, as possíveis nomeações ao governo da capital gaúcha, provavelmente tratavam-se de indicações de pessoas para cargos dependentes da articulação com o governo federal. Não obtive dados sobre quem eram os indivíduos e nem o resultado dessas solicitações. Mas o fato de Castilhos ter a expectativa e confiança em um bom resultado, pois concebia inclusive novas designações, mostra, no mínimo, ser uma tarefa endereçada a alguém que possuía um bom diálogo com o presidente, talvez influência junto a ele, e, conseqüentemente, tivesse prestígio político, como Pinheiro Machado.

Outro tema que contou a ação direta do senador foi o do aumento de salário dos funcionários da administração dos Correios do RS, em setembro de 1901. O pedido havia chegado à Comissão de Finanças do Congresso e foi indeferido. Pinheiro, em plenário, combateu a decisão, afirmando que os trabalhadores de São Paulo, inclusive, há pouco teriam conseguido tal incremento financeiro. Se a renda obtida pelos serviços postais em São Paulo era maior, acrescenta, lá o número de empregados igualmente era em maior quantidade, levando a uma disparidade. Pinheiro é contestado pelo senador Augusto Gomes de Castro, representante do Maranhão, o qual disse não haver nenhum desequilíbrio, uma vez que as condições econômicas das cidades eram diferentes: a vida em São Paulo seria muito “cara”, enquanto a no Rio Grande do Sul, “barata”. O senador rio-grandense replica a informação, porque as condições de vida “mudam de um dia para outros nos estados”. A discussão continua e Pinheiro aponta que embora se passasse por um delicado momento financeiro no país, o aumento do vencimento dos empregados dos Correios do Rio Grande do Sul seria um ato de “iniludível justiça”.

Provavelmente temendo a derrota na deliberação do projeto, o senador gaúcho solicitou aos parlamentares um melhor estudo da proposta, pois as informações fornecidas seriam “incompletas e deficientes” para o debate. Ao se encerrar a discussão, a votação é adiada por falta de quórum. Porém, na sessão seguinte, é aprovada a emenda

---

<sup>259</sup> Meses depois, em agosto, segundo consta novamente no jornal, Lassance Cunha seria desligado do cargo para assumir outro posto no Ceará. Ver: *A Federação*, p. 02, 27 nov. 1900. RS.



da bancada do PRR, que concedia a equiparação salarial requerida, e aquela do senador baiano Arthur Rios, estendendo esse incremento financeiro aos empregados dos Correios da Bahia, Pará e Pernambuco.<sup>260</sup>

Quais fatores explicariam o sucesso de Pinheiro Machado na resolução de tais demandas estabelecidas pelo governo do PRR durante esse período? Foi fundamental como estratégia dele formar uma forte conexão com o presidente da República e os membros do Congresso Nacional, por meio dos elementos constituintes dessa relação que serão analisados inicialmente através de determinados excertos.

No primeiro, a atuação do senador nesse cenário político, compreende-se, ocorreu já durante o período pré-eleitoral de 1898, como coloca “O País”:

Na própria comissão executiva do partido (*PRF*), apesar das paixões em jogo e das naturais reservas de alguns de seus membros mais proeminentes, tidos como candidatos ou propunhadores (*sic*) de certos nomes em voga, se não se havia ainda, em reunião oficial, tocado em tão magno assunto, preocupara ele (*Glicério*), todavia, mais de uma vez as conversações íntimas de uns e outros. Pinheiro Machado, especialmente, era alvo de constantes interpelações. Em sua chegada a esta capital, tinham-lhe feito estrepitosa manifestação. E os almoços em sua casa tinham tornado-se memoráveis pela seleção e importância dos convivas. Entre estes, pela assuidade e pelas zumbaias (*sic*) salientava-se o Ministro da Fazenda.

O Ministro da Fazenda em questão trata-se de Bernardino Campos, ex-senador e ex-presidente do estado de São Paulo. Além disso, ao longo da notícia consta que Bernardino questionou Pinheiro Machado a respeito das intenções de Júlio de Castilhos sobre a eleição presidencial, e o senador mostrou uma carta do colega rio-grandense na qual ele reiterava o afastamento do seu nome de qualquer combinação eleitoral para o pleito de março seguinte. O ministro teria ficado aborrecido com a informação e, na sequência, outros nomes discutidos por várias correntes partidárias foram os de Lauro Sodré e Francisco Rosa e Silva (para a presidência e a vice-presidência, os preferidos do grupo do Partido Republicano ligado a Glicério). Para Prudente de Moraes, soaria bem a indicação do senador pelo Rio de Janeiro, José da Porciúncula, no qual teria visto “qualidades especiais”. O debate intenso mostraria, naquele momento, “os mais desencontrados interesses, as mais descomedidas ambições”.<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> SIMON, Pedro (Org.). Salário dos empregados dos Correios no RS. Sessão parlamentar de 23 de setembro de 1901. Op. cit., p. 143-144. *O País*, p. 02, 25 set. 1901. RJ. No debate, em prol da proposta do PRR, participou, com uma emenda, o senador Julio Frota, colega de bancada de Pinheiro. Ibid.

<sup>261</sup> *O País*, p. 01, 06 fev. 1902. RJ.

No segundo trecho, como exemplo, a própria aproximação entre Pinheiro Machado e Campos Sales, entende-se, já existia antes do segundo assumir o poder. Em 02 de junho de 1897, “O País” coloca que Sales, então presidente do estado de São Paulo, havia recebido durante uma ocasião “amigos políticos” no hotel em que se achava hospedado e com os quais havia conferenciado, dentre eles Pinheiro Machado. O assunto teria sido a eleição para a presidência da Câmara Federal. O paulista relatou, anos depois, sobre aquela ocasião: “as relações afetuosas que sempre tinham existido entre nós permitiam que nos entendêssemos com absoluta franqueza”.<sup>262</sup>

No terceiro, logo após assumir a presidência, visualiza-se, Campos Sales teve conferências privadas com Pinheiro Machado, como mostra o jornal “O País”.

O general Pinheiro Machado recebeu no Senado uma carta, cujo envelope tinha (...) o *adresse* (sic) do gabinete presidencial. À noite, (...) o senador rio-grandense apresentou-se no Palácio do Catete. (...). Não foram estranhas também àquela conferência, segundo parece, algumas providências no sentido de serem facilitadas ao governo todas as medidas que ele necessita para o livre desempenho dos desejos expressos pelo sr. Presidente da República na sua mensagem inaugural.<sup>263</sup>

No primeiro exemplo, foi possível perceber que desde o período pré-eleitoral, na conversa a qual Pinheiro teve com o Ministro da Fazenda Bernardino Campos, como ressaltado, o senador realizou almoços em sua casa, em uma situação que chamava atenção pela “seleção dos convidados”, ou seja, pela presença de políticos de destaque naquela conjuntura. Em um ambiente privado e no qual eles se sentiam confortáveis, creio, havia total liberdade para esses indivíduos estabelecerem conexões, cimentarem alianças, longe dos olhos do grande público, da imprensa e mesmo de pares “indesejáveis”, grupos pelos quais poderiam ser avaliados e criticados.

Sobre o segundo trecho, vê-se que Pinheiro encontra-se com Campos Sales no momento prévio à eleição em um hotel, local particular, em meio a uma “conversa entre amigos”, onde novamente permite-se essa maior liberdade de pensamento e ações para se tecer estratégias políticas.

Já a terceira fonte mostra uma conferência privada entre Pinheiro Machado e Campos Sales já eleito. Entendo que o senador, obviamente, não fora o único político a

---

<sup>262</sup> *O País*, p. 01, 02 jun. 1897. RJ. CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Op. cit., p. 81. Em sua obra, Sales destaca uma conversa privada entre ele, Pinheiro, Bernardino Campos e Francisco Glicério. Ibid.

<sup>263</sup> *O País*, p. 01, 24 nov. 1898. RJ.

ser recebido pelo presidente durante o seu mandato e tais encontros eram algo corriqueiro no ambiente político. Inclusive na mesma edição do jornal constam audiências entre os parlamentares Pedro Velho e Vicente Machado com Sales. Contudo, o texto jornalístico ressalta que nesse caso foram encontros solicitados pelos próprios parlamentares. Já sobre Pinheiro, teria sido um convite do chefe do executivo.<sup>264</sup>

Por fim, reuniões entre o presidente e Pinheiro também ocorreram de modo informal, com “passeios” ao ar livre.<sup>265</sup> Desse modo, tanto pelo contato prévio entre os citados antes da eleição, como após o pleito, confirma-se um clima de receptividade entre o senador gaúcho e o chefe da Nação, indicado afinidade entre eles e o prestígio do parlamentar junto ao presidente para discutirem assuntos políticos. Por fim, a relação entre os dois parece ter continuado sólida e amigável mesmo após o término desse mandato presidencial. Em outubro de 1902, Sales presenteou com cavalos o então presidente, Rodrigues Alves e também o senador Pinheiro Machado, notório estancieiro, criador de equinos e tido como “apaixonado” pelo turfe.<sup>266</sup>

Pela proximidade vista entre Pinheiro Machado e Campos Sales, é possível que na lógica da discussão dos temas políticos penetrasse aquela do “favor pessoal”, a qual uma ação é realizada mediante a relação de amizade de um personagem pelo outro, sendo a primeira reciprocamente atendida quando necessário. Assim, é muito provável que o senador apresentou demandas a Sales privadamente, para contar com seu apoio, tais como: a reabertura da Alfândega de Porto Alegre; o incremento salarial dos funcionários da administração dos Correios do Rio Grande do Sul; a transferência do fiscal da estrada de ferro a outro posto; o encaminhamento das nomeações de indivíduos indicados por Castilhos para cargos públicos. De outra forma, certamente o presidente esperava que os partidários do PRR continuassem apoiando-o em suas medidas institucionais e contra críticas as quais pudesse receber ao longo da gestão. Além disso, para a concretização das pautas rio-grandenses foi essencial o diálogo do senador com os seus colegas de Parlamento, como será visto *a posteriori*.

Assim, em paralelo, a defesa por parte dos membros do partido ao governo Campos Sales deu-se em vários momentos. Um deles foi a respeito da discussão do navio a vapor brasileiro Leda, o qual supostamente havia recolhido artefatos de guerra em Assunção, no Paraguai, e os transportado para Mato Grosso. Em discurso

---

<sup>264</sup> *O País*, p. 01, 24 nov. 1898. Op. cit.

<sup>265</sup> Ver: *O País*, p. 01, 22 set. 1899. RJ.

<sup>266</sup> *A Federação*, p. 02, 28 out. 1902. RS. Sobre a participação de Pinheiro Machado no turfe, ver, como exemplo: *O País*, p. 09, 08 fev. 1913. RJ.

pronunciado em 18 de novembro de 1899, Pinheiro defende o presidente da República e o Ministro da Fazenda de tais denúncias, manifestando-se contra uma “acusação veemente, o libelo tremendo, a abjurgatória áspera, agressiva, e truculenta”, que o senador representante de Mato Grosso, Aquilino Amaral, teria dirigido aos dois membros governamentais. Segundo Pinheiro, Amaral tinha declarado ser o ministro um “mercador da honra pública, um transviado da dignidade, um prevaricador, um contrabandista”, deixando assim os senadores “arroxeados de vergonha” frente a insinuações tão infundadas. O parlamentar rio-grandense argumentou também que o evento fora um transporte de carga do Rio de Janeiro ao Mato Grosso e os documentos atestariam tal fato. Amaral replicou afirmando tratar-se de um navio que fez um trajeto entre Assunção (Paraguai) e Corumbá (Brasil), e tais mercadorias eram armamento, o qual ingressou no país ilegalmente. A discussão avança, com apartes de ambas as partes. Contudo, no debate Pinheiro conclui: “para honra da Nação (...)” era necessário “que fosse respondida de pronto a solerte acusação levantada nesse recinto” (...) “tão insólita e descomunal”. O congressista acaba por receber aplausos.<sup>267</sup>

Outra ocasião de amparo ao governo federal por integrantes da bancada rio-grandense ocorreu em dezembro de 1900. O senador Pinheiro Machado subiu à tribuna para celebrar uma emenda apresentada ao orçamento da União a qual visava regras mais rígidas para a remessa de lucros de bancos internacionais operando no Brasil ao exterior. Tais medidas incluiriam maiores taxas nessas operações e fiscalização dessas instituições de forma mais complexa e efetiva. O Brasil, segundo Pinheiro, vivia uma crise econômica, mas não originária das ações brasileiras, e sim de “uma exploração criminosa”, existente nas “transações bancárias por intermédio dos bancos estrangeiros”, que se constituiriam em um “polvo monstruoso, sugando o labor e o resultado do trabalho brasileiro”. Os prejuízos decorrentes para os atos comerciais do país seriam “avultadíssimos”. Tais medidas sugeridas pelo Ministério da Fazenda, segundo o orador, seriam benéficas à Nação, as quais só procurariam restringir os bancos estrangeiros no tocante a atitudes supostamente danosas aos “interesses nacionais”.<sup>268</sup>

No ano seguinte, em fala no Senado, Pinheiro afirmou estar a plataforma de Campos Sales em “perfeita harmonia com o nosso pensamento político, com as

---

<sup>267</sup> SIMON, Pedro (Org.). Defesa do ministro da Fazenda. Sessão parlamentar de 18 de novembro de 1899. Op. cit., p. 131-134.

<sup>268</sup> SIMON, Pedro (Org.). Lucro de bancos estrangeiros. Sessão parlamentar de 24 de dezembro de 1900. Op. cit., p. 135-137.

doutrinas que sempre advogamos”, e assim foi recebida “com inteiro assentimento e satisfação por todos os republicanos presidencialistas”.<sup>269</sup>

Para se entender esse apoio ao presidente também é necessário ressaltar que Campos Sales introduziu em seu governo um arranjo político comumente conhecido como política dos estados. Segundo Love, trata-se

De um entendimento entre os Governadores (geralmente os chefes dos partidos oficiais) e o Presidente, visando apoio recíproco. O termo também denotava a política dos que governam - em suma, o *establishment*. Em sentido particular, esta política era um meio de assegurar ao Presidente se ele controlaria sempre a maioria dos membros da Câmara dos Deputados.<sup>270</sup>

Como também aponta Lessa, o modelo visava “a máxima autonomia das elites regionais”.<sup>271</sup> Assim, essa mecânica política consistia na troca de alianças entre o presidente da República e os governadores dos estados. O chefe do executivo federal não interferia nas questões estaduais e, em troca, os mandatários das unidades federativas davam apoio ao governo central e ainda instruía os congressistas de sua base a votarem favoravelmente nos projetos do executivo. Nas eleições, esses mesmos líderes regionais empreendiam seus esforços para eleger deputados e senadores os quais iriam prover de sustentação política o dirigente máximo da Nação.<sup>272</sup>

Já no seu discurso de posse, possivelmente antecipando esse futuro acordo político, Campos Sales declarou que o país não poderia aceitar as “estreitezas do exclusivismo” e era chegado o momento de se iniciar “uma política nacional de tolerância e concórdia”. Também afirmou:

Não é que eu pense que os partidos não devam subsistir (...) o que deve ser proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das ideias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranquilo da atividade governamental<sup>273</sup>

---

<sup>269</sup> ALVIM, Newton. Sobre o governo Campos Sales. Sessão Parlamentar de 07 de novembro de 1901. Op. cit., p. 57-58.

<sup>270</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 101.

<sup>271</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988. p. 120.

<sup>272</sup> FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 258-259. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 101-102.

<sup>273</sup> BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, [20?]. p. 56-57. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>. Acesso em: 15/10/2017.

O caminho para essa política “apaziguadora” foi, na prática, o arranjo político entre os municípios, os estados e o governo federal. Assim, a ideia era preservar as oligarquias regionais já estabelecidas a fim de não se criar desequilíbrios e conflitos os quais poderiam abalar a relação entre o nível estadual e o federal. No caso do estado sulino, por exemplo, a oposição mais institucionalizada (Partido Federalista no Rio Grande do Sul, por exemplo) não deveria chegar ao poder.

Contudo, é necessário também relativizar a “excepcionalidade” desse “pacto” proposto por Campos Sales. Retomando Viscardi, ao se avaliar os apontadores de renovação do Congresso durante a Primeira República, a autora afirma que se os congressistas eleitos “passaram a estar sob o controle dos governadores, conforme era o objetivo da política dos estados, já o estavam antes”, pois “os nomes eleitos pouco mudaram”.<sup>274</sup>

De qualquer forma, como aponta Lessa, durante esse período “coube ao governo de Campos Sales estabelecer as rotinas políticas e institucionais da nova ordem” e assim conectou-se ao presidente a “rotinização do regime”, ou seja, a afirmação das “normas de funcionamento político” do Estado republicano considerando “as suas bases reais, segundo ele contidas nos estados e em seus chefes políticos”.<sup>275</sup>

No livro “Da Propaganda a Presidência” Campos Sales diz: “acusaram-me de ter dissolvido os partidos. Houve, porém, quem formulasse a minha defesa nesta síntese: não se dissolve o que não existe”.<sup>276</sup> A fala parece indicar sua crença na costura dos arranjos políticos promovidos por ele próprio.

Em tal discussão, também se deve trazer o tema do coronelismo, assim refletido por Victor Nunes Leal:

O que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município.<sup>277</sup>

Como avalia Carvalho, “nessa concepção (*Leal*), o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da

---

<sup>274</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2016, p. 1197.

<sup>275</sup> LESSA, Renato. O pacto dos estados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 38-41, nov. 2005.

<sup>276</sup> CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Op. cit., p. 115.

<sup>277</sup> LEAL, Victor N. Apud CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1997. Carvalho, no artigo já referido, traz os conceitos de mandonismo, clientelismo e coronelismo, ressaltando que não são “sinônimos”. Ibid.

República, envolvendo compromissos recíprocos”. Ademais, “é datado historicamente”, durando entre 1889-1930. Ainda se interpretando Leal, o fenômeno surge na conexão de um “fato político” com uma circunstância “econômica”. “O primeiro é o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, que criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado” e a segunda é a “decadência” dos “fazendeiros” no seu modo de produção.

“O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não possuindo um poder individual e a qualquer momento poderia ser removido”. Não tinha possibilidade de construir suas bases políticas na Província, à qual era, muitas vezes, um “ente estranho”. No máximo, “podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador”.

Já o governador republicano, ao contrário, “eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política” no estado. “Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os “coronéis” eram os principais representantes”. E seu poder consolidou-se justamente neste momento, quando Campos Sales “decidiu apoiar os candidatos eleitos pela política dominante nos respectivos estados”. Esse mecanismo “acarretava o enfraquecimento da força política dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência” ao passo que “diminuía a dos donos de terra”. Assim, o “coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder estatal” ante o do coronel.

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, em especial na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.<sup>278</sup>

Penso ser possível considerar que o arranjo político promovido por Campos Sales, inserido nesse sistema coronelista, buscava evitar também os conflitos pelos quais passou o governo de Prudente de Moraes. Um dos seus maiores interesses foi o de

---

<sup>278</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., 1997. Como já ressaltado, o artigo está em meio eletrônico e não há a paginação corrente.

obter o apoio do Congresso a sua política fiscal e monetária. Seu compromisso mais urgente era cumprir as obrigações do contrato de 1898 com a *Rothschild*, uma casa de créditos britânica, no qual foi estabelecido o *funding loan*, implicando na suspensão de débitos anteriores do Estado brasileiro com a entidade e a disponibilização de um empréstimo expressivo de 10 milhões de libras. A cobrança desse valor seria em um prazo maior do que aquele estipulado para o pagamento das somas anteriores. Porém, deveria haver medidas de saneamento fiscal e monetário por parte da administração nacional. “O contrato implicava medidas impopulares, tais como a elevação de impostos, a redução do papel-moeda em circulação e dos gastos governamentais e a colocação de uma hipoteca sobre os direitos alfandegários do Rio de Janeiro” em favor da financeira europeia.<sup>279</sup>

O segundo elemento o qual reforçava essa configuração política está ligado ao processo de “reconhecimento” dos políticos nos estados do país. Para tal, vale lançar considerações sobre o processo eleitoral no Brasil.

Como aponta Viscardi, tal procedimento possuía quatro fases: “alistamento dos eleitores com emissão dos títulos de eleitor, votação, apuração e diplomação”. Segundo o Decreto 200-A, lançado após a instauração da República, o “alistamento” e uma “apuração inicial” eram feitos nos municípios e a ata com os resultados era remetida à capital de cada estado e ao Distrito Federal (Rio de Janeiro), para que fosse computada a das demais cidades. “A fase mais importante do processo – a da apuração – era feita nas capitais”. Ainda, “de acordo com a Lei 35, de janeiro de 1892, participariam das comissões de alistamento e de eleição os votantes locais, escolhidos entre os presentes”.

Realizadas as apurações nos estados, as atas eram encaminhadas ao Rio de Janeiro. Continuando o processo, no caso das eleições para deputados e senadores, a documentação era enviada para a respectiva Comissão Verificadora de Poderes, a da Câmara e a do Senado, responsáveis pela última fase do processo. Em razão do envio de atas discrepantes entre si – “que apresentavam para uma mesma eleição resultados diferentes”, e da “contestação” frequente dos derrotados no pleito, o processo assumia “grande complexidade”. Tratava-se, portanto, de “comissões de inquérito que tinham acesso aos documentos eleitorais” e julgavam essas questões, com os mecanismos usuais do processo legal, inclusive abrindo espaço para a defesa dos vencidos, os quais não raro recorriam a advogados. O “julgamento final” feito pelas comissões acabava,

---

<sup>279</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 102. Ver também: FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 260.



ocasionalmente, mudando a composição do resultado do pleito, ao cancelar a diplomação de deputados e senadores que julgavam terem sido eleitos, ato comumente chamado de “degola”, enquanto outros eram reconhecidos.

Porém, a autora afirma, embora toda essa análise fosse uma “fase importante do processo eleitoral, seu impacto foi mais restrito do que se supõe: ao longo da Primeira República, apenas cerca de 10% dos deputados foram degolados”.<sup>280</sup> De qualquer forma, não deixava de ser uma ferramenta poderosa na mão dos quais, ao invés de simplesmente verificarem de forma técnica e “idônea” os processos eleitorais, quisessem alterar esses resultados de acordo com interesses próprios.

Nesse sentido, segundo Love, no governo Campos Sales exigia-se que a maioria das Câmaras Municipais, de cada distrito eleitoral, ratificasse a votação dos vencedores. Assim, “como os partidos dominantes em nível estadual apoiavam os políticos locais e vice-versa, esta era outra proteção contra a entrada dos deputados rebeldes no Congresso”. O pleito de 1900, explicita, “mostrou quão eficientes” poderiam ser as ações da comissão. “Deputados eleitos, mas não colaboracionistas de dois estados, Paraíba e Mato Grosso, tiveram seu reconhecimento rejeitado por larga margem”.

Os membros do PRR tentaram resistir à imposição dessa política. Castilhos encarava as medidas de controle do Presidente como algo que reduzia a “autoridade” do Congresso. Conquanto o chefe do partido, a princípio, se opusesse a elas de “forma incondicional”, Pinheiro Machado deixou claro a sua implementação. Opor-se a essa sistemática possivelmente significaria um “novo rompimento com o governo federal”, e o líder do PRR “já tivera uma prova das consequências” de tais ações sob o mandato de Prudente. Assim, o cenário se apaziguou.<sup>281</sup>

Tal apoio mútuo entre o presidente e o senador é reforçado por notícias da imprensa, ao ponto de membros dela considerarem o segundo um articulador do executivo com o Parlamento. No jornal “O País”, na sessão intitulada “Bastidores”,

---

<sup>280</sup> VISCARDI, Claudia Ribeiro. Mudar... para manter tudo como está. *História Viva*. São Paulo, ano 11, n. 132, p. 27-28. As comissões igualmente aparecem nas fontes intituladas como de “Reconhecimento de Poderes”. Para mais informações sobre esses órgãos, ver: MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das Comissões Verificadoras de Poderes: estabilidade e dominação política (1894-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UnB. Brasília, 1986. FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFJF. Juiz de Fora, 2016.

<sup>281</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 101-102. Durante o período em estudo (1889-1915), apenas 06 deputados não integrantes do PRR foram eleitos para a Câmara Federal, todos pelo Partido Federalista (PF). Os nomes: Francisco Antunes Maciel, Francisco Antunes Maciel Júnior, Pedro Gonçalves Moacyr, Plínio de Castro Casado, Rafael Cabeda e Wenceslau Escobar. Pesquisa realizada em: AITA, Carmen; ARAUJO, Vladimir; AXT, Gunter. (Orgs.). Op. cit., p. 91-96.

escrita pelo personagem intitulado “Puxa-Vistas”, a qual tratava com humor a política feita fora dos palanques, dois políticos fictícios conversam, em março de 1902, antes mesmo do senador obter o cargo de vice-presidente na Câmara Alta: “E o Pinheiro Machado”? Ao que um responde: “Vai passar este ano na Europa”. O outro replica: “E quem vai então dirigir o barco no Senado”?<sup>282</sup> Na mesma sessão do periódico, em outra data, um personagem afirmou ter o governo maioria no Senado. O segundo expõe: “tem e não tem”, e continua: “é fácil de explicar: quando Pinheiro Machado está, tem; quando não está, não tem”.<sup>283</sup>

Para obter essa posição, Pinheiro Machado fortaleceu-se também dentro do Congresso. Em sessão no dia 05 de maio de 1902, o senador rio-grandense foi eleito vice-presidente do Senado Federal. Dos 36 votos do escrutínio secreto, recebeu 32, uma margem significativa frente ao segundo colocado, o senador Manoel de Queiroz, com apenas 02 votos. Complementaram a lista os senadores Arthur Rio e Gomes de Castro (01 voto cada), além de 01 voto em branco.<sup>284</sup>

É relevante comentar que, 15 dias antes de sua eleição para o cargo, foi oferecido a Pinheiro Machado, o qual regressava do Rio Grande do Sul, um grande banquete em sua própria casa, organizado por um grupo de amigos. O evento foi descrito da seguinte forma por “O País”:

Severamente ornamentado se achava ontem o belo palacete do senador Pinheiro Machado, à rua Haddock Lobo, para receber os convidados do banquete (...) o ilustre chefe rio-grandense (...) agradeceu todas as provas significativas de apreço que ontem recebera (...). Depois foi o general Glicério quem usou da palavra, fazendo realçar os dotes do distinto festejado (...) por fim, o sr. Figueredo Rocha brindou ainda o general Pinheiro Machado em quem sintetizou a República.(...).<sup>285</sup>

Durante o evento Pinheiro recebeu homenagens de outras personalidades políticas, todas reunidas para celebrá-lo. Nota-se também as manifestações entusiasmadas de Glicério, político influente de São Paulo e colega do senador rio-grandense na Câmara Alta por vários anos. Pelo caráter do evento, parece-me que, próximo da eleição do Senado, o festim expressava o intento de afirmar a figura de

---

<sup>282</sup> *O País*, p. 02, 01 mar. 1902. RJ.

<sup>283</sup> *O País*, p. 02, 11 mar. 1902. RJ.

<sup>284</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 05 de maio de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. p. 22-23. v. 1.

<sup>285</sup> *O País*, p. 01, 22 abri. 1902. RJ.

Pinheiro para o futuro cargo, por meio do reforço de seus laços pessoais e políticos com os personagens da cena política da Capital Federal. Na mesma edição, em uma coluna de humor já referida, intitulada “Nos Bastidores”, é exposto que no jantar o brinde de Pinheiro em honra a Glicério foi o mesmo já feito em ocasião semelhante para outro republicano.<sup>286</sup> A publicação, com o chiste, reforça a avaliação a qual o senador procurava arregimentar variados contatos políticos para lhe proverem suporte em suas ambições, como em relação ao cargo no Parlamento.

Portanto, o assunto da eleição de Pinheiro provavelmente foi tratado em conversas de bastidores, algo comum nas negociações políticas vistas até o momento. A grande diferença entre os candidatos do pleito, em um universo razoavelmente pequeno de votantes (36) e igualmente em um ambiente no qual a maioria provavelmente mantinha relações pessoais, leva a crer que o resultado do sufrágio, inclusive, já era algo esperado, quem sabe até previamente acertado entre todos. Ou seja, talvez o evento apenas tenha chancelado uma autoridade no Parlamento já desfrutada por Pinheiro.

Para trazer mais elementos a essa reflexão, trago um excerto de Gilberto Amado, jornalista, político e escritor contemporâneo ao senador, que assim o definiu:

Uma das qualidades inatas de Pinheiro Machado, a primeira que o assinala, era a capacidade de decidir (...) este é o chefe natural; quem organiza, quem comanda. Não é chefe porque quer. Os outros é que o fazem, por necessidade. (...) Naturalmente, o homem que decide terá extraordinárias qualidades pessoais, certo magnetismo que atrai, aptidões para assumir responsabilidades (...)<sup>287</sup>

Na residência de Pinheiro Machado, ao que tudo indica, políticos reuniam-se e discutiam assuntos dessa área, em encontros sociais promovidos pelo senador. A partir de certo momento, estes passaram a ser realizados em outro imóvel, um suntuoso palacete no Morro da Graça.<sup>288</sup> Além disso, ele era figura notória em diversos eventos no Rio de Janeiro e nas cidades gaúchas (nas quais residia a força política do PRR), transitando assim nas corridas de turfe, banquetes em homenagem a alguma personalidade política, jantares mais íntimos seguidos de rodas de pôquer, bailes em

---

<sup>286</sup> *O País*, p. 01, 24 abri. 1902. RJ.

<sup>287</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 32-33.

<sup>288</sup> Segundo Surama Pinto, o palacete no Morro da Graça foi adquirido pelo senador em 1897. Contudo, como visto, há notícias em 1902 dele utilizando residencialmente uma casa na rua Haddock Lobo, Bairro da Tijuca. Portanto, não há informações exatas de que maneira Pinheiro Machado administrava esses imóveis. Ver: PINTO, Surama Conde Sá. Pinheiro Machado, o Morro da Graça e a política carioca. *Revista IHGB*. Rio de Janeiro, v. 447, p. 229, abr.-jun. 2010.

clubes. E nessas ocasiões, nos ambientes privados, portanto, como já foi visto em relação ao contato do senador com o presidente da República, ele possivelmente trocava confidências, traçava planos, criava alianças e reforçava laços de reciprocidade que se refletiam na esfera política.

Pinheiro certamente não era o único político o qual promovia eventos para discutir articulações políticas, mas o fato de seu nome estar frequentemente associado a tais encontros de “congraçamento” denota que ele se utilizava bastante desse tipo de expediente. Além disso, fosse através do seu “carisma”, “magnetismo pessoal” e/ou capacidade de convencimento, ele parecia efetivamente harmonizar com sucesso diversos personagens e obter resultados concretos desses encontros, recursos esses que o possibilitavam exercer a sua função de mediação e lhe rendiam benefícios políticos e prestígio entre seus pares.

Sua eleição quase unânime para a vice-presidência do Senado, por exemplo, carrega esses pressupostos. Foi a primeira vez que o parlamentar rio-grandense alcançou tal cargo, o qual exerceria até 1905 e posteriormente entre 1912-1915. Entre suas atribuições, estava a de presidir a Comissão Verificadora de Poderes do Senado. Em seu discurso de posse, o senador afirmou: “me esforçarei por cumprir com imparcialidade os deveres deste cargo”.<sup>289</sup> Na prática, a máquina da “degola”, estava agora em suas mãos, arma que usaria especialmente no período de governo de Hermes da Fonseca.

Além disso, o fato de Pinheiro Machado progressivamente “acumular poder” ocasionou que fosse procurado para favores ou mesmo os realizasse junto a outros políticos, em situações as quais são passíveis de categorizações diferentes.

Em uma correspondência endereçada a ele em 1907, remetida por Raymundo de Miranda, de Maceió (AL), na qual chama o senador de “amigo e chefe”, Miranda explica o seguinte: seu irmão é cunhado de Coelho Cavalcanti, que estaria envolvido no cenário político do Rio Grande do Sul de forma conturbada. Assim, sua família gostaria do seu regresso a Alagoas, mas, teme que ao fazê-lo, Cavalcanti seja vítima de uma diligência judicial. Assim, Miranda pede ao parlamentar intervir junto ao presidente do estado rio-grandense para “perdoar” as suas “asneiras, que bem o tem feito triturar-se”, o que significaria a ação de Borges para evitar essa medida do Judiciário.<sup>290</sup>

---

<sup>289</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 05 de maio de 1902. Op. cit., p. 22.

<sup>290</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10499. Data: 07/1907.

Outros dois casos são curiosos: em 1916, com o parlamentar gaúcho já falecido, Aracy Pinheiro Machado Lustosa, sobrinha dele, pede a Borges de Medeiros que “lembre” do nome do seu marido, Enrico Lustosa, o qual seria um “republicano ardoroso” para uma candidatura a deputado federal, afirmando ser este um desejo do “grande amigo” de Borges, Pinheiro Machado, vontade a qual “não se prendia somente ao fato de ser seu parente”, porque “com as responsabilidades que tinha meu finado tio, por certo ele encontrava no Enrico predicados que o tomavam digno dessa alta investidura”.<sup>291</sup>

Já em 1917, Marcondes Alves de Souza, de Vitória (ES) escreve a Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador e naquele momento ocupante o cargo de vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul, para relatar um compromisso que teria firmado com o finado parlamentar em 1914, ao qual se refere como “pranteado chefe e amigo” e cujo acerto seria provado por documentos que enviava. Após uma exposição sobre questões políticas no Espírito Santo, Souza diz que vem “importunar” Salvador para ele “patrocinar” o seu desejo de concorrer pela vaga de senador por aquele estado, esperando também que o “grande e leal” Borges de Medeiros abraçasse a causa.<sup>292</sup>

Murilo de Carvalho, em trabalho de análise a respeito do senador Rui Barbosa, também notório destinatário de inúmeros pedidos desse feitio, aponta:

A convicção baseia-se em dois elementos. Um é a certeza da obrigação moral que cada um tem de proteger a família e os amigos; o outro, a noção de que é legítimo usar recursos públicos para fins particulares. (...) A correspondência mostra sobretudo o profundo enraizamento social do clientelismo político, que pode ser visto como troca entre partes desiguais envolvendo bens públicos. A troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social. O clientelismo político enraizava-se em uma sociedade hierárquica composta de protetores e protegidos. O patronato hierárquico social era transferido para o campo político, o governante tornava-se o patrão, o protetor, o pai.

---

<sup>291</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 09445. Data: 11/04/1916.

<sup>292</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10517. Data: 02/01/1917.

Assim mostra-se a dificuldade dos “valores republicanos” de “igualdade e democracia” solidificarem-se em tal cenário. O novo cidadão continuava sendo “doutor e general, ou criado e súdito, dependendo de sua posição social”.<sup>293</sup>

Como visto, a invocação da “amizade”, “família”, necessidade pessoal e razões político-partidárias, combinadas, formavam o conjunto de justificativas nas solicitações.<sup>294</sup> Impressiona que, mesmo depois da morte do senador, supostos amigos e parentes se valham da mencionada estreita relação pessoal com ele para requisitar pedidos decorrentes de teóricos pactos anteriores, firmados com o político ainda em vida, mostrando a força que o nome do senador possuía. Isso me leva a imaginar: quando o parlamentar ainda estava vivo, o número de pedidos endereçados a ele deveria ser extenso, embora não se tenha obtido o registro escrito de uma série deles. Creio que, em muitos casos, essas solicitações podem ter sido feitas verbalmente, em audiências com o senador no seu gabinete, de forma mais ou menos informal, o que ajudaria a explicar essa ausência de fontes.

Mostra-se também nos excertos que as relações clientelísticas se faziam presentes em ambientes urbanos por excelência, como o caso da Capital Federal, não sendo, portanto, um fenômeno restrito a localidades mais periféricas, tal qual o grupo de eleitores e apoiadores de Pinheiro Machado no sul. No caso dele, é possível pensar que além de sua base eleitoral presente no estado sulino, as comunicações vinham de outras cidades do Brasil, e no caso do atendimento em maior ou menor grau desses pedidos, deve-se ter ampliado o seu “leque” de clientes, o que possivelmente revertia em votos e apoio moral a ele nos momentos necessários.

Também se compreendeu uma segunda categoria de solicitações a Pinheiro, as quais não partem do clientelismo, mas sim feitas por atores políticos em posições “horizontais” ao senador: a primeira, datada de 1903, é de Lauro Muller, o qual ocupava o posto de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo de Rodrigues Alves, pedindo ao parlamentar a intervenção dele para a nomeação de um amigo, “moço muito distinto”, a um “cargo de Inspetor Escolar na região de Cruz Alta”.<sup>295</sup>

---

<sup>293</sup> CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 00, 2000. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100003). Acesso em: 10/12/2017. O artigo, em meio virtual, indica as páginas na numeração supracitada.

<sup>294</sup> Razões semelhantes àquelas encontradas nos pedidos analisados por José Murilo de Carvalho no artigo supracitado.

<sup>295</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10659. Data: 01/12/1903.

Já o senador, como remetente, em 1914, afirma ao então general rio-grandense Fernando Setembrino de Carvalho, a respeito da prisão de Joaquim Costa, “que iria agir” para ele ser “posto em liberdade”.<sup>296</sup> Ou seja, provavelmente tratava-se de um favor o qual seria realizado pelo senador a Carvalho. Ainda, há as prováveis “minutas” de Protásio Alves, membro do PRR, datadas de setembro de 1915, para serem endereçadas ao senador: “Amigos Rio Grande pedem nomeação guarda vigia balizamento Lagoa Mirim Julio Suita (sic), ex-marinheiro nacional. Rogo a sua intervenção”.<sup>297</sup> Na segunda, pede-se a ação de Pinheiro em favor da colocação de Alfredo Ferreira Menezes como escrivão, pois a vaga estaria em aberto devido ao falecimento do antigo funcionário.<sup>298</sup>

Além disso, o senador também realizou pedidos a políticos amigos. Em um telegrama, datado de 1912, Pinheiro pede auxílio a Francisco Sales, “interferir seu prestígio junto nossos amigos Minas (sic)” em favor do “reconhecimento” de Raul Cardoso. Ou seja, o rio-grandense solicitou a Sales valer-se de sua influência para garantir que Cardoso assumisse um cargo, possivelmente o de deputado federal por São Paulo.<sup>299</sup>

Em relação aos interlocutores de Pinheiro Machado nessas correspondências, todos eles alcançaram postos político-partidários relevantes ao longo de suas trajetórias.<sup>300</sup> Ou seja, como aponta Grijó, trata-se de um tipo de relação entre pessoas de “estatuto econômico social e/ou político semelhante”, que estavam conectando-se e trocando favores reciprocamente.<sup>301</sup> Nas situações de troca de cartas do senador com Muller, Carvalho e Alves, inclusive, creio estar colocada uma espécie de “patronato cruzado”: enquanto o parlamentar rio-grandense atendia a solicitação para auxiliar o indicado por algum colega, da mesma forma poderia fazer esse pedido, criando ou reforçando relações de reciprocidade. Conseqüentemente, isso poderia materializar-se em planos e alianças entre esses políticos, promovendo-se uma atuação em comum.

---

<sup>296</sup> CPDOC. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho (FSC). Série: pce - Pacificação do Ceará. Classificação: FSC pce 1914.04.09. Data: 09/04/1914.

<sup>297</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 05956. Data: 06/09/1915. Ao que tudo indica, trata-se de uma minuta a qual depois seria endereçada via telegrama.

<sup>298</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 05957. Data: 06/09/1915. Ao que tudo indica, trata-se de uma minuta a qual depois seria endereçada via telegrama.

<sup>299</sup> CPDOC. Arquivo Ribeiro Junqueira (RJ). Série: c – Correspondência. Classificação: RJ c 1912.10.04-05. Data: 04-05/10/1912 (provável).

<sup>300</sup> Como exemplos, Lauro Muller, além de ministro, também foi colega de Pinheiro Machado no Senado por vários anos; Fernando Setembrino de Carvalho foi ministro da Guerra no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914) e chegou ao posto de marechal do exército na década de 1920; Protásio Alves foi secretário do Interior e Exterior (RS) e vice-presidente desse estado entre 1918 e 1928.

<sup>301</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2005, p. 50.

Voltando à questão da análise do governo Campos Sales, a tensão da relação entre o governo do Rio Grande do Sul com a presidência anterior, percebe-se, foi dissipada. Sobre a tentativa de uma política nacional “agregadora” por parte do chefe do executivo, no que tange ao estado sulino isso se traduziu em um jogo de trocas de favores entre o governo do PRR e o chefe do executivo federal em nome dessa “governabilidade”. A força dos partidos seria diminuta, em virtude do relacionamento direto e pessoalizado entre os membros da esfera política. Contudo, pode-se questionar, igualmente, se até aquele momento tais agremiações diferenciavam-se em termos de propostas e *corpus* ideológico, para além do mote irrestrito da “defesa da República”, o que não parece ser o caso.

Pinheiro cumpriu um papel de apoio à gestão de Campos Sales. Em situações nas quais inclusive a “honra” e o “patriotismo” do presidente e um dos seus ministros teoricamente estavam em jogo, ele fez questão de defendê-los (caso do Navio Leda), bem como nas questões relativas aos ajustes fiscais promovidos pelo governo, além de outros momentos de convergência.

Portanto, nas demandas de interesse do governo do PRR que Pinheiro Machado lançava, as quais dependiam em maior ou menor grau do diálogo com o executivo e/ou o legislativo, tais como: a reabertura da Alfândega de Livramento; a demissão do fiscal da estrada de ferro Porto Alegre-Uruguaiana e a obtenção do cargo de vice-presidente do Senado - que certamente era uma posição desejada por ele, conferindo-lhe maior prestígio e facilitando-lhe para pautar temas que fossem da sua predileção ou do seu partido - estavam envolvidas duas dimensões, as quais muitas vezes vão se misturar no diálogo entre Pinheiro e outros políticos: a primeira, a institucional, pois o senador, como um parlamentar representante do estado do Rio Grande do Sul, debatia publicamente com os poderes. Mas também há a dimensão “informal”, a partir da utilização de laços de reciprocidade, os quais envolveram troca de favores em geral e o patronato cruzado, além do parlamentar contar com as relações clientelísticas. Esse conjunto interligado de elementos impulsionou o senador a obter sucesso em suas ações de mediação, e assim crescia o seu poder no âmbito nacional.



## 2.2 O Governo de Rodrigues Alves (1902-1906)

Campos Sales ao longo de seu mandato pediria ao chefe do PRR, Júlio de Castilhos, que acolhesse uma indicação política “indigesta”. Aceitar Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do estado de São Paulo, como próximo presidente do Brasil. Castilhos não concordava com a proposta, não só porque um chefe do executivo nacional “nomeava novamente seu sucessor” (lembra-se o caso anterior da eleição de Campos Sales, apoiado por Prudente de Moraes), mas também pelo fato de Rodrigues Alves não ser um “republicano histórico”. Longe disso, Alves fora um político “bem sucedido” ligado ao Partido Conservador, tendo sido inclusive Conselheiro do Império. Pinheiro desejava que Castilhos aceitasse tal indicação, mas ele não a aprovou, alegando ser o candidato “o primeiro passo para a restauração da Monarquia”.<sup>302</sup>

Arriscaria acrescentar ainda mais um fator para o descontentamento do líder partidário: com a candidatura e conseqüente eleição de Rodrigues Alves, mais uma vez os republicanos de São Paulo seriam os protagonistas do processo. Lançaria-se o terceiro candidato de base político-eleitoral paulista, o qual também havia sido presidente do referido estado. É possível que essa oposição de Castilhos fosse uma forma de não permitir o fortalecimento tão maciço de tal grupo, o qual certamente teria um trânsito político expressivo na gestão presidencial mais uma vez.

À medida que os meses passavam, e cientes que Campos Sales faria parte do processo sucessório, Pinheiro tentou levá-lo a “considerar diversos republicanos históricos, sem nenhum êxito”. Disse ele: o presidente “está convicto país subjugado aceitará todas as imposições” (sic) em correspondência a Borges. Com um presidente “sustentado” por agremiações de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, os rio-grandenses, segundo Love, sabiam ser diminuto seu poder de decisão na questão.<sup>303</sup>

O próprio Campos Sales corrobora com tais eventos, afirmando que os republicanos “mais ardentes” recusavam em aceitar o nome de Alves para o pleito, entre os quais destacava-se “Pinheiro Machado, cuja influência já então fazia sentir o seu peso nos destinos da nossa política” Sales então “parodiava (...) a idade heroica, a idade cavalheiresca já passou. Agora, o verdadeiro patriotismo é o que consiste em designar os que forem capazes e dignos.”<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 103.

<sup>303</sup> Ibid., p. 103-104.

<sup>304</sup> CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Op. cit., p. 184.

Campos Sales, segundo o excerto, acreditava ser o mais importante ter na presidência um homem o qual julgasse competente para dirigir o país, independente se fosse um ex-monarquista adeso à República, como Rodrigues Alves. Além disso, o chefe do executivo ratificava a tese do desagrado de Pinheiro Machado com a escolha de Alves e não deixava de lembrar que a influência do senador já se fazia presente em momentos chave da política nacional, como as eleições presidenciais.

Castilhos decidiu novamente pautar à abstenção política, tal como nas eleições presidenciais de 1898. Após consultar Campos Sales sobre essa atitude, Pinheiro respondeu ao chefe do PRR que tal ato seria interpretado como rejeição total a Rodrigues Alves, e enfatizou que a unidade republicana seria “abalada” em vão.

De qualquer modo, o rio-grandense modificou sua posição inicial: em 1901, os dirigentes do PRR dispunham de informações de espões no Uruguai e no Rio de Janeiro os quais acenavam para uma possível invasão federalista ao Rio Grande, com o apoio dos *colorados*. O término da guerra civil no Rio Grande do Sul não trouxera a paz permanente à região fronteira. Em 1896, Aparício Saraiva, então chefe do Partido *Blanco* do Uruguai, “assumira o controle da região circundante de *Rivera*; um ano depois, havia desencadeado uma revolta de larga escala contra os *colorados* dominantes e, então, conseguiu estabelecer a hegemonia” dos seus partidários na fronteira Brasil-Uruguai. Os dois grupos disputavam o controle da República uruguaia.

Em relação aos rio-grandenses, o ponto principal não era qual agrupamento ocuparia a chefia de Estado uruguaio, mas quem exerceria poderio sobre a região fronteira. Em 1896, correligionários do PRR encaminharam negociações em prol de uma aliança *blancos*-PRR, pacto que posteriormente foi aprovado por Castilhos, a fim de impedir uma conexão do grupo platino com o federalista Gaspar Silveira Martins. Em 1898, Castilhos autorizou remessas secretas de armas aos *blancos*, ação irregular em virtude dos acordos estabelecidos entre os governos brasileiro e uruguaio. Nesse espaço de tempo, Silveira Martins e seu correligionário de confiança Rafael Cabeda haviam solidificado fortes vínculos com os *colorados* (dentro os dois partidos uruguaio, era com este o qual Martins estivera mais conectado durante o período imperial).

Mesmo após a morte de Silveira Martins, em julho de 1901, a apreensão dos republicanos rio-grandenses não teria diminuído. Castilhos demandou a Pinheiro que obtivesse armamentos financiados pelo governo federal para a defesa do estado sulino. O senador teria replicado: se os membros do PRR se recusassem a lançar o nome de Rodrigues Alves, Castilhos acreditava que a administração central “lhe forneceria apoio

militar”? O parlamentar, “reservadamente”, conseguiu adquirir cerca de 5000 armas para o governo rio-grandense em julho. Nessas condições e diante da insistência de Pinheiro Machado, Castilhos decidiu concordar com a candidatura de Rodrigues Alves, garantindo, desse modo, o suporte militar federal ao seu governo, embora o conflito, posteriormente, não tenha reiniciado.<sup>305</sup>

Nessa conjuntura, Castilhos endereçou uma carta ao senador em junho de 1901, sugerindo a Pinheiro a formação inicial de um núcleo de “praças” e “oficiais”, com “soldo” para os primeiros e “vencimentos fixados” aos segundos, os quais seriam o embrião de uma “brigada”, “devidamente militarizada”, visando combater em qualquer área do estado os eventuais inimigos.<sup>306</sup>

Em uma visão ampliada, como aponta Love, nesse momento os republicanos do sul não tinham nenhuma possibilidade de deter o “rolo compressor” sustentado pelos interesses em torno do café patrocinado pelos políticos de Minas Gerais e São Paulo. Ainda segundo o autor, os rio-grandenses receberam “muito pouco” em troca de sua “rendição” ante Campos Sales. Pinheiro conseguiu que Rodrigues Alves, durante o período pré-eleitoral, se opusesse à revisão da Constituição em seu plano de governo, posição defendida ardentemente pelo PRR, “mas que também atraía outros partidos” republicanos do Brasil. Campos Sales igualmente forneceu aos sulinos “material de guerra e garantias de apoio militar” da União, e, como já comentado, retirou do Rio Grande do Sul os comandantes militares hostis ao governo estadual.<sup>307</sup>

Em convenção política realizada no dia 11 de agosto de 1901, reunindo forças políticas republicanas regionais a fim de se definir uma candidatura comum à presidência (somente representantes de Pernambuco e Maranhão não participaram), Pinheiro Machado foi o primeiro a discursar, falando a todos os “ilustres brasileiros presentes e reunidos”, que desejava alinhar com eles um posicionamento comum para prover ao país uma base sólida, repleta de “segurança e firmeza, e às *instituições* franco apoio. (...) Nos diferentes estados há forças divergentes e partidos organizados. (...) É uma obra de patriotismo unir essas forças dirigentes, esses partidos nos Estados, ao elo comum”.<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 104-105.

<sup>306</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 04274. Data: 22/06/1901.

<sup>307</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 105.

<sup>308</sup> CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Op. cit., p. 194-195.

Segundo o senador, portanto, a assembleia serviria para dissipar discordâncias entre as forças políticas dos estados as quais deveriam unir-se em prol de um movimento coeso na eleição presidencial. Como já circulava com bastante força o nome de Rodrigues Alves, patrocinado por Campos Sales, além de Pinheiro ressaltar que naquele momento as instituições deveriam ser defendidas, possivelmente aí se incluindo o governo vigente, tal discurso, penso, promovia assentimento à candidatura citada. Ao final do evento, de fato, os representantes do PRR decidiram apoiar Alves à presidência.

Em mais um ato de apoio a esse candidato, em 20 de setembro de 1901, Pinheiro Machado discursou no Plenário em seu favor. Disse que embora essa não fosse a opção inicial do PRR, Alves era o indicado para “pacificar” a República, contra os inimigos os quais queriam trazer a “anarquia”, prejudicando as instituições. Assim, o seu partido, “num ato patriótico”, teria passado a apoiá-lo. E não precisaria promover sobre ele novas “recomendações”, porque embora vindo do Império, Alves havia “adotado” a República, possuindo “honra” e “dignidade pessoal”, além de “inteligência” e “cultura de espírito”. Por fim, teria realizado um bom trabalho na “pasta da Fazenda” do governo Prudente de Moraes.<sup>309</sup>

Além disso, em 02 de fevereiro desse mesmo ano, meses antes da convenção, portanto, Rodrigues Alves, então presidente do estado de São Paulo, encontrou-se com Pinheiro Machado na capital paulista, em visita comentada pelo jornal “O País”.<sup>310</sup> É possível que os dois já tivessem combinado previamente nesse momento o apoio político à candidatura do primeiro, ou ao menos a possibilidade desse suporte por parte dos membros do PRR, a despeito das declarações de insatisfação de Castilhos sobre tal ação.

Novamente o pragmatismo político de Pinheiro Machado entrou em ação, convencendo Castilhos da importância de apoiar Rodrigues Alves, mesmo que não fosse o candidato ideal para o líder do PRR. Dessa forma, o presidente Campos Sales, um dos arquitetos da candidatura de Alves, acabou por fornecer o auxílio bélico federal ao governo do Rio Grande do Sul frente a uma possível invasão de federalistas. O senador rio-grandense, portanto, parecia sempre disposto a colaborar com os presidentes os quais se sucediam para obter possíveis benefícios. Assim como é possível também

---

<sup>309</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 62-63.

<sup>310</sup> *O País*, p. 01, 02 fev. 1901. RJ. Outro sinal de relações amistosas entre Alves e membros do PRR foi o telegrama contendo elogios seus a Borges de Medeiros, em virtude da inauguração da Exposição Agropecuária e Industrial do Rio Grande do Sul em fevereiro de 1901. O rio-grandense, em resposta, sentindo-se “honrado”, agradeceu aos cumprimentos. Ver: *O País*, p. 01, 28 fev. 1901. RJ.

imaginar que, nesse momento, os partidos republicanos nacionais julgassem o PRR uma força política importante e não desejassem perder o seu apoio em uma corrida presidencial. Desse modo, o acordo entre os republicanos do sul e os apoiadores da candidatura de Alves, incluindo o então presidente da República, foi sacramentado.

Assim, durante todo esse processo, viu-se a presença de uma barganha política: uma troca de favores, entre os membros do PRR, capitaneados por Pinheiro Machado, agindo com habilidade nessa negociação, e o candidato à presidência apoiado por diversas forças políticas do país e também pelo chefe do executivo, o qual desejava eleger um nome de sua preferência.

Nesse cenário, no pleito de 1º de março de 1902, Rodrigues Alves, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), foi eleito (592038 votos), bem como Francisco Silviano de Almeida Brandão do Partido Republicano Mineiro (PRM) para o cargo de vice (563734 votos), ambos com votações expressivas frente aos concorrentes. Brandão, porém, faleceu antes da posse e Afonso Augusto Moreira Pena foi convidado a assumir a vice-presidência, ingressando no posto.<sup>311</sup>

Além disso, durante o novo mandato, apesar de Pinheiro não ter criado o mesmo grau de intimidade que possuía com o antecessor de Alves, manteve com este relações cordiais, promovendo gentilezas. Em 1903, junto de sua esposa, o senador encontrou-se com o presidente, um dia após o aniversário dele, possivelmente tratando-se de uma visita para felicitá-lo pela ocasião. Em outros anos, o rio-grandense também participou das comemorações relativas a essa data.<sup>312</sup> Como já se viu, a manutenção e reforço dessas relações pessoais, inclusive travadas pelo senador e o novo chefe do executivo antes da eleição, tratava-se de um recurso fundamental para se obter sucesso na arena política, e o parlamentar buscava manejá-las com empenho, visando à concretização de seus objetivos.

Ao longo de 1902 e 1903, há uma discussão no Senado a respeito de mudanças no seu regimento interno. Um dos pontos importantes do debate foi um item relacionado às atribuições do vice-presidente da Casa, cargo ocupado naquele momento por Pinheiro Machado, lembrando que o posto máximo, o de presidente, era atrelado ao vice-presidente da República. Pois bem: o presidente da Câmara Alta, um membro do Executivo, só tinha direito ao “voto de qualidade,” ou seja, quando houvesse empate em

---

<sup>311</sup> PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 168-169.

<sup>312</sup> *O País*, p. 01, 09 jul. 1903. RJ. No ano seguinte Pinheiro compareceu a um jantar no palácio presidencial e, em 1905, novamente cumprimentou pessoalmente Alves pela data festiva, celebrada em 07 de julho. Ver: *O País*, p. 01, 08 jul. 1904. RJ. *O País*, p. 01, 08 jul. 1905. RJ.

algum pleito. Foi apresentada uma emenda ao regimento, ao que parece aprovada, na qual o vice-presidente do Senado, substituindo o presidente, teria direito a voto em todas as deliberações, aumentando o seu poder de decisão, entre outros itens.

Contudo, o senador Bernardo de Oliveira Sobrinho, em sua explanação, disse que a partir dos elementos aprovados o papel do presidente tornara-se enfraquecido, pois suas atribuições teriam passado ao seu vice. Sobrinho exemplifica: o vice-presidente do Senado teria o poder de admoestar ou punir algum funcionário do local caso este fosse desrespeitoso com os parlamentares, prerrogativa a qual o presidente da Casa não possuiria. Não é possível inferir se Pinheiro teve participação direta no encaminhamento de tais modificações. De qualquer modo, reforço que algumas dessas mudanças regimentais afetavam diretamente o cargo por ele ocupado naquele momento, aumentando assim seus poderes na Câmara Alta.<sup>313</sup>

Ainda em 1903, uma morte abala as estruturas do PRR. Júlio de Castilhos falece no dia 24 de outubro em Porto Alegre, durante uma cirurgia para a extração de um tumor na garganta. Seu funeral foi um dos maiores eventos cívicos já ocorridos na capital rio-grandense. Borges de Medeiros passa a acumular as funções de presidente do estado e chefe do PRR.<sup>314</sup>

Sobre essa nova configuração política, João Neves da Fontoura, político do PRR, além de diplomata, jornalista e escritor, afirmou em suas memórias que a chefia do partido encabeçada por Borges “constituía, para Pinheiro, um presente caído dos céus. Estava demasiado metropolitano e não se readaptaria a uma longa e indispensável permanência nos pagos.” E o senador teria afirmado a Castilhos, pouco antes de sua morte, por ocasião de uma viagem a Pelotas, que não “lhe faria concorrência”.<sup>315</sup> Assim, infere-se, o general sentia-se confortável para continuar cumprindo suas atividades parlamentares na Capital Federal, onde, como já foi visto, conquistara prestígio.

Há maiores detalhes sobre a partilha do espólio político de Julio de Castilhos, apontados em reportagem acerca de uma reunião na qual participaram Borges de Medeiros, Pinheiro Machado, Fernando Abbot e Cassiano do Nascimento:

O sr. Borges de Medeiros fica investido do poder de chefe político (...). Será figura predominante o Dr. Assis Brasil, que se acha em

---

<sup>313</sup> Ver toda a discussão em: BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 05 de outubro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. p. 578-600. v. 2.

<sup>314</sup> Sobre a morte de Castilhos e a repercussão desse falecimento, ver, entre outras edições do jornal: *A Federação*, p. 01-03, 26 out. 1903. RS. Ver também: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 88.

<sup>315</sup> FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958. p. 20. v. 1.

completo acordo de ideias com os srs. Pinheiro Machado e Cassiano do Nascimento. Este será o chefe regional do sul, com amplos poderes para agir de acordo com o sr. Borges de Medeiros. Toda a região serrana do norte entender-se-á com o senador Pinheiro Machado. A parte oeste cabe ao Dr Fernando Abbot.<sup>316</sup>

Desse modo, entende-se o planejamento de uma ação política partilhada entre figuras predominantes do PRR, e Pinheiro, mesmo sendo o grande mediador do governo sulino com o poder central, continua atuando como uma liderança no âmbito rio-grandense, inclusive ligado a uma área territorial específica. Uma posição importante para apaziguar conflitos, inspirar correligionários, indicar indivíduos a cargos e posições as quais julgasse estratégicas, em comum acordo com Borges de Medeiros.

Sobre a busca da resolução de demandas estaduais, que deveriam contar com o apoio do governo federal, uma delas foi a implementação de melhorias nas vias férreas do Rio Grande do Sul para o transporte de “gado em pé”. Em especial, no trânsito de animais entre as cidades de Rio Grande e Bagé, trecho que careceria de melhores condições. Para tal, foram empreendidos esforços, encabeçados por Pinheiro Machado e o deputado federal Cassiano Nascimento, no intuito de se obter recursos ao projeto. Após negociações, segundo “A Federação”, o “aviso ministerial” não iria tardar, ou seja, a resposta dos ministérios da Fazenda e da Indústria, Viação e Obras Públicas seria positiva. Assim, o periódico aponta que os parlamentares do PRR mereceriam todos os “louvores”, “pelo auspicioso encaminhamento dos interesses industriais e comerciais do Rio Grande do Sul.”<sup>317</sup>

Outra pauta importante para os rio-grandenses foi a discussão sobre o imposto do gado *vacum* vindo do exterior. O estado sulino estava sem a cobrança dessa taxa, de caráter nacional, em virtude da revolução federalista ocorrida anos atrás, a qual trouxe danos sérios à economia da região e praticamente extinguiu os rebanhos locais. A fim de dinamizá-la, incentivou-se a importação de gado platino para ocupar os campos destruídos, abolindo-se naquele ano o imposto desse rebanho que entrava no Rio Grande do Sul. Tal proposta, na época, contou inclusive com o aval de Rodrigues Alves, que ocupara o posto de senador por São Paulo e fora membro da Comissão de Finanças do Senado naquele momento.

Na sessão parlamentar de 22 de dezembro de 1904, na qual o tema geral era o orçamento da receita governamental ao próximo ano, o senador reforçou a importância

---

<sup>316</sup> *O País*, p. 01, 13 mar. 1904. RJ.

<sup>317</sup> *A Federação*, p. 01, 19 dez. 1902. RS.

do restabelecimento do imposto sobre o gado importado pelo Rio Grande do Sul, já aprovado em discussão anterior do Senado, para evitar a compra excessiva de animais do exterior, que prejudicaria, segundo essa tese, o comércio interno dos rebanhos nacionais. Pinheiro apontava uma emenda para a questão, com a anuência de seus colegas de bancada, na qual a taxa sobre o gado bovino estrangeiro seria fixada apenas a partir de 15 de fevereiro do ano seguinte, e assim os compradores rio-grandenses teriam tempo de deslocar os animais para seu estado sem serem prejudicados por esse novo tributo, o que é aprovado.<sup>318</sup> Assim, o parlamentar gaúcho continuava colocando na ordem do dia demandas de interesse do governo do Rio Grande do Sul e/ou de membros da sociedade civil sulina, obtendo sucesso na resolução de tais pautas.

Outro discurso importante de Pinheiro foi na sessão de 21 de novembro de 1905. Como seu mandato senatorial estava finalizando, ele disse desejar a renúncia ao cargo de vice-presidente da Casa para não haver “embaraços de ordem política e constitucional”, mesmo que “ilustres” colegas seus tivessem a intenção de renovar a sua investidura ao posto. A fim de evitar que o próximo ano de trabalhos iniciasse com essa posição vaga, o senador, conluo, esperava a escolha de outro colega para o seu lugar, mudança a qual seria feita através de uma eleição.

Contudo, alguns parlamentares intervieram: Francisco Glicério, então senador por São Paulo, diz que a Câmara Alta perderia com a ausência de Pinheiro, “a quem tão elevadamente, durante tantos anos, dirigiu os trabalhos parlamentares da Casa, mantendo sempre, com correção, a autoridade moral” do Senado. Glicério é apoiado por diversos parlamentares, entre eles Rui Barbosa e Alfredo Ellis, senadores pelos estados da Bahia e São Paulo respectivamente. Os pares acabam por aceitar, com pesar, a renúncia de Pinheiro Machado e se marca a eleição para o novo vice-presidente do Senado no dia posterior, sendo eleito Joaquim Duarte Murtinho, representante do Mato Grosso.<sup>319</sup>

Um grande debate ocorrido no âmbito político foi a respeito do café. Na segunda metade de seu governo, Rodrigues Alves enfrentou uma grave crise econômica

---

<sup>318</sup> SIMON, Pedro (Org.). Imposto sobre gado importado. Sessão parlamentar de 22 de dezembro de 1904. Op. cit., p. 164-166. Há um relato dessa sessão também em: *O País*, p. 01, 25 de dez. 1904. RJ. Acerca da lei aprovada, ver: BRASIL. Lei n. 1313, de 30 de dezembro de 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1313-30-dezembro-1904-612356-publicacaooriginal-135123-pl.html>. Acesso em: 20/11/2017.

<sup>319</sup> Ver: BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 21 e 22 de novembro de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 75-83. v. 4. Em 23 de outubro de 1906, Murtinho pediu “dispensa do cargo”, sendo “substituído pelo senador Rui Barbosa em 25 de outubro de 1906”. Ver: PASSOS, Edilenice. *Mesas Diretoras do Senado Federal (1891-2014)*. Brasília: Senado Federal, 2013. p. 24.



decorrente da superprodução da mercadoria a qual levou à queda dos seus preços, o principal produto brasileiro de exportação.

O diálogo sobre a matéria realmente intensificou-se: políticos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, empenhados na discussão de medidas para o produto, propuseram uma reunião, realizada em 26 de fevereiro de 1906 na cidade de Taubaté (SP), tornando-se conhecida como “Convênio de Taubaté”. O resultado foi a criação de algumas metas, tais quais: o governo federal atuaria na economia “comprando os excedentes” de café, “propiciando assim o equilíbrio entre procura e oferta”; devido à carência de recursos, o “financiamento para essas compras e para a manutenção dos estoques seria realizado, especialmente, com empréstimos estrangeiros”.

Rodrigues Alves não aceitou essas medidas, pois julgava que a intervenção estatal poderia propiciar a desarticulação da política contencionista responsável pela recuperação da credibilidade do país no mercado financeiro internacional (já praticada desde o governo Campos Sales). Além disso, o pagamento dos empréstimos contraídos no exterior para custear outras obras realizadas pela administração federal, ainda que em pequena escala, como melhorias em portos e estradas, sofreria abalos. Com a discordância de Alves, coube ao Congresso o papel mais ativo na pauta.<sup>320</sup>

O chefe do executivo parecia isolado em sua posição. Em 10 de abril de 1906, uma notícia de “A Federação” aponta que em São Paulo, Pinheiro Machado, Jorge Tibiriçá e Campos Sales tiveram “uma demorada conferência, tratando do convênio para valorização do café e fixação da taxa cambial” e “ficaram todos de acordo com as cláusulas” da proposta.<sup>321</sup>

Em “A Federação” consta a seguinte análise do tema, a partir da reprodução de um texto do jornal “A Tribuna do Rio”: o presidente Rodrigues Alves “permitiu que altos funcionários se pronunciassem nos termos mais injustos sobre o convenio e ele próprio manifestou a sua reprovação a esse ato”. Mas houve uma reação: “confiando a Pinheiro Machado a direção dessa campanha, os chefes coligados tacitamente o

---

<sup>320</sup> Além disso, “para solucionar o problema no longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam adotar medidas para diminuir a expansão dos cafezais”. Ver: ROSSINI, Gabriel Almeida. Verbetes Convênio de Taubaté. In: *Dicionário da elite política republicana* (1889-1930). CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>. Acesso em: 15/07/2018. Ver também: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 151.

<sup>321</sup> *A Federação*, p. 02, 10 abri. 1906. RS.

investiram da suprema autoridade nas fileiras republicanas (...). A posição que assume agora (...) é a defesa da produção nacional”.<sup>322</sup>

Segundo o jornal, apesar de Rodrigues Alves manifestar-se contra o projeto, a maioria das forças políticas concordaria com a proposta, a qual seria importante para proteger o principal produto de exportação brasileiro. Pinheiro Machado, inclusive, seria um dos líderes da defesa do Convênio.

O Convênio de Taubaté acabou sendo aprovado por ampla maioria no Congresso Nacional (107 votos a favor e 15 votos contra na Câmara, e 35 votos favoráveis e 06 votos contrários no Senado), transformando-se no Decreto nº 1.489, de 06 de agosto de 1906. Contudo, tais medidas só seriam operacionalizadas na gestão presidencial de Afonso Pena.

Durante o sufrágio da proposta na Câmara Alta, após ter sido recebida da Câmara, em 31 de julho daquele ano, a representação do Rio Grande do Sul votou pela proposição do Convênio com apenas com dois votos (Júlio Frota e Pinheiro Machado), visto que Ramiro Barcelos estava ausente. Os votos contrários ao tema foram de membros das bancadas do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Distrito Federal. A alegação dos vencidos pela resposta negativa foi o fato de ter sido decidido, através de uma questão inicial durante a sessão no Plenário, que o projeto, por ter sido discutido diretamente pelos governadores dos estados, teria se formalizado em matéria da competência dos executivos estaduais e não poderia sofrer emendas e demais modificações por parte dos senadores. Tal ação, alegou-se, “macularia” as bases pelas quais o Convênio foi negociado. Devido ao acordado com a presidência do Senado, ou o projeto era aprovado ou então era rejeitado nas suas bases iniciais. Por não aceitarem esses procedimentos, entre outras divergências postas no debate, tais membros do Parlamento posicionaram-se contrariamente à proposta.<sup>323</sup>

Sobre o exposto neste subcapítulo, visualiza-se que a relação dos integrantes do PRR com a gestão Rodrigues Alves foi marcada por níveis de maior e menor comprometimento político entre as partes. Nesse sentido, com o apoio da bibliografia,

---

<sup>322</sup> *A Federação*, p. 01, 25 abri. 1906. RS.

<sup>323</sup> O decreto aprovado: BRASIL. Decreto nº 1.489, de 06 de agosto de 1906. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>. Acesso em: 20/05/2017. Sobre as discussões e votações: BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 31 de julho de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. p. 194-204. v. 2. O placar dos votantes da pauta do Convênio na Câmara consta no texto de Gabriel Rossini, já aqui referido. Contudo, acerca dos números relativos ao escrutínio no Senado, dirirjo do autor, trazendo as informações assinaladas na ata da sessão supracitada.

além da análise de fontes, como os debates de Pinheiro Machado no Senado, traz-se elementos importantes para a compreensão desses eventos.

Primeiro, confirma-se o apoio à Rodrigues Alves em troca de suporte militar do governo federal (ainda sob a gestão Campos Sales) contra a possível invasão federalista. Posteriormente, outra preocupação dos republicanos do sul foi a questão do charque: passado o período pós-guerra no estado, esse produto, o principal da sua economia, estava supostamente em condições de abastecer o mercado brasileiro e os rio-grandenses almejavam que fosse novamente estabelecido o imposto sobre o concorrente do exterior, valorizando assim a produção local. Essa medida foi encaminhada para a Comissão de Finanças do Senado e aprovada, assim como posteriormente no plenário daquela Casa.

Acerca da discussão do Convênio de Taubaté, Pinheiro Machado empreendeu esforços para a proposta ser admitida, apesar de estar consciente que era desaprovada por Rodrigues Alves. O presidente julgava que essa política de valorização do café, a qual incluía a compra de sacas excedentes do produto pelo governo federal e cujos recursos para bancar essa aquisição adviriam de empréstimos contraídos no exterior, prejudicaria o orçamento da União e a sua política geral de austeridade, já implementada desde a gestão Campos Sales. Contudo, o governo foi vencido, pela força da maioria dos correligionários dos partidos republicanos dos estados, e assim, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, principais interessados no tema, fizeram valer seus desejos no sufrágio do projeto no Congresso. A bancada do PRR também votou em favor da proposta, com Pinheiro manifestando-se a partir o mote da defesa da “produção nacional”. Mesmo ciente que as metas do Convênio desagradavam ao presidente, o senador, creio, deve ter também avaliado estar o poder de resolução dessa pauta nas mãos do legislativo e não do chefe do executivo.

Dessa forma, viu-se que os membros do Partido Republicano Rio-Grandense apoiaram a gestão de Rodrigues Alves por interesses pontuais os quais foram surgindo ao longo do mandato presidencial e assim tiveram suas principais demandas atendidas. E quando Pinheiro considerou que a capacidade de decisão estava maior concentrada no Congresso, como no caso do Convênio de Taubaté, colocou-se ao lado das “máquinas” políticas estaduais vigentes, tradicionais desde o início da República.

\*\*\*

Ao longo deste segundo capítulo foi visto que os membros do PRR, à frente do governo do Rio Grande do Sul desde o início da República, passaram a ganhar maior espaço na política nacional durante os mandatos dos presidentes Campos Sales e Rodrigues Alves. Para tal, foram fundamentais as ações arquitetadas por Pinheiro Machado, o qual, por seu turno, também adquiriu grande exposição no Senado Federal, onde se tornou um dos seus líderes. Um líder de “direito”, pelo seu cargo (vice-presidente da Casa) e, igualmente, de “fato”, demonstrando qualidades de um hábil articulador na concretização de determinadas demandas políticas.

Após a eleição de Campos Sales e a sua subsequente gestão, com a implantação “da política dos estados”, manteve-se uma relação sólida entre os representantes dos governos estaduais, como os do Rio Grande do Sul, e os integrantes do governo federal, na forma de auxílios recíprocos. Pinheiro Machado, nesse sentido, foi um competente mediador, conectando os interesses dos correligionários do PRR aos do presidente da República. Na base importante dessa ação, estava um consistente apoio parlamentar da bancada sulina, tanto dos deputados como dos senadores, às propostas do chefe do executivo nacional.

Nesse cenário, partidários das forças políticas estaduais buscavam estabelecer uma boa conexão com a gestão presidencial a fim de atenderem pautas regionais específicas, e porque não, atingirem proeminência pessoal, em uma verdadeira disputa entre potenciais mediadores. Contudo, é visível o fato de nem todos conseguirem obter esse *status*, ao contrário daqueles os quais se sobressaíram, concretizando demandas e acumulando prestígio na esfera política.

Pinheiro Machado pertence ao segundo grupo. Nessas tratativas entre participantes do jogo político, em eventos privados, ele obteve comunicação direta com presidentes e mobilizava parlamentares, o que demonstra a qualidade de seus contatos, os quais se expandiram em relação a momentos anteriores.

Portanto, no governo Campos Sales, nas questões trazidas por Pinheiro ao debate público e para as quais obteve resoluções satisfatórias, mostrou-se um tipo de negociação que incluía acordos nos bastidores, certamente levando em conta o grau de relações pessoais entre os envolvidos, trocando-se favores mutuamente.

Compreendeu-se que o tom belicoso da conexão entre o governo do PRR com antigo presidente, Prudente de Moraes, se extinguiu. Campos Sales, com o seu desejo de uma conjunção política de harmonia, sobre os rio-grandenses isso se refletiu em uma dinâmica de prestação mútua de favores que representavam essa espécie de pacto. A

mobilização partidária seria pequena, devido a essa ligação direta e pessoal entre os agentes políticos.

Pinheiro proveu suporte ao presidente. Em casos nos quais inclusive havia denúncias de irregularidades acerca da sua gestão, o senador defendeu Sales e seus ministros, bem como nas propostas fiscais lançadas pelo governo.

Além disso, nas pautas de interesse do governo do PRR que o senador gaúcho apresentava, as quais estavam sujeitas a um acerto com o executivo federal e o Congresso, exemplificando: a remoção de militares considerados “adversários” do governo estadual de funções no Rio Grande do Sul; a reabertura de uma aduana em Santana do Livramento; a demissão do supervisor da obra da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana; a indicação de apaniguados de Castilhos em postos públicos; o incremento salarial dos trabalhadores dos Correios rio-grandense; o alcance do cargo de vice-presidente da Câmara Alta, estavam conectadas duas esferas, a institucional, própria de um político o qual representa os interesses de determinada região na discussão pública, mas também a “mundana”, de favores recíprocos, do patronato cruzado, além da presença do clientelismo. O manejo de recursos provenientes dessa interligação de áreas por parte de Pinheiro fortalece progressivamente o seu papel como mediador, incrementado pelas suas funções importantes de dirigente – ele tornou-se o responsável pela Comissão Verificadora de Poderes, órgão que tinha ação fundamental no resultado das eleições.

Pinheiro definitivamente estava junto ao poder e dele usufruía. Além da concretização das demandas as quais apresentava e o alcance do cargo importante de vice-presidente do Senado, outro fator que demonstra tal assertiva são os chistes e artigos de jornais colocando-o como um político de certa notoriedade, participe das decisões nacionais, tais quais os relatos de memórias de personagens da época que levam a crer nessa conformação de “liderança” do senador. Ou seja, ele começava a fazer parte de um grupo seletivo na esfera política, o dos grandes mediadores, cujos membros eram capazes de atuar de forma mais incisiva no debate das questões consideradas relevantes ao país.

Desse modo, se inicialmente houve resistência por parte de Castilhos à chamada “política dos estados” de Campos Sales, a qual incluía a tentativa de controle do processo eleitoral, à medida que Pinheiro progressivamente vai construindo uma relação pessoal estreita com o presidente da República, as críticas por parte do líder do PRR ao chefe do executivo nacional findam.

No processo sucessório de Rodrigues Alves, Júlio de Castilhos mostrou inicialmente descontentamento em virtude dessa candidatura, com argumentos já colocados anteriormente – Alves não ser considerado um republicano histórico, além da possibilidade de novamente um presidente indicar seu sucessor. Independente dessas premissas, parece claro que o chefe do PRR desejava evitar a ação do PRP de impulsionar para o Palácio do Catete mais uma vez alguém das suas fileiras.

Porém, com integrantes dos grandes partidos regionais apoiando de forma consensual Rodrigues Alves, Pinheiro Machado persuadiu o líder do PRR a manifestar oficialmente suporte a esse candidato no pleito nacional, o que foi realizado pelos membros da agremiação sulina na convenção republicana a qual celebrou o nome do paulista. Fator importante para tal foi a possibilidade de um reinício da Revolução Federalista, e assim o governo do Rio Grande do Sul necessitaria de apoio bélico da União no conflito, tratativa intermediada pelo senador. Assim, Campos Sales forneceu armas sob a condição praticamente explícita de apoio a seu possível sucessor, que de fato foi o vencedor da corrida presidencial de 1902. Essa negociação encabeçada por Pinheiro Machado junto ao presidente tratou-se, portanto, de uma troca de favores, na qual certamente pesou a boa relação pessoal entre o senador rio-grandense e o então mandatário nacional para que fosse concretizada.

Com a eleição de Rodrigues Alves, a palavra a qual bem caberia na relação entre os governos do Rio Grande do Sul e o federal foi “continuidade”. Percebe-se que não houve o grau de “intimidade” anteriormente obtido entre Pinheiro Machado e o chefe do executivo nacional na nova administração estatal. Contudo, mais uma vez o senador buscou estabelecer boas relações com o presidente recém-eleito em virtude da necessidade de auxílio do governo federal na resolução de demandas específicas do grupo o qual dirigia o estado sulino, o que foi obtido com sucesso.

Uma pauta importante aos rio-grandenses foi a questão da valorização do gado *vacum*, principal produto econômico rio-grandense, por meio de duas medidas. A primeira delas referiu-se à obtenção de recursos visando à melhoria de estradas de ferro para o transporte desses animais nas regiões do Rio Grande do Sul, providência atendida pelo governo federal por meio do orçamento da União. A outra foi o restabelecimento do imposto sobre bovinos vindos do exterior ao estado sulino, ação aprovada pelo Congresso. Nos dois casos, os parlamentares federais do PRR atuaram nas negociações, com destaque para o deputado Cassiano do Nascimento e o senador Pinheiro Machado.

Já sobre as resoluções do Convênio de Taubaté, as quais, parecia claro, o presidente não obteria êxito em barrá-las, Pinheiro participou de forma ativa nos debates, e, junto com os seus colegas de bancada e a grande maioria no Parlamento, aprovou a proposta, colocando-se contra o presidente o qual, inclusive, encerraria seu mandato em breve. Desse modo, viu-se que os membros do PRR, liderados por Pinheiro, apoiaram a gestão de Alves por interesses pontuais surgidos ao longo do período.

Foi visto no decorrer do capítulo que o jogo de barganha política o qual Pinheiro arquitetava e executava em mandatos presidenciais anteriores continuou durante as gestões de Campos Sales e Rodrigues Alves. Isso mostra que as relações pessoalizadas culminavam em trocas de favores e promessas de benefícios mútuos dentro da esfera política e eram recursos de altíssimo valor para se obter sucesso nela. Pinheiro Machado, como se visualizou, manejava tais expedientes com maestria, no seu projeto de atender as demandas do PRR o qual também resultava na sua expoência política.

## CAPÍTULO III

### Momentos de Apogeu e Declínio de uma Liderança no Jogo Político

Todavia, à raiva se acrescenta o medo. Quando falava em punhalada nas costas, *Dalla Piccola* talvez pretendesse usar metáforas, mas *Lagrange* tinha sido claro: no universo dos serviços, quando alguém se demonstra incômodo, some-se com ele. Imagine-se um colaborador que se torna publicamente inconfiável porque vende rebotinho ficcional como informação reservada (...) quem quer tê-lo nos calcanhares? Uma facada e pronto, lá vai o sujeito boiar no Sena.

Umberto Eco, *O Cemitério de Praga*

Ao longo deste capítulo será mostrado como Pinheiro Machado passou de uma figura importante, que entre outras ações provia de suporte determinados candidatos à chefia do executivo nacional, ao patamar de um personagem decisivo nas eleições e gestões presidenciais seguintes, até um momento de sua instabilidade no jogo político e a ocorrência de sua morte em 1915.

O senador do Rio Grande do Sul figurou destacadamente nas manobras da sucessão para a eleição de 1906, quando se tornou participante essencial na corrida eleitoral. Nessa disputa e no subsequente governo de Afonso Pena, montou um grupo de apoio a ele, chamado “Bloco” ou “Coligação”, visando influenciar as suas decisões. Porém, tal associação política teve que dividir a atenção do presidente com um agrupamento antagônico, conhecido como “Jardim da Infância”, ávido por também obter espaço na gestão de Pena. Assim, os dois núcleos buscaram benefícios, em um certo equilíbrio de forças o qual o chefe do executivo nacional procurou manter ao longo da sua gestão.

Na eleição e posterior governo de Hermes da Fonseca, iniciado em 1910, Pinheiro Machado obteve o seu apogeu como mediador, alcançando não só proeminência durante a campanha eleitoral - previamente costurando acordos entre forças políticas para impulsionar o nome do militar rio-grandense - como em seguida foi considerado o grande articulador político do governo, envolvido nas negociações partidárias, enquanto o presidente supostamente almejava apenas atuar como um “administrador” do Estado brasileiro. Assim, também os correligionários do PRR



adquiriram visibilidade, participando mais ativamente das pastas ministeriais e em posições no Congresso Nacional.

Ao final de uma gestão marcada por grandes divisões, iniciadas já na própria campanha eleitoral, Pinheiro Machado acabou por se desgastar, sofrendo ataques de seus pares e também de membros da imprensa, o qual o caracterizavam um dos grandes “males” que “solapavam” o “regime republicano” do Brasil.

Desse modo, na próxima eleição à presidência Pinheiro teve problemas, pois não conseguiu projetar um candidato o qual ele fosse o grande patrocinador, embora os membros do PRR tenham, em meio à campanha, apoiado o nome vencedor, Venceslau Brás. E durante esse governo, o senador rio-grandense nem de longe teve a mesma força para promover suas ações políticas, em virtude, por exemplo, do seu relativo isolamento do chefe do executivo. Um evento acaba marcando o fim de sua trajetória: seu assassinato, em 08 de setembro de 1915.

Em um cenário no qual a barganha política, nas conversas de bastidores, era elemento indissociável do seu funcionamento, esse mesmo expediente utilizado por Pinheiro para alcançar e se manter no poder, em determinado período, também foi empregado por outros “*players*” que o enfraqueceram politicamente, até a ocorrência da sua morte.

### **3.1 O Governo de Afonso Pena (1906-1909)**

O progressivo canal de comunicação aberto pelo senador Pinheiro Machado ao longo de sua atuação no Parlamento e junto aos chefes do executivo federal contribuiu para que os membros do PRR almejassem uma participação ainda maior no cenário político nacional. Além disso, os republicanos de Minas Gerais “não pareciam dispostos a aceitar mais um paulista (o quarto) no poder”. A sucessão de 1906, portanto, “foi a primeira em que o problema da corrida presidencial teve de ser resolvido mediante negociações labirínticas”, a fim de se lançar, ao menos em teoria, o candidato da “unidade”, método dos grupos políticos o qual era de praxe nas eleições anteriores.

O primeiro nome a surgir para a eleição foi o do vice-presidente Afonso Pena, de Minas Gerais, que em 1904 era uma indicação aceita por Rodrigues Alves. No ano seguinte, entretanto, o Partido Republicano Paulista (PRP) sugeriu o político Bernardino de Campos, o qual fora Ministro da Fazenda e, posteriormente, presidente do estado de

São Paulo. Alves então passou a apoiar Bernardino, considerado um “administrador” que daria prosseguimento à política de austeridade financeira iniciada em 1898.

Pinheiro Machado, nesse momento, tentou “dividir” os paulistas sondando junto a seus pares o nome do ex-presidente Campos Sales como concorrente. Em junho, o senador auxiliou a convencer os membros do Partido Republicano Mineiro (PRM), cuja liderança mais expressiva era Francisco Sales, a “rejeitar Bernardino de Campos”, apesar do dissabor de Alves, conforme transmitiu seu irmão, o deputado Ângelo Pinheiro Machado, a Borges de Medeiros.<sup>324</sup>

Nesse cenário, há uma carta, de 15 de março de 1905, do presidente da República, Rodrigues Alves, para Afonso Pena, vice-presidente, na qual afirma que Pinheiro Machado promovia “agitações” políticas “intempestivas”. Por seu turno, Campos Sales só seria candidato, segundo o remetente, se houvesse uma grande aclamação nacional em torno de seu nome.<sup>325</sup>

Contudo, o resultado aguardado por Pinheiro ocorreu. Uma dissidência de integrantes do PRP direcionou seu apoio a Campos Sales, o qual seria inimigo político de Bernardino Campos. Assim, o lançamento dessa nova candidatura passou a ser ventilado na imprensa.<sup>326</sup>

Não é possível saber se Pinheiro Machado desejava apoiar verdadeiramente Campos Sales ou se a ideia com a menção a tal nome era apenas dividir as forças do PRP e depois cerrar fileiras em torno de outro candidato. Em uma carta de 07 de maio de 1905, Davi Campista, deputado federal, relata a Afonso Pena o “almoço” ocorrido com Pinheiro Machado no qual discorreram sobre as possíveis candidaturas presidenciais: “deu-me a sua palavra (*Pinheiro*) que falava de alma aberta (...) E assim me pareceu. Declarou que era absolutamente falso que houvesse levantado a candidatura Campos Sales a fim de opô-la a sua (*Afonso Pena*).” Campista continua: “E se Rodrigues Alves houvesse aceito o seu nome (*Pena*) em vez de Bernardino, ele, Pinheiro, estaria desarmado (sic). (...) Que não seria adversário do seu governo (*Pena*)”. Por fim, “não devia favores” (*Pinheiro*) a Campos Sales.<sup>327</sup>

Por outro lado, em 13 de maio de 1905, Pinheiro Machado responde a um telegrama dos estudantes da “Mocidade Acadêmica”, agradecendo a atuação “solidária”

---

<sup>324</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 148-149.

<sup>325</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.17. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.17/21. Data: 15/03/1905.

<sup>326</sup> Ver, por exemplo: *A Federação*, p. 01, 15 jun. 1905. RS.

<sup>327</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.19. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.19/16. Data: 07/05/1905.

do grupo na “campanha em prol dignificação instituições republicanas” (sic) e no “livre pronunciamento da vontade nacional” em torno da candidatura de Campos Sales. Compartilhando de tais ideais, ele entendia essa ação como “intérprete” dos “sentimentos” da “maioria” do “povo brasileiro”.<sup>328</sup>

Isso mostra que o senador continua alternando posições a respeito da possibilidade do político paulista concorrer novamente à presidência. Para Viscardi, Pinheiro “complicava” as corridas presidenciais propondo várias pessoas, e assim diluía o poder de lideranças políticas e dos próprios indicados, o que ocorreria nessa eleição e nos pleitos nacionais posteriores. Assim, creio, em meio a um desgastante impasse, fomentado muitas vezes pelo próprio parlamentar, o senador poderia apresentar uma solução definitiva a qual, se aceita, reforçaria o seu poder e prestígio, ao atuar como um “pacificador” político.

Ainda segundo a autora, Campos Sales havia comunicado ao senador a sua desistência do pleito nacional no mês de março de 1905. Naquela ocasião, Pinheiro teria recebido do primeiro o pedido para reter a informação, só a divulgando em momento oportuno, em novos arranjos políticos. Tal situação ocorreu, pois como visto, em maio, Pinheiro ainda acenava em seu discurso com a possibilidade dessa candidatura. É possível imaginar esse diálogo, visto que o ex-presidente e o senador rio-grandense possuíam boas relações pessoais, construídas desde a gestão presidencial do primeiro.

Por fim, Viscardi conclui que a desistência de Sales teria se dado em função do “comprometimento” irrestrito de parte do “situacionismo paulista com a candidatura de Bernardino de Campos”.<sup>329</sup> Nessa linha de raciocínio, ele não desejaria que membros do PRP ligados a Bernardino soubessem de sua abdicação da candidatura, visando enfraquecê-los, e tal atitude deve ter soado como “música” para os ouvidos de Pinheiro Machado, o qual poderia continuar “jogando” politicamente a respeito de nomes para a eleição.

Sem candidato próprio, os rio-grandenses tinham como possibilidade imediata aproximarem-se de algum nome mineiro ou do senador Rui Barbosa, um dos mais tradicionais políticos da Bahia. Contudo, os republicanos sulinos julgaram que o postulante baiano não reunia muito apoio nem mesmo em seu estado de origem. O Partido Republicano da Bahia (PRB), durante todo o período da Primeira República,

---

<sup>328</sup> CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas (GV). Série: c – Correspondência. Classificação: GV c 1905.05.13. Data: 13/05/1905.

<sup>329</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 84; 89-90.

caracterizou-se pela fragmentação, dividido em grupos os quais não raro tornavam-se, devido à disputa de seus líderes, facções opostas dentro da mesma agremiação. E o agrupamento de Rui Barbosa dispunha de apoio, levando em conta os prefeitos eleitos naquele estado, de apenas 1/3 dos municípios. Além disso, em termos gerais, os membros do PRR acreditavam que a força do PRB seria nesse momento inferior a do PRM em função do tamanho menor da sua bancada no Congresso Nacional, além do seu possível quadro de “presidenciáveis”.

Rui Barbosa, apesar de ser um político prestigiado, tendo alcançado inúmeros cargos no executivo e no legislativo ao longo de sua carreira, não conseguiu mobilizar consenso, nota-se, em torno de seu nome nessa eleição. Assim, Pinheiro dispôs-se, inicialmente, a construir uma negociação com os republicanos de Minas Gerais, em busca de um alinhamento mútuo.<sup>330</sup>

Desse modo, a iniciativa dos republicanos rio-grandenses em se aliar aos políticos mineiros foi resultante da desistência de Campos Sales em concorrer à presidência, informação já sabida pelos membros do PRR, mas que só veio à tona em junho. Aos integrantes dessa agremiação não interessaria nenhum candidato indicado por Rodrigues Alves e seus apoiadores, o qual, se eleito, manteria a correlação de forças em andamento, relegando-os a um papel secundário na esfera política nacional. Assim, nesse ínterim, Pinheiro Machado procurou costurar uma possível aliança junto aos republicanos de Minas Gerais.

Os partidários do PRM, “a esta altura, não tinham ainda tomado decisão”, embora estivessem inclinados a indicar membros do próprio partido, como Afonso Pena. Este “também desfrutava do apoio” do maior líder político de Pernambuco, o senador Francisco Rosa e Silva.<sup>331</sup>

Contudo, parte do PRM, sob o aval de Francisco Sales, previa igualmente a possibilidade de apoiar o candidato dos republicanos de São Paulo, Bernardino Campos. Como assinala Viscardi, “sabendo que a composição de uma aliança mineiro-paulista passaria necessariamente pela exclusão de seu nome, Pena recusava a alternativa que lhe foi oferecida pelo situacionismo mineiro”. Ele, após conversas com os rio-grandenses, sentia-se tentado a disputar a corrida presidencial, querendo opor-se à visão

---

<sup>330</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 90. Sobre disputas políticas na Bahia, ver: SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFBA. Salvador, 2009. Acerca de Rui Barbosa, além de não obter apoio para se lançar candidato à presidência em 1906, perdeu as eleições na disputa desse cargo em 1910 e 1919.

<sup>331</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 149.

do agrupamento de Francisco Sales e exigir dos políticos do PRM um maior combate em relação às facções do PRP.<sup>332</sup>

A adesão dos republicanos da Bahia em um possível pacto vinculado aos políticos de Minas Gerais e os do Rio Grande do Sul, com a supressão do nome de Rui Barbosa, começou a ser disseminada no final de junho, por iniciativa de Antônio Azeredo, senador pelo Mato Grosso do Sul e amigo de Pinheiro Machado. O compromisso de apoio do PRB foi completado pela concordância de Campos Sales à candidatura de Pena, pondo término aos eventuais acordos nos quais ele, Sales, estaria firmando com os paulistas para lançar seu próprio nome no pleito.<sup>333</sup>

Nesse momento, Joaquim Bias Fortes, membro do PRM, diz a Pinheiro Machado que deveria haver um entendimento com os políticos de Minas Gerais – quais fossem, os integrantes do referido partido e o governador daquele estado. Mas acreditava ver logo rio-grandenses e mineiros juntos em torno do candidato republicano “escolhido dentre os que são apresentados à opinião nacional”.<sup>334</sup> Pelos indícios mostrados, é possível inferir a propensão dos componentes do PRR a apoiar o nome de Pena na sucessão presidencial.

Contudo, houve momentos de desavenças entre os diversos políticos envolvidos nessa candidatura: em uma carta de Feliciano Augusto de Oliveira Pena ao seu cunhado, Afonso Pena, em 11 de agosto de 1905, ele transmite a sugestão de Pinheiro Machado para que o destinatário visite Rui Barbosa e resolva um desentendimento relacionado a um artigo no periódico “Tribuna”, o qual dizia que o baiano “não é presidente porque aquele (*Pinheiro*) não quer”. Rui teria ficado enfurecido, “excitado” também por seus amigos.<sup>335</sup>

Mas as arestas foram aparadas: em 28 de agosto, por meio de correspondência do parlamentar rio-grandense a Afonso Pena, ele comunica a elaboração do manifesto de lançamento da candidatura do mineiro por Rui Barbosa, o qual já estava assinado pelos senadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Bahia e Paraná; afirma que no dia seguinte o documento ganharia novas adesões, incluindo também os deputados federais, pois seria enviado à Câmara;

---

<sup>332</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 91.

<sup>333</sup> Ibid., p. 93-94.

<sup>334</sup> IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10741. Data: 04/05/1905. Carta Anexa.

<sup>335</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.24. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.24/21. Data: 11/08/1905 (provável).

por fim, felicita o candidato pelo “belo e patriótico” discurso pronunciado em Belo Horizonte.<sup>336</sup>

Ou seja, apesar de possíveis brigas, a coligação entre mineiros, baianos e rio-grandenses havia tomado forma definitivamente. Estava colocada, formalmente, a frente de apoio a Pena, a qual passou a ser conhecida como “Bloco” ou “Coligação”. Em 03 de setembro, por meio de telegrama de Pinheiro Machado ao candidato, é dito o seguinte: “situação firme, Coligação cada vez mais prestigiada, mantendo inalterável propósito amparar poderes constituintes”.<sup>337</sup>

Em torno dessas disputas, podem-se tecer algumas conclusões. Sobre a primeira delas, em um cenário político cheio de reviravoltas, a partir de determinado momento, os republicanos de Minas Gerais, conforme aponta Viscardi, parafraseando Castro, abriram mão de sua habitual postura “de boiada”, observada nos processos sucessórios anteriores, para obterem maior protagonismo político.<sup>338</sup> E tal ação só foi possível, entre outros fatores, pela influência dos movimentos de Pinheiro Machado, como se observa.

Nota-se igualmente o enfraquecimento da “máquina” política paulista nessa corrida presidencial. A abdicação de concorrer por parte de Campos Sales estreitou os laços dos integrantes do PRR com o candidato de Minas Gerais, fortalecendo-o em sua “disputa interna” pelo apoio dos políticos dessa unidade federativa.<sup>339</sup>

E por fim, Pinheiro Machado surge como um importante articulador de alianças nesse pleito presidencial, através de algumas manobras. Propositadamente, omite a informação a qual Campos Sales não concorreria nas eleições, para facções políticas de São Paulo imaginarem que ainda poderiam contar com essa possibilidade, enfraquecendo assim a posição deles; procura extinguir qualquer desavença pessoal entre ele e Rui Barbosa, político de renome naquele cenário, solicitando a Pena que servisse como intermediário nessa questão e assim garantindo o nome forte do baiano no intuito de manter os planos da comunhão política em torno do mineiro; congrega a maioria dos parlamentares do Congresso, certamente em acordo com os partidos que

---

<sup>336</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/81. Data: 28/08/1905. Segundo Viscardi, também houve apoio de políticos do Amazonas ao manifesto. Ver: VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 94.

<sup>337</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/78. Data: 03/09/1905.

<sup>338</sup> CASTRO, Sertório de. Apud VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 95.

<sup>339</sup> Ibid., p. 92.

representavam, para apoiar Pena à presidência da República, o qual acaba por alcançar previamente um grande favoritismo.

Sabendo do pacto realizado entre políticos de outros estados, sem contar com aqueles de São Paulo, Francisco Glicério viu o claro sinal da derrota do candidato paulista. Desse modo, buscou articular junto a Pinheiro Machado a retomada do nome de Campos Sales, dizendo ter a garantia do apoio de Rodrigues Alves à retirada da indicação de Bernardino de Campos, proposta para a qual não obteve sucesso. Em 15 de agosto, este se afastou da corrida presidencial, e os paulistas passaram a ensejar apoio a Afonso Pena.

O ingresso dos políticos de São Paulo ao acordo, porém, não foi bem aceito pelos integrantes da Coligação. Rui Barbosa chegou a afirmar, em carta endereçada a Pinheiro Machado, que tal apoio paulista era incompatível “em motivos e natureza”. Além disso, não houve consenso por parte dos membros do PRP em assinar o manifesto político do candidato de Minas Gerais, o que certamente dificultava a aproximação da agremiação com a Coligação.

Segundo Viscardi, após o exame desses acontecimentos, percebe-se claramente que o aceite dos integrantes do PRP ao nome “Afonso Pena”, além de tardio, não era de fato aspirado por eles. A intenção dos paulistas era a de continuar com o controle da presidência e só se afastaram desse desejo por terem sido derrotados por um pacto “entre pequenos, médios e grandes estados”. Contudo, ao se estar na oposição corria-se um “risco” de enfraquecimento político e apoiar Pena foi considerado então um “mal menor”. Desse modo, o suporte “oficial” do PRP a Pena ocorreu na metade do mês de setembro.<sup>340</sup>

O lançamento da candidatura de Afonso Pena, por Pinheiro e seus partidários, representava um claro distanciamento da “visão teórica” adotada pelos rio-grandenses em eleições anteriores. Assim como o então presidente Rodrigues Alves, Pena tinha sido Conselheiro do Império e aderido à República posteriormente, e apesar disso “Pinheiro não lançou em 1905 aquele brado de restauração que Castilhos proferira em 1901”.<sup>341</sup> Mostra-se mais uma vez que a argumentação política de quem seria o candidato com “maior grau de republicanismo” possivelmente sempre se tratou de um fator retórico para, na realidade, os integrantes do partido sulino defenderem de forma

---

<sup>340</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 95-97.

<sup>341</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 149.

mais pragmática um candidato que em tese proporcionaria uma relação harmônica entre o governo do PRR e o governo federal.

Em 1906, também haveria eleições para senadores (renovação de 1 vaga) e deputados federais, a serem realizadas dia 30 de janeiro. Nesse mês, consta em “O País” que Ângelo Pinheiro Machado (irmão do senador Pinheiro) e Vitorino Monteiro, deputados federais pelo PRR, seguiram para Uruguaiana a fim de promoverem a propaganda das candidaturas dos membros do seu partido.<sup>342</sup>

No dia 06 de janeiro, houve uma convenção do PRR no Clube Júlio de Castilhos (em Porto Alegre) na qual foi aclamada a chapa de parlamentares que concorreria ao pleito. Para senador, o nome escolhido foi o de José Gomes Pinheiro Machado. Interessante notar a fala de Marcos de Andrade, membro do partido o qual estava presidindo a reunião, afirmando que os republicanos “tinham o dever cívico de dar combate, em toda linha, ao adversário”.<sup>343</sup> Ou seja, o fato dos parlamentares viajarem até as suas bases eleitorais para fazerem campanha, somado com o teor do discurso de Andrade, reforçam a ideia a qual haveria, de fato, disputa, e a vitória dos integrantes da agremiação no pleito não era um dado *a priori*.<sup>344</sup> Pinheiro foi vencedor na eleição computando 39767 votos, e seu principal adversário, Aureliano Pinto Barbosa, dissidente do PRR e então membro do Partido Federalista, obteve 10429 sufrágios.<sup>345</sup>

O destaque de Pinheiro Machado, portanto, materializava-se em sua atuação nas questões da sucessão presidencial, mas também na sua própria eleição para senador, ocorrida com sucesso, onde se reforçava a ligação do plano político nacional e o estadual, por meio das suas ações e de seu grupo familiar, baseadas principalmente em relações de reciprocidade e práticas clientelísticas, como já visto.

Há outro exemplo ilustrativo desses mecanismos: em 1906 popularizou-se a “marchinha” “Pega na Chaleira”, de Eduardo das Neves, em referência ao senador que dizia o seguinte: “neste século de progresso, nesta terra interesseira, tem feito grande sucesso o tal pega na chaleira”. Os versos surgiram a partir do boato de que correligionários e/ou membros em geral da comunidade, desejosos da atenção de Pinheiro para algum pedido, chegariam a disputar a oportunidade de checar se a água necessária às rodas de chimarrão promovidas pelo senador em sua residência, no Morro

---

<sup>342</sup> *O País*, p. 03, 25 jan. 1906. RJ.

<sup>343</sup> *A Federação*, p. 02, 06 jan. 1906. RS.

<sup>344</sup> Argumentação já colocada por Cláudia Viscardi a respeito do processo eleitoral no período republicano. Ver página n. 71 da tese e nota de rodapé n. 193.

<sup>345</sup> *A Federação*, p. 03, 15 mar. 1906. RS.



da Graça, já estava quente e, portanto, pronta para o “mate”. Então, “pegar na chaleira” e “chaleirar” virou piada, ironizando o grupo de “pedintes” os quais rogavam a Pinheiro as mais diversas benesses, como por exemplo, a possibilidade de ocupações na burocracia estatal.<sup>346</sup>

Voltando à discussão do pleito presidencial, em 01 de março de 1906 Afonso Pena é eleito com 288.285 votos, derrotando como adversário principal Lauro Sodré, natural do Pará, o qual obteve 4865 sufrágios. Na disputa para vice-presidente, Nilo Peçanha é eleito também de forma incontestada com 272.529 votos, sendo que nenhum dos seus concorrentes alcançou ao menos mil dos sufrágios apurados.<sup>347</sup>

A partir da vitória de Pena, os membros do Bloco decidiram cobrar o apoio dado ao governo que se formava. Isso não passa despercebido nos membros da imprensa, conforme uma historieta apresentada por dois personagens em abril de 1906 no jornal “O País”.

- Para mim, quem tem procedido bem nesta história de ministério e ministros do Pena é o sr. Pinheiro Machado.

- Como tem procedido bem?

-Recusando firmemente em servir de intermediário entre certos pretendentes e o presidente eleito.

-Então não é verdade que tenha indicado já ministros ao Pena?

-Não senhor.

-Pois o que corria era exatamente o contrário. (...) E pode-se saber por que fala com tanta segurança?

-Eu lhe conto: uma ocasião, conversando-se sobre o futuro ministério, em uma roda em que esteve o Pena e o Pinheiro, este declarou bruscamente... (...) que se fosse ele o Pena, julgar-se-ia melindrado se lhe quisessem indicar um ministro para qualquer pasta, pois achava que, sendo a responsabilidade do governo exclusiva do presidente, só ao mesmo competia fazer a seleção dos auxiliares. (...) E foi mais

---

<sup>346</sup> SILVA, André Diniz da. *Almanaque do Samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 31.

<sup>347</sup> PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 170. Além disso, no pleito estadual rio-grandense de 1907, Carlos Barbosa Gonçalves foi escolhido como o candidato do PRR, em disputa com uma dissidência da agremiação encabeçada por Fernando Abbott e Joaquim de Assis Brasil, os quais haviam fundado o Partido Republicano Democrático (PRD). Gonçalves derrotou Abbot na eleição e iniciou seu mandato em 1908. Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 89-90. E também: MOREIRA, Regina da Luz. Verbete BRASIL, Assis. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20\(emb.\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.).pdf). Acesso em: 15/07/2017.

adiante: declarou peremptoriamente que jamais seria capaz de semelhante leviandade!

- De modo que é tudo mentira o que se tem dito sobre a intervenção do chefe da Coligação nas palestras preliminares para a composição do futuro governo?

- Tudo falso! E isso mesmo o confirmou o Pena (...).<sup>348</sup>

O jornal “O País” nesse momento costumava exaltar a figura de Pinheiro e o diálogo fictício, a principio, demonstraria que o senador não estaria envolvido em nenhuma negociação no mundo político. Contudo, como tais tiras jornalísticas por vezes possuíam um traço irônico, e a partir da enumeração de tantos detalhes de costuras políticas as quais o parlamentar talvez estivesse participando, acabo por concluir que a ideia expressa na conversa era a oposta. Ou seja, o texto possibilita o entendimento o qual Pinheiro estaria, pelo contrário, inserindo-se ativamente nos diálogos para a composição do governo do presidente recém-eleito, algo que ocorreu, como será visto a seguir. Além disso, o fato de seu nome gravitar nesse tipo de pauta pela imprensa evidencia o seu prestígio naquele momento.

De qualquer modo, o presidente tentou restringir a influência de Pinheiro Machado, entregando uma parcela de autoridade no governo a uma nova geração de congressistas, tanto em termos de tempo de ingresso na política quanto de faixa etária, os quais foram apelidados de “Jardim da Infância”. Carlos Peixoto, o líder mineiro do Jardim, tornou-se presidente da Câmara dos Deputados aos 24 anos.

A liderança de Peixoto vinha desde a administração de Rodrigues Alves e continuou na gestão de Afonso Pena. É importante perceber a importância de tal cargo, pois o presidente da Câmara dirigia a Comissão de reconhecimento daquela Casa e exerceria tal função durante o mandato do presidente da República. Essa manobra visaria garantir ao chefe do executivo, acredito, aliados de dois grupos, controlados por Peixoto e Pinheiro Machado, sem se tornar “refém político” de nenhum deles.

Os membros do Jardim da Infância “não haviam ocupado” postos políticos durante o Império e “nem fizeram parte” do grupo responsável pela instauração do regime republicano. O coletivo manifestava-se “contrário” às agremiações políticas na formatação vigente, pois o Parlamento, alegavam, teria tornado-se “um local de disputas que refletiam interesses locais e de alguns poucos chefes. Na opinião deles, a formação

---

<sup>348</sup> *O País*, p. 02, 15 abr. 1906. RJ.

de ligas temporárias teria muito mais eficácia”. Buscavam assim atingir o PRF (Partido Republicano Federal), o qual agrupou os “partidos políticos republicanos regionais e procurava fazer frente, no Congresso, ao poder executivo federal”. Esse modelo de agremiação era visto como nocivo, pois, o embate entre os dois poderes, legislativo e executivo, ameaçaria a própria sobrevivência do Brasil republicano. Igualmente criticavam o sistema federalista de governo e defendiam um Estado “mais centralizado”, com os governantes capazes de “inibir” o suposto abuso do “regionalismo”.<sup>349</sup>

É possível citar três episódios que mostram o desejo do presidente em promover um governo relativamente autônomo em relação a “Coligação”. O primeiro centrou-se no anúncio do conjunto de ministros: Carlos Peixoto ficou com a tarefa de fazer os convites aos futuros ocupantes dos cargos, atuando como “emissário”.

O segundo aconteceu no dia da posse do governador de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, em 07 de setembro de 1906. Na ocasião, Pinheiro Machado defendeu a formação de um partido político nacional, capaz de amparar o presidente recém-eleito, certamente representado com alguns integrantes do Bloco os quais haviam sustentado a candidatura dele. Já Pena, em sua exposição, acreditava na necessidade de um “governo autônomo”, colocando-se acima das possíveis divergências partidárias. No dia seguinte, os jornais reproduziram o acontecimento, atribuindo ao presidente da República a seguinte frase, que na verdade, nunca teria sido proferida: “quem faz política sou eu”.<sup>350</sup> Uma possível rusga, entre eles, portanto, foi potencializada pela imprensa.

O terceiro item cristalizou-se na própria composição das pastas ministeriais. Segundo Viscardi, apesar de ter destinado aos grupos republicanos os quais o apoiaram cargos importantes, “os nomes foram escolhidos pelo novo presidente, à revelia dos chefes políticos da Coligação”. Para a o Ministério da Fazenda, foi designado Davi Morethson Campista, um deputado que mantinha “laços de amizade e lealdade pessoais com Afonso Pena”. Como outros exemplos, para o Ministério do Interior e Justiça foi nomeado Tavares de Lyra, então governador do Rio Grande do Norte, naquele momento estado de peso político diminuto no cenário nacional. Para a pasta de Viação e Obras Públicas, foi designado o baiano Miguel Calmon du Pin de Almeida, o qual não

---

<sup>349</sup> Vera Borges, ao que parece, em relação ao partido citado no texto principal, escreveu equivocadamente a palavra “federalista”, quando deveria ser “federal”. VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Apud BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 120-122. Além disso, sobre as bandeiras políticas do “Jardim”, Vera lembra que o agrupamento “foi eleito pelo sistema em vigor, com base nos partidos políticos” daquele momento, “sendo alguns, inclusive, projetados na vida pública pelos chefes políticos locais”. E finaliza: “aquelas pessoas estavam vinculadas às elites agrárias, que, por sua vez, defendiam a política de valorização do café. Notemos, assim, que o grupo apresentava suas incoerências” Ibid., p. 122.

<sup>350</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 161; 164.

possuiria grande afinidade com seu conterrâneo Rui Barbosa, principal “cacique político” daquele estado presente do Bloco”.<sup>351</sup>

Por outro lado, frisa-se, segundo o próprio Carlos Peixoto, nem Pinheiro Machado nem a imprensa estavam alheios aos nomes escolhidos: o primeiro, em correspondência a Afonso Pena, lamentou a publicação, ao que parece, dos nomes das pessoas cogitadas para as pastas de governo sem que os convites formalizados (cartas) tenham sido entregues aos destinatários; mas também ratificou a ciência de Pinheiro nesses encaminhamentos.<sup>352</sup>

Peixoto tornaria-se uma espécie de rival do senador rio-grandense nessa gestão presidencial, como será mostrado ao longo da escrita. Mas entende-se que ele reconhecia naquele momento a participação de Pinheiro Machado nos trâmites da composição de nomes para o governo, e claramente com o aval do novo presidente, também incluído nesses relatos.

Alem disso, em uma carta de Pinheiro Machado para Pena, em 18 de outubro de 1906, a questão ministerial ainda era motivo de discussão: o senador afirma que após “saber pela imprensa” e por telegrama de Carlos Peixoto a organização do ministério, sem os postulantes terem lido as cartas a eles endereçadas formalizando os convites, imaginou surgirem “contrariedades perturbadoras” para o bom “andamento” do governo, as quais conseguiu sanar pelo “patriotismo de Rui” e pela “conduta de Calmon”. Este também teria compreendido que a sua entrada no governo sem o suporte de “chefes e amigos políticos” seria “prejudicar quem lhe conferira” tal honraria, possivelmente o próprio Pena, na visão do senador.<sup>353</sup>

Pinheiro empreendeu esforços, creio, para Calmon assumir um posto no governo com a concordância do conterrâneo dele, Rui Barbosa, procurando inclusive mostrar ao primeiro que o aval ao seu nome por parte dos “chefes e amigos políticos”, retomando a sua expressão, era algo essencial a qualquer nomeação. Assim, criticando as informações governamentais surgidas na imprensa - e indiretamente talvez censurando Carlos Peixoto por ter alguma responsabilidade sobre esse “vazamento” - Pinheiro buscava apontar a sua importância para a gestão de Pena, “interessado”, na teoria, em

---

<sup>351</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 162.

<sup>352</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.23. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.23/91. Data: 15/10/1906.

<sup>353</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/89. Data: 18/10/1906.

garantir a sustentação do executivo federal, novamente atuando como uma espécie de “apaziguador” político.

Além disso, a teórica capacidade do senador, como representante do Bloco, de agir sobre a ratificação da vitória dos candidatos no pleito eleitoral era criticada na imprensa. Um caso foi o do reconhecimento para a senatoria de Augusto de Vasconcellos. O relator do caso, Manuel Duarte, teria produzido um parecer de concordância com a nomeação de Vasconcellos, em detrimento de outro candidato, por influência de Pinheiro Machado, o que enfureceu os jornalistas do “Correio da Manhã”:

Não valeram as provas robustas e eloqüentes apresentadas no Senado (...) e na Câmara (...) não pesaram os testemunhos de todos os lados levantados, patenteando as falsificações escandalosas das atas; não influíram os atestados exibidos e que puseram em destaque convincente a mentira que ladeava a votação do candidato diplomado. (...) *O relator, mesmo, declara que o seu parecer foi imposto pelo sr. Pinheiro Machado.* (...) É preciso saber agora se o Senado Federal está disposto a seguir o exemplo do Sr. Manuel Duarte. *É necessário saber se a Câmara Alta do Congresso também vai curvar-se ao gesto do Sr. Pinheiro Machado*, cujo poder político rumorejava-se haver crescido em certa roda, enormemente, não obstante desconhecer-se por completo qualquer trabalho que o recomende como homem de algum valor intelectual. Vejamos se o Senado da República caiu também, a ponto de não ter um movimento de independência para defender os seus brios ameaçados.<sup>354</sup>

Pinheiro, como já registrado, havia renunciado a vice-presidência do Senado em novembro de 1905 e não era mais o responsável pela Comissão Verificadora de Poderes, estando no seu lugar o senador Murtinho, representante do Mato Grosso, desde aquele momento. Mas, segundo a reportagem, o rio-grandense continuaria influenciando as decisões da referida Comissão. No caso, haveria imposto ao relator do processo em questão validar a eleição de um candidato por seu interesse pessoal, mesmo com fraudes na documentação dessa disputa. Não é possível saber se as atas citadas no texto eram realmente falsificadas ou não. Porém, é ponto pacífico nas análises sobre processos eleitorais da Primeira República no Brasil que a fraude era um elemento presente. Assim, é plausível a ação de manipulação e adulteração de documentos visando à eleição de determinado candidato em detrimento de outro. E creio influenciar para tal resultado, igualmente, o peso político dos envolvidos na questão, para distorcer as regras a seu favor.

---

<sup>354</sup> *Correio da Manhã*, p. 01, 05 mai. 1906. RJ.

Portanto, é crível imaginar que indivíduos apoiados pelo Bloco, com Pinheiro Machado encabeçando uma das lideranças do grupo, possuísem chance de saírem vitoriosos na eleição através da manipulação de resultados via Comissão Verificadora. E o fato do senador rio-grandense estar citado na reportagem como possível artífice dessa manobra, mesmo que não fosse mais vice-presidente do Senado, demonstra ser ele visto como alguém importante nos jogos da política, até quando sofria críticas da imprensa.<sup>355</sup>

Segundo Viscardi, os membros os quais compunham a Coligação não eram um grupo ideologicamente coeso. Associaram-se pragmaticamente em função de um acontecimento político, a eleição presidencial de Pena, e mantiveram-se como aliados, até aquele momento, em tal gestão. O agrupamento era composto por chefes políticos destacados nos estados que atuavam, quais fossem, Pinheiro Machado e Rui Barbosa.

Além disso, em várias ocasiões os objetivos dos partidários do Bloco colidiram com aqueles dos correligionários do Jardim da Infância. Dois eventos foram emblemáticos, segundo Viscardi. O primeiro esteve ligado à proposta de intervenção do governo federal no Rio de Janeiro e, o segundo, à questão da renovação da presidência da Câmara Federal.

Sobre a tentativa de intervenção no governo no Rio, é importante apresentar o panorama político regional: devido à eleição de Nilo Peçanha para a vice-presidência da República, Alfredo Backer (eleito deputado federal no ano anterior, pelo Partido Republicano Fluminense), assumira o governo estadual em dezembro de 1906, com a indicação do primeiro. Essa ação contou também pelo entendimento entre os três poderes (legislativo, executivo e judiciário). Seu mandato, em tese, duraria até 1910.

Porém, Backer rompeu definitivamente com Nilo Peçanha em março de 1908 e se juntou politicamente a João Pinheiro e ao resto dos membros do Jardim. Um dos objetivos deles foi fortalecer a possível candidatura de João Pinheiro à presidência da República na próxima eleição, um dos “notáveis” do agrupamento.

A aproximação entre Backer e o Jardim da Infância fez com que Peçanha rompesse esse pacto “e decretasse o fim do mandato” do então governante. A “Assembleia Estadual Fluminense, atendendo à solicitação” de Peçanha, requereu a “intervenção federal para garantir a realização” de um novo pleito. “Devido à ativa interferência contrária à intervenção, por parte dos membros do Jardim da Infância, esta não foi aprovada”.

---

<sup>355</sup> Para mais informações sobre as comissões verificadoras, rever nota de rodapé n. 280.

Uma das retaliações do Bloco a essas manobras deu-se através de uma ação política que “resultou na renúncia de James Darcy à liderança do governo” no Parlamento. Sendo “ao mesmo tempo” membro do PRR e próximo do Jardim da Infância, Darcy foi interpelado por Pinheiro Machado a fazer sua escolha entre os dois grupos. Ele acabou renunciando ao seu posto e também ao próprio mandato, afastando-se definitivamente da política. “Despencou o primeiro galho. Agora vai a árvore”. “Assim se referiu Pinheiro Machado à renúncia de seu conterrâneo, na ocasião de sua viagem a Porto Alegre”.<sup>356</sup> De acordo com Faoro, a árvore era o próprio Carlos Peixoto, “ao redor de cujo tronco se animavam os sustentáculos do esquema governamental”.<sup>357</sup>

O fato deixava à mostra também a condição política dos integrantes do Jardim de Infância. “A despeito dos arroubos de autonomia, continuavam dependentes eleitoralmente das máquinas partidárias estaduais”, controladas pelos líderes aos quais eventualmente contestavam.<sup>358</sup>

Sobre maiores detalhes da relação entre Pinheiro Machado e Carlos Peixoto, segundo o deputado Francisco Veiga, em carta endereçada a Afonso Pena em fevereiro de 1908, o parlamentar diz que há uma “intrigalhada (...) à viva força e quase que à revelia dos supostos beligerantes”, mas Peixoto e Pinheiro Machado “pesam os fatos” e não encontram motivos para tal “incompatibilidade”. Além disso, continua Veiga, o presidente acharia “meios” para “conter excessos” e impedir que “grupos (ambos de amigos) se dilacerem”.<sup>359</sup>

Ou seja, segundo o pensamento de Veiga, o qual ele diz estar alinhado à opinião “justa e prudente” do Presidente, Pinheiro e Peixoto estariam evitando um confronto direto na arena política, mesmo havendo a tese mais ou menos disseminada de que seriam antagonistas, e até existiriam “amizades” entre integrantes de um e outro grupo aos quais pertenciam. Assim, Pena encontraria meios para impedir um grave conflito envolvendo os dois agrupamentos.

---

<sup>356</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 168-171.

<sup>357</sup> Ademais, Faoro assinala a renúncia de Darcy em relação a seu posto de líder do governo no final de 1907, mas não especifica se nessa ocasião ele também abdicou do seu mandato de deputado. Ver: FAORO, Raimundo. Op. cit., p. 698. De qualquer forma, como há a menção em um jornal, datado de 25 de janeiro do ano seguinte, do fim da deputância de Darcy, entende-se que no máximo em inícios de 1908 tal ação ocorreu. Ver: *O País*, p. 03, 25 jan. 1908. RJ. E na notícia traz-se este conteúdo: “a propósito da renúncia do Dr. James Darcy, o Jornal do Recife e o Diário de Pernambuco atacam o senador Pinheiro Machado, usando de linguagem violenta”. Assim, se corrobora com a ideia que o parlamentar rio-grandense teve atuação direta para a queda do seu conterrâneo. Ibid.

<sup>358</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 171.

<sup>359</sup> AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.27. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.27/44. Data: 02/02/1908.

Pelo tom da escrita, com elogios a todos os citados e a recomendação de dissiparem-se as tensões, penso que o remetente, embora não diga explicitamente, tem o receio da possível “crise” entre dois líderes, Pinheiro e Peixoto, atrapalhar a “governabilidade” em curso, e por isso “roga” a atenção do presidente no caso. Tudo isso mostra o “vaivém” político daquele momento.

Sobre a já mencionada renovação da presidência da Câmara, essa seria realizada em março de 1909, embora sua discussão já estivesse posta desde os primeiros meses do ano anterior. Entre outras atribuições no cargo, como já mencionado, estava a de coordenar a Comissão Verificadora de Poderes, e assim o parlamentar escolhido poderia barganhar apoio político para si ou seu grupo em troca do reconhecimento de deputados os quais pudessem ser “aliados” do próximo presidente da República eleito. Tal promessa, portanto, efetivaria a possibilidade de manobras “obscuras” a serem aplicadas já na próxima eleição nacional, em 1910.

Segundo Viscardi, os partidários do Jardim da Infância “rapidamente” organizaram-se para defender um novo mandato de Carlos Peixoto a fim de garantir a candidatura à presidência de João Pinheiro como sucessor de Afonso Pena. Contudo, tal pretensão não contava com o apoio de grupos internos do PRM e muito menos dos participantes do Bloco, criando novos impasses na conjuntura política do país.

A situação refletia a posição delicada na qual se encontrava o presidente da República. Caso “fragilizasse” o Bloco, a futura candidatura de João Pinheiro possuía boas chances de sair vencedora. Mas se enfraquecesse o Jardim da Infância, o grupo de Pinheiro Machado poderia ter a posição dominante na escolha do próximo presidente. A ideia de Pena, tudo indica, era manter um certo equilíbrio de forças, manobrando para agradar os dois lados em “combate”, e assim ele ter sucesso em arbitrar a próxima eleição presidencial.<sup>360</sup>

Nesse panorama, os nomes de Pinheiro Machado e o presidente da Câmara, Carlos Peixoto, ocupavam espaço nos jornais. No periódico “O Século”, uma matéria intitulada “Politicagem” apresentou o seguinte:

Essa rivalidade, nascida no espírito do senador gaúcho, do reconhecimento de sua inferioridade intelectual e agravada dia a dia pelo desassombro e independência com que o presidente da Câmara ia procedendo, teve sua expressão ostensiva no caso dos cortes orçamentários (...). Chegado ao ponto em que sua eminente posição no

---

<sup>360</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 172-173.



partido começava a não ser mais do que uma coisa figurada e sem a mínima valia política, o senador Pinheiro Machado pretendeu precipitar a crise.<sup>361</sup>

Também é importante citar o “Correio da Manhã”, controlado por Edmundo Bittencourt, o qual promovia críticas sistemáticas ao senador, como já mencionado. Os ataques lançados por seu diretor foram considerados tão virulentos por Pinheiro Machado, ao ponto de terem “maculado” sua “honra”, que em 1906 ele desafiou Bittencourt a um duelo de armas de fogo, efetivamente realizado em 23 de maio desse ano, com o segundo saindo ferido.<sup>362</sup> Os membros da imprensa, portanto, manifestavam seu apreço e despreço pelos personagens políticos da época, declarações as quais poderiam resultar em atos violentos.

Na renovação da presidência da Câmara, em termos práticos, a oposição entre o Bloco e o Jardim da Infância pôde ser constatada. Conforme Viscardi, não agradava a Pinheiro Machado, ao PRM e seus demais aliados a reeleição de Carlos Peixoto ao comando daquela Casa.

Afonso Pena ambicionou a seguinte solução, em acordo com o Bloco: Carlos Peixoto seria reeleito, conquanto ele não fosse o responsável pela presidência da Comissão de Reconhecimento da próxima gestão, devido a uma mudança regimental a qual seria promovida. Pena então buscou tratá-la com os grupos políticos em questão. Ao esvaziar o poder de Peixoto sem retirar-lhe o cargo, o presidente esperava, ao que parece, “conciliar” os dois lados em disputa.<sup>363</sup>

Porém, os membros do Jardim não concordaram com a proposta, certamente levando em conta o fato de que esperavam promover João Pinheiro como sucessor de Pena na presidência da República. Esvaziar os “poderes” de Peixoto nesse momento seria, portanto, seguindo essa linha de interpretação, uma demonstração de fraqueza do grupo.

Na sequência, os participantes do Bloco propuseram o adiamento da modificação do regimento da Casa para 1910. Segundo a autora, “as fontes evidenciam” que o “aceite” do agrupamento por essa proposta deu-se em troca da mudança da

---

<sup>361</sup> *O Século*, p. 03, 28 de abr. 1908. RJ. Segundo consta no texto, trata-se de uma reprodução do editorial do “Correio da Manhã” daquele mesmo dia.

<sup>362</sup> Informações sobre o duelo estão no próprio “Correio da Manhã”. Ver: *Correio da Manhã*, p. 01, 02 jun. 1906. RJ.

<sup>363</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 172-173.

postura do governo federal em relação ao caso do Rio de Janeiro, conforme atesta uma carta de Pinheiro Machado ao presidente Pena:

Me parece, pois, conveniente que venham desde já alguns atos demonstrativos de sua resolução de fazer política no estado do Rio, conforme prometeu-nos, em favor de Nilo. Assim dar-se-á uma justa e inadiável reparação àquele nosso amigo, que esteve conosco desde os primeiros dias da Coligação e que, sendo o seu companheiro de chapa, é a segunda personagem da República, na ordem constitucional.<sup>364</sup>

Assim, existiria indicativo de que o presidente da República teria obtido o apoio dos representantes do Bloco em relação ao “adiamento da mudança regimental” e, em contrapartida, Pena proveria suporte ao aliado do vice-presidente da República, Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro. Isso implicaria em promover na próxima eleição estadual um candidato o qual seria apoiado por este último contra Alfredo Backer, seu novo desafeto político e apoiado por membros do Jardim. Porém, não haveria comprovação estrita que tal negociação tenha sido, de fato, homologada.<sup>365</sup>

Todos esses elementos mostram o intrincado “jogo de xadrez” político na gestão de Afonso Pena. O Jardim da Infância e o Bloco, por sua vez, ainda iriam medir forças, na próxima eleição presidencial.

Ao longo deste subcapítulo, compreendeu-se que os membros do PRR, embora tivessem obtido visibilidade política nos momentos de sucessões presidenciais e nas gestões governamentais federais propriamente ditas, passaram a obter um protagonismo nunca antes alcançado: constituíram-se como força a qual impulsionou uma candidatura para a presidência da República, em torno do nome de Afonso Pena. O grupo que se reuniu em torno do mineiro, denominado “Bloco” ou “Coligação”, foi comandado por alguns líderes políticos nacionais, entre eles Pinheiro Machado. O senador, através de sucessivos contatos com forças partidárias em Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, entre outras, novamente buscou o candidato da “unidade”, modelo das eleições presidenciais passadas. E nesse processo, pretendeu excluir as facções políticas de São Paulo, as quais até então haviam marcado com as suas diretrizes as eleições nacionais anteriores e possuíam indiscutível peso político na Federação. Costurando acordos, disponibilizando ou omitindo informações em momentos que julgasse oportunos, lançando mão de

---

<sup>364</sup> Carta de José Gomes Pinheiro Machado a Afonso Pena, em 11 de março de 1908. Apud VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 173.

<sup>365</sup> Ibid., p. 174.

discursos na espera de reações de outros, Pinheiro acabou por obter grande suporte para a eleição de Afonso Pena, vitorioso por meio de uma votação maciça.

O senador rio-grandense acaba atuando nesse cenário por meio de várias ações específicas: durante o período pré-eleitoral, em 1905, sugere a Afonso Pena, por intermédio do cunhado dele, para agir como um emissário da “paz” junto a Rui Barbosa, negando que ele (Pinheiro) tenha tentado prejudicar o baiano em uma hipotética candidatura dele (Rui) à presidência. O senador buscava assim, creio, apagar arestas as quais poderiam prejudicar o desempenho do Bloco em torno da candidatura de Pena.

Com o mineiro já eleito, em 1906, sob um possível vazamento de nomes “ministeriáveis” pela imprensa, evento que Pinheiro parece querer atribuir a Carlos Peixoto, o senador resolve um provável desentendimento, novamente com Rui Barbosa, acerca da indicação de Miguel Calmon para uma pasta ministerial, personagem o qual não possuía, ao menos inicialmente, afinidade política com Barbosa. Os nomes do ministério do presidente Pena passam pelo seu conhecimento; além disso, Pinheiro continua, conforme relatado em jornais, influenciando no processo de reconhecimento dos candidatos eleitos no Senado. Acredito que o parlamentar buscava reforçar seu papel como um hábil negociador, capaz de dissipar tensões políticas.

Durante a gestão Pena, contudo, Pinheiro Machado teve adversários de peso, em especial na Câmara Federal, liderados por Carlos Peixoto, membro do chamado “Jardim da Infância”. O senador, por suas manobras, sofria críticas na imprensa, a qual também o depreciava em comparação a políticos do Jardim. Já os partidários deste grupo almejavam constituir boas relações com o presidente, ao passo que desejavam o enfraquecimento dos participantes do Bloco. Além disso, arquitetavam um possível nome para a substituição de Pena, o político João Pinheiro, de Minas Gerais.

Exemplificando como as rivalidades políticas estavam à mostra, em mais uma demonstração de força, Pinheiro, junto com Borges de Medeiros, lança em “desgraça política” James Darcy, deputado federal pelo PRR que havia se aproximado de João Pinheiro e os membros do Jardim da Infância. Darcy perde o posto de líder do governo no Congresso e acaba por renunciar ao seu mandato entre fins de 1907 e início de 1908.

A atitude dos representantes do Bloco, liderados por Pinheiro, foi tentar reduzir a influência dos seus oponentes, inclusive idealizando a derrota de Carlos Peixoto na disputa de mais um mandato frente à presidência da Câmara, em 1909. Contudo, o mineiro foi eleito, e o grupo de Pinheiro Machado, aparentemente, teria acabado por obter uma “compensação” devido a tal acontecimento – o apoio federal na próxima

eleição estadual do Rio de Janeiro em prol do candidato que Nilo Peçanha, participante do Bloco, acabasse por indicar, embora há dúvidas se, ao final, o acordo tenha sido de fato firmado.

Em meio a esses eventos, e entre apelos, como o do deputado Francisco Veiga, o qual pede a Afonso Pena para “acalmar os ânimos” dos membros das duas facções políticas, o presidente da República, ao atender o interesse de um ou outro grupo, procurava manter um equilíbrio, embora frágil, entre as duas coligações que o apoiavam, mas igualmente almejavam expandir sua força na arena política do país.

Os membros do PRR continuariam sua escalada para obter protagonismo na política nacional. Tal desejo seria sacramentado, tendo a participação fundamental de Pinheiro Machado, na vitória eleitoral e subsequente governo de Hermes da Fonseca.

### **3.2 O Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914)**

Pode-se perceber que desde o início do período republicano, progressivamente, os rio-grandenses foram buscando (e adquirindo) espaço no cenário político nacional, essencialmente pelas ações de mediação promovidas por Pinheiro Machado. Tais movimentos culminariam em um papel de destaque do estado sulino na disputa da corrida presidencial de 1910.

Os contatos formais acerca da sucessão no executivo iniciaram-se em 1908, dois anos após a posse do presidente Pena, o que não fugia à “regra” em vigor. Além disso, o período foi assinalado por dois momentos significativos.

O primeiro foi a morte repentina do governador de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, em outubro daquele ano, assumindo em seu lugar o vice-presidente, Júlio Bueno Brandão. Desse modo, o Jardim da Infância perdeu seu principal trunfo para as futuras eleições presidenciais, o homem que traria mais uma vez esse estado ao interior do Catete e possuía a simpatia de Afonso Pena.<sup>366</sup>

Assim, Pena e os membros do Jardim teriam voltado seus olhos para outro candidato: Davi Campista. Ele era ministro do governo em curso, considerado um “moderado” que não possuía apoio de nenhuma grande máquina partidária daquele momento, nem mesmo de seu estado de origem, Minas Gerais. Assim, o presidente e o

---

<sup>366</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 175. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 153.

grupo do Jardim pensavam em lançar um candidato o qual supostamente traria equilíbrio às forças políticas, sem pender demasiadamente para nenhum lado.

O segundo evento foi o Convênio de Taubaté. Apesar de aprovado no Congresso Nacional durante o mandato de Rodrigues Alves, foi apenas em 1908 que os paulistas pressionaram de forma mais contundente o Executivo para o endosso ao empréstimo externo, principal medida que viabilizaria a política de valorização do café. Essa diretriz permitiria a compra das sacas excedentes do produto pelo governo federal. Segundo Viscardi, fontes sugerem que o aval da União ao empréstimo seria conferido em barganha ao suporte dos republicanos paulistas ao nome de Davi Campista.

Como já comentado no capítulo anterior, a bancada do PRR no Congresso havia votado favoravelmente à aprovação do projeto. Contudo, havia chegado o momento de colocá-lo em prática, e para isso os republicanos do Sul barganhariam esse apoio à pauta. Como aponta novamente a autora, nos bastidores, Pinheiro Machado teria procurado Manoel Albuquerque Lins, então presidente do estado de São Paulo pelo PRP, oferecendo-lhe, em nome do executivo federal, endosso à operação financeira. Na mesma conversa teriam tratado da próxima eleição. Acredito que Pinheiro buscou um entendimento com os paulistas a respeito de um candidato comum ser lançado.

Dessa forma, é importante compreender a tática dos republicanos do sul. Eles votaram a favor das medidas do Convênio nas negociações em 1906. Quase dois anos depois, houve a discussão da implementação das providências de fato, e isso seria motivo para novas negociações. Privadamente, Pinheiro Machado procurou os paulistas no intuito de oferecer adesão a tais deliberações em correspondência ao apoio das decisões do PRR na sucessão presidencial.

A posição de certa forma “singular” dos sulinos diante da questão ambicionou-os a utilizar o seu suporte às resoluções do Convênio como “moeda de troca”, como aponta Viscardi. Certamente, pelo fato do café não ser o produto principal o qual impulsionava a economia rio-grandense. Em 1908, os empréstimos externos efetivamente foram contraídos junto a financeiras internacionais para auxiliar na compra da mercadoria, conforme constava nas medidas do Convênio.

No entanto, os paulistas não negociaram um acordo com o PRR, assegurando seu apoio à indicação a qual seria feita por Afonso Pena, desde que fosse mantida a política econômica no atual governo.<sup>367</sup> Outros dois personagens ventilados na

---

<sup>367</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 175.

imprensa, além de Campista, foram Rui Barbosa e Rodrigues Alves. Contudo, ambos teriam sido excluídos pelo presidente, “sob a alegação de que Rui estaria encarregado da redação do novo código civil brasileiro”, no próximo governo, e Rodrigues Alves fora descartado pelo próprio PRP, em função da sua falta de apoio às medidas do Convênio de Taubaté, o que, pode-se observar, ocorreu desde o seu mandato presidencial.

Embora possuísse, em tese, o aval de Rui Barbosa para discutir o assunto das candidaturas à eleição do Catete, cumprindo um papel de articulação que já lhe era usual, Pinheiro Machado havia “esvaziado” o nome do baiano, alegando a “inconsistência de suas bases político-partidárias”. Simultaneamente, teria rejeitado Alves, afirmando ser, ao Bloco, “uma candidatura de oposição, na medida em que São Paulo não integrava o governo em curso”.<sup>368</sup>

Assim, a rejeição por parte dos membros do PRR aos dois nomes anunciados (Rui Barbosa e Rodrigues Alves) soava como um fortalecimento do candidato o qual teria o suporte de Afonso Pena. Contudo, Pinheiro já deixara claro que mesmo Davi Campista, “simpático” ao presidente, era uma indicação também a ser recusada.<sup>369</sup> Possivelmente Pinheiro estivesse esperando o momento oportuno para também convencer Pena de que o seu “favorito” não seria uma opção viável.

De qualquer forma, a oposição ao nome de Campista foi confirmada através de Rui Barbosa, alegando que o primeiro, apesar de ser “moço de talento e futuro, não tem, evidentemente, para o cargo supremo do Estado, experiência, madureza e autoridade. A sua entrada na última representação de Minas não foi fácil.” E finaliza: “o seu reconhecimento, na Câmara, não ocorreu sem maiores tropeços. No seu próprio estado, portanto, a opinião não o classificava entre os seus filhos mais beneméritos”.<sup>370</sup>

Rui mencionava que Campista não era uma unanimidade nem em seu estado de origem, algo correto: o candidato encontrou problemas a partir de janeiro de 1909, quando um dos líderes do PRM, Crispim Bias Fortes, se opôs de forma pública a ele. Assim, “a incapacidade do presidente (*Pena*) em controlar a máquina política de seu próprio estado, situação que Pinheiro Machado seguramente deve ter ajudado a criar, deixou a questão sucessória em aberto nos primeiros meses daquele ano”.<sup>371</sup>

Em uma conversa entre Bias Fortes e um emissário de Venceslau Brás Pereira Gomes, então governador de Minas Gerais, o primeiro questiona qual seria a vantagem

---

<sup>368</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 176.

<sup>369</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 153.

<sup>370</sup> BARBOSA, Rui. Apud VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 178.

<sup>371</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 153.

em eleger um presidente mineiro, pois “com seu eleitorado e sua bancada de 40 membros – 37 deputados e 3 senadores – muito mais pode conseguir Minas, e com uma liberdade muito maior de ação, do que tolhida em torno de um presidente seu”.<sup>372</sup>

Além disso, Pena, segundo Fortes, ignoraria “certos fatos que têm concorrido para nos afastar um do outro nestes últimos tempos”. Portanto, aponta Viscardi, o então presidente, estava claro, era visto como um “obstáculo à ação da bancada” do PRM. E os chefes mineiros cogitavam abrir mão da escolha de um candidato à presidência da República a “perder” o controle político “interno” sobre o seu estado,<sup>373</sup> Desse modo, a força política de Minas Gerais acabaria por se estabelecer no legislativo, não no executivo.

Um ponto o qual se sobressaía nos diálogos entre Afonso Pena e Pinheiro Machado teria sido a “insistência em que o segundo aludia ao lançamento do nome” do Marechal Hermes da Fonseca.<sup>374</sup> Para se entender tal situação, é necessário compreender a relação dos integrantes do PRR com as forças militares neste momento.

Na presidência de Pena, segundo Love, “o processo político passou a ser mais complexo com o aparecimento de um exército revigorado”. Naquele momento, governos de outros países latino-americanos estavam “profissionalizando” suas tropas e o estabelecimento de uma “força de reserva moderna” tinha sido um dos itens da sua plataforma. O presidente cumpriu essa promessa da campanha, dando continuidade à reorganização do exército que havia iniciado com o seu predecessor<sup>375</sup>

A principal figura dessa reformulação foi o rio-grandense Hermes Rodrigues da Fonseca. Ele “ganhou fama nacional por ter debelado a revolta de cadetes” no Rio de Janeiro, em 1904. O então presidente Rodrigues Alves, posteriormente, designou-o comandante da região a qual protegia Capital Federal. Fonseca “supervisionou as primeiras manobras” bélicas do Brasil no ano supracitado e iniciou o processo de reestruturação da “educação militar” em 1905. Posteriormente, tornou-se Ministro da Guerra do presidente Pena, gestão na qual também subiu ao posto de Marechal.<sup>376</sup>

Aproveitando-se da divisão interna mineira em torno do nome de Davi Campista para a sucessão presidencial, Pinheiro Machado passou a criticar sistematicamente a ação de Carlos Peixoto nos reconhecimentos que estavam sendo feitos na Câmara,

---

<sup>372</sup> CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 160.

<sup>373</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 181.

<sup>374</sup> Ibid., p. 177.

<sup>375</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 152.

<sup>376</sup> Ibid., p. 152.

supostamente prejudicando o Bloco: deputados no Distrito Federal e no estado de Goiás, os quais haviam sido eleitos, não teriam sido reconhecidos em favorecimento de outros que eram ligados ao presidente da Câmara.

Essa ação também foi criticada pelo grupo do PRM ligado a Venceslau Brás. Como o comportamento dos aliados de Brás mostrava ao presidente que havia ocorrido uma “aproximação” entre os chefes mineiros e o Bloco, contrariamente a sua vontade e também a dos membros do Jardim de Infância, Carlos Peixoto, que ainda defendia o nome de Campista, respaldado por Afonso Pena, ficou sem apoio político e renunciou ao seu cargo de presidente da Câmara.<sup>377</sup>

No discurso de sua saída, Peixoto diz o seguinte:

Tive a honra de ser durante largo tempo *leader* e diretor desta bancada de republicanos, deparando-se mesmo, não há muito, a oportunidade de, agradecendo a minha eleição para Presidente desta Casa, acentuar que atribuía principalmente a essa minha qualidade de *leader* da bancada mineira, a honra da escolha que a Câmara fazia do meu nome. Por outro lado, não há quem, me conhecendo, não saiba que não sou um acomodaticio e que jamais pude ou poderia conservar-me em uma situação simulada, por um momento sequer.<sup>378</sup>

Quando Peixoto refere-se a uma “situação simulada” a qual não poderia se “conservar”, isso reforça a ideia de que o presidente da Câmara teria deixado o cargo em vista do desentendimento entre o PRM e Afonso Pena, sendo o segundo um dos grandes aliados a sua liderança naquela casa. Em paralelo, Pinheiro Machado crescia em força e a candidatura de Campista estava seriamente abalada.

Em 30 de janeiro de 1909 também ocorreram eleições para a Câmara e o Senado Federais.<sup>379</sup> É interessante notar que havia o interesse de candidatos do PRR em associarem o seu nome ao de Pinheiro, o qual possuía prestígio e lhes conferiria aceitação e importância na eleição: José Carlos de Carvalho, deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1906, dois anos depois, segundo o jornal “O País”, já expressava o seu desejo à reeleição e em discurso no Congresso “terminou saudando com ênfase” Borges de Medeiros e Pinheiro Machado.<sup>380</sup>

---

<sup>377</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 182.

<sup>378</sup> Presidente da Câmara dos Deputados: VIII – Carlos Peixoto Filho. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília, v. 9, n. 2, p. 175, jul.-dez. 1960.

<sup>379</sup> No caso da Câmara Alta, o pleito era para a renovação de um terço dos cargos. Foi reeleito o senador Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro. *A Federação*, p. 02, 19 mar. 1909. RS.

<sup>380</sup> *O País*, p. 02, 16 mai. 1908. RJ.



Em fevereiro de 1909, o senador visitou o estado sulino, ocasião na qual se encontrou com uma infinidade de membros do PRR e um dos assuntos provavelmente foi as próximas eleições presidenciais. Ele transita, mesclando viagens de navio e trem, por Pelotas, Porto Alegre São Luiz Gonzaga e Rio Pardo, sendo recebido com banquetes e festividades. Pinheiro é apontado como um “preclaro estadista”, um “vulto que emerge virilmente caracterizado das longas tradições republicanas do Rio Grande”, executando “gigantescos trabalhos de propaganda, de fundação e de consolidação” do regime republicano. Pinheiro nesse momento, portanto, era um chefe político de dimensão nacional, com seu nome sempre saudado aos brados junto aos de Júlio de Castilhos e de Antônio Borges de Medeiros em qualquer evento do partido.<sup>381</sup>

Nessa conjuntura, as principais figuras do PRR já apoiavam publicamente o militar rio-grandense. José Antônio Flores da Cunha, então membro da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul, propôs que os membros do Legislativo expressassem seu apoio a Hermes e a Venceslau em uma possível chapa. Segundo Love, os republicanos rio-grandenses “exultaram” pela possibilidade de um conterrâneo chegar ao Catete, mesmo que fosse um membro das Forças Armadas. Certamente porque julgavam tal ação como benéfica ao grupo político dominante no seu estado.

Liderados pelo senador Francisco Sales, representante de Minas Gerais, e o senador Pinheiro Machado, os membros do Bloco decidiram, a 17 de maio, apoiar Hermes da Fonseca como candidato à presidência da República. No dia seguinte, o militar aceitou a decisão e, logo na sequência, exonerou-se do cargo de Ministro da Guerra. O novo governador de Minas Gerais, Venceslau Brás, foi escolhido para o lugar de vice-presidente a fim de garantir o suporte pleno do PRM. Dois dias depois, Pinheiro informava que todos os grandes grupos republicanos estaduais, exceto os de São Paulo e da Bahia, tinham aceitado tais nomes. À revelia de Afonso Pena, portanto, uma chapa à eleição presidencial foi lançada.

Também em 17 de maio, Rui Barbosa rejeitou Hermes da Fonseca, sendo rapidamente apoiado pelo presidente do estado de São Paulo, Manuel Lins. Deputados da Bahia e de São Paulo, com apoio difuso de outras delegações, procuraram escolher logo uma chapa de oposição a Hermes e a Venceslau.<sup>382</sup>

---

<sup>381</sup> *A Federação*, p. 01, 12 fev. 1909. RS. Nos dias seguintes até o fim das edições desse mês no jornal há outras reportagens com tal teor. Uma situação que exemplifica a liderança de Pinheiro Machado é o fato de Homero Baptista, deputado federal pelo Rio Grande do Sul em várias legislaturas, referir-se ao senador como “amigo e chefe” em um relato publicado na imprensa. Ver: *O País*, p. 02, 24 jun. 1909. RJ.

<sup>382</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 153-154.

Uma convenção realizada em 22 de maio, no Senado Federal, a pedido de Francisco Sales, congregando diversas delegações estaduais, indicou os nomes de Hermes e Venceslau à presidência. A quase totalidade dos representantes de São Paulo não compareceu, com exceção do político Rodolfo Miranda.<sup>383</sup> “Em junho, Pinheiro Machado podia vangloriar-se de que a grande maioria dos deputados e 54 dos senadores (do total de 63) tinham-se comprometido com Hermes”.<sup>384</sup>

Um dia antes dessa convenção foi transcrita no Jornal “O País” uma carta de Rui Barbosa na qual ele demonstrava contrariedade em relação à candidatura do Marechal Hermes. Ele diz que “suplicou” ao presidente Afonso Pena para deixar “livre ao país a escolha do chefe da Nação” e se abster dessa “responsabilidade inútil funesta”; segue dizendo ter ele próprio se excluído do rol de candidatos e vendo que Pena continuava nesse propósito de articular uma candidatura oficial, acabou por propor ao presidente o nome do Barão do Rio Branco (*José Maria da Silva Paranhos Júnior*), acerca do qual não concordou seu interlocutor. Sobre o Marechal Hermes, se o fato dele ser militar era o ponto fundamental para lançá-lo ao pleito, ele, Rui, não concordaria, pois não caberia ao exército “remediar um caso de governo”. O baiano, apesar de querer bem as Forças Armadas e as respeitá-las, não a gostaria de ver “pesando sobre o governo”, pois “a Nação governa, e, o exército, como os demais órgãos do país, obedece”.<sup>385</sup>

Contudo, segundo José Murilo de Carvalho, a candidatura de Hermes enquadrava-se “dentro do jogo da política dos estados”, e as “lideranças civis, sobretudo a mineira, já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para o impasse sucessório”. Assim, a “conotação militarista do governo deveu-se muito mais à campanha de Rui Barbosa do que à presença do marechal”.<sup>386</sup>

Pinheiro, em 24 de maio de 1909, subiu à tribuna no intuito de replicar as reflexões do senador baiano. Afirmou ter realizado uma conferência com o presidente Afonso Pena, e após conversas junto a seus aliados, “buscaram uma fórmula” para “atender aos altos interesses da pátria” e que trouxesse a “pacificação dos espíritos”. E, ao procurar o chefe do executivo, estava ciente deste não ter “a atribuição de impor seu sucessor”, mas nem por isso ele (Pena) deixava de

---

<sup>383</sup> Informações constam em: *O País*, p. 01-02, 22 mai. 1909. RJ. E na edição do jornal seguinte: *O País*, p. 01-02, 23 mai. 1909. RJ.

<sup>384</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 154.

<sup>385</sup> *O País*, p. 01-02, 21 mai. 1909. RJ.

<sup>386</sup> Ver: CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005. p. 46-47.

Ter o direito, como brasileiro, como patriota e com mais responsabilidades que qualquer de nós (sic), pela alta posição de que se acha investido, de colaborar com seus concidadãos, auscultando o pensamento nacional, procurando estudar as correntes políticas, a fim de ver de que lado se inclina a vontade nacional.

Além disso, falou não ter rejeitado a candidatura de Campista, pois era “um moço ilustre, honesto, notável pelas suas qualidades privadas e públicas” ao qual não faltavam atributos para ser presidente da República e nunca havia concordado com aqueles que afirmavam não possuir o paulista “idoneidade” para dirigir os destinos da Nação. Mas havendo no “país, felizmente, homens de uma folha de serviços mais antiga, notabilizados na vida pública por atos que os tornaram conhecidos dentro e fora da nossa Pátria”, ele (Pinheiro) “não poderia deixar de preferir esses homens.” Assim, afirma que buscou estabelecer o “consórcio das vontades” em torno do Barão do Rio Branco “que não pertencia a nenhuma parcialidade política” e teria “notáveis e extraordinários serviços incontestes prestados ao país”, acerca dos quais todos teriam admiração, inclusive Rui Barbosa. Contudo, o nome do Barão, apesar dessas qualidades, conforme revelara a Pena, não era unânime entre seus aliados (possivelmente os representantes do Bloco). Dessa forma, com o assentimento e colaboração do presidente da República, Pinheiro revelou que havia indicado o nome do Marechal Hermes da Fonseca para a eleição, cujo nome “a maioria das vontades se congregava”.<sup>387</sup>

Além de trazer detalhes sobre negociações da sucessão presidencial, é interessante notar no texto como Pinheiro enxerga de forma mais ampla esse processo: a eleição deveria ser restrita ao mando de alguns chefes políticos, “notáveis”, que saberiam decidir qual seria o “melhor” entre eles para vencê-la. Deveria-se escolher, na medida do possível, um candidato de “consenso”, o qual harmonizasse as forças políticas republicanas. Dessa forma, parece excluir-se assim inclusive a possibilidade da formação de partidos com ideias e conteúdos marcadamente diferentes entre si, configurando forças políticas diversas no tocante ao seu espectro “ideológico”, algo comum nos processos político-partidários contemporâneos.

---

<sup>387</sup> ALVIM, Newton. Op. cit., p. 64-66. Na edição de “O País” também consta a transcrição da sessão na qual discursou Pinheiro Machado. Ver: *O País*, p. 01-02, 25 mai. 1909. RJ. Além disso, segundo Hermes da Fonseca Filho, filho do Marechal Hermes da Fonseca, Rui Barbosa e Pinheiro Machado estavam de comum acordo quanto à sugestão do nome do Barão do Rio Branco como candidato ao presidente Pena. Ver: FONSECA FILHO, Hermes da. Op. cit., p. 66.

Por fim, o “povo” não era enfatizado nesses discursos acerca dos processos decisórios, indicando que deveria sujeitar-se às disposições do seletivo grupo de indivíduos supracitado. Tais opiniões não expressavam apenas o pensamento do senador, mas, como visto nas análises das corridas presidenciais mencionadas ao longo desse trabalho, eram algo comum entre os homens inseridos nessa esfera de atuação.

Outra de sua marca vista até aqui, como já comentado, era tratar de vários nomes em sucessões presidenciais, não “empoderando” nenhuma figura específica, escondendo seus interesses. No desenrolar da negociação, ao surgirem divergências, ou mesmo um impasse, ele lançava ou retomava um nome o qual fosse o consensual, convencendo agrupamentos políticos a respeito dele.

Assim, em conversas com o presidente, mencionou a possibilidade do Barão do Rio Branco ser uma boa opção para concorrer na eleição. Mas também teve a anuência de Rui de sondar o nome do baiano junto a Pena, que foi rejeitado pelo presidente, e como aponta Viscardi, ele mesmo (Pinheiro) viu debilidade nessa possível candidatura.<sup>388</sup> Recusou também o nome de Campista ao tratar dessa personagem com Pena, embora no discurso público tenha recheado o político de elogios, afirmando ser um excelente candidato, apenas ressaltou que outros indivíduos possuíam mais experiência de trabalho em prol do Brasil. Também lançou o nome do Marechal Hermes, possivelmente para “sondar” qual seria a receptividade dele, ao passo que tentava desabonar alguns possíveis adversários na sucessão. Como vislumbrou ser o clima favorável a partir de determinado momento, houve uma convenção que sacramentou o apoio oficial por várias forças políticas em torno do militar rio-grandense.

Exemplificando novamente o jogo enigmático o qual Pinheiro propunha, ele teria afirmado, em uma conversa com militares e políticos, transcrita no “Correio da Manhã” em 1º abril de 1909, que a candidatura de Hermes só poderia triunfar por meios “revolucionários”. Pois, seria um postulante de oposição ao próprio presidente, além de provocar divergências dentro do próprio exército, o qual se envolveria em “lutas políticas”, algo que não caberia à corporação. Assim, Pinheiro não seria a favor do nome do Marechal. Como resultado, o jornal acreditava que o senador acabaria “por abraçar a candidatura Campista”, cujo nome não lhe era “antipático”.<sup>389</sup>

---

<sup>388</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 176.

<sup>389</sup> *Correio da Manhã*, p. 01, 01 abr. 1909. RJ.

Contudo, a notícia foi publicada menos de dois meses antes da reunião formal que chancelou o apoio ao seu conterrâneo na eleição. Desse modo, Pinheiro, ao contrário do que pensava o jornalista, nesse momento possivelmente já estava articulando apoio político em torno de Hermes de forma definitiva.

Outro evento o qual favoreceu a posição dos apoiadores do Marechal foi a morte de Afonso Pena, em 15 de junho de 1909. Nilo Peçanha então assumiu a presidência, desejando retornar ao poder no estado do Rio nas próximas eleições e acreditando que Pinheiro e Hermes podiam ajudá-lo na realização desse objetivo. Dessa maneira, a possível influência do presidente na disputa presidencial seria em favor do militar rio-grandense.<sup>390</sup>

Frente a este cenário, facções do PRP (Partido Republicano Paulista) e do PRB (Partido Republicano Baiano) realizaram uma convenção oposicionista em agosto de 1909, apontando Rui Barbosa para presidente e Albuquerque Lins à vice, na denominada “Campanha Civilista”, em oposição ao “militarismo” o qual seria representado por Hermes da Fonseca.

Quanto aos chefes do PRP, eles haviam aderido anteriormente a Afonso Pena, mas não tiveram a simpatia do Bloco naquela campanha presidencial. Agora, novamente ignorados pelo grupo de Pinheiro em suas decisões, alguns desses líderes, segundo Love, alegavam que o “sistema político estava maduro o suficiente para suportar uma competição eleitoral – depois de quatro eleições populares com praticamente um só candidato”. Simultaneamente, valendo-se da afirmação pregressa do ex-presidente Campos Sales, “acreditavam que o militarismo prejudicaria o crédito do Brasil no exterior”. Rui direcionou essa pauta nos ataques ao seu adversário.

As plataformas dos dois candidatos igualavam-se em muitos pontos, embora houvesse divergências no modo de tratar as pautas econômicas e as relações entre os estados e a União. Rui defendia o objetivo do PRP de obter “auxílio federal na defesa dos preços do café”. Apresentava também um grupo de emendas para “fortalecer” o governo central, “entre as quais propostas de unificação do sistema judiciário brasileiro e o estabelecimento de sanções contra os governos estaduais que violassem a Constituição Federal”. Além disso, defendia o voto secreto. O programa de Rui, possivelmente, exercia interesse sobre camadas urbanas as quais vislumbravam no

---

<sup>390</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 154.

crescimento do poder da União e no voto secreto um meio de desarticular “as oligarquias estaduais de base coronelista”.

Já Hermes da Fonseca, vários meses após a sua indicação, apresentou um programa de “natureza mais conservadora, reivindicando um orçamento equilibrado, a estabilização do mil-réis e a rejeição de qualquer revisão na Constituição”.<sup>391</sup>

Segundo Viscardi, nem mesmo os republicanos de São Paulo foram unânimes em apoiar a nova chapa encabeçada por Barbosa. Na verdade, a maioria dos deputados do PRP teria defendido a candidatura de Hermes da Fonseca.

Além disso, as fontes seriam generosas em comprovar que o acordo entre mineiros e rio-grandenses foi dirigido por Francisco Sales, “representando os interesses da quase totalidade dos chefes” de Minas Gerais. “Por não ter condições de encabeçar a chapa, em função de suas dissidências internas e da oposição do Bloco”, os membros do PRM trataram de “resguardar a vice-presidência, entregue a Venceslau Brás”.<sup>392</sup>

Hermes teria posto como condição a sua candidatura os apoios de Rui Barbosa e do Barão do Rio Branco, e endereçou cartas a eles sobre o tema. O primeiro, viu-se, negou a dar-lhe aprovação, e inclusive tornou-se seu concorrente eleitoral. Sobre o Barão, ele não teria respondido ao pedido, preferindo “um silêncio reservado” o qual foi interpretado como “aquiescência” à candidatura do Marechal.<sup>393</sup>

Pela primeira vez no regime republicano instalou-se um clima de campanha eleitoral com a disputa entre *civilistas* e *hermistas*. Na eleição de 01 de março de 1910, o país dividiu-se: Rui Barbosa e o presidente do estado de São Paulo, Albuquerque Lins, encabeçaram uma chapa, com o suporte em especial de facções da Bahia e de São Paulo. Contudo, a maioria dos agrupamentos políticos dos estados, incluindo o núcleo dominante do PRM em Minas Gerais e o de integrantes do PRP de São Paulo apoiou a candidatura de Hermes da Fonseca, a qual tinha Venceslau Brás como vice-presidente, sendo o primeiro lançado pelo Partido Republicano Conservador (PRC).

---

<sup>391</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 154-156.

<sup>392</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 183.

<sup>393</sup> CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 166. José Joaquim Seabra, deputado pela Bahia o qual apoiava a candidatura do Marechal (em dissidência da sua bancada), reforçou que “O barão do Rio Branco não é uma bandeira contra o marechal Hermes da Fonseca (...) é uma bandeira que cobre o marechal Hermes da Fonseca”. Ver: VIEIRA, José. *A cadeia velha*: memória da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Jacintho Silva Editor, [19?]. p. 131-132.

Sobre o PRC, a sigla, gerada rapidamente pelo núcleo de apoio a Hermes liderado por Pinheiro para que ele concorresse em um novo partido, teria suas bases programáticas organizadas apenas em novembro de 1910.<sup>394</sup>

Desse modo, ocorreu uma disputa mais intensa entre os candidatos na “corrida presidencial”, com comícios, passeatas, mobilização popular e a participação maciça da imprensa.<sup>395</sup> A contínua projeção política de Pinheiro Machado nessa campanha também gerou desaprovação por parte de seus adversários, fosse em manifestações públicas ou nos jornais.

Uma das críticas veio dos editores do jornal “Estado de São Paulo”, que censuraram o senador por sua “infeliz e impatriótica ideia, a audácia criminosa” de ter lançado junto com seu grupo de aliados o nome de Hermes da Fonseca. Tal artigo mereceu resposta de Victor de Brito, membro do PRR, no jornal “A Federação”, na matéria intitulada “Vilania Política”, afirmando que os líderes políticos de São Paulo estavam em “crises de furor histérico” contra o senador, inflamando tal órgão da imprensa, o qual estava dominado por “intuitos ignóbeis”, uma “vil paixão” e “ódio político”.<sup>396</sup>

O “Correio da Manhã” atacou o grupo o qual apoiava o Marechal, em especial Pinheiro Machado, com acusações de fraude eleitoral, em matéria denominada “Degradante Espetáculo”:

A população dessa cidade (...) testemunhou ontem o mais degradante espetáculo que podiam oferecer os partidários da candidatura de Hermes. Mesários dessa parcialidade, de ordem de seus chefes, fugiram ao dever de instalar as mesas, ocorrência que, nos termos da lei, impede que, nas seções em que ela se dê, haja eleição (...) Eis porque o sr. Pinheiro Machado e outros figurões do hermismo anunciavam a vitória, por quatrocentos mil votos redondos. Aqui, na capital da República, impedindo a eleição, tinham por certo e seguro tirar uns quinze mil votos aos candidatos contrários. O sr. Hermes (...) faça o que fizer, não conseguirá que o Brasil aceite livremente a sua presidência. O Brasil não o quer para seu primeiro magistrado.<sup>397</sup>

A chapa de Hermes e Wenceslau Brás foi a vitoriosa, tendo Hermes 403.867 votos contra 222.822 sufrágios de Rui Barbosa. Na disputa para a vice-presidência, Brás

---

<sup>394</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 156-160.

<sup>395</sup> Ver, entre outros exemplos: CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 172-173. *O País*, p. 02, 02 jun. 1909. RJ. *O País*, p. 03, 09 jul. 1909. RJ.

<sup>396</sup> *A Federação*, p. 01, 26 jul. 1909. RS. O autor seria eleito deputado federal, exercendo mandato no período 1912-1914. Ver: AITA, Carmen; ARAUJO, Vladimir; AXT, Gunter. (Orgs.). Op. cit., p. 76.

<sup>397</sup> *Correio da Manhã*, p. 01, 02 mar. 1910. RJ.

obteve 406.012 votos contra 219.106 sufrágios de Lins. A polarização eleitoral refletiu-se no resultado, sem uma proporção de votos esmagadora de um concorrente sobre outro. Rui Barbosa expressou sobre essa “corrida” presidencial que, de forma pioneira, “existia a contenda e o escrutínio assumira a forma precisa de um pleito”.<sup>398</sup> Por outro lado, Love aponta: “Rui nunca admitiu a derrota eleitoral: acusava Pinheiro de ter manipulado a comissão parlamentar encarregada de apurar os votos”.

O Rio Grande do Sul, o qual obteve o terceiro lugar entre os estados de maior comparecimento eleitoral (depois de Minas Gerais e São Paulo), brindou Hermes com uma vitória significativa: ele “triumfou no seu estado” de origem por uma margem de três para um (no cômputo geral de votos no Brasil, o Marechal teve uma relação próxima de dois votos para um). São Paulo foi o único estado em que Rui Barbosa obteve maioria.<sup>399</sup>

Ao escolher seus ministros, Hermes indicou nomes que provinham dos estados os quais serviram de sustentáculo a sua eleição, tais como integrantes dos partidos republicanos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O presidente fez questão de indicar pessoalmente os titulares das pastas militares (Dantas Barreto para o Ministério da Guerra e Joaquim de Leão ao Ministério da Marinha). Os demais nomeados foram selecionados sob o aval dos integrantes do PRR. Assim, ele manteve do conjunto de ministros anteriores apenas Rio Branco, titular da pasta das Relações Exteriores. Outro ministério importante, o do Interior e Justiça, foi direcionado à Rivadávia da Cunha Correia, “como expressão da integração do Rio Grande do Sul no governo de Hermes da Fonseca”. O seu nome teria partido “da indicação pessoal de Pinheiro Machado”. A pasta da Viação “foi entregue a uma das facções baianas comprometidas com o “hermismo”, a liderada por J.J Seabra”. Finalmente, o Ministério da Agricultura foi endereçado a Pedro de Toledo, ligado ao grupo hermista de São Paulo.<sup>400</sup> Segundo Castro, “era um governo acentuadamente regionalista, marcado pelo cunho rigidamente pessoal do sr. Pinheiro Machado. Era, enfim, um governo de responsabilidade rigorosamente rio-grandense”.<sup>401</sup>

Em um jantar oferecido em sua homenagem, no dia 1º de setembro de 1910, Pinheiro apresentou com maiores detalhes a formatação do Partido Republicano

---

<sup>398</sup> PORTO, Walter Costa. Rui e as eleições presidenciais. *Senatus*. Brasília, v. 8, n. 2, p. 48-50, out. 2010. E também: PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 172.

<sup>399</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 156.

<sup>400</sup> VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Op. cit., 2012, p. 196-198.

<sup>401</sup> CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 202-203. Viscardi também fez menção a essa passagem de Castro entre as páginas citadas na referência anterior (nota de rodapé n. 400).



Conservador (PRC) criado pouco antes da eleição presidencial, ocorrida em março, caracterizado como uma agremiação nacional “de apoio ao governo federal”.<sup>402</sup> A intenção de sustentar Hermes da Fonseca era clara, reforçada pelo próprio discurso deste no qual o “chefe da nação não faz política, faz administração, apoiando-se nos elementos políticos que representam a maioria da opinião”.<sup>403</sup> A frase soa familiar, mostrando a afinidade entre Pinheiro Machado e o presidente da República. Além disso, após o mandato do Marechal a ideia era continuar provendo suporte para os candidatos que Pinheiro Machado e o seu grupo de aliados lançassem nos pleitos presidenciais.

Anos depois, em 1915, por ocasião da morte de Pinheiro Machado e do subsequente encerramento da carreira política de Hermes, ele afirmou que governou “com ele (Pinheiro) e o nosso partido (PRC)”, durante os quatro anos do seu mandato, “sempre solidários em todos os atos que pratiquei, ligados estreitamente pela mais sincera amizade (...) amparáva-mos e vencíamos sempre as maiores dificuldades”. Ou seja, o Marechal admite ter sido o senador rio-grandense a grande liderança política da sua gestão presidencial.<sup>404</sup>

O senador organizou o Partido Republicano Conservador englobando a maioria das máquinas políticas estaduais. O congressista Quintino Bocaiúva foi eleito presidente da agremiação, com quem o primeiro possuía grande amizade.<sup>405</sup> Porém, quando Bocaiúva morreu em 1912, o político rio-grandense concordou em se tornar o novo líder do grupo.

Segundo Love, o PRC mostrava similaridade com um núcleo político nacional anterior, o Partido Republicano Federal (PRF) chefiado por Francisco Glicério. Outros membros do PRC os quais tinham sido anteriormente lideranças da antiga agremiação eram Augusto Tavares Lyra, do Rio Grande do Norte; Tomás Delfino e Alcindo Guanabara, do Distrito Federal; Antônio Azeredo, de Mato Grosso; Firmino Pires Ferreira, do Piauí; Leopoldo Bulhões, de Goiás; Urbano Santos Araújo, do Maranhão; Severino Vieira e José Seabra, da Bahia; Tomás Acioli, Pedro Augusto Borges e Francisco Sá, do Ceará e Rodolfo Miranda, ligado anteriormente a uma facção menor do PRP (São Paulo).

---

<sup>402</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 159.

<sup>403</sup> *O País*, p. 01, 30 out. 1910. RJ.

<sup>404</sup> *A Federação*, p. 05, 02 out. 1915. RS. O encerramento da carreira política de Hermes contemplava igualmente a sua renúncia ao cargo de senador pelo Rio Grande do Sul, o qual assumiria em 1915.

<sup>405</sup> Pinheiro tinha afeição por Quintino Bocaiúva. Exemplificando essa ligação, em 1910 ele organiza com outros políticos a arrecadação de fundos para a compra de um prédio aos filhos menores de Bocaiúva, o qual já estava idoso, e havia preocupação com o sustento dos jovens. A notícia foi publicada em jornal. Ver: *O País*, p. 02, 03 jan. 1910. RJ.

Na mesma linha do PRF, o PRC era “anti-revisionista” das constituições estaduais. A liberdade de ensino, medida com o intuito de negar ao governo qualquer controle sobre o ensino superior, e a proteção da atividade pastoril foram incluídas no programa do partido para satisfazer pautas tradicionais do PRR. De forma geral, a agremiação procurava atender as principais resoluções das forças políticas regionais dominantes, como “prosseguir executando as operações de conversão de fundos que beneficiavam os interesses do café”. Os correligionários do partido também se empenharam na luta pela destinação de recursos significativos para a área militar.

As seções estaduais do PRC foram progressivamente montadas no país. Organizaram-se convenções nas capitais onde os partidos locais acabavam por destinar alguns de seus membros ao novo agrupamento.

No Rio Grande do Sul, Borges escolheu os chefes do setor rio-grandense do PRC, todos extraídos das “fileiras do PRR”, que passariam a cuidar exclusivamente dos assuntos federais pertinentes à região. Tal mecânica deve ter sido estabelecida em outras unidades partidárias, ou seja: deu-se o ingresso de membros dos partidos republicanos regionais nessa nova agremiação os quais representariam os interesses daquele estado, enquanto proviam o presidente de apoio político.

Ademais, o PRC foi também concebido para ser um “instrumento útil a Pinheiro”: além de servir de suporte à presidência de Hermes, era um meio de tentar legitimar o controle sobre as oligarquias dos estados, em especial os menores, inserindo esses políticos no seu novo agrupamento.<sup>406</sup>

Durante o governo do Marechal, além de Pinheiro possuir força no Senado, o PRR também solidificou sua posição na Câmara Federal, pois um dos membros do partido assumiu o posto do “líder da maioria” naquela casa. Tratava-se de João Severiano da Fonseca Hermes, irmão do Presidente, o qual ingressou no Parlamento como deputado em 1911.<sup>407</sup>

O jornal “O País” traz um relato de como ocorreu essa escolha, afirmando que os líderes das bancadas governistas, após uma sessão da Câmara, aclamaram por unanimidade Fonseca Hermes, o qual disse o seguinte: “as questões econômicas e

---

<sup>406</sup> Havia igualmente semelhança na estrutura das agremiações. Nos dois casos, cada estado (além do Distrito Federal) era representado por uma “delegação” de duas pessoas nas convenções nacionais e a essas cabiam eleger “comissões nacionais” de sete indivíduos. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 160-161.

<sup>407</sup> “Maioria”, na Câmara Federal, é “o partido ou bloco que possuir o maior número de Deputados”. Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. Como funciona a Câmara dos Deputados? Disponível em: <https://www.abc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/09/como-funciona-camara-dos-deputados>. Acesso em: 14/04/2018.

financeiras aí estão, pois, desafiando as nossas preocupações e o nosso patriotismo”. Hermes da Fonseca “expõe o assunto com bastante clareza, e para ele solicita com toda sinceridade a colaboração eficaz do Parlamento. Cuidemos dele e cumpriremos um alto dever de patriotismo e corresponderemos às aspirações do país”.<sup>408</sup>

A “maioria” naquele momento era formada por um bloco de forças políticas o qual apoiava o governo de Hermes da Fonseca, especialmente de membros do PRR e PRM. Fonseca Hermes reforçava que o Congresso deveria amparar o Executivo em suas medidas, em especial as financeiras, o que beneficiaria o país e seria inclusive um ato de “patriotismo”.

O novo presidente satisfez os acordos feitos aos correligionários do PRR. Apenas alguns meses depois de sua posse, o Ministro da Justiça Rivadávia Correia acolhia a Borges de Medeiros na questão da liberdade de ensino, ponto pelo qual os rio-grandenses tinham lutado no Congresso Constituinte de 1890-91, sem sucesso. Por meio de um decreto com data de 06 de abril de 1911, Correia extinguiu o reconhecimento e os “privilégios especiais” destinados às faculdades subvencionadas pela União e tornou-as “autônomas quanto a sua administração interna”.<sup>409</sup>

Outro tema político-administrativo o qual teve a participação de Pinheiro tratou-se de quem ocuparia o Ministério da Viação e Transportes, dividido em dois capítulos. No primeiro, o cargo foi destinado inicialmente ao cunhado de Hermes, Amarílio de Vasconcelos. Borges de Medeiros e Pinheiro Machado teriam censurado absolutamente essa decisão, pois Amarílio realizou, por meio de uma carta, elogios ao regime monárquico.

Tal correspondência foi publicada nos jornais e, em entrevista ao “O País”, o presidente Hermes afirmou ter seu cunhado “integridade” e “firmeza de convicções”, e a disponibilização do documento foi feita em comum acordo com ele, para a “opinião pública” se manifestar, pois o presidente não queria trazer ao governo “preocupações de ordem pessoal”. Além disso, ele desejava que “todos os atos” da sua governança sofressem “a análise e a crítica rigorosa da opinião pública”, e caso se convencesse que “errou”, “voltaria atrás”.<sup>410</sup>

Em paralelo, Pinheiro teve uma conferência com Hermes, relatada a Borges de Medeiros, e disse estar o presidente receptivo a “sugestões” em prol do “interesse

---

<sup>408</sup> *O País*, p. 03, 13 mai. 1911. RJ.

<sup>409</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 165-166.

<sup>410</sup> *O País*, p. 01, 30 out. 1910. Op. cit.

público”<sup>411</sup>, demonstrando-se um discurso uníssono entre o novo chefe do executivo e um de seus principais articuladores políticos, o que possivelmente influenciou o presidente a uma mudança de decisão. Como resultado, José Joaquim Seabra, senador da Bahia, foi indicado à pasta.

Em 1912, Seabra desejava concorrer às eleições ao governo do seu estado e se exonerou do cargo, com a anuência do presidente da República.<sup>412</sup> Em 26 de janeiro desse ano, na cidade de Pelotas, o general Pedro Osório ofereceu um grande almoço ao senador Pinheiro Machado que contou com a presença de militares, políticos e José Barbosa Gonçalves, então intendente da cidade, exatamente uma semana antes deste ser convidado por Hermes da Fonseca, por intermédio de Borges de Medeiros, a assumir o referido ministério.

É provável que o assunto tenha sido abordado nessa ocasião, com Gonçalves ratificando o aceite da vaga a Pinheiro Machado, o qual atuou, no mínimo, como um emissário da pauta, possivelmente também aconselhando Hermes a promover tal escolha.<sup>413</sup> José Barbosa Gonçalves, de fato, foi o selecionado a ocupar o cargo de ministro e Seabra, por sua vez, concorreu e ganhou o pleito na Bahia, selando os mútuos apoios estabelecidos.

A mediação promovida por Pinheiro entre Borges de Medeiros e Hermes da Fonseca trouxe benefícios diretos ao chefe do PRR, que reforçou seu poder no Rio Grande do Sul. Um exemplo foi a contenda, em 1913, entre os representantes do governo estadual e o federal sobre a administração do Cais de Porto Alegre. O governo do Rio Grande do Sul tinha aberto uma concorrência para obras no Porto, contemplando melhoramentos como “muros do cais”, “armazéns”, aterramentos, calçamento da rua do entorno da área e “instalação de um porto marítimo perfeitamente aparelhado”.

Contudo, houve divergências a esse processo: a “Companhia Francesa do Porto de Rio Grande” apresentou uma “reclamação” contra o certame, transmitida também ao governo federal, que foi exposta pelo Ministro da Viação em correspondência a Borges: a referida companhia dizia possuir “direito de preferência” a esse trabalho, em diretrizes as quais seriam postas pela União, pois seus contratos incluíam essa zona de atuação e que a publicação de editais pelo governo estadual seriam uma “usurpação do poder federal”, detentor dos direitos de regulação da área. Porto Alegre seria “um porto

---

<sup>411</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 164.

<sup>412</sup> Sobre esse episódio, Castro aponta que o presidente realizou uma “viagem francamente eleitoral à Bahia (...) levado pelo ministro da Viação.” Ver: CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 190.

<sup>413</sup> *A Federação*, p. 02, 27 jan. 1912. RS. *A Federação*, p. 01, 02 fev. 1912. RS.

federal por estar habilitado para a navegação interestadual e internacional dentro de águas estaduais. O acesso a esse porto deve ficar sob a jurisdição da União”. Essa posição teria sido apontada por técnicos do ministério, incluindo aqueles da Inspeção Federal de Portos, além de juristas. A administração federal, portanto, entendia que os planos da obra deveriam ser de responsabilidade da União, respeitando os contratos existentes em vigor.

Borges rechaçou essas premissas, argumentando ao ministro e ao presidente da República que o porto estava sob a competência estadual porque “ficam sujeitas à jurisdição do Estado as águas interiores da bacia hidrográfica da Lagoa dos Patos (...) formada principalmente pelo Rio Guaíba” na qual o porto caracterizado, portanto, como “interno” estaria inserido.

O documento de Borges sofre uma nova contestação pelo ministro, e o governante gaúcho fez uso da tréplica para defender sua visão em uma disputa, como visto, acirrada.<sup>414</sup> Lembrando que o ministro era José Gonçalves, extraído das fileiras do PRR com a anuência de Borges, mas, pelo visto, desconsiderando possíveis lealdades pessoais e políticas e alegando questões técnico-legais, ele não estava disposto a atender ao mandatário rio-grandense.

Segundo Love, em março de 1913 Borges de Medeiros solicitou a Pinheiro para que “intercedesse junto a Hermes”; dias depois, Pinheiro relatava: o presidente “achava procedentes (vossos argumentos)” indicando a Borges o sucesso a respeito dessa pauta.

Na implantação de estradas de ferro no Rio Grande do Sul, os correligionários do PRR também obtiveram vitória: o Ministro da Viação “ordenou que as ferrovias de controle federal”, circulando entre o estado gaúcho e São Paulo, “adquirissem carros refrigerados para transporte da carne e instalassem depósitos frigoríficos”, medida a qual resultava em “benefício” da pecuária sulina.<sup>415</sup>

Após Hermes ganhar o pleito, um grupo de oficiais militares de alto escalão decidiu ingressar na arena política: seu desejo era de “salvar” seus estados nativos das oligarquias políticas enraizadas neles, presunção que logo lhes valeu o nome de

---

<sup>414</sup> RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas de “A Federação”, 1913. p. 21-33. Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=124&s=0&cv=1&r=0&xywh=-991%2C-1%2C3661%2C2583>. Acesso em: 22/06/2017.

<sup>415</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 165-166.

“salvacionistas”.<sup>416</sup> Ao longo dos dois primeiros anos da gestão de Hermes, membros do exército ocuparam o cargo de governantes de estados do norte e nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Amazonas, entre outros), embora mediante impasses os quais envolveram diferentes interpretações de temas eleitorais, violência e desordens.

Na sequência, os governadores dos três primeiros estados citados começaram a desafiar Pinheiro no controle político nas suas regiões, não querendo mais promover coligações com o senador rio-grandense e o PRC. No Rio Grande do Sul, a força dos militares também se fazia presente, ameaçando o poderio do PRR: o general rio-grandense Antônio Mena Barreto tornara-se Ministro da Guerra em setembro de 1911. O militar havia sido muito próximo de Castilhos e inclusive lutado contra os federalistas na guerra civil iniciada em 1893. Contudo, tinha “rompido” com ele, não possuía sintonia com Borges de Medeiros e estava afastado do PRR.

No final de 1911, os “maragatos” o impulsionaram a concorrer pelo Partido Federalista contra o candidato do PRR nas eleições estaduais do ano seguinte. Após o mandato de Carlos Barbosa Gonçalves à frente da presidência do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros pretendia disputar novamente o cargo.<sup>417</sup> Inicia então uma guerra de narrativas na imprensa.

O periódico “A Reforma”, órgão de imprensa dos federalistas, afirmava que Mena Barreto havia aceitado o lançamento da sua candidatura e começou a fazer propaganda em torno do militar. Já a “A Federação” asseverou ser isso uma mentira, pois Barreto seria um “ilustre” republicano o qual ainda mantinha os ideais da sua primeira agremiação e não aceitaria a proposta.<sup>418</sup>

Em 13 de dezembro, Pinheiro Machado envia um telegrama a esse jornal, também rechaçando a candidatura do general: dizia que era mais uma “patranha” forjada pela imprensa e tais intrigas infelizmente tinham receptividade na “ingenuidade popular” e até mesmo entre os “correligionários” do PRR, “vítimas desses manejos sedícios”. Além disso, ressalta, a chapa alardeada teria em tese a inclusão do militar João Francisco, algo segundo ele impensável, uma vez que os dois postulantes seriam “inimigos pessoais”. E finaliza a correspondência afirmando que os “interesses políticos, econômicos e financeiros do nosso Estado”, só poderiam ser “amparados” se

---

<sup>416</sup> PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. p. 25.

<sup>417</sup> Ver: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 167-171.

<sup>418</sup> Ver, por exemplo: *A Federação*, p. 02, 16 nov. 1911. RS.

o sucessor de Carlos Gonçalves fosse o “abnegado e ímpoluto chefe Borges de Medeiros, que não tem direito (sic) negar mais esse serviço ao Rio Grande”.<sup>419</sup>

Acredito que “A Federação” tenha dedicado espaço em suas páginas para negar com veemência a participação de Mena Barreto no pleito com a intenção de inclusive pressionar o ministro a não o fazê-lo, pois, a partir da vitória de vários militares nas eleições dos governos estaduais, além da própria presidência do Brasil em 1910, é possível que houvesse temor no PRR da possibilidade do lançamento dessa candidatura, com chances de vitória.

Além disso, como visto, o senador passa a apoiar Borges de Medeiros ao governo do estado. O seu telegrama tem um efeito agregador em torno do nome do chefe do PRR. Na sequência, várias lideranças do partido espalhadas pelo Rio Grande do Sul, ressaltando a concordância com as palavras de Pinheiro, passam a endossar publicamente tal candidato.<sup>420</sup>

Em janeiro de 1912, o presidente da República teria sabido dos possíveis planos do general e informou-o de que o governo federal não podia prover de suporte um candidato contra o partido republicano local, onde inclusive a oposição havia se colocado ao lado da Rui Barbosa na eleição progressista. Um mês depois, Mena teve outro conflito com o chefe do executivo e renunciou ao seu ministério, retirando-se para a reserva na sequência.<sup>421</sup>

Castro aponta ter Pinheiro Machado feito “um apelo heróico a sua autoridade de chefe, e criou uma crise de que resultou o pedido de exoneração (...) deferido pelo presidente (...)” Quem então assumiu o posto foi o general Vespasiano de Albuquerque, ex-deputado pelo federal pelo PRR, “correligionário certo e leal”.<sup>422</sup>

Assim, conforme o excerto, Pinheiro teve protagonismo no “veto” da candidatura do Ministro da Guerra por parte do governo federal. Desse modo, em conjunto com a análise do seu telegrama publicado em “A Federação”, entende-se que ele teve um papel fundamental na retirada de Mena Barreto “de cena”, vislumbrando o potencial deste nome na eleição, ameaçando o poderio do PRR no Rio Grande do Sul, ao passo que procurou (o senador) fortalecer o nome de Borges de Medeiros.

---

<sup>419</sup> *A Federação*, p. 04, 13 dez. 1911. RS.

<sup>420</sup> Como exemplo: *A Federação*, p. 04, 15 dez. 1911. RS. *A Federação*, p. 01, 18 dez. 1911. RS.

<sup>421</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 167. Nesse momento o periódico “A Federação” voltou à carga, dizendo que os contatos dos federalistas com Mena Barreto cessaram após a sua saída do Ministério da Guerra, lançando a tese dessa candidatura ter sido desejada apenas pelo fato da ocupação anterior dele de um posto político de prestígio (ministro de Estado). Ver: *A Federação*, p. 01, 25 abri. 1912. RS.

<sup>422</sup> CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 199.

As ações nessa linha continuaram: em 19 de outubro de 1912, veicula-se na imprensa um manifesto dos representantes do PRR na Assembleia Estadual e no Congresso Nacional em favor da candidatura de Borges de Medeiros à presidência do Estado. Na análise do jornal sobre o documento, ressalta-se que o telegrama de Pinheiro Machado, de meses atrás, foi o ato catalisador da manifestação de forças em torno do nome do chefe do PRR para a eleição rio-grandense, que até aquele momento não havia sido colocado de modo “ostensivo e público”.<sup>423</sup> Com a desistência de Mena Barreto, os federalistas não lançaram nenhum nome na disputa e Antônio Borges de Medeiros sagrou-se o vencedor no pleito estadual de novembro de 1912, concorrendo como candidato único, sendo empossado a 25 de janeiro de 1913.<sup>424</sup>

Contudo, os movimentos de Pinheiro Machado tornavam-no alvo de cada vez mais críticas, incluindo algumas direcionadas à questão da formação do seu patrimônio pessoal, supostamente construído por meio de operações ilícitas. Em novembro de 1910, com Hermes da Fonseca já eleito, o senador foi acusado de manipular criminosamente as taxas de câmbio no Brasil. Uma reportagem do “Jornal do Comércio” alegava que o parlamentar havia se encontrado na Capital Federal com Paulo Egídio, secretário das finanças do estado de São Paulo e traçado na conversa medidas econômicas de caráter nacional entre as quais estaria a desvalorização da moeda brasileira em relação àquelas de outros países. Ainda segundo o periódico, tais ações serviriam a ambições de particulares, ao invés dos “interesses coletivos de toda a nação”. Assim, o texto afirmava que Pinheiro era um dos “grandes *leaders* da política nacional ao serviço da especulação”.

Na sessão de 19 de novembro de 1910, Pinheiro promoveu sua defesa na tribuna do Parlamento, negando tais acusações, afirmando não ter “confabulado” com Egídio a respeito de medidas as quais supostamente proporcionariam a ele enriquecimento. De qualquer forma, o rio-grandense disse que “por amizade e cortesia” não seria estranho visitá-lo, algo não realizado apenas por falta de tempo. Além disso, o seu contato com o secretário teria acontecido de forma pública, no próprio Senado, acompanhado de outros parlamentares, cuja tese foi confirmada por alguns deles, que o apoiaram por ocasião dessa explanação.<sup>425</sup>

---

<sup>423</sup> A *Federação*, p. 01, 19 out. 1912. RS.

<sup>424</sup> FONTOURA, João Neves da. Op. cit., p. 187-189.

<sup>425</sup> SIMON, Pedro (Org.). Acusado de manipular o câmbio. Sessão parlamentar de 19 de novembro de 1910. Op. cit., p. 197-202.



Na véspera do dia de Natal, o senador gaúcho voltou à tribuna no intuito de rechaçar outra matéria, que o caracterizava como “protetor e talvez sócio de contrabandistas” de charque dos países platinos ao Rio Grande do Sul, em uma reportagem do jornal “Diário de Notícias”. Segundo consta no texto, o parlamentar empreendia uma operação na qual documentos eram fraudados para caracterizar tal produto como brasileiro, certamente evitando assim a cobrança de impostos.

Pinheiro negou as acusações, afirmando que desde o início da República havia apresentado projetos de repressão ao contrabando de charque, inclusive por tais medidas serem essenciais ao desenvolvimento econômico do seu estado natal. Além disso, alega que os ataques direcionados a si, em especial durante o ano de 1910, deram-se por motivos políticos, visto ser ele um dos apoiadores do presidente Hermes da Fonseca, eleito naquele ano. E também afirma:

Estranham e maldizem do meu bem-estar material, porquanto os maldizentes acreditam que fortunas só podem ser feitas por meio da prevaricação ou do roubo. Não sabem que o trabalho constante, a economia, a parcimônia, a previsão são os elementos principais para a conquista, não só do bem-estar material, como também do bem-estar moral. (...) sereno o meu espírito, pouco me importa a maledicência, ainda que ela se avolume ao ponto de constituir multidão (...). Passado a pouco tempo, pela frente do meu ilustre colega, sr. Senador Glicério, sua Ex<sup>a</sup>, com a bondade com que sempre me trata e honra, disse sorridente. “Pinheiro, estou vivendo da tua impopularidade”. (Riso).<sup>426</sup>

É interessante notar que o senador não nega possuir riqueza, sobre a qual foram apresentados dados ao longo dessa pesquisa. Ademais, o parlamentar admite a frequência de ataques ferozes a sua figura, os quais estavam tornando-lhe um político impopular.

Do Parlamento, também surgiram críticas: em maio de 1911, o deputado Barbosa Lima ironizou o fato de Pinheiro ser o presidente “de fato”, enquanto Hermes da Fonseca seria o presidente “nominal”. Igualmente, censurou a “Mensagem Presidencial” dirigida aos membros Congresso Nacional daquele ano, na qual haveria ataques aos membros de oposição que tiveram a “ousadia” de discordarem de Hermes da Fonseca.<sup>427</sup> No documento, o presidente afirmou manter seu governo “superior às

---

<sup>426</sup> SIMON, Pedro (Org.). Refutando acusações. Sessão parlamentar de 24 de dezembro de 1910. Op. cit., p. 243-255.

<sup>427</sup> *O País*, p. 03, 13 mai. 1911. Op. cit.

paixões políticas, esquecido das agruras de uma campanha violenta e quase pessoal” contra ele, garantindo “direitos” e “liberdades” sem “distinção de pessoas, nem “preferências indevidas”.<sup>428</sup>

Em paralelo, Pinheiro provocava curiosidade e um certo fascínio. Isso é trazido pelo jornalista Gilberto Amado, o qual encontrou o senador em 1911.

Amado teria sabido por interlocutores que Pinheiro Machado gostaria de conhecê-lo e decidiu ir até a residência do senador, no Morro da Graça, “ver de perto o bicho”. Adentrando no local, o jornalista também se impressionou com a quantidade de pessoas que por lá transitavam na ocasião.

Segundo o memorialista, “a casa enchia-se (...) senadores, deputados... a conversa generalizava-se”, a esposa do parlamentar selecionava quem ficava para as refeições e o senador indicava os lugares aos presentes, cabendo, ao lado de Benedita (mulher do senador), o convidado de maior prestígio. A mesa “estendida de um lado a outro, era quase sempre cheia, de ponta a ponta”. Amado igualmente descreveu certo quitute, o qual segundo a companheira de Pinheiro era o preferido do senador Rui Barbosa: “como o Dr. Rui gostava desse doce!”, teria dito a anfitriã, “renovando com generosidade a provisão que me servira”.

Desse modo, o político intrigava o jornalista:

Podia simpatizar com o homem, mas não com o político (...). Vincava-me, porém, a imaginação, a verticalidade da figura, alvo dos ataques da imprensa. A crista de *chantecler*, a impopularidade aceita com sobrançeria, a falta de arreganhos, bamboleios e abraços fáceis com palmadinhas nas costas e camaradagens dengosas; as palavras firmes, secas, curtas, que lhe saíam da boca fina, cerrada naturalmente, seu todo varonil esculpido com linhas severas e duras – batalhavam dentro de mim em favor do homem, contra o que dele diziam e lhe atribuíam os jornais de oposição.<sup>429</sup>

Embora houvesse críticas e posições contrárias a de Pinheiro, ele permanecia com seu *modus operandi*. A casa cheia de correligionários e amigos, o ambiente privado e familiar como extensão das atividades realizadas no âmbito político. No texto de

---

<sup>428</sup> BRASIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca*. Rio de Janeiro: [?], 1911. p. 5. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/129#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1389%2C-1%2C4921%2C3472>. Acesso em: 24/05/2018.

<sup>429</sup> AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. p. 89-106. Trechos também trazidos por GODOY, Arnaldo. Quando Gilberto Amado encontrou Pinheiro Machado. *Consultor Jurídico*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-12/emargos-culturais-quando-gilberto-amado-encontrou-pinheiro-machado>. Acesso em: 02/10/2017.

Amado é interessante observar que ele associa Pinheiro ao termo *Chantecler*. Trata-se de uma referência à fábula do escritor francês Edmond Rostand, onde um galo, chamado Chantecler (em uma tradução livre, "canta e clareia"), acordava de madrugada e cantava a plenos pulmões para "acordar o sol". Na sequência, o astro despertava e surgia brilhante no horizonte. "O sol nasce porque eu canto", bradava, altivo, o animal. Sua decepção veio quando acordou tarde e viu, desesperado, o sol brilhando nas alturas, sem que ele o tivesse determinado.<sup>430</sup>

Pinheiro, era retratado desse modo em alguns periódicos, fosse por meio de escritos ou charges, como um "galo" presunçoso, egocêntrico e de convicções firmes, mesmo que estivesse equivocado. Exemplificando, na Revista "Caretá", em edição de maio de 1910, Pinheiro surge na capa do material, em uma charge, na qual está no topo de um monumento em homenagem a ele mesmo, metamorfoseado de galo.<sup>431</sup>

No ano seguinte, novamente aparece retratado como o animal, travando um diálogo possivelmente com o senador Augusto de Vasconcelos, chefe do PRC no Distrito Federal e apontado por seus adversários como partícipe de fraudes eleitorais. Vasconcelos também é satirizado, surgindo transfigurado de criança. A seguinte conversa ocorre entre os dois, iniciando com Pinheiro: "e quando você for grande o que quer ser?". Vasconcelos, um dos "comandados" do senador dentro da organização do partido, responde: "quero ser *Chantecler*".<sup>432</sup>

Mesmo sob críticas, Pinheiro conseguiu uma vitória no Senado, sendo eleito novamente vice-presidente da casa em 1912. Inicialmente nesse ano, em maio, fora eleito, pela maioria incontestada, o senador Quintino Bocaiúva, com 34 votos contra 1 voto em favor do senador Rui Barbosa, além de uma cédula em branco.<sup>433</sup>

Devido ao falecimento de Bocaiúva um mês depois, em julho é feita uma nova eleição, na qual o mais votado é Pinheiro Machado, com 36 votos. Fecharam a sequência daqueles que receberam sufrágios os senadores Rui Barbosa, com 8 votos e Joaquim Ferreira Chaves, com 1 voto.<sup>434</sup>

Os jornalistas do "Correio da Manhã" ironizaram a sessão na qual Pinheiro elegeu-se:

---

<sup>430</sup> ROSTAND, Edmond. *Chantecler*. Piece em quatre actes em vers. Paris: Fasquelle, 1938.

<sup>431</sup> *Caretá*. Rio de Janeiro, n. 102, 14 mai. 1910. Ano 3.

<sup>432</sup> *Caretá*. Rio de Janeiro, n. 145, 11 mar. 1911. Ano 4.

<sup>433</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 04 de maio de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 132. v. 1.

<sup>434</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 22 de julho de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. p. 237. v. 3.

Há muito não se via uma sessão tão concorrida. (...) É que se tratava de uma demonstração de solidariedade ao sr. Pinheiro Machado, o chefe supremo do aglomerado híbrido que dá pelo nome de Partido Republicano Conservador. Para isso, os doentes, como o sr. Victorino Monteiro, abandonaram o leito, e os excursionistas, como o sr. Nilo Peçanha, voltaram apressadamente, em trens expressos. (...) Proclamado vice-presidente, o sr. Pinheiro Machado, este tomou posse da cadeira, proferindo um discurso de agradecimento no estilo arrastado que caracteriza a sua oratória.<sup>435</sup>

Em seu discurso de posse, Pinheiro afirmou estar profundamente triste devido à morte de seu colega e amigo, mas sentia-se honrado com a posição a qual os congressistas o distinguiram. Disse ainda que à frente do Senado seu “espírito” jamais se deixaria ser levado pelo “partidarismo” e procuraria “com a maior imparcialidade” cumprir os deveres da Casa, procurando sempre se inspirar nos “conselhos” e nas “luzes” de seus colegas para que fosse mais fácil o cumprimento dessa “ádua missão”. Ao final do discurso, foi aplaudido por seus pares.<sup>436</sup> É possível que ele tenha sido eleito pela maioria dos parlamentares como forma de homenagear o falecido Quintino Bocaiúva, de quem Pinheiro tinha sido amigo íntimo.

Porém, o senador rio-grandense continuou envolvendo-se em conflitos de certa dimensão. Em 1912, Emídio Dantas Barreto e Clodoaldo da Fonseca, militares e governadores de Pernambuco e Alagoas, respectivamente, passaram a criticar as diretrizes do PRC, não desejando fazer nenhum tipo de arranjo partidário com a agremiação em seus estados.

Pinheiro teria repreendido essas ações, pois em junho desse ano Clodoaldo informou que seus partidários em Alagoas estariam sendo “perseguidos” por incitação do senador. “Funcionários federais leais” ao governante estavam sendo demitidos e “agentes” do rio-grandense “interceptavam cartas e telegramas”, segundo o alagoano. Era vital ao Brasil, exprimia, livrar-se “de um homem que transformou o país numa senzala”.<sup>437</sup>

Pinheiro Machado, em uma entrevista publicada em maio de 1913 no “Correio da Manhã”, jornal com o qual vivia em constante conflito, fez várias afirmações a respeito de Clodoaldo da Fonseca: que o alagoano eleito teria se colocado como um “radical”, desde cedo se preocupando em “ter um papel na direção geral dos negócios do país”. Assim, o militar supostamente realizou “conferências” na companhia de

---

<sup>435</sup> *Correio da Manhã*, p. 02, 23 jul. 1912. RJ.

<sup>436</sup> BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 22 de julho de 1912. Op. cit., p. 238.

<sup>437</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 170-171.

diversos governadores sobre a próxima candidatura presidencial, entre os quais José Seabra (Bahia) e Emídio Dantas Barreto (Pernambuco). Desse modo, o parlamentar, interpreto, desejava demonstrar que Fonseca estava “fazendo política às escondidas” para se beneficiar. Ao finalizar, assegurava de forma “leal” não ser candidato e nem saber qual seria ele na próxima eleição.<sup>438</sup>

Aos ataques no senador somam-se os dos grupos opositores como os “civilistas”, os quais apoiaram Rui Barbosa na eleição presidencial, além de órgãos de imprensa que o hostilizavam de forma constante, como já visto.

Portanto, à medida que Pinheiro acumulou um grande poder político, crescia também o número de seus opositores. Tais críticas, advindas dos mais diversos meios, contribuiriam, em breve, para marcar seu declínio nesse meio, e na sequência, a sua própria morte.

Os membros do PRR ao longo da Primeira República progressivamente obtiveram espaço no cenário nacional e se cristalizaram como uma matriz política importante. Nas movimentações às eleições de 1910, percebeu-se que esses correligionários almejavam uma posição de amplo destaque nesse contexto, e nada indicaria mais esse protagonismo do que ser a força determinante no pleito à presidência da República. Isso foi obtido, com a chegada de Hermes da Fonseca ao Catete. Na busca de tal objetivo, foi fundamental a mediação promovida por Pinheiro Machado.

Até arranjar o apoio necessário dos estados à eleição do Marechal, Pinheiro não lançou imediatamente seu suporte a ele. Comedido na fala pública, mas intenso nas negociações de bastidores, em um método de atuação que já lhe era característico, ele só se expôs de forma incisiva quando teve certeza do alcance da sua meta. No caso em questão, arregimentar força suficiente das unidades federativas para garantir a vitória do candidato rio-grandense.

Nesse contexto, com o apoio da bibliografia e através de pesquisa nas fontes relacionadas a Pinheiro Machado e outros políticos, entre as quais algumas não mencionadas ou não analisadas até agora em trabalhos historiográficos (entrevistas e notícias jornalísticas, discursos públicos e mensagens oficiais), me preocupei em apresentar eventos da gestão Hermes com uma maior riqueza de detalhes.

Como exemplos dessa apreciação mais complexa de determinados eventos, discorreu-se sobre a grande articulação realizada pelo senador, em especial com o apoio

---

<sup>438</sup> *Correio da Manhã*, p. 02, 20 abri. 1913. RJ.

de líderes do PRM, à candidatura do Marechal Hermes à presidência da República, ao passo que afastava o nome de outros candidatos na corrida presidencial; a pretensão a qual os republicanos rio-grandenses deveriam ser os responsáveis pelo jogo político no governo de Hermes, centralizados na sua figura; a interferência do parlamentar na nomeação do ministro da Viação e Transportes, vetando a escolha inicial do presidente, além da sua participação na indicação de José Barbosa Gonçalves ao referido Ministério; sua interlocução na pauta sobre a administração do Cais do Porto de Porto Alegre em favor do governo estadual, cuja discussão estava trazendo grandes dificuldades a Borges de Medeiros; a mobilização promovida por ele, reunindo correligionários do PRR em nível regional e nacional em torno da candidatura do chefe do partido para concorrer na eleição do governo estadual rio-grandense em 1912.

Ao longo do governo Hermes, Pinheiro também enfrentou adversários por conta das eleições regionais de 1912. Contudo, soube contornar esses obstáculos, evitando a possibilidade da candidatura de Mena Barreto no Rio Grande do Sul, além de prejudicar os grupos de Dantas Barreto e Clodoaldo da Fonseca em Pernambuco e Alagoas, respectivamente. Porém, o desgaste do senador, traduzido em críticas tanto na sua área de atuação como na imprensa, tornava-se cada vez mais forte.

Assim, seus arranjos feitos com base em laços pessoais mostrariam-se frágeis a longo prazo e o parlamentar, após um período do auge de sua atuação na esfera política, passaria por um momento de enfraquecimento, até a ocorrência de sua morte em 1915.

### **3.3 O Governo de Venceslau Brás (1914-1918)**

O primeiro grande fracasso político de Pinheiro foi o seu insucesso para influenciar de forma decisiva a próxima eleição presidencial. A elite política começara a discutir a questão da sucessão mais de um ano antes do pleito, como de praxe.

Em 28 de fevereiro de 1913, o senador havia questionado o governador de Pernambuco, Dantas Barreto, se o PRC “poderia contar” com o suporte daquele estado na seleção do próximo candidato à presidência e a resposta do segundo foi a preferência por uma “convenção nacional”, conjugando “elementos de todas as feições políticas” e não uma escolha do partido controlado pelo senador rio-grandense. O governador Clodoaldo da Fonseca, de Alagoas, “logo seguiu o exemplo” de seu colega de

executivo, declarando “que o domínio da organização de Pinheiro precisava terminar.”<sup>439</sup>

Em paralelo, o general Mena Barreto, notório opositor do senador, tentava formar uma frente de oposição ao PRC, congregando um grupo o qual incluiria os chamados “salvacionistas”, ou seja, os já referidos oficiais do exército que governavam os estados do Nordeste (Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas) além de outros nomes possíveis de serem incluídos nesse bloco. Sobre Mena Barreto, o jornal “O País” apontou que ele voltaria para o Rio Grande do Sul e fundaria o “Partido Liberal”, e a revisão constitucional do Rio Grande do Sul e do Brasil, seguidos da “República Parlamentar”, seriam os ideais da agremiação.<sup>440</sup>

Segundo notícias vindas do Recife, a própria candidatura de Dantas Barreto à presidência da República estaria sendo planejada a partir do apoio de políticos até então “situacionistas”, como Joaquim Seabra, o qual chegou a ser aliado de Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, em uma nova união entre baianos e pernambucanos.<sup>441</sup>

A ligação de Dantas Barreto e Clodoaldo Fonseca também é noticiada por “O País”, pois o segundo teria mandado “aos seus colegas, governadores dos Estados do norte, um telegrama circular, exortando-os a coligarem-se para intervir de modo decisivo no próximo pleito presidencial”.<sup>442</sup>

O jornal, em tom irônico, relatava a ação regeneradora republicana proposta pelo grupo em questão. Do ponto de vista dos salvacionistas, uma “reforma política” em nível nacional só poderia ser realizada com o enfraquecimento do partido de Pinheiro. Porém, como afirma Love, seria improvável que apenas esses estados do norte-nordeste possuíssem vigor para sacramentar uma possível escolha à presidência sem o apoio de outras forças; teriam que obter o suporte de agremiações expressivas da política brasileira, como aquelas de Minas Gerais e São Paulo.

No Rio Grande do Sul, ainda segundo o autor, Borges de Medeiros tentava obter adesão à candidatura de Pinheiro Machado à presidência. A proposta agradava a Hermes da Fonseca, ainda presidente da República. Contudo, as lideranças do PRR e do PRC julgaram que deveriam contar com a força do PRM (Partido Republicano Mineiro) e do PRP (Partido Republicano Paulista) na eleição. Já no mês de janeiro de 1913,

---

<sup>439</sup> BARRETO, Dantas. *Conspirações*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917. p. 212-214. LOVE Joseph. Op. cit., p. 177-178.

<sup>440</sup> *O País*, p. 02, 14 fev. 1913. RJ.

<sup>441</sup> *O País*, p. 03, 10 jan. 1913. RJ.

<sup>442</sup> *O País*, p. 01, 26 fev. 1913. RJ.

Hermes mandara mensagem ao governador de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, indagando se o partido mineiro apoiaria uma chapa com Pinheiro para presidente e Brandão como seu vice.

Brandão não concordou, alegando preferir a candidatura de Campos Sales no pleito. Além disso, em meados de abril desse ano, o dirigente entrou em contato com um porta-voz de Rodrigues Alves, presidente do estado de São Paulo. Eles acordaram que mineiros e paulistas consultariam uns aos outros antes de se comprometerem com a sucessão.<sup>443</sup>

Referendado por esse pacto, conforme aponta “O País”, a comissão executiva do PRM resolveu “por unanimidade, que o partido não adotaria a candidatura do senador Pinheiro Machado”.<sup>444</sup> Assim, embora nem tivesse se declarado oficialmente candidato, sem o apoio do PRM o nome do senador rio-grandense como postulante à presidência sofria um abalo.

Pinheiro não teria tomado esse episódio como uma grande afronta. Preferiu, em vez disso, sugerir candidatos os quais dividissem seus oponentes, tática usualmente utilizada. Inicialmente teria lançado o nome de Campos Sales, com quem possuía boa relação, para ser referendado pelos paulistas.<sup>445</sup> O jornal “O País” apontou que Pinheiro Machado comunicou ao senador Francisco Glicério ter-se acertado na reunião do PRC a escolha do nome do sr. Campos Sales, o “candidato de pacificação”. Glicério teria telegrafado a Rodrigues Alves e aos membros da comissão executiva do PRP “fazendo ver as vantagens dessa solução”.<sup>446</sup>

Em 18 de junho, uma notícia de “A Federação” indica que uma chapa formada por Campos Sales e Venceslau Brás teria sido aceita por algumas lideranças de Minas Gerais e São Paulo.<sup>447</sup> Contudo, na sequência, uma reportagem em “O País” anuncia que Campo Sales havia enviado um telegrama para Pinheiro Machado no qual declarava a retirada da sua candidatura.<sup>448</sup>

Além disso, em maio os “coligados” do norte-nordeste já tinham repellido a candidatura de Campos Sales, por ela ligar-se tanto com Pinheiro Machado quanto ao Marechal Hermes, contestando assim o direito do presidente de interferir na escolha do próximo postulante ao cargo nacional. Ao mesmo tempo, segundo notícias do “Diário

---

<sup>443</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 178.

<sup>444</sup> *O País*, p. 01, 05 mai. 1913. RJ.

<sup>445</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 178-179.

<sup>446</sup> *O País*, p. 01, 13 mai. 1913. RJ.

<sup>447</sup> *A Federação*, p. 04, 18 jun. 1913. RS.

<sup>448</sup> *O País*, p. 01, 19 jun. 1913. RJ.



Mercantil”, reproduzidas por “O País”, a contestação da candidatura de Pinheiro Machado por parte do PRM deu-se pelo de fato Francisco Sales não ter sido apontado como candidato à presidência por parte do PRC, nome o qual o senador rio-grandense teria vetado antecipadamente.<sup>449</sup>

Uma charge nesse momento ilustra os movimentos de Pinheiro. Sob o título “*To be or not to be*”, a cena mostra o senador em um gabinete, acariciando a cadeira presidencial, dizendo: “É confortável, não nego. Mas, se eu posso continuar sentado à direita do todo-poderoso...”<sup>450</sup>

O *script* do parlamentar era atrair os republicanos de São Paulo e Minas Gerais para afastar uma possível coligação de oposição ao PRC, que incluiria, além desses dois grandes estados, aqueles controlados pelos salvacionistas e também o Rio de Janeiro.<sup>451</sup> Porém, entre os mineiros, a candidatura de Campos Sales pretendida por Pinheiro naufragara, o que demonstraria mais um desagrado em relação às ações do senador.<sup>452</sup>

Desse modo, há indicativos para pensar que Campos Sales foi barrado porque São Paulo e Minas Gerais o consideravam um nome fortemente ligado a Pinheiro. De qualquer forma, o ex-presidente adoeceu em julho daquele ano e morreu dias depois. Entrementes, os mineiros decidiram apoiar o vice-presidente de Hermes, Venceslau Brás Pereira Gomes, um líder do PRM, à presidência. Políticos das agremiações republicanas da Bahia, Alagoas, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro fizeram o mesmo.

Pinheiro opôs-se a esse nome, apresentando aos líderes do Partido Republicano Conservador e aos mineiros a indicação de Borges de Medeiros. Contudo, estes manifestaram pouca empolgação. Na sequência, Pinheiro inclusive informou que Borges recusara a proposta; além disso, as principais figuras do próprio PRC já estavam inclinadas a aceitar Venceslau como seu candidato.<sup>453</sup>

Embora o PRC tenha somente defendido o nome Venceslau Brás após sucessivos fracassos em opções lançadas anteriormente, não possuindo a “paternidade”

---

<sup>449</sup> *O País*, p. 01, 16 mai. 1913. RJ. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 178.

<sup>450</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, n. 253, 05 abr. 1913. Ano 5.

<sup>451</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 179.

<sup>452</sup> Em uma charge a qual mostra a tentativa frustrada do lançamento do nome de Campos Sales à presidência por parte do senador rio-grandense, Pinheiro Machado aparece como contrarregra de um espetáculo e o paulista como um ator, sob o título “Nos Bastidores”. No diálogo, Pinheiro diz que Campos Sales foi muito aplaudido e este responde ter sido recepcionado “friamente”, só ganhando os aplausos da “claque”, ou seja, dos seus apoiadores incondicionais. Também afirma que “recebeu o peso dos nabos e batatas” (foi duramente vaiado, portanto) e pede para Pinheiro “mandar outro, o Rui, por exemplo”. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 262, 07 jun. 1913. Ano 6.

<sup>453</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 179-180.

sobre essa candidatura, como salientou Rui Barbosa,<sup>454</sup> Pinheiro desejou passar a impressão de que ele e seu partido apoiavam irrestritamente o mineiro. Assim, o rio-grandense tentou convencer o candidato a convidar o senador Urbano Santos da Costa Araújo, maranhense e membro do PRC, para vice da chapa, o que foi aceito. Pinheiro relatou a Borges tal indicação como sendo uma “vitória pessoal” e também “enalteceu” a figura de Venceslau Brás.<sup>455</sup>

Em 24 de julho de 1913, o jornal “A Federação” afirmou que o “abnegado” senador rio-grandense, embora fosse o indivíduo mais indicado à presidência do país, caso declinasse de sua candidatura, para buscar uma fórmula de “conciliação” entre diversas forças políticas em curso, o órgão “aplaudiria” o nome de Venceslau Brás a fim de evitar uma “crise política” no Brasil.<sup>456</sup>

Já “O País” noticia, sobre uma convenção política ocorrida em 09 de agosto, que 213 parlamentares, entre senadores e deputados, “proclamaram” as candidaturas dos srs. Venceslau Brás e Urbano Santos para a próxima eleição. Os deputados “seabristas” (sic) explicaram a sua “ausência” declarando que apoiariam no pleito Rui Barbosa, com o suporte do governo do estado da Bahia e dos seus municípios.<sup>457</sup> Portanto, o maior adversário de Venceslau Brás seria Rui Barbosa, lançado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), com o apoio de seu ex-rival político na Bahia, José Joaquim Seabra.

Em 31 de dezembro de 1913, a chapa formada por Rui Barbosa e Alfredo Ellis renuncia à participação da eleição. No manifesto que encerra a presença da dupla na disputa, o baiano afirma:

O cinismo do *cáucus* (*convenção política*) (...) despiu de todo a compostura. (...) A história aludia com um facho de sombria claridade a cena da venda solene do Congresso Nacional a essa facção sediciosa (*PRC*) cujo chefe, da mesa do Senado (*Pinheiro Machado*) (...) exigiu de cada um dos membros daquela assembleia a garantia da sua assinatura na cédula do voto (...). O que há é uma falência econômica e financeira, política e institucional, por liquidar. Essa missão não se requesta. Pode um homem ser para ela requestado (...). Já não somos, pois, candidatos à presidência e a vice-presidência da República. (...) A presidência da República, neste momento, não pode ser exercida senão por um estadista, de quem conste que com ele se acha a Nação toda.<sup>458</sup>

---

<sup>454</sup> BARBOSA, Rui. A gênese da candidatura do sr. Venceslau Brás. In: BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1973. p. 441-451. v. 41. tomo 2.

<sup>455</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 179-180.

<sup>456</sup> *A Federação*, p. 01, 13 jul. 1913. RS.

<sup>457</sup> *O País*, p. 01, 10 ago. 1913. RJ.

<sup>458</sup> *O País*, p. 03, 31 dez. 1913. RJ.

A partir do excerto, Rui alega que pela decadência “moral” e “econômica” do país não deveria haver disputa e sim aclamação de um candidato para resolver tais graves problemas. Como não houve um nome a congregar todas as forças políticas – possivelmente esperava que ele próprio fosse o personagem escolhido a essa grande missão – preferiu se retirar da eleição. Além disso, culpa pelo clima de acirrada luta eleitoral os arranjos condenáveis supostamente arquitetados por Pinheiro Machado, os quais incluíram a coerção sobre parlamentares a fim de apoiarem suas decisões.

Vale ressaltar que a legenda de Rui havia sido criada apenas em julho de 1913, menos de um ano antes do pleito, e não possuía *expertise* eleitoral, enquanto Venceslau, de fato, contava com o apoio majoritário das agremiações políticas nacionais já conhecidas. Assim, o amplo favoritismo do seu concorrente, acredito, foi fator fundamental para o parlamentar baiano desistir da disputa.

Na eleição de 1º de Março de 1914, Venceslau Brás, com 532.107 votos, tornou-se presidente da República. O curioso foi perceber quem foram os seus adversários no pleito: Rui Barbosa foi o seu principal oponente, computando 47.782 sufrágios, apesar da desistência da sua chapa. Da mesma forma, na eleição a vice-presidente, Urbano Araújo teve um escore de 556.127 votos e Alfredo Ellis ficou na segunda posição, com 18.850 sufrágios.<sup>459</sup>

Os benefícios políticos que Pinheiro obteve de Venceslau sobre a nova gestão federal também se relacionaram à participação de integrantes do PRR e do PRC no governo. Um membro do PRR tornou-se o Ministro da Justiça (Carlos Maximiliano Pereira dos Santos). Contudo, como aponta Love, o presidente “não era um produto do PRC” e permanecia “isolado” de maior contato com o senador.<sup>460</sup> Segundo Vera Borges, “o governo de Venceslau Brás parecia ter como tarefa livrar-se do espectro de Pinheiro Machado e ainda resolver os problemas herdados da gestão anterior”.<sup>461</sup>

Indícios levam a crer que os membros do PRM proferiram o novo presidente de suporte visando liberdade do controle de Pinheiro. Como exemplo, Fonseca Hermes, deputado do Rio Grande do Sul, irmão do Marechal Hermes, perdeu seu posto de líder da maioria na Câmara dos Deputados para um membro da agremiação mineira, Antônio

---

<sup>459</sup> Como já ressaltado, não havia um mecanismo de registro das candidaturas o qual limitasse os concorrentes habilitados no pleito e um sem-número de nomes eram lembrados nas urnas, mesmo que não tivessem se lançado previamente na disputa. Pinheiro Machado, por exemplo, recebeu votos pelos dois cargos, embora de forma inexpressiva (222 votos para presidente e 129 votos para vice-presidente). Ver: PORTO, Walter Costa. Op. cit., 2002, p. 173-174.

<sup>460</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 180.

<sup>461</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 205.

Carlos de Andrada, no final de novembro de 2014; os correligionários desse partido também conservaram a presidência da Câmara. Segundo “O País”, o novo nome teve boa receptividade entre seus pares.<sup>462</sup>

Em uma notícia do “Correio da Manhã”, é apontado que Hermes da Fonseca, mesmo tendo o seu mandato findo dias antes (em 15 de novembro) tentou convencer seu irmão a continuar como líder da maioria da bancada governista, pois não lhe faltaria “confiança” do novo governo”.<sup>463</sup> Em reuniões entre os líderes partidários sobre o tema no dia 19, Fonseca Hermes permaneceu ocupando o cargo, o que também teria contado com a articulação de Pinheiro Machado.

Contudo, em 24 de novembro, conforme aponta o jornal supracitado, em “palestra” proferida pelo senador Azeredo no dia anterior, Fonseca Hermes não compareceria mais nas sessões do Congresso, abandonando as funções de liderança do PRC e da maioria na Câmara. Assim, Andrada, que já era líder da bancada mineira, acabou por assumir o cargo de líder da maioria do governo, sem ser necessário, segundo constou, uma votação a qual o confirmasse e conseqüentemente destituísse o ocupante anterior.

O “abandono” do posto por parte do deputado rio-grandense, sem mesmo uma renúncia formal, pelo menos inicialmente, parece-me sintomático da fragilidade de sua situação: segundo o periódico, a partir das manifestações de deputados que formaram o grupo o qual elegeu Brás, Fonseca Hermes poderia ser “retirado” de sua função mais cedo ou mais tarde. Certamente devido a sua forte ligação com o ex-presidente Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, além da possível vontade dos mineiros em dar provimento no posto a um membro ligado ao seu grupo político.<sup>464</sup> Desse modo, a fim de evitar seu provável desgaste pessoal, Fonseca Hermes deixou o cargo.

Segundo Love, mesmo com esses episódios o senador almejava manter a aparência de harmonia política e acreditava poder influenciar nos movimentos do deputado Andrada. Desse modo, Pinheiro parecia “conformado” com a derrota de Fonseca Hermes na Câmara, entendendo que uma luta sobre a questão poderia levar a um sério rompimento entre o novo presidente da República e o PRC. Ele também aquiesceu com as revisões das reformas educacionais nacionais de inspiração

---

<sup>462</sup> Ver: *O País*, p. 02, 26 nov. 1914. RJ.

<sup>463</sup> *Correio da Manhã*, p. 02, 20 nov. 1914. RJ.

<sup>464</sup> *Correio da Manhã*, p. 02, 24 nov. 1914. RJ.

“castilhista” as quais Rivadávia Correia, do PRR, havia instituído no governo anterior.<sup>465</sup>

Outro caso que enfraqueceu Pinheiro Machado foram as eleições estaduais no Rio de Janeiro. Em 1914, Feliciano Sodré candidatou-se à presidência desse estado, apoiado por Oliveira Botelho e pelo senador rio-grandense. Nilo Peçanha não concordou com a indicação e entrou na disputa. A Assembleia Estadual também se dividiu fortemente, entre apoiadores de Sodré e de Peçanha. Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois candidatos declararam-se vencedores e foram reconhecidos pelos seus respectivos grupos na Assembleia fluminense. O Supremo Tribunal Federal, julgando o caso, decidiu reconhecer a vitória de Nilo Peçanha sobre seu adversário, fato o qual desagradou Pinheiro. Em meio a essa contenda, no mês de dezembro, Venceslau ordenou o envio de tropas militares a Niterói para apoiar Peçanha.

Pinheiro trouxe a questão até o Congresso no início de janeiro de 1915 e teria, aparentemente, concordado com as ações do presidente. Mas na sequência ele informou a Borges ter impedido uma separação entre o Presidente da República e os correligionários do PRC, cujos líderes continuavam ao lado de Lauro Sodré. Contudo, a despeito dessa atitude de Venceslau, acreditava que o presidente eventualmente aceitaria a posição da sua agremiação na contenda fluminense.

Pinheiro em seguida articulou um projeto no Senado o qual efetivamente recolocava o estado do Rio de Janeiro sob autoridade de Sodré, mas tal tentativa foi bloqueada na Câmara dos Deputados, cujo controle estava nas mãos do PRM naquele momento. Peçanha continuou no seu cargo, amparado também pelo governo federal.<sup>466</sup>

Outro ponto de enfraquecimento de Pinheiro deu-se dentro do PRR, com a tentativa da eleição do ex-presidente Hermes da Fonseca ao Senado. Este deixara a presidência sob uma rejeição considerável no meio político e por isso lançar seu nome à Câmara Alta criou tensões entre membros da agremiação rio-grandense<sup>467</sup>

Durante os meses de junho e julho de 1915 há uma “luta” na imprensa entre os partidários do PRR fiéis a Borges e Pinheiro Machado contra os opositores em torno de Ramiro Barcelos, tido como um “ex-senador, um díscolo (*agressivo, brigão*), para quem

---

<sup>465</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 180.

<sup>466</sup> Carta de José Pinheiro Machado a Antônio Borges de Medeiros, remetida do Rio de Janeiro, em 1º de janeiro de 1915. Apud LOVE, Joseph. Op. cit., p. 181. Ver também a pág. 180 da obra. Sobre a disputa no Rio, discutida por fim no Congresso, segundo Castro “era a última grande tentativa do chefe rio-grandense, que teve de se conformar com a inteira ineficácia do seu esforço (...) vitória inegável conseguida pela aliança das bancadas mineira e paulista (...)”. CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 233-234.

<sup>467</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 232-234.

a calúnia e a ofensa soez são armas preferidas”.<sup>468</sup> Barcelos, por sua vez, apresenta, no “Correio do Povo”, os textos “Protesto contra o estelionato político” e “Manifesto ao eleitorado do Rio Grande do Sul”.<sup>469</sup>

Realiza-se o pleito e Hermes da Fonseca é eleito senador. Vencido na eleição, Barcelos, durante agosto de 1915, novamente em uma “série de artigos”, combate o que chama de “caudilhismo político” patrocinado pelos “algozes” dos ideais republicanos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, os quais “atrasariam” a política rio-grandense e brasileira.<sup>470</sup>

Mas o mais intenso escrito de Ramiro Barcelos contra os líderes do PRR trata-se da obra “Antônio Chimango”, lançada em 1915 e redigida por ele sob o pseudônimo de “Amaro Juvenal”. Definido pelo próprio autor como um “poemeto campestre”, é composto de versos que satirizam como teria se desenrolado a trajetória política de Borges de Medeiros até chegar à liderança da agremiação partidária rio-grandense e ao comando do governo do estado do Rio Grande do Sul, tendo Pinheiro Machado como aliado nesse processo.<sup>471</sup>

Como aponta Grijó,

O texto é uma crítica feroz e algo panfletaria a este líder (*Borges*), o que fez com que caísse no gosto dos opositores ao seu governo. Tão ampla e significativa foi tal repercussão que os partidários de Borges de Medeiros passariam a ser identificados pelas oposições como “chimangos”, ou “chimangada”. (...) Em breves linhas, o “poemeto campestre” é uma parábola da vida social e política do Rio Grande do Sul. Em cinco “rondas” (como estão divididas as partes ou capítulos do poema), paradas vespertinas da marcha de uma tropa boiadeira, o narrador Lautério, um dos tropeiros mais velhos e experientes, aproveita as ocasiões para cantar em versos a história de Antônio Chimango.<sup>472</sup>

Assim, o poema traça paralelos entre indivíduos e acontecimentos da realidade política rio-grandense e o enredo de uma fictícia vida no campo: após a morte do “Coronel Prates” (Júlio de Castilhos), dono da “Estância de São Pedro” (alusão ao Rio

---

<sup>468</sup> Um dos exemplos da discussão consta em: *A Federação*, p. 01, 05 jul. 1915. RS.

<sup>469</sup> O primeiro texto consta em: Há um século no Correio do Povo. *Correio do Povo*, p. 12, 05 jul. 2015. RS. Notícia publicada originalmente em: *Correio do Povo*, 02 jul. 1915. RS. O segundo escrito é referido em: MEDINA, Sinval. *A faca e o mandarim*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004. p. 104.

<sup>470</sup> *Ibid.*, p. 104.

<sup>471</sup> JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango: poemeto campestre*. Porto Alegre: [s.n.], 1915.

<sup>472</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Estância de São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.). RS: *200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 139-159.

Grande do Sul), prósperas terras nas quais era respeitado por sua “peonada”, passa a tomar conta do local o seu protegido “Antônio Chimango” (Antônio Borges de Medeiros). Chimango era uma criança “medrosa e manhosa” que não gozava de boa compleição física, tampouco de brilho intelectual, de “carisma” ou de destreza nas lidas campestres e no manejo de armas, sendo considerado um medíocre no meio rural. Em tese, ele estaria “condenado” a viver insignificamente.

Contudo, seu destino muda ao cair nas graças do Coronel Prates, o qual, inicialmente comovido por aquela figura “patética”, torna-se seu padrinho. Com esse amparo e à medida que se torna um “rapazote”, desenvolvem-se as “qualidades” de Chimango: sua capacidade de criar “intrigas e mexericos” entre os homens da estância, desestabilizando as relações entre eles, além de denunciá-los ao coronel Prates. Este, acreditando nas especulações e mentiras do seu protegido, passa a confiar cada vez mais nele, o qual também se converte no seu principal “adulador”.

Aos poucos, em meio a tantas “manipulações”, Chimango torna-se “capataz” da fazenda, impondo algum respeito e passando a ter o seu próprio “bando” na estância. Após o adoecimento e morte de Prates, sua grande cartada, apoiada por seu agrupamento, foi subjugar a maioria pela tese que era o sucessor natural do coronel, de acordo com a vontade do próprio, tomando para si o controle do local. Contudo, a partir daí naquele ambiente tudo se deteriora, tanto a produção agropastoril como as relações humanas e a Estância de São Pedro transforma-se em um local de miséria e decrepitude.

O texto é uma clara alusão, na visão de Barcelos, ao que seria a liderança do PRR e o governo do estado do Rio Grande do Sul na mão “forte” e “segura” de Júlio de Castilhos e o momento posterior, quando Borges de Medeiros assume essas funções, levando a chefia da agremiação e a região sulina a um momento de total decadência. Reforça o enredo o fato que o personagem “Chimango” leva o nome de um pássaro o qual não faz seu próprio ninho, ocupando o de outra ave, sendo por isso folcloricamente considerado um animal “oportunista”. Assim seria Borges de Medeiros na visão do seu antagonista. Um homem totalmente desprovido de qualidades morais e intelectuais, mas, como um grande “velhaco”, ludibriando e manipulando quem o cercasse, conseguiu ascender ao poder, sem nenhum tipo de mérito próprio.

A degradação do estado rio-grandense e do partido republicano local também seria responsabilidade de Pinheiro Machado, retratado na obra como o “Coronel José Turuna”. No texto, este, após a morte de Prates, em contato com Antônio Chimango, pactuou para nenhum deles tomar as terras e os negócios do outro, o que é uma

referência ao fato de os dois, em tese, não terem entrado em conflito pela chefia do PRR e dividirem os espaços de atuação política regional e nacional. Assim, Pinheiro passou a ser, como visto, a grande figura do partido na Capital Federal.

Barcelos escreve o seguinte:

Antigamente, da Estância  
Um certo José Turuna  
Que havia feito fortuna  
Do coronel protegido,  
Pra (sic) outros pagos tinha ido  
Morar nos campos da Tuna. (estrofe 183)  
(...)  
Entre os dois fizeram vaca,  
No jogo com a peonada,  
E tendo a sorte escorada  
Um em São Pedro, outro em Tuna;  
Mas, afinal, o Turuna,  
Foi quem ficou com a parada. (e. 193)  
(...)  
Os anos foram passando,  
E o Chimango no poleiro,  
Combinado com o parceiro  
E sem mais ouvir conselho,  
Foi levando tudo a relho  
Sem resistência e folheiro. (e. 195)<sup>473</sup>

A riqueza detida por Pinheiro (materializada, por exemplo, em sua mansão no Rio de Janeiro e suas propriedades em locais variados do país), a sua movimentada vida social, sua personalidade aparentemente “dominadora”, sua atuação política irresoluta são características presentes no personagem Turuna. Porém, o termo “turuna” refere-se a “boi castrado depois de adulto, que conserva o aspecto de touro” e “ainda procura as vacas”, em paradoxo com seus outros significados de “destemido, corajoso, taura”.<sup>474</sup> Ou seja, Pinheiro, segundo o autor, prezaria pela valentia, mas não possuiria, de fato, os predicados necessários para se mostrar dessa forma. Além disso, Barcelos descreve o senador como um homem disposto a efetuar as mais diversas manobras políticas visando os seus objetivos.

Era um gaúcho atrevido  
Quer de a pé, quer de a cavalo;  
Cola atada ao cantagalo;  
Prata em penca na guaiaca,

<sup>473</sup> JUVENAL, Amaro. Op. cit., p. 54; 56.

<sup>474</sup> NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. Apud GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. cit., 2002.



Dispondo de muita vaca,  
Levava a vida em regalo. (e. 184)  
Tinha uma estância asseada,  
Galpão coberto de zinco,  
Mangueiras, tudo era um brinco; (e. 185)  
(...)  
Astuto por natureza,  
Com fama de valentia,  
O certo é que ele sabia  
Impor com um ar soberano  
E sempre ganhar de mano (sic),  
No jogo em que se metia. (e. 186)<sup>475</sup>

O jornal “A Federação” passou a contrapor os discursos e ações de Ramiro Barcelos, classificando-o como “ambicioso”, reproduzindo a fala de Borges, denominando o primeiro de “insaciável” e “incorrigível”, trazendo a voz de figuras importantes do partido - Carlos Maximiliano, Rivadávia Correia, Pinheiro Machado, entre outros – os quais avaliaram os atos do correligionário como “rebeldia”, além de demonstrarem “solidariedade” em relação ao chefe do PRR.<sup>476</sup> Essa preocupação da agremiação em contestar Barcelos, incluindo a ação específica das autoridades policiais em tentar apreender livro, o qual teve grande circulação de forma clandestina,<sup>477</sup> indica que o “dissidente” estava causando algum distúrbio nas fileiras do PRR, fragilizando suas lideranças.

Em 14 de julho de 1915, outro evento contribuiu para aumentar a pressão sobre Pinheiro Machado. Tratou-se de um *meeting* de acadêmicos, no centro de Porto Alegre, o qual acabou em tragédia. Essa data era frequentemente lembrada pela comemoração da promulgação da Constituição de Estadual de 1891. Porém, anos depois, o evento serviu de palco a críticas em relação ao PRR. Populares, entre eles vários estudantes, protestavam contra a candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado Federal. Na sequência, um piquete de cavalarianos trocou tiros com a multidão. O saldo inicial foi de 05 mortos, além de diversos feridos. Causou especial comoção a morte do doutorando em medicina Josino de Vasconcelos Chaves, cujo corpo foi velado na Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

O “Correio do Povo” assim descreveu o ocorrido:

---

<sup>475</sup> JUVENAL, Amaro. Op. cit., p. 54.

<sup>476</sup> Ver: *A Federação*, p. 05, 29 jun. 1915. RS. *A Federação*, p. 01, 02 jul. 1915. RS. *A Federação*, p. 01, 03 ago. 1915. RS.

<sup>477</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 183.

A Capital do Rio Grande do Sul está de luto, não só pelas vidas que tombaram varadas de balas, como pela vergonha da cena, verdadeiramente cruel, que ontem se desenrolou, em pleno coração da cidade. Por volta das 19 horas, a rua dos Andradas regurgitava de povo, principalmente famílias que passeavam e se dirigiam para os cinematógrafos. O “meeting” que se realizava na praça Senador Florêncio, de protesto contra a candidatura do marechal Hermes à vaga de senador por este Estado, terminava sem que nenhum incidente houvesse surgido. (...). Foi justamente na ocasião em que todos voltavam que se ouviu um tiro, ignorando-se por completo quem o desfechou. (...). O tiro isolado seria o sinal de que as forças haviam recebido ordem para dissolver a multidão. O piquete da Chefatura de Polícia (...) acudiu, imediatamente, fazendo junção (...) com escolta presidencial. Foi, então, que se deu o sangrento choque das forças com o povo. (...). As famílias que se achavam na rua dos Andradas fugiam, espavoridamente, para os cinemas, ou para as diversas casas cujas portas ainda não se tinham fechado. No local do conflito, a cena era indescritível. Atingidos pelas patas dos cavalos e as espadas dos soldados, muitos populares reagiram, travando-se, então, cerrado tiroteio. Populares atiravam e os soldados faziam uso dos seus revólveres “Nagant” e de suas espadas, enquanto os animais pisavam muitas pessoas. (...). Por todos os lados, ouviram-se gritos de dor e gemidos de feridos que caíam no chão e eram pisoteados ora pela cavalaria ora pelos próprios populares. Ao final do conflito resultavam 5 mortos: dois policiais e três populares.<sup>478</sup>

O jornal “A Federação”, apesar de afirmar que a polícia reagiu a tiros os quais foram disparados inicialmente por indivíduos pertencentes ao grupo de protesto - cujos membros teriam sido envolvidos pela campanha “indigna” e “impatriótica” que há tempos haveria se desenrolado contra o senador Pinheiro Machado, especialmente na imprensa - classificou o evento como “lamentáveis acontecimentos”.<sup>479</sup>

Os adversários políticos do PRR responsabilizaram Borges de Medeiros, Salvador Pinheiro Machado (o já conhecido irmão de José Pinheiro Machado e naquele momento presidente do estado em exercício, pois Borges estava enfermo) e o próprio senador pela “violência” das autoridades policiais a qual resultou em mortos e feridos. O episódio repercutiu no Rio de Janeiro e a imprensa oposicionista “pintou” o senador com tintas pesadas.<sup>480</sup>

---

<sup>478</sup> Há um século no Correio do Povo. *Correio do Povo*, p. 12, 19 jul. 2015. RS. Ao longo da semana, mais 04 pessoas teriam morrido em virtude de ferimentos causados pelo embate. Ibid. Notícia publicada originalmente em: *Correio do Povo*, 15 jul. 1915. RS.

<sup>479</sup> *A Federação*, p. 01, 15 jul. 1915. RS.

<sup>480</sup> O “Correio da Manhã” afirma a respeito do “meeting” que a polícia rio-grandense cometeu um “brutal atentado” contra indivíduos “revestidos” de “coragem cívica necessária para a demonstração da sua repulsa ao imoral cambalacho do sr. Pinheiro Machado”. Ainda segundo o periódico, parte da “opinião” (pública) “repele e abomina” o senador sulino. Ver: *Correio da Manhã*, p. 01, 16 jul. 1915. RJ. Ver também excertos da imprensa com críticas ao político em: BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 223-229.

Assim, por todos esses episódios, somados à confirmação da eleição de Hermes no pleito realizado em 02 de agosto de 1915,<sup>481</sup> Pinheiro aumentava a sua rejeição política. Aos opositores habituais, como facções dos partidos republicanos de Minas Gerais e São Paulo, desgostosos da influência de Pinheiro em governos anteriores, somavam-se o senador Rui Barbosa, seu antagonista desde a campanha civilista de 1910 e membros das oligarquias estaduais os quais não queriam sujeitar-se às decisões advindas da direção do PRC, em especial os militares “salvacionistas” do Nordeste, em rota de colisão com o partido liderado pelo senador rio-grandense.

Em vista dos eventos apresentados, entende-se que Pinheiro não conseguia fortalecer a sua posição durante o governo de Venceslau. O presidente, além do apoio mineiro e paulista em suas manobras contra o PRC, desfrutava de boas expectativas frente à “classe” política e não precisava (ou não almejava) do suporte do senador para exercer o seu mandato.<sup>482</sup>

O senador rio-grandense recebia pesadas críticas, como já visto, através de setores jornalísticos. Segundo Love, essas eram alimentadas por membros da política:

Numa pilhéria amarga, o deputado José Gonçalves Maia, de Pernambuco, disse a outro jornal do Rio, “A Noite”, que ia apresentar o seguinte projeto de lei em sessão plenária do Congresso: “Artigo 1º. Fica extinto o senhor Pinheiro Machado; Artigo 2º. Revogam-se as disposições em contrário”. Desordens frequentemente acompanhavam as chegadas e saídas de Pinheiro no Senado.<sup>483</sup>

A “extinção” do senador associava o término da carreira de Pinheiro Machado à possibilidade da sua própria morte, algo que era induzido por seus adversários, tanto no meio político como na imprensa.

Isso não era uma novidade: em fevereiro de 1913 o possível assassinato do senador já rondava o imaginário político. Um homem intitulado “Reinaldo” envia a “Francisco Flores”, este possivelmente um correligionário do PRR residente em Alegrete, uma carta acerca de um suposto plano dos “federalistas” para matar o senador rio-grandense durante uma viagem a qual o parlamentar estava realizando, ou mesmo

---

<sup>481</sup> Hermes da Fonseca obteve 59.674 votos e seu principal adversário, Ramiro Barcelos, 3481 sufrágios. Ver: BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessão de 06 de setembro de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. p. 32-34. v. 6.

<sup>482</sup> CASTRO, Sertório de. Op. cit., p. 231-234.

<sup>483</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 184.

quando ele regressasse ao Rio de Janeiro. Propõe assim alertar o parlamentar ou “algum amigo” dele na Capital Federal tencionando evitar o atentado.<sup>484</sup>

Tal correspondência foi enviada posteriormente a Borges de Medeiros, reforçando a ideia de ser um documento relacionado a membros do partido. Independente se esta situação específica era verdadeira, é visível perceber que progressivamente, ao longo dos anos, um imaginário sobre a possível morte de Pinheiro, personagem o qual arregimentava um sem número de inimigos, passou a se cristalizar na esfera política.

Outro exemplo dessa situação é uma charge do início de 1915, na qual o parlamentar aparece em um leito, seminu, apenas com um lençol sobre o corpo, além de um médico a seu lado, ao que tudo indica o deputado e militar Alexandre Barbosa Lima, seu notório opositor, o qual diz o seguinte na cena: “Será difícil escalpelá-lo. Esse cadáver reage”.<sup>485</sup> Tal episódio teria origem na própria eleição e posterior reconhecimento de Barbosa Lima como deputado pelo Distrito Federal no ano pregresso, ocupando uma vaga que, segundo Vera Borges, Pinheiro batalhou, sem sucesso, para ser preenchida pelo jornalista gaúcho Vitor da Silveira, seu amigo próximo. Tal evento constituiu-se em mais uma derrota ao senador.<sup>486</sup>

Na tarde de 08 de setembro de 1915, Pinheiro Machado deixou uma sessão do Senado para encontrar Albuquerque Lins, ex-presidente do estado de São Paulo, no Hotel dos Estrangeiros. Dois deputados paulistas toparam com Pinheiro no local e os três homens conversavam enquanto esperavam por Lins. Subitamente, um homem armado com um punhal aproximou-se de Pinheiro e golpeou-o duas vezes nas costas. O senador teria se voltado ao agressor, gritado a palavra “canalha” e dado alguns passos em direção a ele, que fugia em disparada. Logo depois, o político rio-grandense morreu.

O assassino de Pinheiro, capturado a algumas quadras do hotel, foi identificado como Francisco Manso de Paiva Coimbra, um padeiro desempregado nascido no Rio Grande do Sul. No interrogatório do distrito policial, declarou: “matei-o porque ele desgraçou o país, desgraçou o Rio Grande, a minha terra, por isso resolvi matá-lo”.

---

<sup>484</sup> Ver: IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 00056. Data: 12/02/1913.

<sup>485</sup> *Careta*. Rio de Janeiro, n. 370, 24 jul. 1915. Ano 8. Reforça ser, de fato, Barbosa Lima um dos personagens da cena, além da semelhança com sua fisionomia, é que exatamente em julho de 1915 Pinheiro Machado, segundo a imprensa, desafiou o deputado para um duelo de honra. O motivo? Uma sessão da Câmara Federal na qual Barbosa Lima disse: “não aceito debates pessoais com representantes do general Pente Fino”. E arrematou: “eu estou definindo uma praga, não estou escalpelando um homem!” Ver: *Correio da Manhã*, p. 01, 14 jul. 1915. RJ.

<sup>486</sup> BORGES, Vera Lúcia Bogéa. Op. cit., p. 211-212.

Esse ódio de Paiva por Pinheiro teria aumentado progressivamente desde o governo Hermes da Fonseca, no qual o senador fora o grande articulador político e agido com incorreção, na visão do seu algoz, passando para a posterior candidatura do Marechal ao Senado Federal, também apoiada pelo parlamentar, culminando com a morte do estudante Josino Chaves, filho de uma suposta “protetora” de Manso quando este residiu em Porto Alegre. Chaves, como já citado, foi morto justamente no protesto realizado na capital gaúcha contra o nome de Hermes ao Parlamento. Assim, ao criminoso, Pinheiro “precisava morrer a bem (sic) da Pátria”.<sup>487</sup>

A responsabilidade do homicídio foi lançada sobre vários indivíduos, uma vez que o senador tivera muitos desafetos. Borges, os congressistas rio-grandenses e Hermes da Fonseca, creram, ao menos inicialmente, em um crime encomendado.

Além disso, os rio-grandenses afirmaram que considerações políticas impediram uma investigação completa do assassinato, apesar da garantia de Venceslau Brás no emprego de todo o esforço possível para se descobrir novos envolvidos. “A Federação” acusou a imprensa da Capital Federal de “responsabilidade parcial pelo crime”, devido aos ataques contundentes a Pinheiro. O PRR também “censurou o presidente” por supostamente permitir o crescimento de um “jornalismo irresponsável” no Rio de Janeiro.<sup>488</sup>

O julgamento de Manso de Paiva ocorreu em julho de 1917, quase dois anos após o crime. A peça de defesa firmou-se no argumento principal que ele agira sozinho e assassinara Pinheiro devido à influência de “paixões políticas”, cumprindo uma espécie de dever “cívico”, entusiasmado pelas coberturas jornalísticas as quais acompanhava. O ato seria fruto de uma “patologia”, assim ele deveria ser declarado inimputável criminalmente.

Já um dos promotores, Galdino Siqueira, refutou a alegação do réu a qual ele teria matado Pinheiro acreditando assim “salvar a pátria”; caracterizou Manso como um homem “pusilânime e covarde”, sem nenhum traço de patriotismo, inclusive por ser desertor das Forças Armadas, e a motivação direta para o homicídio do parlamentar foi vingança. Pois, Manso julgava Pinheiro o responsável pela morte de Josino Chaves.

---

<sup>487</sup> Lembro que Salvador Pinheiro Machado, irmão do parlamentar, era presidente do estado interino na época, e desse modo, o comandante das forças policiais estaduais, fator o qual possivelmente se somava nas justificativas ao crime externadas por Manso de Paiva. Ver, sobre o assassinato: *O País*, p. 01-03, 09 set. 1915. RJ. Acerca da repercussão do homicídio no meio político, ver também, entre outras reportagens: *A Federação*, p. 01-04, 09 set. 1915. RS. *O País*, p. 03, 21 set. 1915. RJ. Sobre a última frase da citação no texto principal, a qual teria sido proferida por Paiva: *O País*, p. 01, 18 jan. 1918. RJ.

<sup>488</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 185.

O deputado rio-grandense Flores da Cunha fez parte da equipe de acusação e “tripudiou” as alegações da defesa, afastando a ideia de que Manso de Paiva teria agido pelo “ideal político” no qual acreditava e sim por ser um “miserável”, “desocupado”, possivelmente pago para cometer o crime de maneira traiçoeira e “covarde”.

Igualmente teceu críticas à polícia na condução do caso: o primeiro ponto foi a questão da brevidade inicial das investigações, as quais tiveram a intervenção do presidente da República para que fossem estendidas, e essa “pressa” teria levado a falta de averiguação de diversas possibilidades que apontariam a ação de Manso de Paiva com outros parceiros; a permissão das autoridades ao acusado de falar abertamente com a imprensa nos dias iniciais em que esteve preso, fornecendo entrevistas completas, mostrando, em tese, o nível de “desordem” e “balbúrdia” do distrito policial.<sup>489</sup>

Considerado culpado pelo júri, o réu foi sentenciado a 30 anos de prisão. Contudo, recebeu um indulto do presidente Getúlio Vargas em 1935, tornando-se livre. Ao longo dos anos os quais incluíram a sua pena e o pós-cárcere, Manso de Paiva nunca implicou outras pessoas, sustentando a sua motivação inicial: afirmou que a “missão” foi “salvar a Nação” de Pinheiro Machado”.<sup>490</sup>

Após a morte do senador surgiram várias análises sobre a trajetória política dele, advindas tanto de admiradores como detratores. João do Rio, cronista o qual tinha boa relação com Pinheiro, sintetizou da seguinte forma o que as ações do senador despertaram:

Pinheiro era, num período de dissolução, uma alma púnica – alma de conquista, de luta, de afirmação, de domínio. Ele queria. Queria em tudo, nos atos mais simples, como nos momentos mais graves. Queria. Nunca tivemos no Brasil um exemplo mais formidável do verbo querer, com a consciência cega de que querer é vencer, é poder, é dominar. (...) Sacrificava amigos, era de pedra aos rogos, aliciava os inimigos, caminhava sereno para os golpes mais arriscados por querer. E desse querer sem peias brotavam as fontes de oposição, cresciam as caudais (sic) da raiva. (...) É das democracias o protesto contra os super- homens dominadores. Na Grécia de Péricles ou de Alexandre. Na Roma de Coriolano ou de Júlio César. (...) Sempre. Em todos os tempos. Em todos os países. Pinheiro queria com a violência dos raros

---

<sup>489</sup> *A Federação*, p. 04-05, 24 jul. 1917. RS. *A Federação*, p. 02-03, 27 jul. 1917. RS. Ver também: *O assassinato do general Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1917. p. 92-94; 183-201. A obra traz o conjunto de discursos da promotoria durante o julgamento de Manso de Paiva. Além disso, segundo a acusação, o réu teve outros parceiros no crime, que lhe pagaram pelo serviço e lhe indicaram quando o senador chegou no Hotel dos Estrangeiros para a execução do assassinato. *Ibid.*

<sup>490</sup> Segundo Paiva, o parlamentar foi um político “poderoso” o qual tinha a seu serviço uma “legião de capangas” que haviam cometido “muitos crimes”. Ver: *A Noite*, p. 05, 09 jul. 1957. RJ. Essa reportagem trata-se de uma entrevista realizada com Manso de Paiva cerca de 42 anos depois do homicídio.

singulares, e a tal violência correspondia o choque dos que o seu querer contrariava. (...) Pinheiro Machado tornou-se a ideia fixa da Nação inteira. Com amor, com medo, com hipocrisia com ódio ou com independência, ninguém poderia deixar de pensar nele.<sup>491</sup>

João, ao longo da sua fala, ressalta as características do senador continuamente reforçadas de maneira pública, na imprensa e na esfera política. Pinheiro era um político de “força”, o qual não media empenho para se colocar em evidência e alcançar seus objetivos. E, ao passo que seu destaque político aumentava, o número de inimigos e o “ódio” devotado a sua figura também cresciam.

O PRC, embora fosse extinto apenas em 1930, tornou-se uma legenda inexpressiva sem a figura do senador. A órbita de poder gravitou depois ao redor de outras forças. O vice-presidente Urbano Araújo, amigo do parlamentar, expressou após a sua morte que sem Pinheiro Machado “não há mais partido, o partido agora é o Presidente da República.” Já Borges de Medeiros, nos anos seguintes, preferiu uma espécie de “isolamento voluntário” do PRR, voltando-se ao intento de preservar o seu controle no estado sulino.<sup>492</sup> Assim, os republicanos rio-grandenses, por alguns anos, perderam protagonismo no cenário político nacional, até uma nova reorganização de forças que os levou a figurar em manobras expressivas a partir da década de 1920.

\*\*\*

Durante este capítulo, foi visualizado que a ação de Pinheiro como mediador atingiu o seu ápice durante a presidência da República do Marechal Hermes da Fonseca, onde membros do PRR também alcançaram destaque no cenário político nacional. Além disso, na ação importante do partido em torno da eleição do candidato anterior, Afonso Pena, chegando ao “distanciamento” político da agremiação no governo Venceslau Brás, em todos esses processos esteve inserido o senador rio-grandense.

Nesse contexto, me preocupei em apresentar eventos das gestões presidenciais dos três políticos supracitados com uma maior riqueza de detalhes, além da apreciação de novas questões relacionadas a essas conjunturas.

No pleito de 1906, conquanto os correligionários do PRR já possuíssem visibilidade durante os períodos de eleições nacionais – e no andamento das gestões presidenciais – eles passaram a obter uma maior proeminência: constituíram-se como

---

<sup>491</sup> RIO, João do. *No tempo de Venceslau...* Rio de Janeiro: Villas Boas e C., 1917. p. 43-49.

<sup>492</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 186-189.

uma matriz impulsionadora do nome de Afonso Pena para concorrer à presidência do Brasil. A aliança a qual se reuniu em torno do mineiro, denominado “Bloco” ou “Coligação”, foi liderada por figuras políticas expressivas nacionalmente, entre elas o senador Pinheiro Machado.

O rio-grandense, através de sucessivos contatos com forças partidárias, em especial aquelas de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, novamente buscou o candidato da “unidade” entre as agremiações, padrão das eleições anteriores. E nesse processo, pretendeu enfraquecer os grupos republicanos paulistas, os quais até então haviam marcado indelevelmente os pleitos presidenciais precedentes e possuíam grande “peso” político nacional.

Fomentando alianças, ao passo que procurava confundir seus adversários sobre as suas reais intenções na disputa presidencial, o senador rio-grandense acabou por obter grande apoio à eleição de Afonso Pena, o qual foi escolhido nas urnas com um número de sufrágios esmagador em relação a seus concorrentes.

Ao longo da gestão Pena, porém, Pinheiro Machado teve antagonistas políticos expressivos, em especial na Câmara Federal, liderados por Carlos Peixoto, membro do PRM e do chamado “Jardim da Infância”. Os correligionários dos dois grupos almejavam obter a atenção do presidente para a resolução de suas demandas, enquanto procuravam enfraquecer a coligação contrária. Pena, por sua vez, buscava atender os interesses dos seus núcleos de sustentação, os quais igualmente desejavam expandir sua força no palco político brasileiro.

Os correligionários do Partido Republicano Rio-Grandense seguiram com seu objetivo de se enraizarem como agremiação expressiva na política nacional. Tal intento teve seu ápice até então no período republicano em virtude da eleição e subsequente gestão presidencial de Hermes da Fonseca.

Até lograr o suporte indispensável dos estados à eleição do militar, Pinheiro não apresentou prontamente seu apoio a ele. Moderado no discurso público, mas intenso nas tratativas privadas, em uma forma de atuação que já lhe era própria, o senador só explicitou de forma direta suas ideias eleitorais quando teve confiança do alcance de seu intento. Qual fosse, reunir forças político-partidárias que garantissem o triunfo do “presidenciável” rio-grandense.

Nesse contexto, foram apresentados e analisados momentos da gestão Hermes, com a participação de Pinheiro Machado, a partir de uma maior gama de elementos.



Assim, se discorreu sobre a grande união política promovida pelo parlamentar rio-grandense, em especial com o apoio dos “caciques” do Partido Republicano Mineiro, em torno do Marechal, para que ele concorresse no pleito nacional, enquanto o senador repelia nomes de outros possíveis “presidenciáveis” nessa disputa; a ambição a qual os correligionários do PRR devessem ser os responsáveis pelas articulações e demandas políticas no governo de Hermes, sob a liderança de Pinheiro; a intervenção do parlamentar buscando impedir a nomeação do cunhado do presidente como Ministro da Viação e Transportes, além da sua ação, unido a Borges de Medeiros, na indicação de José Barbosa Gonçalves, membro do Partido Republicano Rio-Grandense com trajetória na gestão pública, ao posto em discussão; sua intercessão na pauta sobre a gestão do Cais da capital gaúcha em favor da administração estadual rio-grandense, a qual estava perdendo “terreno” na questão aos órgãos federais; a mobilização chefiada pelo senador, congregando membros do PRR de “estatura” política diversa, em torno do nome de Borges, que sofria a concorrência de opositores e dissidentes do partido sulino, para disputar o pleito estadual de 1912, sagrando-se o vencedor.

Ao longo do governo de Hermes da Fonseca, o senador rio-grandense igualmente teve envolvimento direto nas eleições regionais de 1912. Contudo, soube superar adversários, evitando a possibilidade da vitória nas urnas de Mena Barreto, como já comentado, o qual estava sendo seduzido pelas forças federalistas no Rio Grande do Sul, além de enfraquecer as facções políticas de Dantas Barreto (em Pernambuco) e Clodoaldo da Fonseca (em Alagoas). Porém, tais embates igualmente traduziram-se em novos “danos” políticos ao parlamentar, e críticas tanto na sua esfera de atuação quanto nos grandes jornais apareciam com cada vez mais contundência.

A estratégia de provocar incertezas em inimigos políticos, bem como nos seus potenciais aliados e posteriormente apresentar uma solução conciliadora, especialmente em momentos pré-eleitorais; a capacidade de pautar demandas nas gestões presidenciais diversas, aparentemente aceitar derrotas políticas e planejar contra-ataques, sem demonstrar grandes abalos; esses eram elementos característicos de Pinheiro e lhe proviam uma aura de força e prestígio.

Além disso, a cooptação de boa parte dos membros do Congresso e de lideranças dos governos estaduais para apoiarem o Marechal durante a campanha eleitoral, com especial atenção aos membros do PRM, além de dissidentes dos partidos que estavam coligados em torno de Rui Barbosa (sem contar o PRR e seus integrantes, “perfilados” ao lado de Hermes); o suporte exercido através do PRC, do qual o senador tornou-se o

chefe partidário e a sua influência pessoal sobre o presidente foram recursos utilizados com sucesso por Pinheiro Machado na eleição e posterior mandato de Hermes da Fonseca.<sup>493</sup>

Porém, seus arranjos políticos executados com base nas relações pessoais e não no fortalecimento das conexões entre os partidos, conforme suas plataformas e doutrinas, se caracterizariam como frágeis ao longo do tempo e o parlamentar, após um período de apogeu do seu papel de mediador, passou por um momento de desequilíbrio. Pois, desgastado em virtude de suas manobras na política no decorrer de anos, as quais provocaram “rachaduras” na sua imagem, sua posição de grande chefe político estava posta em xeque.

Isso se conformou na próxima gestão presidencial. Na corrida eleitoral, os nomes lançados por Pinheiro não surtiram grande efeito e as agremiações partidárias de São Paulo e Minas Gerais organizaram-se de forma a tomar à frente na sugestão de um candidato à presidência, Venceslau Brás.

Os membros do PRR e do PRC apoiaram tal nome na eleição, mas de forma tímida, pois uma aliança mineiro-paulista em torno da escolha de um candidato já havia sido executada nos períodos anteriores e era contra isso justamente que os republicanos do sul insurgiram-se diversas vezes.

De qualquer modo, Pinheiro obteve concessões durante a campanha eleitoral (o vice da chapa, Urbano Santos era membro do PRC) e também no mandato de Brás, com a coordenação da pasta da Justiça por um membro do PRR, Carlos Maximiliano. Contudo, Brás mantinha certo afastamento do senador, e assim Pinheiro estabeleceu um contato bem mais restrito do que havia alcançado em relação a presidentes anteriores.

O senador passou a acumular fracassos políticos: a derrota do seu candidato, Lauro Sodré, ao governo do estado do Rio de Janeiro, e a conseqüente vitória de Nilo Peçanha apoiado pelo executivo federal, membros do Congresso e por uma decisão da justiça federal; a perda do posto de liderança da maioria encabeçado até então pelo deputado Fonseca Hermes a um integrante do PRM, Antônio Carlos de Andrada, bem como a conservação da função da presidência da Câmara ao mesmo grupo; o revés de seu amigo, Vítor da Silveira, na disputa com seu desafeto Barbosa Lima ao cargo de deputado pelo Distrito Federal; o enorme desgaste da eleição do ex-presidente Hermes da Fonseca como senador do Rio Grande do Sul, criando animosidades dentro do

---

<sup>493</sup> Alguns desses elementos já foram apontados por: LOVE, Joseph. Op. cit., p. 162.

próprio PRR, em membros da política em geral e perante segmentos da imprensa, devido à baixa popularidade do seu governo pregresso.

Em meio a esse clima de turbulência, Pinheiro é assassinado na Capital Federal, cujo criminoso afirmou ter sido influenciado pela imprensa, a qual apontaria o senador como “um mal” à República, e desse modo, para o bom andamento da Nação, ele deveria ser eliminado. Caía assim um dos políticos mais influentes do primeiro quartel do período republicano brasileiro.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, através do estudo da trajetória de José Gomes Pinheiro Machado, buscou-se analisar de qual modo, a partir de quais recursos e sob que condições o senador logrou atingir posições importantes, exercendo suas funções de mediação, descortinando-se assim os mecanismos e estruturas políticas do Rio Grande do Sul e do Brasil durante a Primeira República. Para tal, examinaram-se fontes variadas, incluindo aquelas até o presente momento não trazidas pela historiografia, como cartas, telegramas e bilhetes privados dele, além de seus discursos parlamentares e textos jornalísticos específicos.

Apresenta-se assim que os correligionários do PRR, desde o início da Primeira República, almejavam construir e fortalecer relações com os integrantes do executivo federal, objetivando a resolução de pautas da administração governamental rio-grandense. Em especial, buscaram incrementos econômicos, de infraestrutura e mesmo militares, além de ambicionarem se incluírem em discussões políticas de abrangência nacional, como os processos de sucessões presidenciais e as subsequentes gestões dos mandatários escolhidos nas urnas. Para a resolução dessas demandas, contaram com Pinheiro Machado, que nesse percurso adquiriu prestígio, notoriedade e poder, tornando-se um dos grandes mediadores da República no período em estudo.

No primeiro capítulo foi apresentado o começo do movimento de Pinheiro Machado no mundo político, conectado aos seus posicionamentos durante os mandatos presidenciais de Manuel Deodoro da Fonseca, Floriano Vieira Peixoto e Prudente José Moraes de Barros.

Primeiramente, compreenderam-se as prerrogativas as quais “catapultaram” Pinheiro Machado na esfera política, e, conseqüentemente, para o início de sua atuação como mediador, conjugando o emprego de recursos familiares, econômicos, sociais e educacionais, além dele se valer das relações clientelísticas, de compadrio e de reciprocidade, elementos presentes de forma expressiva nesse momento na esfera política brasileira. Além disso, Pinheiro contava com um núcleo familiar no qual dividia funções de mediação, desde o plano municipal-regional até o plano estadual-federal. Tais aportes expandiram-se à medida que o senador rio-grandense transitava nesse cenário, incrementando as suas possibilidades de ação.

Tais componentes são vislumbrados inicialmente no mandato de Deodoro da Fonseca. Este já havia sido contemplado para comandos militares no Rio Grande do Sul

e assim conhecia o estado e as principais lideranças do PRR, tendo com eles um bom diálogo mesmo antes de assumir o posto de chefe do governo provisório em 1889.

Com Deodoro investido de autoridade política havia expectativa pelo grupo rio-grandense da efetivação de incrementos considerados por eles benéficos ao estado sulino, quais fossem, um projeto portuário em Torres, incluindo a ligação por uma ferrovia entre a capital gaúcha e essa cidade, que em tese traria desenvolvimento econômico, além da colocação de postos militares os quais potencializariam as linhas de defesa do país contra possíveis agressores externos.

Porém, o tema se constituiu em elemento de desagregação do governo do Marechal, uma vez que o seu conjunto de ministros demitiu-se, em janeiro de 1891, por não concordar com o modelo de concessão engendrado na proposta. Na sequência, em fevereiro, com a existência da eleição indireta visando o cargo presidencial, a maioria da bancada do PRR votou no Marechal, o qual era celebrado publicamente como o nome correto a ser escolhido. Depreende-se que os membros do partido desejavam manter o canal de comunicação com Deodoro para continuar a debater e obter projetos de seu interesse, como o porto torrense, além de outros a serem propostos.

Porém, com a permanência da instabilidade do governo, o empreendimento, parece claro, não teve condições de continuidade. Em novembro, Deodoro ordena o fechamento do Congresso, agravando o cenário político. Pouco antes desse ato, Castilhos teria pedido a Pinheiro Machado para evitar, em suas palavras, esse “descalabro”, visando argumentar ao presidente de forma contrária a essa arbitrariedade. O parlamentar, que tinha uma relação próxima a Deodoro, o qual intitulava “amigo”, não foi bem sucedido nessa ação.

De qualquer forma, compreendeu-se que Castilhos considerava Pinheiro uma força capaz de impedir a atitude presidencial, buscando tranquilizar assim o ambiente conflituoso instaurado. Ademais, o senador garantiu reprovar as ações do presidente, mesmo que eles fossem próximos um ao outro.

Além disso, o parlamentar agiu em outro tema pertinente à economia do Rio Grande do Sul, o enfrentamento do contrabando, problema comum na região fronteiriça, por meio de um projeto. Apesar de dificuldades no andamento da demanda – entre as quais estiveram uma possível reprodução do seu documento por membros do executivo federal, elaborando-se um decreto a partir dessa cópia -, entendo que o desfecho não deixou de trazer benefícios ao senador. Fortificou a sua imagem perante integrantes do Parlamento, ao passo que o debate serviu para mobilizar os congressistas, segundo seus

próprios argumentos, contra possíveis atos “autoritários” do governo em voga, devido a essa “usurpação” do projeto de Pinheiro. Ressalta-se também que as medidas, de fato, foram postas em operação, trazendo o resultado desejado pelo governo do PRR na questão.

A partir do esfacelamento da gestão de Deodoro, sua subsequente renúncia e o alcance do poder por seu vice, Floriano Peixoto, houve troca mútua de suporte entre os correligionários do PRR e o novo chefe da Nação. Uma das pautas prementes foi o apoio militar, em termos de armas e combatentes, desejado pelos membros do partido para se fazer frente aos federalistas no estado sulino, o qual foi obtido via governo federal.

Ademais, acredito que o estreitamento de laços entre Floriano e o Partido Republicano local aconteceu durante o andamento desse conflito armado, enquanto o grupo do PRR, liderado pela ação contínua de Pinheiro, vai obtendo sucesso na guerra, tema recorrente nas correspondências trocadas entre ele e o presidente. Estas são veiculadas na imprensa, onde nela os dois também se tornam frequentemente exaltados. Por fim, após a vitória no conflito o militar e o parlamentar seguidamente promovem manifestações de apreço mútuas em cerimônias públicas.<sup>494</sup>

Dessa forma, Floriano recebe suporte político em seu mandato dos correligionários do PRR, os quais almejavam a sua permanência no posto, possivelmente por meio do sucesso no próximo pleito nacional ou devido à outra fórmula legal a ser posta na mesa. Porém, o presidente interino se desgasta intensamente no meio político, tendo que lidar com a oposição, além de conflitos armados no país. Ele acaba não se aventurando como candidato na eleição de 1894 e o paulista Prudente de Moraes, primeiro brasileiro a ser eleito pelo voto direto na República, assume a cadeira presidencial.

Na gestão de Prudente é comum na bibliografia ser encontrada a argumentação de um embate permanente entre o novo governo e os membros do PRR, devido à maior conexão destes com presidente anterior, Floriano, bem como em decorrência de situações específicas ocorridas entre esses dois pólos.<sup>495</sup>

---

<sup>494</sup> Nesse contexto da guerra lembra-se ainda as nomeações a cargos em embaixadas feitas por Floriano, bem como a abertura de créditos para linhas telegráficas, conectadas com a questão da defesa do Rio Grande do Sul contra os federalistas, incrementando a autoridade do PRR. Em troca, houve apoio político estabelecido a Floriano pelos membros da agremiação, capitaneado por Pinheiro Machado.

<sup>495</sup> Quais foram: o processo de pacificação efetivado pelo governo central, cessando o conflito armado o qual transcorria nas terras rio-grandenses; a nomeação de militares em cargos no Rio Grande do Sul que

Contudo, esse contato foi distinguido por outras nuances. Mesmo com os conflitos vistos, ocorreram situações em que Pinheiro Machado constituiu-se no ator principal da confluência entre os governos rio-grandense e federal. Ele teve um desempenho fundamental nas tratativas da instalação de ramais e linhas de telégrafo, a construção de uma aduana na cidade de Santana do Livramento e um projeto de lei para reduzir o imposto sobre o sal, importante insumo vinculado ao principal produto rio-grandense ao mercado, o charque, pautas essas também negociadas com o Parlamento.

Pinheiro Machado chegou a ser procurado por integrantes do seu partido no intuito de se resolverem assuntos os quais envolviam a esfera jurídica, quando o presidente da Assembleia Estadual solicitou a tratativa do senador com o presidente da República e o Ministro da Guerra para que um deputado estadual e também militar não fosse detido antes do legislativo rio-grandense avaliar a questão. Há igualmente nas fontes registros de audiências privadas entre o senador e Prudente, ao qual Pinheiro promovia gestos de cordialidade em cartas celebrativas. E julgo que a resolução das demandas já citadas foram um modo de relativizar os desentendimentos entre os correligionários do PRR e o governante em questão. Desse modo, Pinheiro exercitava sua atuação como mediador, ao obter o encaminhamento de tais assuntos desejados pelos membros da sua agremiação.

E apesar da sua detenção devido a uma suposta participação no atentado contra a vida do presidente, Pinheiro não quis atribular ainda mais o ambiente político, segundo ele mesmo relata. O parlamentar possivelmente avaliou que promover críticas e ações contra Prudente poderia sujeitar o governo do PRR a novos conflitos envolvendo o regime presidencial vigente, prejudicando a concretização de demandas as quais se atrelavam de algum modo a essa conexão com o executivo nacional.

Nos próximos mandatos presidenciais os integrantes do partido republicano do sul desejariam uma atuação ainda mais participativa no palco político do país, buscando interferir na escolha de candidatos em eleições nacionais e até mesmo aspirando maior ascendência junto aos presidentes, além de influência no Parlamento Federal. Assim, conduzidos pelo senador Pinheiro Machado, se valeriam de táticas ainda mais variadas na arena política.

No segundo capítulo, foi apontado que os representantes do governo do PRR não se satisfizeram em ser participantes “menores” na política brasileira e iniciaram um

---

de acordo com Castilhos “tramavam” para prejudicar a governança do PRR; a detenção do parlamentar Pinheiro Machado por seu possível conluio visando assassinar Prudente de Moraes.

movimento por busca de maior representatividade. Embora as agremiações republicanas de Minas Gerais e São Paulo constituíssem-se como grandes potências partidárias, o partido rio-grandense igualmente começa a ocupar um lugar mais significativo nesse cenário.

Dessa forma, foi apresentado de qual modo se estabeleceu a relação dos partidários da agremiação com dois presidentes, Manuel Ferraz de Campos Sales e Francisco de Paula Rodrigues Alves. Compreendeu-se que os políticos do Rio Grande do Sul tentaram manejar o processo eleitoral, propondo concorrentes à presidência, e, mesmo não tendo sucesso nessas sugestões, após as eleições nacionais buscaram aproximar-se dos candidatos vencedores, objetivando a resolução de pautas as quais havia traçado para o governo do PRR no estado.

Nessa trajetória, o senador rio-grandense continuou sendo o grande mediador do PRR para além do âmbito regional, estabelecendo uma conexão coesa com Campos Sales, pela qual proveu suporte às medidas do então presidente e protegeu-o em momentos de ataques a sua gestão. Por essa fidelidade, o parlamentar obteve maior projeção política, estabilizando-se como o líder do PRR em acordos com os membros do governo federal e conseguindo a instauração de medidas as quais beneficiariam o estado sulino na visão dos seus líderes. Em tal percurso, também foi fundamental a criação e o reforço de ligações que Pinheiro constituiu ligando-se aos integrantes do Parlamento brasileiro.

No governo Campos Sales, com a implementação da “política dos estados”, estabeleceu-se uma conexão visível entre chefes de governo das unidades federativas e o presidente República, na forma de apoios mútuos. Desse modo, apesar de Castilhos não concordar com tal “sistema”, o senador rio-grandense, buscando evitar tensões as quais existiram entre os correligionários do PRR e o presidente anterior, Prudente de Moraes, foi um hábil mediador das exigências do governo rio-grandense ao poder central. Valendo-se de permutas políticas, manteve um sólido suporte de congressistas do PRR, entre deputados e senadores, às ações do governo de Campos Sales.

Nesse panorama, membros das agremiações partidárias dos estados procuravam constituir um bom relacionamento com o governo central visando o atendimento de suas demandas regionais e, igualmente, o que não seria estranho, à obtenção de destaque político próprio. Porém, nem todos os atores conseguiam atingir essa proeminência, contrariamente daqueles que conseguiam se destacar, contribuindo para a resolução de pautas das agremiações às quais pertenciam e adquirindo notoriedade na esfera política.



Pinheiro Machado pertence a essa segunda turma. Nessas negociações, ele acabou por obter acesso direto ao chefe do executivo, em encontros privados, bem como mobilizava políticos para colaborar na resolução de seus projetos, o que também demonstra o bom nível político das suas relações.

Além disso, nas demandas desejadas pelo governo do seu partido que o parlamentar direcionava, as quais dependiam de uma decisão conjunta com o governo da União e o Parlamento, como: a retirada de generais de seus postos no Rio Grande do Sul que divergiam da autoridade do chefe do PRR; a volta do funcionamento da alfândega em uma cidade gaúcha; a remoção de um fiscal responsável por uma obra ferroviária no estado sulino; a alocação de indicados por Castilhos a funções públicas; o aumento de vencimentos de trabalhadores dos Correios do Rio Grande do Sul; a investidura de Pinheiro na função de vice-presidente do Senado; estavam vinculados dois pólos, já comentados, um “formal” e outro “informal”,<sup>496</sup> os quais fortalecem progressivamente o papel de Pinheiro como mediador, potencializado por atribuições importantes que lhe são conferidas a partir de seu cargo de dirigente do Senado, como a Comissão Verificadora de Poderes, crucial no andamento das eleições.

Isso ilustra o tipo de acordo político que se estabelece: tratativas privadas, contando como importantes o grau de conexão pessoal entre os atores políticos, estabelecendo-se favores entre os envolvidos os quais deveriam ser retribuídos quando um ou outro precisasse.

O senador rio-grandense decididamente estava próximo ao poder e dele desfrutava. Mais um elemento que reforça isso são as piadas, charges e artigos de periódicos os quais o expunham como um político de prestígio, participando da discussão de grandes temas nacionais, tais quais os relatos memorialísticos de outros homens da política da época que ratificam essa representação do parlamentar rio-grandense como uma liderança no seu meio. Ou seja, ele começava a se integrar no grupo dos grandes mediadores na arena política brasileira, cujos integrantes agiam de forma mais contundente no debate das questões nela envolvidas.

Dessa forma, se primeiramente houve oposição por parte de Castilhos à política pacificadora de Campos Sales, a qual abarcava a questão da tentativa de controle dos processos eleitorais, a partir da implantação da chamada “política dos estados” a sua

---

<sup>496</sup> O primeiro polo é ligado ao fato de Pinheiro constituir-se como um representante político do Rio Grande do Sul, ocupando o cargo de senador e apresentando demandas do seu estado no debate público. O segundo polo é conectado a benefícios que envolviam trocas entre atores políticos, tais quais ações clientelísticas diretas ou cruzadas e favores em geral na sua área de atuação.

opinião se altera. Ao passo que Pinheiro Machado gradualmente vai estabelecendo uma relação pessoal próxima com o chefe do executivo nacional, controlando a Comissão Verificadora de Poderes - órgão que possuía papel fundamental no resultado das votações – as possíveis censuras por parte dos correligionários do PRR ao então presidente param.

Na gestão de Rodrigues Alves, apesar do esfriamento da conexão política entre membros do PRR com o chefe do executivo nacional, uma vez que Alves promoveu um certo afastamento de Pinheiro Machado, houve a continuidade da obtenção de melhoramentos ao estado rio-grandense os quais dependiam de suporte do governo da União, ao contrário dos maiores problemas de comunicação vistos entre os correligionários do partido republicano sulino e o ex-presidente Prudente de Moraes.

Uma questão importante aos membros do PRR durante a gestão Alves foi a valorização do gado bovino, principal pauta econômica do Rio Grande do Sul, através de duas ações. A primeira delas tratou-se da obtenção de aportes financeiros destinados ao incremento e/ou implantação de estradas de ferro utilizadas para o transporte dos rebanhos pela região sulina e outras partes do país, o que foi atendido pelo governo da União por meio do orçamento federal. A segunda foi a volta do imposto sobre o gado vindo de países estrangeiros ao Rio Grande do Sul, medida a qual foi ratificada pelo Parlamento. Nas duas situações, os congressistas do PRR atuaram nas negociações, destacando-se o deputado Cassiano do Nascimento e o senador Pinheiro Machado.

Já sobre as deliberações do Convênio de Taubaté, as quais se encaminhavam para aprovação do Legislativo, contestando o desejo do presidente, o senador rio-grandense participou de forma ativa nos debates, e, junto de seus companheiros de legenda e grande parte do Congresso ratificou o acordo. Assim, percebeu-se que o PRR, conduzido por Pinheiro, amparou a governança de Alves por questões específicas as quais apareceram ao longo da gestão, sem deixar de se tornar voz contrária a ele em determinados momentos. Tais deslocamentos mostram que as relações pessoais estabelecidas entre esses atores resultavam em trocas de benefícios recíprocos na área política e eram recursos altamente efetivos para se obter sucesso nela. O senador rio-grandense, como se demonstrou, se valia de tais ações com sucesso, o que resultava no incremento da sua notoriedade.

Portanto, nesta trajetória a qual conjugou os membros do PRR e os integrantes destas três gestões governamentais federais, foi visualizado que a gama de conexões políticas detida pelo senador em destaque, proporcionando a troca de apoios mútuos

entre esses agentes políticos, foi fundamental a fim de que as demandas pensadas pelo grupo republicano do Rio Grande do Sul tivessem um desfecho considerado satisfatório.

No terceiro capítulo, mostrou-se que Pinheiro, de um personagem razoavelmente prestigiado o qual fornecia suporte político considerável em relação a determinados candidatos ao governo federal e àqueles que de fato alcançavam o poder, tornou-se uma figura decisiva nas duas próximas eleições presidenciais, 1906 e 1910. Contudo, após alcançar seu auge na esfera política, ocorre um momento pessoal de instabilidade e enfraquecimento, além do seu assassinato em 1915.

Portanto, no pleito de 1906, embora os membros PRR já estivessem estabelecidos como um elemento político ativo durante as corridas eleitorais e nas trajetórias presidenciais, eles passaram a obter uma importância maior naquele momento: tornaram-se uma força de destaque na campanha de um candidato o qual de fato se sagraria o vencedor da eleição, o mineiro Afonso Pena. A aliança reunida em torno do membro do PRM, denominada “Bloco” ou “Coligação”, foi encabeçada por figuras políticas significativas no âmbito nacional, entre elas o senador Pinheiro Machado.

O parlamentar rio-grandense, através de contínuos acordos com núcleos partidários, em especial os de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, mais uma vez procurou estabelecer o concorrente de “consenso” entre essas agremiações, padrão dos pleitos anteriores. E nesse percurso, Pinheiro almejou diminuir a influência dos grupos de São Paulo (como o PRP), os quais até então haviam caracterizado-se como os grandes protagonistas nas eleições nacionais, lançando candidatos que se tornavam os vitoriosos.

Constituindo uniões, ao passo que buscava “desinformar” seus concorrentes sobre seus planos na corrida presidencial, Pinheiro Machado obteve grande suporte político à eleição de Afonso Pena, bem-sucedido com um número de votos expressivo em relação a outros candidatos. Assim, o senador gaúcho atua nesse panorama por meio de vários movimentos: no período pré-eleição, buscou apaziguar os ânimos do senador Rui Barbosa para que ele se organizasse como força de apoio em torno de Pena; com o presidente eleito, procura resolver conflitos entre políticos na composição do novo conjunto ministerial, cujos nomes passam pelo seu crivo; mantém conexões no Senado a fim de garantir o reconhecimento do mandato de seus aliados. Desse modo, ele visa solidificar a sua figura como um grande articulador político, capaz de contornar crises, ao passo que tem seus interesses atendidos.

Contudo, ao longo do mandato de Pena, o senador rio-grandense teve adversários significativos, em especial na Câmara dos Deputados, conduzidos por Carlos Peixoto, membro do Partido Republicano Mineiro e do chamado “Jardim da Infância”. Os correligionários dos dois agrupamentos, Coligação e Jardim, procuravam obter a atenção do presidente para a resolução de seus objetivos, enquanto buscavam enfraquecer o grupo político contrário.

O chefe do executivo, ao acolher as demandas de um ou outro agrupamento, almejou manter um “equilíbrio” entre tais forças as quais o apoiavam e ansiavam por expandir seu domínio no cenário político nacional.

Os membros do PRR continuariam com sua meta de consolidar o partido como uma agremiação significativa no cenário político brasileiro e Pinheiro, além disso, de fortalecer seu papel de mediador. Tais objetivos seriam alcançados no pleito e sucessivo governo do militar rio-grandense Hermes da Fonseca.

Até obter o suporte dos partidos republicanos tradicionais à eleição de Hermes, o senador não apresentou o seu apoio ao conterrâneo. Moderado na fala pública, mas contundente nos acordos políticos de bastidores, Pinheiro apenas expôs de forma explícita sua ideia eleitoral quando sentiu que essa candidatura teria uma grande base de sustentação. No caso, o alicerce de forças políticas dos estados as quais praticamente assegurassem a vitória do militar.

Contando com o suporte bibliográfico e a pesquisa em fontes até o momento não trazidas pela historiografia, analisou-se atuação de Pinheiro na gestão Hermes de forma mais complexa.

Como exemplo, apresentou-se o processo de arregimentação de forças em torno da candidatura do Marechal arquitetado pelo senador, convencendo em especial os núcleos políticos de Minas Gerais nessa composição, além de despistar ou “eliminar” possíveis competidores na disputa; o desejo que os membros do PRR fossem os gestores da articulação política no governo do militar gaúcho, capitaneados por Pinheiro; a ingerência deste na seleção de um integrante do partido rio-grandense à pasta da Viação e Transportes, além de contrariar o nome escolhido por Hermes inicialmente; sua participação, com sucesso, no debate sobre a pauta do controle do cais da capital gaúcha em favor da posição de Borges de Medeiros, contrariando a opinião do governo federal e dos seus respectivos órgãos; sua liderança na formação de uma frente de apoio entre os membros do PRR de “estaturas” variadas destinada ao chefe dessa agremiação na

eleição ao governo estadual em 1912, que sagrou Borges, de fato, como vencedor, além de “debilitar” na contenda um potencial concorrente, o militar Mena Barreto.

Ao longo da gestão Hermes, Pinheiro igualmente buscou enfraquecer o grupo de apoiadores dos governadores Clodoaldo da Fonseca de Alagoas e Dantas Barreto de Pernambuco. Contudo, todas essas disputas também trouxeram novos desgastes a Pinheiro e críticas advindas tanto do meio político quanto da imprensa a seu respeito surgiram com cada vez mais violência.

Nas eleições de 1914, Pinheiro não foi capaz de influenciar decisivamente na escolha de um candidato de sua preferência. Inclusive, seu nome chegou a ser aventado (embora ele, pessoalmente, tivesse negado essa possibilidade), mas sofreu forte censura por parte de agremiações, como o partido republicano de Minas Gerais. Borges de Medeiros e Campos Sales foram lançados pelo senador, sem sucesso.

O PRM promoveu Venceslau Brás, o candidato o qual acabou saindo vitorioso. Embora o PRC e o PRR tenham aderido a este, os mineiros desconfiaram desse apoio de Pinheiro, provavelmente interpretando-o como puro “oportunismo”, já que o parlamentar rio-grandense havia apresentado outras possibilidades de candidaturas previamente. Possivelmente, este fator, somado a uma clara estratégia dos republicanos de Minas Gerais de diminuir o poder decisório de Pinheiro Machado no novo governo, caracterizou a sua relação com o novo chefe da Nação como bem mais distante que na gestão presidencial anterior.

Pinheiro Machado passou a amargar derrotas políticas: seu aliado, Lauro Sodré, é vencido por Nilo Peçanha, o qual foi apoiado pelo presidente Brás, por um número expressivo de membros do Parlamento e amparado por uma decisão judicial; a perda de Fonseca Hermes do posto de líder da maioria na Câmara a um membro do PRM, partido que também obteve a presidência daquela Casa; a vitória de Barbosa Lima sobre seu amigo, Vítor da Silveira, à deputância pelo Distrito Federal; os ataques a sua figura devido à eleição do ex-presidente Hermes como senador pelo Rio Grande do Sul, criando conflitos no PRR, entre variados agentes da política e em grupos de imprensa, os quais haviam tecido enormes críticas à gestão governamental do Marechal.

Nesse momento que enfrentava desgaste político, Pinheiro foi assassinado, quando estava em companhia de outros colegas de Congresso, no Hotel dos Estrangeiros. Essa morte encerrou a trajetória de um dos principais mediadores da política nacional durante os primeiros anos da República.

Contudo, é importante não se compreender uma espécie de trajetória progressiva de Pinheiro entre “apogeu” e “queda”. Durante a gestão Brás é visível que as estratégias do senador não estavam surtindo o efeito desejado nos seus pares. Porém, o jogo político é suscetível a reviravoltas, de acordo com as condições postas e pela busca e utilização de variados recursos entre os diversos agentes em disputa. Desse modo, é imaginável que Pinheiro voltasse a ocupar uma posição de destaque nele. Tal ressalva é importante para se evitar uma caracterização essencializante do percurso do senador, como um dado já posto, ou seja, seu crescimento político e inevitável declínio, uma vez que em sua trajetória, várias possibilidades, entre continuidades e descontinuidades, ainda estavam em aberto, não fosse, obviamente, o seu assassinato.

A estratégia de gerar ambigüidades em seus adversários e aliados políticos era algo que o senador rio-grandense valia-se com energia. Além disso, o emprego de aportes educacionais, econômicos, familiares, honoríficos, sociais e advindos da patronagem; o suporte constante de um governo “coeso” no estado rio-grandense, conduzido pelo PRR, bem como a união dessa agremiação no Parlamento nacional em torno das ideias e ações de Pinheiro Machado; o controle, no Congresso, das comissões verificadoras de poderes e de funções importantes, como o de Vice-Presidente do Senado, além de lideranças na Câmara; o manejo de relações de reciprocidade com atores diversos, entre congressistas, chefes dos governos estaduais, líderes de partidos e presidentes da República; todos esses recursos foram os quais se utilizou o parlamentar rio-grandense durante o seu trajeto político como mediador.<sup>497</sup>

Contudo, suas ações políticas, promovidas com base em relações pessoalizadas, eram suscetíveis a constantes modificações, o que o leva a transitar entre um período de extrema influência no jogo político a um momento de declínio nele, quando ocorre a sua morte em 1915.

---

<sup>497</sup> Alguns desses elementos sobre a atuação política do senador também estão na análise de: LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975. p. 120. Tomo 3. v. 1.

## FONTES

### Jornais

#### A Federação

*A Federação*, p. 02, 23 jan. 1891. RS. *A Federação*, p. 02, 30 jan. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 02 fev. 1891. RS. *A Federação*, p. 01, 26 fev. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 10 mar. 1891. RS. *A Federação*, p. 01, 10 ago. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 21 out. 1891. RS. *A Federação*, p. 01, 24 out. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 15 nov. 1891. RS. *A Federação*, p. 01, 21 nov. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 01 dez. 1891. RS. *A Federação*, p. 01, 04 dez. 1891. RS.  
*A Federação*, p. 01, 10 jan. 1893. RS. *A Federação*, p. 01, 10 mar. 1893. RS.  
*A Federação*, p. 02, 11 mar. 1893. RS. *A Federação*, p. 02, 11 mai. 1894. RS.  
*A Federação*, p. 01, 01 jun. 1894. RS. *A Federação*, p. 02, 14 mai. 1895. RS.  
*A Federação*, p. 02, 20 jun. 1895. RS. *A Federação*, p. 02, 25 jul. 1895. RS.  
*A Federação*, p. 02, 29 jul. 1895. RS. *A Federação*, p. 02, 24 dez. 1895. RS.  
*A Federação*, p. 01, 27 dez. 1895. RS. *A Federação*, p. 01, 30 ago. 1899. RS.  
*A Federação*, p. 02, 08 nov. 1899. RS. *A Federação*, p. 02, 27 nov. 1900. RS.  
*A Federação*, p. 02, 28 out. 1902. RS. *A Federação*, p. 01, 19 dez. 1902. RS.  
*A Federação*, p. 01-03, 26 out. 1903. RS. *A Federação*, p. 01, 15 jun. 1905. RS.  
*A Federação*, p. 02, 06 jan. 1906. RS. *A Federação*, p. 03, 15 mar. 1906. RS.  
*A Federação*, p. 02, 10 abri. 1906. RS. *A Federação*, p. 01, 25 abri. 1906. RS.  
*A Federação*, p. 01, 12 fev. 1909. RS. *A Federação*, p. 02, 19 mar. 1909. RS.  
*A Federação*, p. 01, 26 jul. 1909. RS. *A Federação*, p. 02, 16 nov. 1911. RS.  
*A Federação*, p. 04, 13 dez. 1911. RS. *A Federação*, p. 04, 15 dez. 1911. RS.  
*A Federação*, p. 01, 18 dez. 1911. RS. *A Federação*, p. 02, 27 jan. 1912. RS.  
*A Federação*, p. 01, 02 fev. 1912. RS. *A Federação*, p. 01, 25 abri. 1912. RS.  
*A Federação*, p. 01, 19 out. 1912. RS. *A Federação*, p. 04, 18 jun. 1913. RS.  
*A Federação*, p. 01, 13 jul. 1913. RS. *A Federação*, p. 05, 29 jun. 1915. RS.  
*A Federação*, p. 01, 02 jul. 1915. RS. *A Federação*, p. 01, 05 jul. 1915. RS.  
*A Federação*, p. 01, 15 jul. 1915. RS. *A Federação*, p. 01, 03 ago. 1915. RS.  
*A Federação*, p. 01-04, 09 set. 1915. RS. *A Federação*, p. 05, 02 out. 1915. RS.  
*A Federação*, p. 04-05, 24 jul. 1917. RS. *A Federação*, p. 02-03, 27 jul. 1917. RS.

## **A Noite**

*A Noite*, p. 05, 09 jul. 1957. RJ.

## **Correio da Manhã**

*Correio da Manhã*, p. 01, 05 mai. 1906. RJ. *Correio da Manhã*, p. 01, 02 jun. 1906. RJ.

*Correio da Manhã*, p. 01, 01 abr. 1909. RJ. *Correio da Manhã*, p. 01, 02 mar. 1910. RJ.

*Correio da Manhã*, p. 02, 23 jul. 1912. RJ. *Correio da Manhã*, p. 02, 20 abri. 1913. RJ.

*Correio da Manhã*, p. 02, 20 nov. 1914. RJ. *Correio da Manhã*, p. 02, 24 nov. 1914. RJ.

*Correio da Manhã*, p. 01, 14 jul. 1915. RJ. *Correio da Manhã*, p. 01, 16 jul. 1915. RJ.

## **Correio do Povo**

*Correio do Povo*, 02 jul. 1915. RS. *Correio do Povo*, 15 jul. 1915. RS.

Há um século no Correio do Povo. *Correio do Povo*, p. 12, 05 jul. 2015. RS.

Há um século no Correio do Povo. *Correio do Povo*, p. 12, 19 jul. 2015. RS.

## **O País**

*O País*, p. 01, 07 ago. 1890. RJ. *O País*, p. 02, 03 set. 1890. RJ. *O País*, p. 02, 16 set.

1890. RJ. *O País*, p. 02, 17 set. 1890. RJ. *O País*, p. 01, 11 nov. 1892. RJ. *O País*, p. 01,

07 mai. 1893. RJ. *O País*, p. 01, 10 mai. 1894. RJ. *O País*, p. 01, 06 jun. 1894. RJ. *O*

*País*, p. 01, 27 ago. 1894. RJ. *O País*, p. 01, 31 out. 1894. RJ. *O País*, p. 01, 06 ago.

1896. RJ. *O País*, p. 03, 03 set. 1896. RJ. *O País*, p. 01, 19 nov. 1896. RJ. *O País*, p. 01,

02 jun. 1897. RJ. *O País*, p. 01, 30 set. 1897. RJ. *O País*, p. 01, 07 out. 1897. RJ. *O*

*País*, p. 03, 11 nov. 1897. RJ. *O País*, p. 02, 17 nov. 1897. RJ. *O País*, p. 03, 28 fev.

1898. RJ. *O País*, p. 01, 28 jun. 1898. RJ. *O País*, p. 01-02, 30 jun. 1898. RJ. *O País*, p.

01, 27 out. 1898. RJ. *O País*, p. 01, 24 nov. 1898. RJ. *O País*, p. 01, 08 fev. 1899. RJ. *O*

*País*, p. 01, 22 set. 1899. RJ. *O País*, p. 01, 03 nov. 1899. RJ. *O País*, p. 01, 02 fev.

1901. RJ. *O País*, p. 01, 28 fev. 1901. RJ. *O País*, p. 02, 25 set. 1901. RJ. *O País*, p. 01,

06 fev. 1902. RJ. *O País*, p. 01, 12 fev. 1902. RJ. *O País*, p. 01, 14 fev. 1902. RJ. *O*

*País*, p. 02, 01 mar. 1902. RJ. *O País*, p. 02, 11 mar. 1902. RJ. *O País*, p. 01, 22 abri.

1902. RJ. *O País*, p. 01, 24 abri. 1902. RJ. *O País*, p. 01, 23 mai. 1902. RJ. *O País*, p.

01, 09 jul. 1903. RJ. *O País*, p. 01, 13 mar. 1904. RJ. *O País*, p. 01, 08 jul. 1904. RJ. *O*

*País*, p. 01, 25 de dez. 1904. RJ. *O País*, p. 01, 08 jul. 1905. RJ. *O País*, p. 03, 25 jan.

1906. RJ. *O País*, p. 02, 15 abr. 1906. RJ. *O País*, p. 03, 25 jan. 1908. RJ. *O País*, p. 02,

16 mai. 1908. RJ. *O País*, p. 01-02, 21 mai. 1909. RJ. *O País*, p. 01-02, 22 mai. 1909.



RJ. *O País*, p. 01-02, 23 mai. 1909. RJ. *O País*, p. 01-02, 25 mai. 1909. RJ. *O País*, p. 02, 02 jun. 1909. RJ. *O País*, p. 02, 24 jun. 1909. RJ. *O País*, p. 03, 09 jul. 1909. RJ. *O País*, p. 02, 03 jan. 1910. RJ. *O País*, p. 01, 30 out. 1910. RJ. *O País*, p. 03, 13 mai. 1911. RJ. *O País*, p. 03, 10 jan. 1913. RJ. *O País*, p. 09, 08 fev. 1913. RJ. *O País*, p. 02, 14 fev. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 26 fev. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 05 mai. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 13 mai. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 16 mai. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 19 jun. 1913. RJ. *O País*, p. 01, 10 ago. 1913. RJ. *O País*, p. 03, 31 dez. 1913. RJ. *O País*, p. 02, 26 nov. 1914. RJ. *O País*, p. 01-03, 09 set. 1915. RJ. *O País*, p. 03, 21 set. 1915. RJ. *O País*, p. 01, 18 jan. 1918. RJ.

### **O Século**

*O Século*, p. 03, 28 de abr. 1908. RJ.

### **Revistas**

#### **Careta**

*Careta*. Rio de Janeiro, n. 102, 14 mai. 1910. Ano 3. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 145, 11 mar. 1911. Ano 4. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 253, 05 abr. 1913. Ano 5. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 262, 07 jun. 1913. Ano 6. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 370, 24 jul. 1915. Ano 8.

### **Arquivos, Centros de Documentação e Institutos de Pesquisa**

#### **Arquivo Nacional (AN)**

AN. Acervo Judiciário. Fundo/Coleção Supremo Tribunal de Justiça – BU. Série Revista cível – RCI. Caixa 165. C. Referência BU.0.RCI.0381. Nº 2.798. Microfilme AN 304-2011-Aditamento AN 314-2011.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.17. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.17/21. Data: 15/03/1905.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.19. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.19/16. Data: 07/05/1905.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR. Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.24. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.24/21. Data: 11/08/1905 (provável).

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR.  
Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/81. Data:  
28/08/1905.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR.  
Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/78. Data:  
03/09/1905.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR.  
Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.23. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.23/91. Data:  
15/10/1906.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR.  
Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.22. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.22/89. Data:  
18/10/1906.

AN. Fundo: BR RJANRIO ON – Afonso Pena. Série: BR RJANRIO ON.0.COR.  
Dossiê: BR RJANRIO ON.0.COR.27. Item: BR RJANRIO ON.0.COR.27/44. Data:  
02/02/1908.

### **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**

CPDOC. Arquivo Fernando Setembrino de Carvalho (FSC). Série: pce - Pacificação do  
Ceará. Classificação: FSC pce 1914.04.09. Data: 09/04/1914.

CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas (GV). Série: c – Correspondência. Classificação: GV  
c 1905.05.13. Data: 13/05/1905.

CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c  
1901.05.04. Data: 04/05/1901.

CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c  
1902.02.00/1. Data: 02/1902.

CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c  
1903.07.25. Data: 25/07/1903.

CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c  
1904.05.10. Data: 10/05/1904.

CPDOC. Arquivo João Francisco. Série: c - Correspondência. Classificação: JF c  
1909.11.15. Data: 15/11/1909.

CPDOC. Arquivo Ribeiro Junqueira (RJ). Série: c – Correspondência. Classificação: RJ  
c 1912.10.04-05. Data: 04-05/10/1912. (provável).

## **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)**

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 04184. Data: 30/03/1900.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 04274. Data: 22/06/1901.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10659. Data: 01/12/1903.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10741. Data: 04/05/1905. Carta Anexa.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10499. Data: 07/1907.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 00056. Data: 12/02/1913.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 00270. Data: 14/08/1913.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 05956. Data: 06/09/1915.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 05957. Data: 06/09/1915.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 09445. Data: 11/04/1916.

IHGRS. Fundo Borges de Medeiros. Série Correspondência. Subsérie Passiva. Doc. n. 10517. Data: 02/01/1917.

## **Obras e Documentos Legislativos, Judiciais e pertencentes à Administração do Estado**

Biblioteca IBGE. Rio Grande do Sul. São Luiz Gonzaga. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=31468&view=detalhes>. Acesso em: 06/03/2017.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 525-548. v. 8.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 3.

BRASIL. Decreto n. 78-B, de 21 de dezembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-78-b-21-dezembro-1889-517756-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14/06/2017.

BRASIL. Decreto n. 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/10/2017.

BRASIL. Decreto n. 1.549, de 25 de setembro de 1893. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1549-25-setembro-1893-523054-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17/11/2017.

BRASIL. Decreto n. 1700, de 28 de abril de 1894. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1700-28-abril-1894-510534-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04/12/2017.

BRASIL. Decreto n. 310, de 21 de outubro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-310-21-outubro-1895-540741-publicacaooriginal-41604-pl.html>. Acesso em: 08/10/2017.

BRASIL. Decreto n. 417, de 14 de novembro de 1896. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-417-14-novembro-1896-540231-publicacaooriginal-40196-pl.html>. Acesso em: 21/07/2017.

BRASIL. Decreto nº 1.489, de 06 de agosto de 1906. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1489-6-agosto-1906-582975-publicacaooriginal-105713-pl.html>. Acesso em: 20/05/2017.

BRASIL. Lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-359-30-dezembro-1895-540864-publicacaooriginal-42274-pl.html>. Acesso em: 23/10/2017.

BRASIL. Lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-360-30-dezembro-1895-540865-publicacaooriginal-42275-pl.html>. Acesso em: 10/05/2018.

BRASIL. Lei n. 1313, de 30 de dezembro de 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1313-30-dezembro-1904-612356-publicacaooriginal-135123-pl.html>. Acesso em: 20/11/2017.

BRASIL. *Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca*. Rio de Janeiro: [?], 1911. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/129#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1389%2C-1%2C4921%2C3472>. Acesso em: 24/05/2018.

BRASIL. *Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo Marechal Floriano Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/126#?c=0&m=1&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1135%2C357%2C4332%2C3056>. Acesso em: 25/08/2017.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 16 de outubro a 03 de novembro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. v. 5.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 28 de abril a 15 de junho de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 1.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 07 de junho a 05 de julho de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. 2.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 07 de novembro a 06 de dezembro de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. v. 7.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 03 de maio a 31 de julho de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903. v. 1.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 01 de agosto a 31 de outubro de 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. v. 2.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 01 novembro a 30 de dezembro de 1905. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. v. 4.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 02 de julho a 31 de agosto de 1906. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907. v. 2.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 10 de abril a 31 de maio de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. v. 1.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 01 a 31 de julho de 1912. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. v. 3.

BRASIL. Senado. *Anais do Senado Federal*. Sessões de 01 a 31 de setembro de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. v. 6.

RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas de “A Federação”, 1899. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?m=110&c=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1255%2C0%2C4493%2C3169>. Acesso em: 21/08/2017.

RIO GRANDE DO SUL. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros*. Porto Alegre: Oficinas tipográficas de “A Federação”, 1913. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#?c=0&m=124&s=0&cv=1&r=0&xywh=-991%2C-1%2C3661%2C2583>. Acesso em: 22/06/2017.

## Obras e Documentos Biográficos, Memorialísticos e Literários

ABREU, Alzira Alves de. (Coord). O Governo Provisório. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. [Recurso Eletrônico]. FGV/CPDOC. 2015.

AITA, Carmen; ARAUJO, Vladimir; AXT, Gunter. (Orgs.). *Parlamentares gaúchos: das Cortes de Lisboa aos nossos dias. (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

AITA, Carmen; AXT, Gunter. (Orgs.). *João Neves da Fontoura: discursos parlamentares (1921-1928)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

ALVIM, Newton. *Pinheiro Machado*. Porto Alegre: IEL, 1996.

AMADO, Gilberto. *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

BARBOSA, Rui. A gênese da candidatura do sr. Venceslau Brás. In: BARBOSA, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1973. p. 441-451. v. 41. tomo 2.

BARRETO, Dantas. *Conspirações*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, [20?]. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>. Acesso em: 15/10/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Como funciona a Câmara dos Deputados? Disponível em: <https://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/09/como-funciona-camara-dos-deputados>. Acesso em: 14/04/2018.

CABRAL, Cid Pinheiro. *O senador de ferro*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

CAGGIANI, Ivo. *João Francisco. A Hiena do Cati*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília: UnB, [19?].

CIACCIA, Paulo Pinheiro Machado. *Árvore genealógica da família Pinheiro Machado*. Botucatu: Santana, 2000.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A diplomacia do Marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. Brasília: FUNAG, 2017.

COSTA-PORTO, João. *Pinheiro Machado e seu tempo*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

FONSECA FILHO, Hermes da. *Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, [19?].

FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958. v. 1.

FRANCISCO, Henrique Sugahara. Verbetes MACHADO, Ângelo Gomes Pinheiro. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACHADO,%20%C3%82ngelo%20Gomes%20Pinheiro.pdf>. Acesso em: 07/08/2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. (Org). *Dicionário político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

GODOY, Arnaldo. Quando Gilberto Amado encontrou Pinheiro Machado. *Consultor Jurídico*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-12/embargos-culturais-quando-gilberto-amado-encontrou-pinheiro-machado>. Acesso em: 02/10/2017.

GUANABARA, Alcindo. *A presidência Campos Sales*. Brasília: Senado Federal, 2002.

JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango: poemeto campestre*. Porto Alegre: [s.n.], 1915.

KAREPOVS, Dainis (Coord.). *Prudente de Moraes: parlamentar da província de São Paulo (1868-1889)*. São Paulo: Alesp, 2004.

LEMOS, Renato. Verbetes FONSECA, Deodoro da. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FONSECA,%20Deodoro%20da.pdf>. Acesso em: 21/09/2017.

LOBO, Helio. *Um verão da República*: Fernando Lobo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MEDINA, Sinval. *A faca e o mandarim*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

MENDONÇA, Beatriz; DALMORO, Jeferson. *180 anos do Senado brasileiro: um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo*. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496486>. Acesso em: 21/05/2017.

MONTEIRO, Hiram Ayres. *Venâncio Ayres: o cavaleiro do ideal*. Taquarituba: Gril, 1997.

MOREIRA, Regina da Luz. Verbetes BRASIL, Assis. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20\(emb.\)\\_pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BRASIL,%20Assis%20(emb.)_pdf). Acesso em: 15/07/2017.

*O assassinato do general Pinheiro Machado*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1917.

PASSOS, Edilenice. *Mesas Diretoras do Senado Federal (1891-2014)*. Brasília: Senado Federal, 2013.

Presidente da Câmara dos Deputados: VIII – Carlos Peixoto Filho. *Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados*. Brasília, v. 9, n. 2, p. 171-181, jul.-dez. 1960.

Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul. In: CARNEIRO, Paulo (Org.). *Ideias políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, 1982. p. 469-480.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbetes GLICÉRIO, Francisco. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLIC%C3%89RIO,%20Francisco.pdf>. Acesso em: 23/07/2017.

RIO, João do. *No tempo de Venceslau...* Rio de Janeiro: Villas Boas e C., 1917.

ROSSINI, Gabriel Almeida. Verbetes Convênio de Taubaté. In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%89ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.

ROSTAND, Edmond. *Chantecler*. Piece em quatre actes em vers. Paris: Fasquelle, 1938.

SETEMY, Adrianna. Verbetes Partido Republicano Federal (PRF). In: *Dicionário da elite política republicana (1889-1930)*. CPDOC. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20\(PRF\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEDERAL%20(PRF).pdf). Acesso em: 04/02/2017.

SILVA, Ciro. *Pinheiro Machado*. Brasília: UnB, 1982.

SIMON, Pedro (Org.). *Discursos do senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIEIRA, José. *A cadeia velha: memória da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Jacintho Silva Editor, [19?].



## BIBLIOGRAFIA

- AXT, Gunter. Contribuições ao debate concernente ao nexo entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 39-69, jan.-jun. 2002.
- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política comparada*. México: Fondo de Cultura, 1990.
- BENITES, Luiz Felipe Rocha. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 12, p. 274-303, jul.-dez. 2004.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *Morte na República: os últimos anos de Pinheiro Machado e a política oligárquica (1909-1915)*. Rio de Janeiro: IHGB, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.
- BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: história e sociedade*. Vitória da Conquista, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.
- CAPELATO, Maria. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: II evolução política*. RJ/São Paulo: Difel, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005. p. 13-61.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 00, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 15/09/2017.
- CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 00, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100003). Acesso em: 10/12/2017.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Unb, 1982.
- CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. História e Biografia: limites e possibilidades teóricas. *Revista Cantareira*. Rio de Janeiro, n. 15, p. 1-9, jul.-dez. 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFJF. Juiz de Fora, 2016.

FREIRE, Américo Oscar Guichard. Campos Sales e a República carioca. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 9-20, 1996.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Estância de São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 139-159.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 85-102.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFF. Niterói, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações*. Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul da I República. Porto Alegre: Homo Plasticus, 2017.

GRYNSZPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 14, p. 73-90, out. 1990.

IMÍZCOZ, José María. Patronos y mediadores. Redes familiares en la Monarquía y patronazgo en la aldea: la hegemonía de las elites baztanesas en el siglo XVIII. In: IMÍZCOZ, José María (Org.). *Redes familiares y patronazgo: aproximación al entramado social del País Vasco y Navarra en el Antiguo Régimen (siglos XV-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001. p. 225-262. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1708957>. Acesso em: 11/05/2018.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LESSA, Renato. *A invenção republicana*. Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

LESSA, Renato. O pacto dos estados. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 38-41, nov. 2005.

LEVINE, Robert. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: *História geral da civilização brasileira*. O Brasil republicano. Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel, 1975. p. 99-122. Tomo 3. v. 1.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. *O mecanismo das Comissões Verificadoras de Poderes: estabilidade e dominação política (1894-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UnB. Brasília, 1986.

MARTINY, Carina. “*O chefe político dos mais avançados republicanos*”. Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). Tese (Doutorado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2018.

MARTINY, Carina. Reorganização política na Primeira República: o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897). *Revista Latino-Americana de História – Unisinos*. São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 49-68, 2015.

MOTA, Sara dos Santos. *Língua, sujeitos e sentidos: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Letras). PPG em Letras, UFSM. Santa Maria, 2010.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PEREIRA, Flávia Borges. *Salvações no Nordeste: política e participação popular*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 1979.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Surama Conde Sá. Pinheiro Machado, o Morro da Graça e a política carioca. *Revista IHGB*. Rio de Janeiro, v. 447, p. 229-244, abr.-jun. 2010.

PORTO, Walter Costa. *O voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

PORTO, Walter Costa. Rui e as eleições presidenciais. *Senatus*. Brasília, v. 8, n. 2, p. 46-57, out. 2010.

ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. *Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2012.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFBA. Salvador, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 131-142, jul.-dez. 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Ângela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs). *Memórias e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 155-171.

SCHWARTZMAN, Simon. Um enfoque teórico do regionalismo político. In: BALÁN, Jorge. (Org.) *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1974. p. 80-107.

SILVA, André Diniz da. *Almanaque do Samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. *Ethnology*. v. 4, n. 2, p. 172-189, 1965. Disponível em: [www.jstor.org/stable/3772728](http://www.jstor.org/stable/3772728). Acesso em: 07/08/2018.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, UFRGS. Porto Alegre, 2007.

VIEIRA, Sonia Bressan. *Sobre as ruínas do templo (porque templo já não é)*. História Municipal de São Luiz Gonzaga (1880-1932). Tese (Doutorado em História). PPG em História, PUCRS. Porto Alegre, 2010.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus: revista de História*. Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019.

VISCARDI, Claudia Ribeiro. Mudar... para manter tudo como está. *História Viva*. São Paulo, ano 11, n. 132, p. 26-29.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. O federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016.

VISCARDI, Cláudia Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café-com-leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

ZIMMERMANN, Maria Emília. *O PRP e os fazendeiros do café: um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano de São Paulo (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). PPG em História, Unicamp. Campinas, 1984.

WOLF, Eric R. Aspects of Group Relations in a Complex Society: Mexico. *American Anthropologist*, New Series, v. 58, n. 6, p. 1065-1078, 1956. Disponível em: [www.jstor.org/stable/666294](http://www.jstor.org/stable/666294). Acesso em: 10/05/2018.